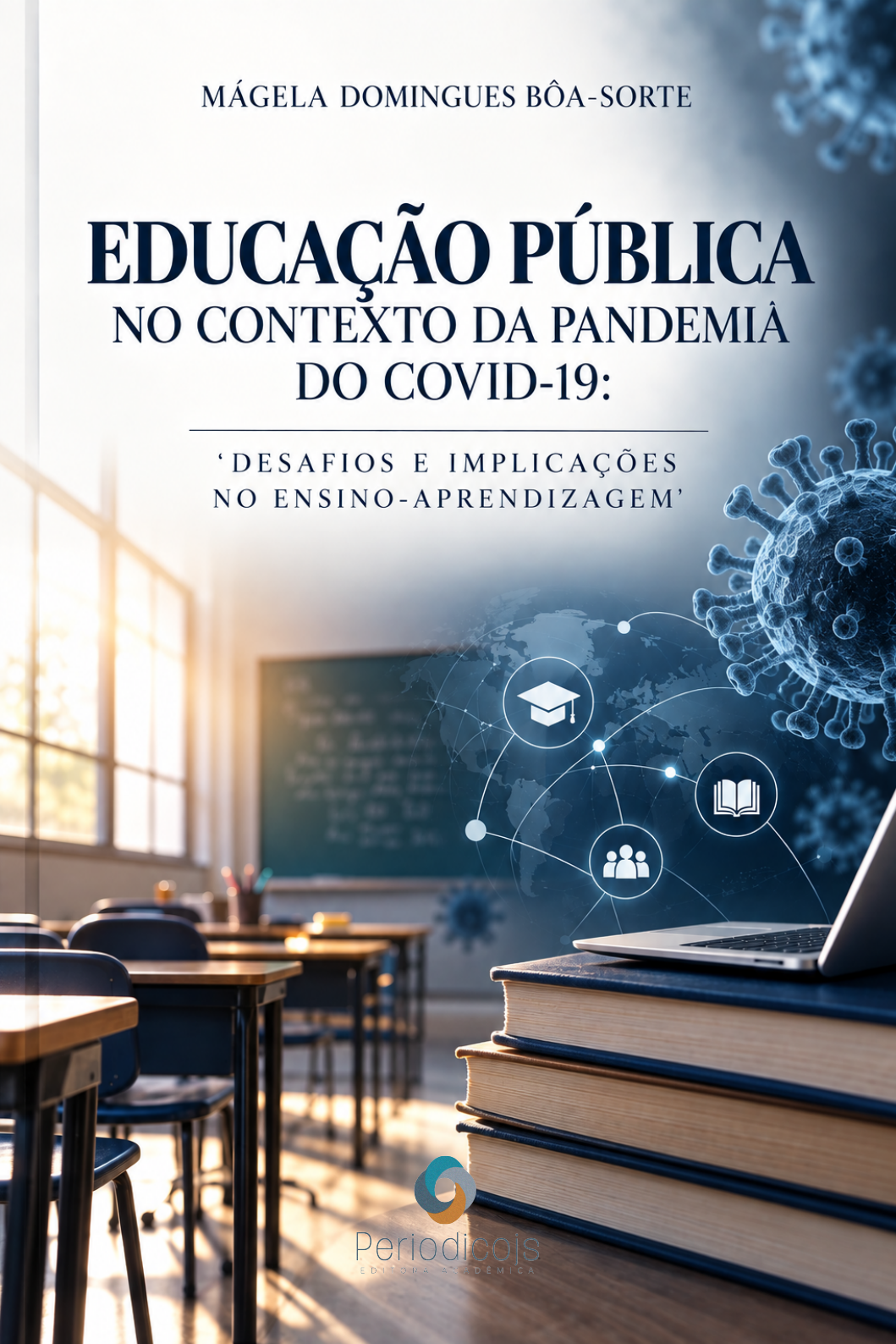
MÁGELA DOMINGUES BÔA-SORTE

EDUCAÇÃO PÚBLICA
NO CONTEXTO DA PANDEMIÂ DO COVID-19:

'DESAFIOS E IMPLICAÇÕES NO ENSINO-APRENDIZAGEM'

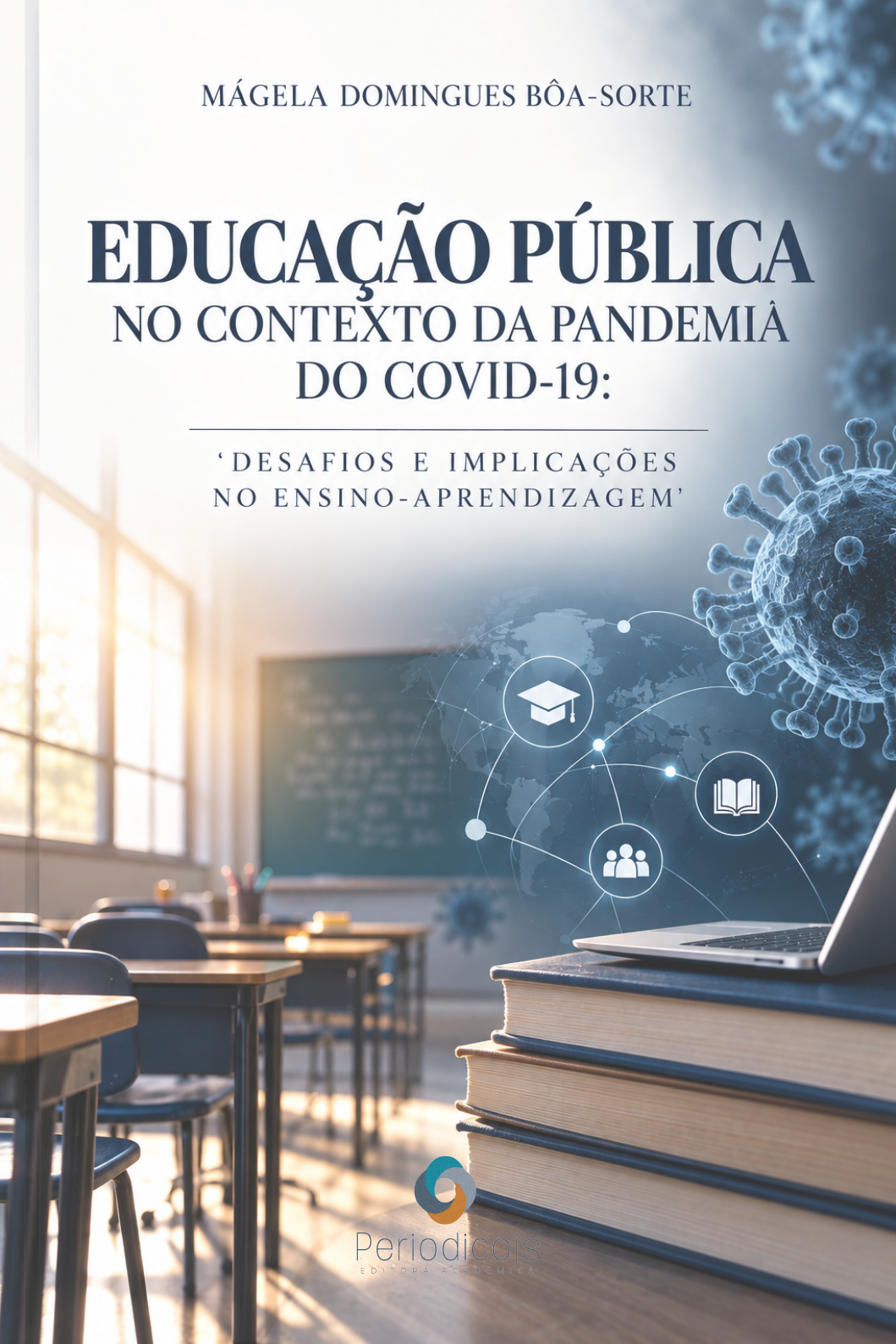


Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

MÁGELA DOMINGUES BÔA-SORTE

EDUCAÇÃO PÚBLICA
NO CONTEXTO DA PANDEMIÂ DO COVID-19:

'DESAFIOS E IMPLICAÇÕES NO ENSINO-APRENDIZAGEM'



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

Conselho Editorial

Abas Rezaey	Izabel Ferreira de Miranda
Ana Maria Brandão	Leides Barroso Azevedo Moura
Fernado Ribeiro Bessa	Luiz Fernando Bessa
Filipe Lins dos Santos	Manuel Carlos Silva
Flor de María Sánchez Aguirre	Renísia Cristina Garcia Filice
Isabel Menacho Vargas	Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração, capa
Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma
Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bôa Sorte, Mágela Domingues
Educação pública no contexto da pandemia do covid-19 [livro eletrônico] : desafios e implicações no ensino-aprendizagem / Mágela Domingues Bôa Sorte. -- João Pessoa, PB : Periodicojs, 2026.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-6010-244-6

1. COVID-19 - Pandemia 2. Desigualdades escolares 3. Educação pública 4. Ensino a distância 5. Políticas educacionais 6. Políticas públicas I. Título.

26-403408.1 CDD-371.358

Índices para catálogo sistemático:

1. Covid-19 : Pandemia : Ensino remoto e híbrido : Educação 371.358

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs

Prefácio

A coleção de ebooks intitulada de Estudos Avançados em Saúde e Natureza tem como propósito primordial a divulgação e publicação de trabalhos de qualidade nas áreas das ciências da saúde, exatas, naturias e biológicas que são avaliados no sistema duplo cego.

Foi pensando nisso que a coleção de ebooks destinou uma seção específica para dar enfâse e divulgação a trabalhos de professores, alunos, pesquisadores e estudiosos das áreas das ciências da saúde. O objetivo dessa seção é unir o debate interdisciplinar com temas e debates especificos da área mencionada. Desse modo, em tempos que a produção científica requer cada vez mais qualidade e amplitude de abertura para diversos leitores se apropriarem dos estudos acadêmicos, criamos essa seção com o objetivo de metodologicamente democratizar o estudo, pesquisa e

ensino na área da ciências da saúde. Desigualdade e Saúde no Brasil analisa como as disparidades socioeconômicas influenciam as condições de saúde da população brasileira.

A obra analisa os impactos da pandemia da COVID-19 sobre a educação pública, destacando os desafios enfrentados por professores, estudantes e instituições de ensino. Discute as transformações no processo de ensino-aprendizagem, especialmente diante da adoção do ensino remoto e das desigualdades de acesso às tecnologias. A partir de uma perspectiva educacional e social, apresenta reflexões sobre políticas públicas, práticas pedagógicas e os caminhos para a educação no contexto pós-pandemia.

Filipe Lins dos Santos

Editor Sênior da Editora Acadêmica Periodicojs

Sumário

INTRODUÇÃO

8

Capítulo 1

MARCO TEÓRICO

22

Capítulo 2

MARCO METODOLÓGICO

365

Capítulo 3

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

408

Considerações finais
483

Referências bibliográficas
494

INTRODUÇÃO



No ano de 2019 em dezembro, na cidade de Wuhan, na China, nasceu o primeiro fato de doença respiratória motivada pelo coronavírus, a síndrome respiratória aguda. A princípio, acreditou-se que fosse um problema local e somente em 11 de março de 2020 a contaminação mostrou seus efeitos na Europa e América. No Brasil, o primeiro caso foi constatado em 25 de fevereiro.

A Organização Mundial da Saúde - OMS declarou que era uma pandemia e o isolamento social tinha que ser mostrado como a estratégia mais eficaz para lidar com esse vírus, retardar sua propagação e salvar vidas. As fronteiras entre os países foram fechadas, atividades comerciais, resorts, escolas e universidades foram suspensas. E tudo mudou muito em nossas vidas. Essa situação tem desafiando autoridades de diferentes áreas que adotaram ferramentas de controle biopolítico com o objetivo de controlar a vida das pessoas e a rápida propagação do Coronavírus.

O choque motivado pela pandemia do novo coronavírus vem provocando amplas transformações na vida das pessoas em todo o mundo. Muitas áreas foram

afetadas por essas mudanças, incluindo a educação. Logo após a OMS declarar a pandemia de coronavírus, o Ministério da Educação começou a traçar formas de prevenir a propagação do COVID-19 nas escolas. Desde então, o maior desafio para a educação brasileira tem sido corrigir essa situação para que os alunos não sejam prejudicados por essa pandemia.

Nos colégios da Educação Básica, a parada das aulas presenciais acarretou novos desafios à medida que as primeiras estratégias para dominar os danos da transformação radical do ensino presencial para o virtual empregado tais como antecipação de férias, recessos etc., trouxe impactos súbitos para professores, alunos e famílias, dado o curto período de tempo para adaptação a esta nova realidade, o que tem levado a mudanças significativas na aprendizagem de crianças e jovens.

As mudanças ocorridas no processo de tornar as coisas emergenciais na educação sob a atual conjuntura da pandemia causada pelo novo coronavírus, levaram o estado a tomar outras medidas, até então, muitos professores não

aceitavam em suas áreas de ensino. O que também tirou todos de sua zona de conforto ou rotina na forma como os professores ensinam e os alunos aprendem, pois se deparam com novas ideias quando se confrontam com o ato de adquirir conhecimento isolando-se dos demais.

O reconhecimento da relevância da EaD pode ser revalidado pela iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que lançou em março de 2020 uma coalizão global para garantir a EaD para mais de 1,5 bilhão de alunos de 165 países afetados por esta catástrofe. Levando ao encerramento das escolas devido à pandemia do coronavírus, com o objetivo de travar a propagação do vírus. Nesta conjuntura social imposta pela pandemia do novo coronavírus (COVlD-19), leva a evidenciar as inúmeras desigualdades sociais que atravessam o Brasil, dentre as quais se destaca a dualidade do sistema educacional brasileiro, considerando a Educação a Distância (EaD) quando é usado, na correria para a educação básica, não atinge todas as unidades escolares e alunos, portanto, acaba fazendo parte da divisão.

Nesse contexto elencado acima, portanto, fica evidente que é imprescindível o estudo a respeito da educação pública no contexto da pandemia da covid-19, e seus desafios e implicações no ensino-aprendizagem.

Problema

Com o fechamento das escolas e a necessidade de distanciamento social, as instituições de ensino precisaram se adaptar rapidamente ao ensino remoto, buscando garantir a continuidade do processo de ensino-aprendizagem. No entanto, essa transição abrupta trouxe à tona uma série de questões complexas e implicações significativas para educadores e alunos.

Diante do contexto desafiador provocado pela pandemia do COVID-19, surge a necessidade de analisar de forma aprofundada os seus impactos na educação pública, bem como identificar as estratégias adotadas pelas instituições de ensino e propor diretrizes para aprimorar o sistema educacional em tempos de crise e no período

pós-pandemia. Um dos aspectos fundamentais a serem investigados é como os educadores e alunos da educação pública têm enfrentado os desafios do ensino remoto durante a pandemia do COVID-19.

A relevância e complexidade do problema surgiu quando a pesquisadora/professora, envolvida neste universo, examinou os desafios e implicações provocados pela pandemia, se sentindo angustiada com a situação. Diante desse cenário, ela direcionou sua pesquisa para compreender melhor como a pandemia do COVID-19 impactou a educação pública.

Partindo desse contexto, o problema levantado para a pesquisa é duplo: primeiro, "Como a pandemia do COVID-19 afetou a educação pública, revelando desafios e implicações significativas?" Em segundo lugar, "Quais estratégias podem ser desenvolvidas para mitigar esses efeitos negativos?"

A adaptação a um novo modelo de ensino, que exige o uso de tecnologias digitais e a distância física entre professores e alunos, apresenta desafios únicos que podem

afetar a qualidade da educação. Compreender como os atores envolvidos têm se adaptado a essa nova realidade é fundamental para identificar boas práticas e possíveis soluções. Portanto, a pesquisa visa não apenas analisar os problemas, mas também encontrar maneiras eficazes de lidar com as adversidades e melhorar a qualidade da educação em tempos de crise como a pandemia.

Problematização

A pandemia do COVID-19 trouxe consigo uma série de desafios e transformações em diversos setores da sociedade. Entre eles, um dos mais acentuados foi o sistema educacional, especialmente a educação pública. A interrupção abrupta das aulas presenciais e a necessidade de adaptação rápida a novos modelos de ensino remoto geram uma série de questionamentos sobre os principais impactos dessa crise na educação pública.

Diante dessas reflexões, é necessário propor diretrizes e recomendações que possam contribuir para

aprimorar a educação pública em tempos de pandemia e no período pós-crise. É necessário buscar soluções que promovam a inclusão digital, capacitando os profissionais da educação e garantindo o acesso igualitário a recursos educacionais, tentando superar as dificuldades enfrentadas durante esse período desafiador.

Portanto, esta pesquisa se propõe a analisar os principais efeitos da pandemia do COVID-19 na educação pública, explorar os desafios enfrentados por professores e alunos, avaliar as políticas públicas adotadas, discutir a eficácia dos métodos de ensino a distância e, por fim, propor diretrizes e recomendações para fortalecer a educação pública em tempos de crise e além dela. Para isso questionamos:

Quais são os principais impactos da pandemia do COVID-19 na educação pública?

Quais são os desafios específicos enfrentados por professores e alunos da educação pública durante a pandemia do COVID-19?

Como as políticas públicas integradas para mitigar

os impactos da pandemia do COVID-19 na educação pública têm evoluído e quais são os resultados alcançados até o momento?

Em que medida os métodos de ensino a distância têm sido eficazes na educação pública durante a pandemia do COVID-19, considerando as diferenças no acesso à internet e equipamentos para o estudo remoto?

Quais diretrizes e recomendações podem ser propostas para aprimorar a educação pública em tempos de pandemia e no período pós-crise?

Justificativa

As medidas de distanciamento social em decorrência da pandemia do COVID-19, propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e aceitas em muitos países provocaram o fechamento de escolas, o que impôs um novo modelo de educação, apoiado na tecnologia digital e baseado em métodos de educação online. Neste contexto, é crucial entender o impacto do COVID-19 na educação

pública para buscar maneiras de aprimorar as medidas adotadas e promover melhorias no futuro próximo. Esta tese apresenta os resultados de uma revisão sistemática da literatura sobre as primeiras contribuições da comunidade científica brasileira e portuguesa sobre os efeitos e desafios da pandemia do COVID-19 na Educação, com o objetivo de identificar os efeitos causados pela pandemia através do fechamento de escolas e na aprendizagem dos alunos e refletir sobre possíveis intervenções de curto prazo que possam reduzir os efeitos vivenciados até então (VIEIRA, 2020).

Diante disto, o presente trabalho justifica-se pela importância que tem essa temática nas áreas da educação, não apenas em âmbito acadêmico como também pragmático e científico. O Covid-19 assolou o mundo todo, comprometendo não somente a saúde pública, como também o sistema educacional. De fato, o surto do COVID-19 é um grande problema educacional (UNESCO, 2020a).

O tema é relevante porque a pandemia continuará a ter um impacto duradouro na educação, mesmo após a

vacinação em massa. A pesquisa pode fornecer insights valiosos sobre como melhorar a educação pública no pós-pandemia.

A aplicabilidade da pesquisa reside em primeiro lugar, na permissão em compreender os desafios que a pandemia trouxe para a educação pública, tanto em termos de acesso dos alunos às aulas quanto em relação à qualidade do ensino oferecido. Com base nessa compreensão, é possível desenvolver políticas públicas e estratégias pedagógicas específicas para mitigar esses desafios e garantir que os alunos tenham acesso à educação de qualidade.

Outra aplicação da pesquisa é o desenvolvimento de tecnologias educacionais e plataformas de ensino a distância que possam ser utilizadas durante a pandemia e em situações semelhantes no futuro. A pesquisa pode ajudar a identificar as melhores práticas nesse sentido e desenvolver soluções inovadoras para o ensino remoto.

Para além disso, a pesquisa pode contribuir para a construção de uma visão mais ampla sobre a educação pública e suas relações com outros aspectos da sociedade,

como a saúde pública, a tecnologia e as políticas públicas. Compreender essas relações pode ser fundamental para o desenvolvimento de políticas educacionais mais integradas e eficazes.

Destarte, a busca por novas metodologias, principalmente no setor educacional é indispensável, tendo em vista que, tais buscas são de extrema importância para a formação intelectual e cognitiva dos estudantes, bem como, o engrandecimento preparatório, pessoal e pedagogicamente falando dos profissionais da educação.

Objetivos

Os objetivos deste trabalho estão voltados para a celeridade de estudos que discutam metodologias de ensino que possam ser utilizadas em um contexto de isolamento social, haja visto que, pandemias, pragas e outras doenças assolam o mundo desde os tempos remotos. Nesse sentido, a busca por novas metodologias que contribuam de forma satisfatória no ensino-aprendizagem é de extrema

importância, levando-se em consideração os percalços causados pela mais recente pandemia.

Objetivo geral

Analisar os desafios e diretrizes da pandemia do COVID-19 na educação pública.

Objetivos específicos

Averiguar o impacto da pandemia do COVID-19 na educação pública;

Descrever os desafios enfrentados pelos professores e alunos da educação pública durante a pandemia do COVID-19;

Avaliar a evolução das políticas públicas implementadas para mitigar os impactos da pandemia do COVID-19 na educação pública;

Comparar os métodos de ensino a distância e as políticas públicas no acesso à internet e equipamentos para

o estudo remoto;

Propor estratégias para a melhoria da educação pública no contexto pós-pandemia do COVID-19.

Capítulo 1

MARCO TEÓRICO



A pandemia do COVID-19 trouxe mudanças significativas para diversos setores da sociedade, e a área da educação pública foi particularmente impactada. As medidas de distanciamento social e o fechamento temporário das escolas representam desafios sem precedentes para educadores, estudantes e gestores educacionais. Nesse contexto, é fundamental compreender e analisar os efeitos dessa crise na educação pública, bem como as instruções no processo de ensino-aprendizagem.

No contexto da pandemia do COVID-19, as teorias da educação pública têm enfrentado desafios significativos, exigindo uma reavaliação profunda dos métodos de ensino. Teorias de aprendizagem, como as desenvolvidas por Piaget e Vygotsky, têm ganhado destaque nas discussões sobre o ensino à distância.

Piaget (2002) ressalta a importância do desenvolvimento cognitivo e da interação ativa do aluno com o ambiente. No cenário atual, isso implica na necessidade de implementar estratégias que promovam a autonomia e a resolução de problemas, adaptando o conteúdo para atender

às necessidades individuais dos estudantes no ensino público, tanto durante a pandemia quanto no período pós-crise.

Por outro lado, a teoria de Vygotsky (2002) enfatiza a relevância da interação social na aprendizagem, o que pode ser um desafio em um ambiente virtual, como o ensino remoto e pós-remoto. Portanto, as instituições de ensino público enfrentam o desafio de equilibrar a independência do aluno com a criação de oportunidades para a colaboração e interação, assegurando que todos os estudantes tenham acesso igualitário à educação de qualidade durante e pós pandemia.

A presente tese tem como objetivo geral analisar os desafios e diretrizes da pandemia do COVID-19 na educação pública. Para isso, serão investigadas as mudanças ocorridas no ambiente educacional, as dificuldades enfrentadas pelos diferentes atores envolvidos e as estratégias adotadas para mitigar os efeitos negativos na qualidade do ensino-aprendizagem.

Este estudo tem como ponto de partida a hipótese

de que a pandemia do COVID-19 causou um impacto significativo no sistema de ensino público. Essa hipótese se baseia na ideia de que a pandemia provocou uma transformação substancial na forma como a educação é entregue e consumida. Portanto, o objetivo principal desta pesquisa é analisar de maneira abrangente as implicações dessa transformação.

É importante ressaltar que a pandemia não foi apenas um evento passageiro, mas sim um catalisador de mudanças profundas na educação pública. Essas mudanças são tão significativas que se espera que seus efeitos perdurem por muitos anos e continuem a influenciar o sistema educacional. Portanto, a pesquisa tem como propósito fornecer respostas para o problema investigado, contribuindo para uma compreensão mais completa das implicações da pandemia na educação pública.

A educação pública, historicamente, desempenha um papel fundamental na promoção da equidade e no acesso ao conhecimento, atendendo a um grande contingente de estudantes. No entanto, a pandemia do COVID-19 expôs

ainda mais as desigualdades existentes, revelando as disparidades socioeconômicas e as dificuldades enfrentadas pelas comunidades marginalizadas. Nesse contexto, é necessário compreender como a crise sanitária afetou de forma desigual as diferentes realidades educacionais e quais medidas foram adotadas para garantir o acesso igualitário à educação.

A análise dos desafios e diretrizes da pandemia na educação pública permitirá uma compreensão mais aprofundada das instruções dessa crise no processo de ensino-aprendizagem. Questões como a adaptação ao ensino remoto, a formação de professores para o uso de tecnologias educacionais, o impacto na saúde mental dos estudantes e a passagem das estratégias de ensino virtual serão abordadas, buscando identificar práticas bem-sucedidas e possíveis soluções para os problemas enfrentados.

A investigação proposta nesta tese visa contribuir para o debate sobre a educação pública no contexto da pandemia do COVID-19, oferecendo embasamento para a formulação de políticas educacionais mais efetivas e

inclusivas. Ao compreender os desafios e as instruções da crise atual, podemos aprender lições valiosas que orientam a construção de um sistema educacional mais resiliente e preparado para enfrentar futuros eventos disruptivos.

No decorrer deste trabalho, serão apresentados e discutidos estudos relevantes, conceitos teóricos e pesquisas empíricas relacionadas à temática em questão, a fim de embasar as análises e as compreender. Espera-se que os resultados obtidos possam contribuir para o aprimoramento da educação pública, fortalecendo-a como um direito fundamental e um pilar essencial para o desenvolvimento social e econômico de uma nação.

Breve histórico da educação no Brasil antes da pandemia

Antes da pandemia do COVID-19, a educação no Brasil passou por várias transformações ao longo dos anos. Começa com a chegada dos portugueses, quando os padres assumiram o papel de catequistas e professores dos índios.

Assim a história tem seu início, marcado pela relação entre religião e alfabetização, até os jesuítas foram expulsos do país em 1759.

Durante o período colonial, a educação no Brasil era voltada principalmente para a elite, com ênfase na educação religiosa e no ensino de latim. As escolas eram controladas pela Igreja Católica e a maioria da população não tinha acesso à educação formal.

Só muitos anos depois a responsabilidade pela educação recaiu sobre o Estado. Mas os professores não estavam dispostos a ensinar. Pessoas que simplesmente recebiam instrução, a maioria eram padres, tornavam-se professores.

A educação formal no Brasil começou em 1549, quando o padre Manuel da Nóbrega veio para o país. A alfabetização limitava-se aos meninos, que aprendiam a ler e a escrever concomitantemente à sua conversão ao cristianismo.

O principal objetivo dos jesuítas era a divulgação dos ensinamentos religiosos aos seus alunos, dos quais

esperavam toda a obediência. Em 1759 o Marquês de Pombal expulsa os jesuítas e introduz novas regras. As aulas tornaram-se propriedade do Estado.

Em 1760 não havia formação separada de professores, mas havia um concurso para professores. A falta de formação levou muitos padres a se tornarem professores, o que manteve a proximidade entre religião e educação. Mas o ensino só começou oficialmente 14 anos depois, em 1774. Durante esse longo período, os professores particulares ensinavam os filhos de famílias que tinham condições financeiras para isso.

Os professores recebiam um título aristocrático, que também os isentou de alguns impostos. Apesar disso, não eram adequadamente remunerados. As aulas chamavam-se classes régias, mas após a demissão do Marquês de Pombal D. Maria I, mudou o nome para classes públicas.

Na era imperial, era muito difícil passar no concurso de professores. Para aumentar o corpo docente, o país contratou professores sem qualificação, mas pagou-lhes menos. No entanto, o esforço foi recompensado com a

promessa de um cargo vitalício, embora a remuneração não compensasse.

Em 1835 foram estabelecidas as primeiras escolas de formação de professores. No entanto, os valores morais e religiosos foram os mais valorizados, até mais do que o conhecimento dos professores. A grande maioria não reconhecia a importância da educação. Por isso, conforme preconiza a reforma, os pais não mandavam os filhos para a escola aos 5 anos de idade, ou assim que sabiam ler e escrever eram afastados da escola.

No século XIX, com a independência do Brasil, houve uma expansão do sistema educacional. Foram criadas escolas primárias em algumas regiões, mas o acesso ainda era limitado. A educação continuava sendo dominada pela Igreja e a instrução era baseada em modelos europeus.

No início do século XX, durante a República Velha, ocorreram avanços significativos na educação. Foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1891, que estabelecia a obrigatoriedade do ensino primário gratuito. No entanto, a implementação

dessa lei enfrentou desafios, e o acesso à educação ainda era desigual, especialmente nas áreas rurais.

Benjamin Constant organizou uma reforma educacional que previa a classificação por série e faixa etária. Nesse momento, surgiu a figura do diretor escolar, cargo ocupado por homens. O Estado pressionava os professores que não seguiam o programa escolar e não deixavam os alunos reprovarem, o que gerava gastos excessivos e evasão dos alunos.

A democratização do ensino foi finalmente utilizada em 1920. Anísio Teixeira foi importante no combate à limitação do ensino a uma minoria e à relação entre educação e religião. Ao lado de outros educadores, Anísio Teixeira foi um dos pioneiros da nova pedagogia. Ela lutou contra o confinamento do ensino à elite e a aproximação religiosa. Em 1939, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) criou o curso de Pedagogia.

No governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a educação foi vista como uma ferramenta para a construção

de uma nação moderna. Foram implementadas reformas educacionais que buscavam expandir o ensino primário e criar escolas técnicas e profissionais. No entanto, o sistema educacional ainda era marcado por desigualdades regionais e sociais.

No período da ditadura militar (1964-1985), a educação passou por uma série de mudanças. O governo militar centralizou o controle educacional e promoveu uma visão nacionalista e conservadora. Foram implementadas políticas de padronização do currículo e repressão aos movimentos estudantis e educacionais.

Em 1971, foram protegidas as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, conhecida como Nova LDB (Lei n° 5.692, de 11 de agosto de 1971). O principal objetivo dessa lei era proporcionar aos alunos a formação necessária para o desenvolvimento de suas habilidades vocacionais, qualificação profissional e preparação para o exercício consciente da cidadania. Através de convênios, foi estabelecida uma cooperação com empresas, viabilizada na implementação de ganhos profissionalizantes. Além disso,

o ensino passou a ser obrigatório dos 7 aos 14 anos.

Com o fim da ditadura militar, ocorreu uma abertura política e uma retomada das discussões sobre educação. Foi promulgada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, que estabeleceu as bases para a organização do sistema educacional brasileiro. Houve também um movimento de descentralização e maior participação da sociedade civil na gestão da educação.

Depois de tanto tempo, a precariedade na educação é um dos problemas sociais do nosso país. Porque há crianças que ainda não têm acesso à educação formal ou a escola que frequentam está superlotada e oferece poucas condições. Com isso, essas crianças têm menos oportunidades.

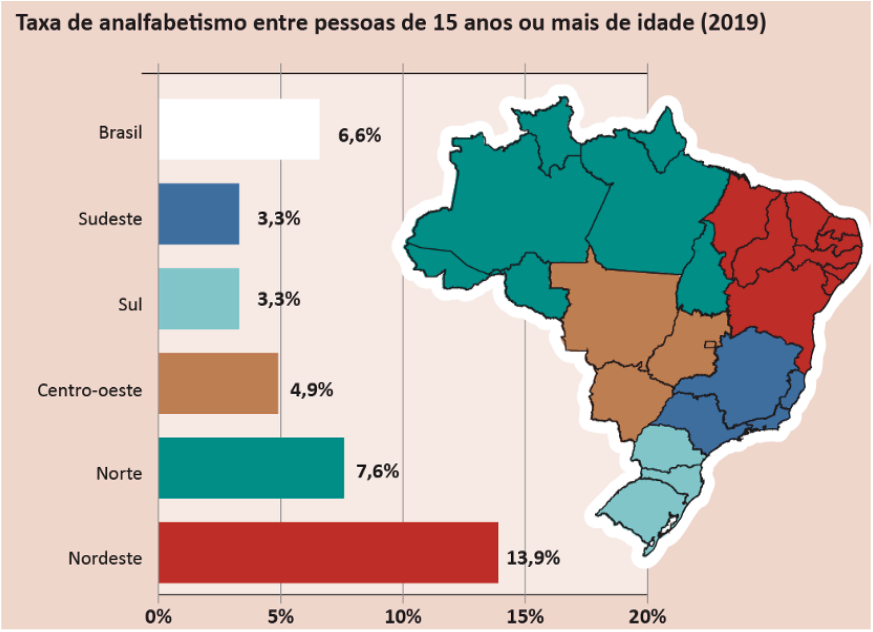
Um dos maiores problemas é que o Brasil não investe o suficiente em educação, embora invista mais em educação do que alguns países industrializados. Além da questão financeira, por exemplo, desvio de recursos. Além dessas questões, também está em jogo a formação de professores. A verdade é que há professores que ministram componentes curriculares para as quais não têm formação

e pouco incentivo em termos de remuneração.

Por fim, entre as situações que requerem maior atenção, estão a reforma do ensino médio, a Base Curricular Nacional Comum (BNCC) e a crise do ensino superior. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), entre 2007 e 2014 houve queda do analfabetismo e aumento da escolaridade de crianças de 6 a 14 anos. O nível de escolaridade no Brasil também aumentou no mesmo período.

Na verificação, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos). Conforme mostra o gráfico 1, podemos observar:

GRÁFICO 1



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalhos e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

A taxa de 2018 havia sido de 6,8%. Esta redução de 0,2 pontos percentuais no número de analfabetos do país corresponde a uma queda de pouco mais de 200 mil pessoas analfabetas em 2019.

A Região Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (13,9%). Isso representa uma taxa aproximadamente quatro vezes maior do que as taxas estimadas para as Regiões Sudeste e Sul (ambas com 3,3%). Na Região Norte, essa taxa foi de 7,6% e no Centro-Oeste, de 4,9%.

Dados mais recentes nos dão conta que a taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos de idade ou mais experimentou uma queda, passando de 6,1% em 2019 para 5,6% em 2022. Isso representou uma redução de um pouco mais de 490 mil analfabetos no país, atingindo a menor taxa registrada desde o início da série histórica em 2016. No total, 9,6 milhões de indivíduos eram incapazes de ler e escrever, ressaltando que 55,3% (5,3 milhões) residiam na região Nordeste, e 54,2% (5,2 milhões) tinham 60 anos de idade ou mais.

Essas informações são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua: Educação 2022, que foi divulgada pelo IBGE. Este é o primeiro lançamento do módulo após o período da

pandemia. Devido a uma redução na taxa de aproveitamento da amostra, causada por mudanças na coleta de dados aprovadas em caráter de emergência durante o período de distanciamento social, a divulgação do suplemento foi suspensa nos anos de 2020 e 2021. Agora, os resultados referentes a 2022 sendo apresentado.

Porém, se analisarmos melhor o tema, segundo dados do Instituto Paulo Montenegro de 2011, nos deparamos com a seguinte realidade: 27% dos brasileiros são analfabetos funcionais (eles sabem ler, mas não entendem o significado do que é lido); 4% dos universitários são considerados analfabetos funcionais.

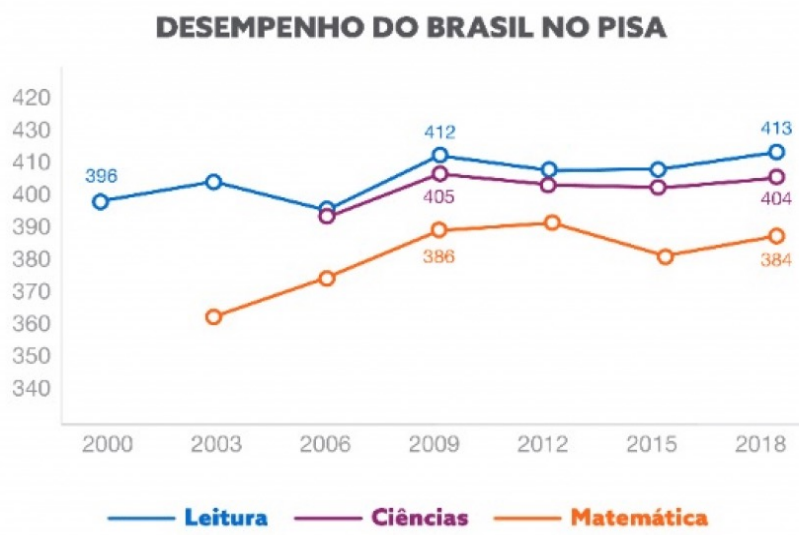
No PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) da OCDE, o Brasil ocupa a 63ª posição, 59ª e 66º em ciências, leitura e matemática. O processo de expansão do ensino primário no país só começou em meados do século XX e que seu crescimento na rede pública de ensino ocorreu no final dos anos 1970. e início dos anos 1980.

Devido aos desafios decorrentes da pandemia de COVID-19, os países que fazem parte da OCDE, bem como

os seus associados, optaram por postergar a avaliação do Pisa 2021 para o ano de 2022 e a do Pisa 2024 para o ano de 2025. Portanto, na última verificação do Pisa, realizado em 2018, com 600 mil alunos de 79 países, a amostra representa aproximadamente 32 milhões de estudantes ao redor do mundo, o Brasil ficou em 57º em Leitura, 70º em Matemática e 65º em Ciências, no ranking mundial. Embora tenha tido um ligeiro aumento na classificação das três áreas em relação a 2015, não é algo que possa classificar como um avanço. Estatisticamente, essa amplificação não apresenta resistência significativa.

Ao analisarmos o gráfico a seguir, é perceptível que entre os anos 2000 e 2009 alcançamos um desempenho significativo. No entanto, desde então, houve poucas mudanças.

Gráfico 2 - Desempenho do Brasil no Pisa



Fonte: Todos Pela Educação

Diante dos dados, muitos podem se tornar críticos e até questionar sobre o progresso e concluir que se a sociedade mudar, a escola só pode evoluir com ela! Talvez o bom senso sugira pensar dessa maneira. No entanto, podemos perceber que o desenvolvimento da sociedade de alguma forma empurra a escola para se adequar à vida moderna, mas de forma defensiva, tardia, sem garantir o aumento do nível de escolaridade.

Então, agora não mais pelo bom senso, mas pelo hábito, a culpa tenderia a recair sobre o professor. Desta forma, os professores de hoje estão sendo alvo ou pegos no fogo cruzado de muitas esperanças sociais e políticas na crise. A crítica externa ao sistema educacional exige cada vez mais trabalho dos professores, como se a educação sozinha resolvesse todos os problemas da sociedade.

Já é evidente que não basta fornecer livros e novos materiais didáticos aos professores, como se pensava nas décadas de 1950 e 1960. O fato é que a qualidade da educação não está intimamente relacionada apenas à qualidade da formação dos professores. Outros fatores sociais, econômicos estão envolvidos nesse processo.

É necessário abandonar a crença de que as atitudes dos professores mudam apenas na medida em que eles percebem resultados positivos na aprendizagem dos alunos. Para uma mudança efetiva de crenças e atitudes, seria necessário ver os professores como sujeitos. Sujeitos que, na sua atividade profissional, são levados a envolver-se em situações formais de aprendizagem.

Mudanças profundas só virão quando a formação de professores deixar de ser um processo de atualização de cima para baixo e se tornar um verdadeiro processo de aprendizagem, como ganho individual e coletivo e não como agressão.

Certamente, professores neste cenário não podem ser considerados como os únicos atores. Podemos concordar que essa situação também é fruto do pouco engajamento e pressão da população em geral, o que contribui para a lentidão.

Então qual é o caminho para melhorar a posição do país no ranking mundial? Existem várias razões que provocaram para esses resultados. A desvalorização dos professores, a desigualdade socioeconômica entre os alunos, o ambiente escolar, entre outros fatores, desempenha um papel importante.

Além disso, durante as provas, os alunos podem desistir de responder várias questões por achá-las difíceis, por não persistirem um pouco mais ou por não verem um benefício claro na avaliação, uma vez que não tem peso na

nota final.

Portanto, os resultados podem ser influenciados não apenas pela falta de conhecimento dos alunos, mas também pela ausência de habilidades socioemocionais. Isso fica evidente quando observamos que, em 2015, a maioria dos estudantes brasileiros não respondeu todas as questões da prova.

No entanto, é importante ressaltar que este histórico é apenas uma visão geral e simplificada do desenvolvimento da educação no Brasil antes da pandemia do COVID-19. Houve muitos desafios e avanços ao longo desse período, e questões como acesso, qualidade e equidade continuaram a ser debatidas e enfrentadas pelo sistema educacional brasileiro. É importante reconhecer que diversos outros aspectos iniciaram para a baixa qualidade da Educação Básica no país. É sobre esses aspectos que discutiremos a seguir.

A relação entre a qualidade econômica e a educação no Brasil

As questões sociais se confundem com a forma de produção e distribuição dos bens materiais produzidos pelos sujeitos na sociedade, nos espaços e tempos históricos. Eles fazem parte de um todo e os separamos para compreender a história social construída e condicionada pelo movimento econômico.

Os movimentos que constituem a vida econômica e política produzem práticas e relações sociais, exibindo características que a acumulação do capital assume em um determinado período histórico (Vieira, 1992).

Destarte, bem constitui um todo, uma unidade, o entrelaçamento econômico e social, e se caracterizam pelo fato de limitarem a apreciação a ser feita a uma parte desse todo. Assim, uma vez que somos sujeitos constituídos e produtores do social no social, a natureza humana desenvolve a capacidade de atribuir valores e significados e de fazer julgamentos sobre objetos, artefatos, coisas e

símbolos.

Socialmente, somos seres dotados da capacidade de nos relacionar, comunicar e tomar decisões com os outros. Ao tomar decisões, avaliamos e ativamos valores, visões de mundo, sociedade e educação, bem como critérios que maximizem ou minimizem benefícios individuais e coletivos. Porém, a vida na sociedade capitalista está se tornando cada vez mais complexa, gerou outras necessidades que incentivavam as práticas comerciais evoluíram de feiras locais para compras online, ao mesmo tempo em que o número de consumidores e shoppers aumentou significativamente.

No mercado real ou virtual, fabricantes e varejistas constroem desejos e criam expectativas com o objetivo de atrair consumidores, seja pela necessidade, eficiência, utilidade ou praticidade do objeto, seja pela marca construída por meio de técnicas midiáticas e ferramentas de publicidade do objeto ou coisa a ser comprada.

Do ponto de vista econômico, estamos envolvidos em práticas comerciais desde a infância e tomamos decisões.

Não se trata de analisar como tomamos decisões. Porém, um dos elementos que utilizamos é a qualidade da coisa a ser comprada. Então neste momento escolhemos os elementos que expressam qualidade, de acordo com os valores e visão do mundo.

Portanto, o relacionamento com o mercado mundial requer entender e decifrar os códigos das transações de compra, venda, troca e revenda objetos. Nesse sentido, por meio dos códigos de negociação o comerciante ou revendedor oferece ao consumidor um produto, um artefato, uma coisa, destacando as qualidades e atributos do objeto em questão de finalidade a vencer concorrentes e garantir negócios constantes na praça, feira ou mercado.

Um dos aspectos da relação direta entre fabricantes e varejistas com os consumidores é a capacidade de valorar o item ou coisa, acionando os atributos de utilidade, qualidade e comparabilidade. De fato, as relações na esfera econômica são mediadas por alguns parâmetros de qualidade que regulam a compra, a venda e a troca, enfim, o valor monetário do objeto ou produto. Alguns deles são:

- bem-estar pessoal ou coletivo, conforto do objeto ou coisa;
- utilidade e praticidade, indicando a possibilidade de melhorar as condições de vida;
- eficiência e economia de tempo ou melhor aproveitamento do tempo pessoal;
- a marca do produto expressando status social e seu reconhecimento pelos consumidores.

Nesse cenário comercial poderíamos aumentar a lista. Mas o objetivo é mostrar que a noção de qualidade no campo econômico tem parâmetros como utilidade, praticidade e comparabilidade, usando medidas e níveis de mensurabilidade, padrões, rankings, testes comparativos, hierarquia e padronização no setor comercial.

Segundo essa perspectiva, a qualidade de um produto, objeto, artefato ou coisa pode ser avaliada por meio de tabelas, gráficos, pareceres, medidas e regras previamente elaborados.

Portanto, entender qualidade significa avaliar padrões ou modelos exigidos, conforto individual e coletivo, praticidade e utilidade visando melhorar a vida do consumidor. A noção de qualidade construída na relação entre comerciantes e consumidores muda de acordo com realidades econômicas e sociais.

Na relação comercial, o produto, o objeto, o artefato, o símbolo, a coisa unem os interesses de ambos e ao mesmo tempo os distingue dos demais produtos por suas propriedades. A qualidade é negociada, dinâmica, efêmera e contém os traços históricos da opinião pública que estimulam o ato de comparação.

Na política social do país há uma tradução direta do conceito de qualidade na empresa comercial para a área dos direitos sociais e dentro dessas áreas da educação pública. A participação ativa e constante de técnicos de organizações financeiras internacionais e nacionais na definição da política social, especialmente educacional, objeto deste estudo, mostra a adoção do conceito de qualidade no quadro da produção econômica em matéria de educação e escola,

em um processo de descaracterização da educação pública como direito social (Souza & Oliveira, 2003).

Na década de 1990, a implementação de medidas, patamares e índices específicos para quantificar e avaliar a quantidade e qualidade das relações Série/série conteúdo materializado no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básico (Saeb), criado para medir o aproveitamento do ensino fundamental (3ª e 4ª série) e fundamental (3ª série) alunos, por meio de provas aplicadas em âmbito nacional.

A avaliação quantitativa foi uma das ferramentas para adequar o sistema educacional brasileiro à nova ordem mundial instaurada na década de 1990. Fonseca e Oliveira (2005) mostram que mudanças na gestão foram feitas visando a modernização do aparato burocrático, cujo objetivo central era tornar o Estado eficiente.

Fizeram parte do movimento conhecido como Reforma do Estado, liderado por Bresser Pereira, chefe do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Entre as medidas prioritárias

destacam-se:

- a descentralização administrativa, por meio da qual funções da burocracia central foram transferidas para os estados e municípios e para as chamadas organizações sociais de estrutura pública, pessoas de direito privado, não -estado; e
- a avaliação classificatória de desempenho serve como meio de regulação para o estado descentralizado. Assim, a descentralização e a avaliação tornaram-se eixos estruturantes da educação.

Deve-se ter em mente que, além das questões relativas ao domínio de conhecimentos, códigos, linguagens e raciocínio lógico, próprias da natureza da educação escolar, existem outras como: vida familiar, ambiente cultural, condições de transporte, alimentação, acesso a livros diversos, hábitos de leitura, acesso a aparatos

técnicos, que juntos compõem a amplitude da educação. A pedido político, estes últimos elementos não estão incluídos nos critérios de avaliação.

De acordo com o atual projeto neoliberal, os organismos multilaterais tentaram primeiro impor novas formas de controlar a produção de avaliação de trabalhos escolares, currículo, Treinamento, financiamento e mecanismos de governança para sistemas educacionais e escolas.

Além disso, explicaram claramente o papel da educação em termos de geração de capital social para o desenvolvimento do capitalismo, pois a educação poderia ajudar a minimizar a exclusão, a segregação e a marginalização social de grupos populacionais pobres. Isso não é por uma questão de igualdade, mas também por uma razão econômica.

Tais processos são vistos como impedimentos ao pleno desenvolvimento do capitalismo e podem representar ameaças à estabilidade econômica e à ordem social nos países ricos. Nessa perspectiva, a educação visa contribuir para a

composição da força de trabalho, educar os consumidores e manter a ordem social (Fonseca & Oliveira, 2005).

Essa lógica de gestão, que preconiza a qualidade econômica segundo a qual a intervenção do livre mercado é suficiente para assegurar o desenvolvimento econômico e social, ou seja, uma sociedade global regida livremente pelas regras e sinais do mercado, revela dois situações dentro da escola (Souza & Oliveira, 2003).

Os esforços da instituição para definir coletivamente seu projeto político-pedagógico são inibidos, visto que a luta histórica em defesa do direito da escola de construir seu projeto, de tomar suas decisões, num movimento em que todos são educados. Outra fortalece as ferramentas de controle, fiscalização e pressão externa sobre as decisões escolares.

Não importa se a escola como um todo desenvolve valores humanos, se aborda a compreensão da qualidade no sentido social, se desenvolve um projeto com pessoas com deficiência. O que conta são os números e não a forma como os números foram gerados.

Articulado com a noção de administração racional, o Banco Mundial e parte dos técnicos da equipe brasileira moldam uma visão também Marketing, economia, na concepção dos sistemas educativos, com o objetivo de legitimar critérios de qualidade e produtividade, e a sua medição sob a frágil aparência de eficácia.

Programas como: melhoria da qualidade da educação básica em Minas Gerais (1995); Qualidade do Ensino Público no Paraná (1995); O FUNDESCOLA (1998) e o Programa de Expansão e Aperfeiçoamento do Ensino Médio (1998) expressam uma modalidade de qualidade a ser implementada na estrutura do sistema educacional com implicações na gestão, currículo e avaliação em todos áreas do país.

A proposta de governo de Fernando Henrique Cardoso – Mãos à obra Brasil – afirma:

> A prioridade básica da política educacional será promover o acesso universal ao ensino fundamental e melhorar a qualidade da frequência escolar para garantir que as crianças tenham oportunidades efetivas

> de concluir pelo menos as oito séries da escolaridade obrigatória (...). No ensino médio, é política do governo apoiar e incentivar os estados a expandir o número de escolas, melhorar a qualidade da educação e oferecer oportunidades de formação profissional. (CARDOSO, 1994, p. 114)

Esse entendimento fornecido pelo Banco Mundial em sua proposta de reforma educacional de 1996 refere-se ao conceito de qualidade formulado pelos economistas, que está vinculado ao conceito de qualidade típico da economia de mercado. No documento Prioridades e estratégia para a educação, o banco explica:

> (...) a qualidade da educação é difícil de definir e medir. Uma definição satisfatória deve incluir os resultados obtidos por alunos (...). Os resultados educacionais podem ser melhorados com a adoção de quatro políticas principais: a) estabelecer padrões para os resultados educacionais; b) fornece suporte para insumos conhecidos por melhorar o rendimento; c) adotar estratégias

> flexíveis de aquisição e utilização de insumos, d) monitorar os resultados. (1996, pág. 51)

Ainda na concepção dos técnicos do Banco Mundial:

> (...) Uma vez definidos os objetivos de aprendizagem, a tecnologia de aprendizagem entra em ação e requer cinco tipos de insumos: a capacidade e a motivação do aluno para aprender, a disciplina deve aprender, um professor que saiba caligrafia e possa ensiná-la, tempo para ensinar e as ferramentas necessárias para ensinar e ensinar. (Idem, p. 81).

A compreensão de qualidade educacional do Banco baseia-se na aceitação de insumos projetados para produzir resultados a serem avaliados por meio de métricas de desempenho escolar e de alunos e desempenho escolar. Seus engenheiros recomendam um raciocínio linear segundo o qual o mero ajuste de equipamentos produz

resultados satisfatórios.

A concepção de qualidade, baseada na racionalidade técnica e em critérios econômicos, serviu e continua servindo de referência para a formulação de políticas públicas de educação no país. Assim, a atualização da teoria do capital humano pelos técnicos e arautos do Banco Mundial tornou-se para alguns governos e gestores o norte norteador da política para educação básica e superior com base no conceito de qualidade desde os fundamentos das teorias econômicas.

A qualidade no campo econômico desempenha um papel crucial na aquisição da qualidade da educação brasileira. Uma economia sólida e em crescimento fornece recursos financeiros necessários para investimentos adequados na infraestrutura educacional, na formação de professores, na pesquisa e no desenvolvimento de currículos atualizados.

Quando um país enfrenta desafios sanitários, é comum que a educação seja uma das áreas mais esperadas. A falta de recursos disponíveis limita os investimentos

no setor educacional, o que resulta em escolas precárias, falta de materiais didáticos adequados e falta de tecnologia educacional. Além disso, a satisfação dos professores e a falta de incentivos financeiros podem levar à desvalorização da profissão docente, afetando a motivação e a qualidade do ensino.

Uma economia forte também contribui para a redução da desigualdade socioeconômica, um fator determinante na qualidade da educação. A desigualdade socioeconômica pode criar disparidades no acesso à educação de qualidade, onde alunos de famílias mais pobres têm menos oportunidades e recursos para obter uma educação adequada. Isso pode levar a lacunas de aprendizado e perpetuar o ciclo de desigualdade educacional.

Além disso, a qualidade da educação está intrinsecamente ligada às demandas do mercado de trabalho. Uma economia dinâmica e em constante evolução requer uma força de trabalho bem educada, com habilidades relevantes e atualizadas. Investimentos na formação profissional e técnica, programas de estágio e parcerias

entre instituições educacionais e empresas podem ajudar a preparar os estudantes para os desafios do mercado de trabalho.

Melhorar a qualidade da educação no Brasil requer, portanto, uma abordagem integrada que leve em consideração a importância da estabilidade econômica. É necessário investir em políticas que promovam o crescimento sustentável, a geração de empregos e a redução da desigualdade. Ao mesmo tempo, é fundamental destinar recursos adequados para a educação, garantindo infraestrutura adequada, formação de professores, desenvolvimento curricular e acesso igualitário à educação de qualidade.

Assim sendo, a qualidade no campo econômico é um fator crucial para a qualidade da educação brasileira. Uma economia forte fornece os recursos necessários para investimentos qualificados na educação, reduz a desigualdade socioeconômica e prepara os estudantes para enfrentar os desafios do mercado de trabalho. Portanto, é essencial buscar o desenvolvimento econômico e aprimorar

simultaneamente o sistema educacional, garantindo que ambas as áreas se complementem e impulsionem o progresso do país como um todo.Parte superior do formulário

Aproximações e dimensões sinalizadoras da qualidade social da educação

Ao priorizar critérios econômicos para atribuir uma educação de qualidade, governos e gestores ignoram as limitações e imperfeições geradas pelo mercado e sua incapacidade de corrigir problemas sociais que tendem a se agravar quando deixados à mercê dos interesses. A qualidade social na educação não se limita a fórmulas matemáticas, nem a resultados a priori estabelecidos e medidas lineares descontextualizadas.

Um olhar crítico sobre a evolução da sociedade brasileira revela o distanciamento entre as classes sociais em decorrência de concepções políticas e privilégios econômicos para poucos e um processo cada vez maior de exclusão social para a maioria. Foram séculos de omissões

e ocultação de demandas sociais, cuja expressão tem sido muitas vezes tratada como caso de polícia e perturbação pública.

No Brasil, embora essas manifestações ocorram desde a época das províncias, o desejo dos trabalhadores por uma educação de qualidade tem sido atendido por escolas precárias e insuficientes para a escala e expectativas da demanda. No entanto, passamos da posição de súditos da monarquia à de cidadãos republicanos sem ter vivenciado o aprendizado da cidadania. A república moldou os graves problemas sociais não resolvidos - incluindo a educação pública - de acordo com a estrutura econômica do país, que já exigia um tipo diferente de trabalhador urbano. Alguns exemplos são as inúmeras tentativas de reformas educativas destinadas a melhorar o funcionamento e a organicidade do sistema, inclusive através de financiamento mais adequado.

Nas propostas educativas de católicos e liberais e depois subjacentes os embates entre privados e publicistas era o binômio quantidade qualidade que oscilava na formulação das políticas de educação básica. Em meio a

disputas políticas e interesses econômicos, ficou clara a necessidade de escolarização para a educação social de homens e mulheres e de trabalhadores despojados de bens materiais e culturais (Potyara, 2008).

Agora segue para mostram como alguns fatores - internos e externos - se refletem na qualidade da educação escolar. Nosso objetivo é apresentar alguns indicadores de qualidade social na educação. Dentre os determinantes externos que contribuem para a referência à qualidade da educação escolar, citamos:

- fatores socioeconômicos, como condições de moradia; situação condição de empregado ou desempregado do responsável pelo aluno; renda familiar; trabalho infantil e juvenil; distância do local de residência e local de estudo.
- Fatores socioculturais, como escolaridade familiar; tempo que a família dedica à educação cultural dos filhos; hábitos de leitura em casa; viagens, recursos tecnológicos em casa;

espaços sociais frequentados pela família; formas de lazer e uso do lazer; expectativas dos familiares em relação aos estudos e ao futuro das crianças e jovens.

- Financiamento público adequado com fundos previstos e executados; decisões coletivas sobre recursos escolares; comportamento ético no trato com os recursos e transparência financeira e administrativa.
- Aposta dos dirigentes centrais na formação adequada dos professores e quadros educativos, promovendo o seu ingresso por concurso público, a sua formação contínua e a melhoria das suas carreiras; ambiente e condições propícias a um bom trabalho pedagógico; conhecimento e domínio dos processos de avaliação que realinham a ação.

Dentro da escola, outros elementos indicam a qualidade social da educação, incluindo a organização do

trabalho pedagógico e direção escolar; projetos escolares; as formas de diálogo entre escola e família; o ambiente saudável; a efetiva política de inclusão; Respeito às diferenças e diálogo como requisito básico; o trabalho colaborativo e as práticas de funcionamento efetivo dos conselhos escolares e/ou universitários.

Acreditamos que a persistência e o sucesso do aluno dependem de outras atitudes do corpo docente, como: saber reconhecer o seu potencial individual; criar mecanismos facilitadores para o desenvolvimento de um espírito público, responsável e cooperativo; fornecimento de alimentação e transporte para os alunos; desenvolvimento da criatividade e inovação através de atividades e projetos focados em temas da atualidade; possibilitar a criação artística em todas as suas manifestações; garantir o acesso a livros, revistas, filmes e equipamentos técnicos, melhorando o acesso ao cinema.

A educação de qualidade social implica, portanto, assegurar a redistribuição das riquezas produzidas e a distribuição social dos bens culturais entre todos. A

qualidade social da educação escolar, portanto, não se adapta limites, tabelas, estatísticas e fórmulas numéricas que possam mensurar um resultado de processos tão complexos e subjetivos como é defendido por alguns setores empresariais que esperam que a escola apenas eduque trabalhadores e consumidores de seus produtos.

Uma escola social de qualidade é aquela que presta atenção a uma série de elementos e dimensões socioeconômicas que envolvem os estilos de vida das famílias e dos alunos e as expectativas educacionais; que busca entender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político voltado para o bem comum; que luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social e valorização dos servidores do sistema educacional; que transforma todos os espaços físicos em um lugar de aprendizado significativo e experiências democráticas efetivas.

Marco Epistemológico

A pandemia do COVID-19 trouxe uma série de desafios para a educação pública, afetando profundamente o ensino-aprendizagem e permitindo a adoção de novos caminhos e fundamentos para enfrentar essa realidade. Nesse contexto, esta tese tem como objetivo geral analisar os desafios e diretrizes da pandemia do COVID-19 na educação pública, considerando as restrições impostas pelo distanciamento social e ensino remoto. A pesquisa baseia-se em fundamentos filosóficos e teóricos, utilizando o pensamento freireano e vygotskyano como uma analogia significativa com a situação atual.

No contexto atual, em que a educação desempenha um papel fundamental na formação de indivíduos críticos e conscientes, torna-se essencial uma reflexão sobre os pensamentos de Paulo Freire e Lev Vygotsky. Ambos os teóricos da área, Freire e Vygotsky trouxeram contribuições para o campo educacional, com visões que enfatizam a importância da participação ativa dos alunos

no processo de aprendizagem e do ambiente social como agente influenciador. Neste texto, exploraremos as ideias desses dois grandes educadores, buscando compreender como suas teorias se complementam e como podem ser aplicadas para promover uma educação mais humanizada e transformadora.

Além disso, é importante considerar o impacto da crise pós-pandemia na educação pública. A pandemia do COVID-19 trouxe desafios sem precedentes para o sistema educacional em todo o mundo, e a educação pública foi particularmente digna de crédito. O fechamento das escolas e a transição para o ensino remoto revelaram as desigualdades existentes no acesso à educação e colocaram em evidência as deficiências desenvolvidas e tecnológicas enfrentadas por muitas dificuldades públicas.

Nesse contexto, as reflexões de Paulo Freire e Lev Vygotsky ganharam ainda mais espiritualidade. Freire, com sua pedagogia do oprimido, defende uma educação libertadora, que promovesse a conscientização crítica dos alunos e os capacitasse a transformar sua realidade. Ele

enfatizava a importância da participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem, valorizando seus conhecimentos prévios e incentivando o diálogo e a reflexão coletiva.

Vygotsky, por sua vez, destacava a influência do ambiente social e cultural no desenvolvimento humano e na aprendizagem. Sua teoria sociocultural ressalta a importância da interação entre os alunos e com os professores, bem como o papel mediador do ensino e do aprendizado colaborativo. Vygotsky defende que a educação deve ser orientada para a zona de desenvolvimento proximal, na qual os estudantes são desafiados a expandir suas capacidades com o apoio de mediadores mais experientes.

Ao unir as contribuições de Freire e Vygotsky, podemos expressar uma abordagem educacional que promove a participação ativa dos alunos, o diálogo crítico e a interação social, ao mesmo tempo em que leva em consideração as especificidades e necessidades individuais de cada estudante. Essa abordagem se torna especialmente relevante na crise pós-pandemia, em que a recuperação do sistema educacional exige uma atenção cuidadosa para

mitigar as desigualdades exacerbadas pelo contexto de ensino remoto.

É essencial que a educação pública se comprometa com a implementação de práticas pedagógicas que valorizem a voz e a participação dos estudantes, que considerem suas realidades socioeconômicas e culturais, e que suportem suporte adequado para que todos possam desenvolver plenamente suas habilidades e potencialidades. Além disso, é necessário investir em infraestrutura, tecnologia e formação de professores, a fim de superar as deficiências acompanhadas e garantir um ensino de qualidade para todos, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica.

Promover uma educação mais humanizada e transformadora na educação pública pós-pandemia requer um esforço coletivo de governo, instituições educacionais, professores, alunos e comunidade. É preciso reconhecer a importância de teóricos como Freire e Vygotsky, incorporando suas ideias em práticas pedagógicas concretas e buscando constantemente aprimorar e adaptar a educação

às necessidades e desafios do mundo contemporâneo. Somente dessa forma podemos construir um sistema educacional mais inclusivo, equitativo e preparado para enfrentar os desafios.Parte superior do formulário

As obras de Paulo Freire e Vygotsky receberam reconhecimento mundial como contribuições originais e reflexões para o pensamento pedagógico. Apesar de suas origens distintas, com Paulo Freire sendo brasileiro, nascido em Recife (1921-1997), e Vygotsky sendo natural de Orsha, Bielo-Rússia (1896 -1934), ambos apresentaram questões interligadas na direção a uma educação cidadã. Neste contexto, surge uma pergunta: quais são os pontos de convergência entre as teorias de Freire e Vygotsky em relação ao processo educacional? Tanto Paulo Freire quanto Vygotsky são dialéticos, e um princípio fundamental em ambas as obras é o da educação como uma prática ético-política.

Segundo Gadotti (2002), embora não seja possível falar com total precisão sobre as diferentes fases do pensamento de Paulo Freire, podemos afirmar que a

influência do marxismo ocorreu após a influência cristã humanista. Esses são momentos distintos, porém não contraditórios. Conforme apontado pelo filósofo alemão Woldietrich Schmied-Kowarzik em seu livro "Pedagogia dialética", Paulo Freire combina elementos cristãos e marxistas em sua abordagem pedagógica dialético-dialógica. Ele é um pensador dialético. A educação, por sua natureza, é uma prática antropológica e, portanto, ético-política. Por essa razão, ela pode se tornar libertadora. O tema da libertação é, ao mesmo tempo, cristão e marxista. No entanto, o método e a estratégia utilizados são diferentes. O objetivo, porém, é o mesmo. Desde o início, encontramos referências a Hegel em seu pensamento. A relação opressor-oprimido, por exemplo, evoca a relação senhor-escravo de Hegel. Em seguida, inspiraram Marx, Gramsci e Habermas. O pensamento de Paulo Freire é humanista e dialético.

Imerso em um período político e social intensamente agitado na Rússia após a revolução bolchevique, Vygotsky empenhou-se em fundamentar suas pesquisas sobre o funcionamento intelectual humano com base nos princípios

marxistas, que na época eram dominantes. Ele compreendia a importância da aplicação do materialismo histórico e dialético na psicologia. Como afirmaram Cole e Scribner (1991, p. 7),

> Vygotsky viu nos métodos e princípios do materialismo dialético a solução dos paradoxos científicos fundamentais com que se defrontavam seus contemporâneos. Um ponto central desse método é que todos os fenômenos sejam estudados como processos em movimento e em mudança. Em termos do objeto da psicologia, a tarefa do cientista seria a de reconstruir a origem e o curso do desenvolvimento do comportamento e da consciência.

Tanto Paulo Freire quanto as teorias em questão criaram uma concepção de sujeito histórico-cultural, onde a realidade social é crucial e está intrinsecamente ligada às relações e às forças que compõem a totalidade social. Eles enfatizam a importância de considerar as particularidades, já que nenhum fato ou fenômeno pode ser justificado

separadamente. Homens e mulheres, como seres sociais, possuem a capacidade de agir e representar suas ações de maneira objetiva, buscando criar e recriar a realidade. No entanto, seus discursos sobre suas situações concretas são conflituosos devido ao lugar que ocupam na sociedade, influenciados por interesses de classes sociais. Assim, as representações ideológicas são determinadas pelas estruturas das relações sociais.

A unidade dialética é responsável por gerar ações e pensamentos críticos em relação à realidade, visando transformá-la. A consciência crítica é identificada pela sua natureza anárquica, mas isso não significa que ela resultará em desordem. Pelo contrário, a conscientização não leva o povo a "fanatismos destrutivos". Em vez disso, é por meio da conscientização que o povo pode se engajar no processo histórico como sujeito, evitando fanatismos e desenvolvendo uma visão crítica da realidade, assim dissipando o medo da liberdade. Conforme a compreensão de Paulo Freire (2002, p. 24), "O medo da liberdade, que geralmente não é reconhecido pelo seu portador, faz com que ele enxergue o

que não existe".

O compromisso inerente à condição humana só se manifesta por meio do envolvimento com a realidade, sendo assim, é autêntico. A postura neutra diante dos valores, da história e do mundo acaba por refletir o recebimento de revelar um compromisso em relação aos seres humanos e sua humanização por parte daqueles que se autodenominam neutros. Eles estão "comprometidos" consigo mesmos, com seus próprios interesses, e como esse compromisso não é genuíno e verdadeiro, acabando por assumir uma neutralidade impossível.

É tolerar a humanização não somente como uma possibilidade ontológica, mas também como uma realidade histórica. A humanização e a desumanização são intrínsecas à história, em um contexto tangível e representam as potencialidades dos seres humanos enquanto seres inacabados e conscientes de sua incompletude.

Paulo Freire (1979, 2002) destaca o psicológico e a necessidade de compreender a essência da existência humana, isto é, reconhecer todos os indivíduos como seres

históricos autênticos. Os aspectos que definem os seres humanos não devem, portanto, suplantar o elemento mais significativo de sua existência: sua presença no mundo como sujeitos.

Uma abordagem vygotskyana enfatiza que o processo de construção do conhecimento é influenciado pelo ambiente cultural no qual homens e mulheres nascem e se desenvolvem. De acordo com essa perspectiva, a interação entre o sujeito, que está situado historicamente, e o ambiente sociocultural em que ele vive desempenhando um papel fundamental nesse processo. Nessa visão, a educação deve considerar toda a experiência de vida individual do sujeito como referência.

Vygotsky emergiu como a figura central da abordagem psicológica histórico-cultural, que considera o indivíduo como sendo socialmente situado em um ambiente construído ao longo da história. O ambiente, enquanto transmissor da cultura, é uma fonte de conhecimento. Vygotsky desenvolveu-se a investigar os procedimentos pelos quais a cultura se torna uma parte essencial da

natureza de cada ser humano.

Na perspectiva interativa dos dois autores, podemos identificar outro ponto de convergência ao considerar os pressupostos fundamentais da concepção freireana da educação para a libertação como um processo de comunhão entre homens e mulheres, e a visão interativa do desenvolvimento individual e proposta social pela teoria vygotskyana.

De acordo com a perspectiva de Paulo Freire, a interação entre sujeito-sujeito e sujeito-mundo é inseparável. Conforme expresso por ele (2002, p. 68), "Ninguém educa outra pessoa, ninguém educa a si mesmo; os seres humanos se educam mutuamente, mediados pelo mundo".

Paulo Freire critica a relação autoritária e opressiva que existe entre as classes e os grupos sociais. De acordo com ele, em sua obra de 1998, é fundamental que homens e mulheres tenham consciência de sua condição inacabada como seres humanos, pois isso desempenha um papel crucial no processo de libertação tanto dos oprimidos quanto dos opressores. Além disso, assim como os indivíduos, a

realidade também é inacabada, o que possibilita a ação no sentido de transformar tanto tudo quanto todos.

Crer na transformação do mundo através do caminho freireano da comunhão é acreditar na capacidade coletiva de todos os seres humanos nutrirem juntos o ideal utópico de mudança: uma realidade em que tanto opressores quanto oprimidos genuinamente se libertem dos grilhões do preconceito e da injustiça.

Há pessoas que são impulsionadas pelo desejo de mudança: os oprimidos e todos aqueles que acreditam e compreendem a utopia não como algo impossível de alcançar, mas como o que Paulo Freire (1998) chama de "inédito viável" - algo que o sonho utópico reconhece como existente, mas que só será alcançado através da práxis libertadora.

Seguindo a perspectiva de Freire (2001, p. 85), ao considerar o incompetente viável como um sonho utópico que se materializa na realidade cotidiana, homens e mulheres começam a descobrir a possibilidade concreta de sua libertação. Estar verdadeiramente presente no mundo

implica envolver-se em ações, pensamentos e lutas. Os indivíduos oprimidos, antes abstratos e desvinculados da história, passam a fazer parte ativa do mundo, adquirindo uma percepção consciente, crítica e participativa, o que reflete sua vocação ontológica.

> Nunca falo da utopia como uma impossibilidade que, às vezes, pode dar certo. Menos ainda, jamais falo da utopia como refúgio dos que não atuam ou [como] inalcançável pronúncia de quem apenas devaneia. Falo da utopia, pelo contrário, como necessidade fundamental do ser humano. Faz parte de sua natureza, histórica e socialmente constituindo-se, que homens e mulheres não prescindam, em condições normais, do sonho e da utopia.

De acordo com Vygotsky, a construção do conhecimento ocorre por meio de uma ação compartilhada que envolve a mediação entre os indivíduos. Nessa visão, a interação social é fundamental para a aprendizagem. A diversidade presente no grupo enriquece o diálogo,

a cooperação e a troca de informações, ampliando, consequentemente, as capacidades individuais. As relações sociais se convergem em funções psíquicas.

No que diz respeito ao processo de formação da mente humana, Vygotsky (1991a) destaca o processo de internalização, que envolve diversas transformações:

> a) Uma operação que inicialmente representa uma atividade externa é reconstruída e começa a ocorrer internamente. (...) b) Um processo interpessoal é transformado num processo intrapessoal. Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro, entre pessoas (interpsicológica), e, depois, 5 no interior da criança (intrapsicológica). (...) c) A transformação de um processo interpessoal num processo intrapessoal é o resultado de uma longa série de eventos ocorridos ao longo do desenvolvimento. (p. 64)

O desenvolvimento dos níveis superiores da mente acontece através da mediação do outro. Por meio dessa

mediação, a criança adquire os modos de comportamento e a cultura que representam a história da humanidade.

De acordo com Vygotsky, o desenvolvimento cultural é equivalente ao desenvolvimento social, embora não se refira literalmente ao desenvolvimento de habilidades latentes que frequentemente vêm de fontes externas. Na maioria das vezes, ocorre uma transferência de estruturas do ambiente externo para o interno, originada em uma relação ontogenética e filogenética diferente daquela observada no desenvolvimento orgânico. No desenvolvimento orgânico, a filogenia é potencial e se repete na ontogenia. No desenvolvimento social, ocorre uma interação real entre filogenia e ontogenia, sendo essa interação a principal força motriz de todo o processo de desenvolvimento.

Tanto Paulo Freire quanto Vygotsky destacam a importância do diálogo como elemento central na ação pedagógica, ao propor a educação como um ato dialógico e a linguagem como o principal mediador no processo educacional.

Paulo Freire, um fervoroso defensor da educação,

enfatiza o valor do diálogo como base essencial, ressaltando a importância de uma abordagem comunicativa fundamentada na razão. Segundo ele, o ato de conhecer e pensar estão intrinsecamente ligados nesse contexto. Freire considera o conhecimento como uma ação que abrange a história, a gnosiologia, a lógica e, igualmente, a dimensão dialógica.

Em seu trabalho de 1985, Paulo Freire destaca o diálogo como o caminho mais confiável para alcançar a educação e a libertação de todos os indivíduos, independentemente de serem opressores ou oprimidos. Ele argumenta que a abordagem imperativa de transmissão de conhecimento, característica do modelo tradicional, apenas reforça a dominação cultural e política, impedindo a conscientização e o desenvolvimento das pessoas.

Acredita-se na importância do diálogo como uma forma de intercâmbio de ideias que estimula o desenvolvimento de novas ideias. De acordo com sua teoria, fica evidente que o diálogo ocorre em um contexto de igualdade, sem hierarquias, entre as pessoas envolvidas.

Segundo Vygotsky (1991b), há uma relação estreita entre o pensamento humano e a linguagem, uma vez que os significados das palavras, construídas socialmente, desempenham papéis tanto na representação quanto na generalização, permitindo a transcrição do mundo em um nível simbólico. Essa reconstrução representa a base para a criação de um universo cultural e a formação de sistemas lógicos de pensamento, que facilitam a elaboração de emoções sobre a realidade. Além disso, essa dupla função possibilita a comunicação de experiências individuais e coletivas.

Vygotsky (1991b, p. 131-132) conclui que:

> A relação entre o pensamento e a palavra é um processo vivo: o pensamento nasce através das palavras. Uma palavra desprovida de pensamento é uma coisa morta, e um pensamento não expresso por palavras permanece uma sombra. A relação entre eles não é, no entanto, algo já formado e constante; surge ao longo do desenvolvimento e também se modifica. (...) As palavras desempenham um papel cen-

> tral não só no desenvolvimento do pensamento, mas também na evolução histórica da consciência como um todo. Uma palavra é um microcosmo da consciência humana.

Vygotsky (1991a) afirmou a origem social da consciência, destacando o papel crucial da linguagem em seu processo de formação. De acordo com essa perspectiva, a consciência é dialeticamente construída por meio das sentidas do sujeito com os outros e com o mundo, sendo moldada pelo contato social e tendo uma origem histórica.

A formação da consciência, na visão de Vygotsky, possui um caráter dual. Conforme Molon (2003, p. 86) coloca, Vygotsky "enfatizou a dualidade da consciência, a ideia do duplo, evidenciada na relação entre o eu e o outro dentro da própria consciência, ou seja, a consciência como um diálogo consigo mesmo que se realiza por meio do contato com os outros".

A concepção de consciência de Vygotsky resulta em uma nova compreensão do "eu", em que a dimensão individual é construída a partir de uma base social, como

um reflexo do modelo da sociedade. Portanto, o "eu" só existe dentro do contexto do outro, sendo ambos (eu e outro) mediados socialmente.

Nessa relação com o outro, as socialmente satisfeitas desempenham um papel fundamental na formação da consciência. No entanto, essas emoções sociais não se limitam apenas aos encontros diretos entre as pessoas, mas também incluem as intersubjetividades anônimas.

A consciência é entendida como a capacidade humana de refletir sobre sua própria atividade, de modo que ao refletir sobre essa atividade, o indivíduo adquire consciência dela.

Em relação à construção do conhecimento, tanto Freire quanto Vygotsky concordam que esta tem um ponto de partida e um ponto de chegada em comuns. Freire destaca as necessidades populares como ponto de partida, enquanto Vygotsky enfatiza os conhecimentos espontâneos. No entanto, ambos concordam que o ponto de chegada é o conhecimento científico.

Paulo Freire enfatiza que o conhecimento é um

resultado das emoções entre os seres humanos e sua relação com o mundo. Os seres humanos devem enfrentar e buscar soluções para os desafios que surgem nesses relacionamentos. Para isso, é necessário reconhecer a questão, interpretá-la e imaginar maneiras adaptadas de abordá-la. Essa busca contínua por respostas traz à tona novas questões e desafios adicionais. Dessa forma, o conhecimento se constrói a partir das necessidades humanas. Segundo a teoria de Freire, o ato de conhecer é uma jornada pessoal inserida em um contexto social. Além disso, Freire destaca a importância do conhecimento relacional, como afirma em sua obra (2001, p. 53):

> O envolvimento necessário da curiosidade humana gera, indiscutivelmente, achados que, no fundo, são ora objetos cognoscíveis em processo de desvelamento, ora o próprio processo relacional, que abre possibilidades aos sujeitos da relação da produção de inter-conhecimentos. O conhecimento relacional, no fundo, inter-relacional, "molhado" de intuições, adivinhações, desejos, aspirações, dúvidas,

> medo a que não falta, porém, razão também, tem qualidade diferente do conhecimento que se tem do objeto apreendido na sua substantividade pelo esforço da curiosidade epistemológica. Estou convencido, porém, de que a finalidade diferente deste conhecimento chamado relacional, em face, por exemplo, do que posso ter da mesa em que escrevo e de suas relações com objetos que compõem minha sala de trabalho com que e em que me ligo com as coisas, as pessoas, em que escrevo, leio, falo não lhe nega o status de conhecimento.

De acordo com Vygotsky, a relação entre aprendizagem e desenvolvimento está relacionada à compreensão da conexão entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos espontâneos da criança. Segundo ele (1991b), a aprendizagem ocorre tanto na direção ascendente quanto na descendente. Na direção ascendente, os conceitos espontâneos abrem caminho para os conhecimentos científicos, enquanto na direção descendente, os conhecimentos científicos avançados o

conhecimento cotidiano, fornecendo estruturas para seu desenvolvimento ascendente, em uma relação dialética.

Dessa forma, o conhecimento, tanto cientificamente quanto cotidiano, é resultado da produção cultural. Os conteúdos da experiência histórica do ser humano não estão apenas nas coisas materiais, mas principalmente nas formas verbais de comunicação protegidas entre as pessoas. Através da linguagem, ocorre a internalização desses conteúdos, fazendo com que a natureza social das pessoas se torne também sua natureza psicológica.

A função da escola é educar para promover tanto em si mesmo quanto na sociedade, contrariando os princípios do modelo tradicional de ensino, denominado por Freire como "educação bancária" e por Vygotsky como "velha escola".

Os defensores da inclusão de todas as pessoas na história como agentes de transformação crítica a relação vertical entre educador e educando, em que o educador é visto como o detentor do conhecimento e os demais são reconhecidos ignorantes, incapazes de pensar e participar

dos processos decisórios. Os educandos, independentemente do gênero, são vistos como seres adaptáveis e devem se conformar aos modelos alcançados pela ideologia dos grupos e classes dominantes. Nesse tipo de educação, o currículo é uniforme e utilizado como meio de padronizar a formação da mão de obra, o que resulta na hierarquização de funções e contribui para a imposição de uma cultura que não representa a diversidade da população.

A nossa sociedade contemporânea está em direção a uma educação inclusiva. Diante do contexto social animado atual, o ato educacional requer uma abordagem estratégica por parte do educador. Para que a educação se torne efetiva na formação de cidadãos autônomos, competentes e críticos, é fundamental ir além de uma simples relação de ensino-aprendizagem. É preciso ter o desejo de influenciar e intervir no processo de aprendizagem do aluno, o que implica em tomar uma série de decisões pedagógicas que abrangem todo o processo educativo, desde a elaboração do currículo até as práticas escolares em sala de aula. Dessa forma, a atividade de ensino-aprendizagem se torna uma

colaboração conjunta, integrada e moldada pela interação entre os participantes e pela influência social.

Paulo Freire (2002), expressa sua crítica à abordagem educacional conhecida como "educação bancária". Nessa perspectiva, os professores são vistos como depositários de conhecimento, que o transmitem aos alunos de forma narrativa, levando-os a memorizar mecanicamente os conteúdos apresentados. Segundo Freire, essa forma de ensino reforça a passividade dos alunos, que se tornam receptores passivos de informações, sem a oportunidade de desenvolver seu pensamento crítico e sua capacidade de questionar.

> Na visão "bancária" da educação, o "saber" é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual, esta se encontra sempre no outro. O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invari-

> áveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca. (p. 58)

Segundo Paulo Freire, a "educação problematizadora" ou "educação para a liberdade" ocorre por meio de uma relação horizontal entre educador e educando, baseada em diálogo constante. O objetivo é fazer com que o educando compreenda que ele não apenas está no mundo, mas sim com o mundo, buscando transformar a realidade. É fundamental acompanhar o conhecimento prévio do educando para propor, e não importa, o que e como será desenvolvido em sala de aula. Freire defende que a educação como prática da liberdade nega a ideia de um homem abstrato, isolado e desconectado do mundo, assim como nega a ausência do mundo como uma realidade distante dos indivíduos.

Segundo Gadotti (2002), na visão freireana, é responsabilidade da escola:

> (...) cabe-lhe selecionar e rever cri-

> ticamente a informação; formular hipóteses, ser criativa e inventiva (inovar): ser provocadora de mensagens e não pura receptora; produzir, construir e reconstruir conhecimento elaborado. E mais: numa perspectiva emancipadora da educação, a escola tem que fazer tudo isso em favor dos excluídos. Não discriminar o pobre. (...) A tecnologia contribui pouco para a emancipação dos excluídos se não for associada ao exercício da cidadania. A escola deixará de ser "lecionadora" para ser "gestora do conhecimento". A educação tornou-se estratégica para o desenvolvimento. Mas para isso não basta modernizá-la. Será preciso transformá-la profundamente. (...) A escola precisa dar o exemplo, ousar construir o futuro. Inovar é mais importante do que reproduzir com qualidade o que existe. A matéria prima da escola é sua visão do futuro.

Vygotsky (2001) expressa críticas ao método de ensino direto adotado pela escola antiga, argumentando que tal abordagem elimina por completo os desafios do pensamento infantil. Ele afirma que essa tendência

de simplificar vai contra os princípios educacionais fundamentais. Vygotsky sustenta que:

Vygotsky (2001, p. 452) critica o ensino direto da velha escola, afirmando que este extirpa toda dificuldade do pensamento da criança, e esta tendência facilita e contraria os mais básicos princípios educativos. Segundo ele, até hoje o aluno tem permanecido nos ombros do professor. Tem visto tudo com os olhos dele e julgou tudo com a mente dele. Já é hora de colocar o aluno sobre as suas próprias pernas, de fazê-lo andar e cair, sofrer dor e contusões e escolher a direção. E o que é verdadeiro para a marcha – que só se pode aprendê-la com as próprias pernas e com as próprias quedas – se aplica igualmente a todos os aspectos da educação.

Na perspectiva de Vygotsky, é atribuído aos professores o papel de organizadores do ambiente social, visto por ele como o único elemento educativo. É esperado deles que:

> (...) deixe inteiramente a condição de estojo e desenvolva todos os as-

> pectos que respiram dinamismo e vida. Em todo trabalho docente do velho tipo formavam - se forçosamente um certo bolor e ranço, como em água parada e estagnada. E aqui de nada servia a costumeira doutrina segundo a qual o mestre tem uma missão sagrada e consciência de seus objetivos ideais. (VYGOTSKY, 2001, p.449)

De acordo com Freire (2002), a educação bancária, caracterizada pelo uso de práticas autoritárias, viola o direito fundamental das pessoas de serem protagonistas de suas próprias histórias, perpetuando relações de dominação. Em contrapartida, a educação libertadora capacita os indivíduos a transformarem a si mesmos e a realidade. A biofilia, o amor à vida, é essencial para a existência humana, e é a vocação do ser humano estar comprometido com a vida, refletindo sobre sua existência e suas ações para tornar o mundo cada vez mais humano.

Segundo Vygotsky (2001), os problemas da educação serão resolvidos quando as questões da vida forem abordadas. A vida se torna criativa quando se liberta

das estruturas sociais opressivas, quando se torna um ato estético e consciente.

Atualmente, há uma tendência de inclusão social, em que todos os seres humanos guardam os espaços sociais. Existe um dinamismo significativo em um mundo onde conceitos e práticas são cada vez mais efêmeros, oferecendo múltiplas possibilidades.

A valorização do outro como protagonista da vida é fundamental para uma mudança de paradigma. A diversidade não deve ser apenas tolerada, mas valorizada como uma extensão e enriquecimento da vida. O objetivo é construir uma sociedade baseada na equidade, justiça, igualdade e cooperação, que garanta uma melhor qualidade de vida para todos, sem distinção. É crucial uma mudança de mentalidade, em que todos participam da construção desse novo modo de existir no mundo.

Paulo Freire e Vygotsky, em todas as dimensões, reforçam o movimento de transformação que o mundo contemporâneo está passando em relação às práticas sociais de exclusão. Compreender e adotar seus princípios implica

em posicionar-se completamente no paradigma da inclusão.

Freire (1996) enfatiza essa perspectiva ao afirmar que alguém pode adotar posturas machistas, racistas, classistas ou qualquer forma de preconceito, mas admita-se como alguém que infringe a essência humana. Não aceitamos justificativas de cunho genético, sociológico, histórico ou filosófico para explicar a suposta superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer forma de descrevê-la é moralmente inaceitável, e lutar contra ela é um dever, independentemente dos obstáculos enfrentados. A beleza de ser humano reside, entre outras coisas, nessa possibilidade e na obrigação de combater tais injustiças. Reconhecer que devo respeitar a autonomia e a identidade do educando exige de mim uma prática coerente com esse princípio.

Tanto Paulo Freire quanto Vygotsky incentivaram a visão de que a educação é um ato de produção e reconstrução do conhecimento, uma prática que promove a liberdade e a conscientização política. Ambos defendem

a importância de ler o mundo e compartilhar essa leitura como parte essencial do processo educativo. Esses pedidos fundamentais destacam-se tanto em Freire quanto em Vygotsky.

Mediante o exposto, percebe-se que, no contexto desafiador da pandemia, as ideias de Paulo Freire e Lev Vygotsky sobre a educação pública ganham ainda mais adeptos. Freire, defensor incansável da educação libertadora, ressalta a importância de uma pedagogia crítica e participativa, que promove a conscientização e a transformação social. Vygotsky, por sua vez, destaca a relevância do contexto sociocultural e da interação social no processo educacional, enfatizando a importância do diálogo e da mediação. Ao unir essas perspectivas, torna-se possível pensar em uma educação pública durante a pandemia e pós-crise que valoriza a participação ativa dos estudantes, promove uma reflexão crítica sobre a realidade e utiliza estratégias de ensino que estimulam a interação e a construção conjunta de conhecimento. Dessa forma, é possível enfrentar os desafios impostos pela crise sanitária.

Uma analogia do cenário da pandemia com o pensamento freireano

O método de educação "para todos" foi o tema sugerido pela classe popular. No entanto, o modelo foi desenhado com ressalvas quanto ao desempenho social e político da classe dominante. Pensando em modificar o modo como os trabalhadores e seus filhos podem agir na sociedade, Paulo Freire inventou um método de ensinar e aprender, seu método é reconhecido em diversos países e se torna mais moderno a cada estudo, especialmente quando voltado para os tempos atuais.

É claro que Paulo Freire é sensível aos problemas sociais e defensor de políticas voltadas para a redução da desigualdade e ampliação do acesso aos mais vulneráveis e desfavorecidos. Por isso, seus estudos atenderam às necessidades populares e à luta pela mudança social a partir de um modelo educacional verdadeiramente prático e que considera a vida humana.

> As elites dirigentes, na sua ação política, são eficazes na utilização do conceito de "bancária" (onde a vitória é uma das ferramentas) porque, na medida em que esta aumenta a ação de não fazer nada, corresponde ao estado de "submersão "de uma sociedade oprimida pela consciência. Usando essa "imersão" da consciência oprimida, essas pessoas proeminentes a transformam no "recipiente" de que estamos falando e colocam slogans que a tornam ainda mais temerosa da liberdade. (FRElRE, 1987, p. 48)

Conforme a citação do Paulo Freire, é admissível entender que a educação necessita ser gratuita, como ele mesmo se defende, ao mesmo tempo em que permite ao sujeito acompanhar o curso de sua história e, com isso, escolher o que vê como o melhor. Em um modelo educacional que preconiza apenas a memorização de conteúdos e temas, o indivíduo é levado a aprender sem entender a relação estabelecida pelo conhecimento e a sociedade. Nesses termos, a educação não oferece oportunidades para

melhorar as condições de vida do estudante e proporcionar independência no fazer e no pensar.

No entanto, essa capacidade de ser independente só será concretizada quando a educação se tornar uma ferramenta de classificação social, onde todas as classes possam receber o mesmo conteúdo e o mesmo modelo educacional. Senão, a educação continuará sendo um instrumento utilizado pela classe dominante como meio de sobrevivência no topo da pirâmide social.

Freire (1987) ainda protege a ideia de que é imprescindível:

> sugerir as pessoas, por meio de certas contradições básicas, sua situação existente, concreta, atual, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no risíveI intelectuaI, porém não nível da atuação. (FRElRE, 198 7, p. 49)

Portanto, Freire afirma que a educação precisa funcionar bem com a situação social, pois necessita ser

uma forma de reduzir a desigualdade e não apenas servir aos interesses dos governantes. As pessoas devem ter plena consciência de sua função na situação social, para que possam buscar mudanças e soluções significativas para os problemas que enfrentam.

O texto de Paulo Freire é atemporal quando afirma:

> Diante desse universo de temas contraditórios de linguagem, os homens fazem com que seus posicionamentos se contradigam, executam tarefas que favorecem, alguns, a manutenção dos prédios, outros, a mudança. [...] Numa época em que a sociedade se defronta com tal época, a criatividade e a ficção tornam-se um dos seus temas básicos, que terá, ao contrário, uma visão crítica e dinâmica da realidade, para lutar pela colheita. de sua revelação, revela seus mitos e busca a plena realização da tarefa humana: a eterna transformação da realidade para libertar os homens (FRElRE, 1987, p. 53)

Destarte, o escrito de Paulo Freire está enraizado na atualidade sobre a educação que revela a luta desigual imposta pelos métodos educacionais: privado e público. Tal luta apenas prejudica o verdadeiro propósito da educação, que é formar sujeitos como cidadãos ativos e conscientes. Se pensarmos que os modelos de educação, público e privado, são iguais, é um grande mito que precisa ser mudado.

Assim, os escritos de Paulo Freire miram trazer à tona nas discussões contemporâneas a questão da educação libertadora, capaz de promover a diferença na vida dos indivíduos. No entanto, a educação que já vê diferenças em sua oferta não pode ser vista como uma medida de igualdade social, mas como uma ferramenta que reafirma a divisão social.

> Apenas quando os oprimidos deparam claramente o opressor e se engajam em uma luta organizada por sua libertação, eles começam a cair em si, superando assim sua "colaboração" com o regime opressor. Se esta descoberta pode ser feita não só ao nível intelectual, mas ao nível da ação, o que nos parece

> fundamental é que esta não se limite ao ativismo, mas esteja associada a um profundo compromisso com a reflexão, para que se torne práxis. Um diálogo sério e libertador, por isso mesmo que a ação é necessária, deve ser feito com os oprimidos, independentemente do nível de sua luta pela liberdade. Não é um diálogo aberto, que provoca a raiva e a opressão do opressor. (FRElRE, 1987, p. 29)

Para isso, Freire (1987) afirma que a liberdade existirá por meio do diálogo transparente e aberto entre essas duas classes: a elite e o proletariado. Refletir sobre a situação social deve ter má reputação, pois afeta ambas as categorias. Portanto, a prática acadêmica se concentra nessa reflexão atual sobre os problemas sociais. Procurando ainda reforço nas escrituras de Freire (1987, p. 20), é admissível finalizar que "a realidade social, objetiva, que não há por casualidade, porém como produto da atuação dos homens, [...] modificar-se ao fato opressor é tarefa histórica, é tarefa dos homens."

Desse modo, entender que a educação tem uma

função relevante na sociedade a leva a outro patamar: ela deve permitir o debate democrático, não evidenciar diferenças sociais e econômicas, todavia revelar outras formas efetivas de unir e mudar a realidade opressiva, onde uma classe domina a outra. com dificuldade de acesso à educação.

Neste tempo imprevisível, a educação deve suceder como condição para o diálogo e a existência da liberdade, porque parece que a ciência está na vanguarda deste problema, procurando soluções para este problema. Assim, impedir que um determinado segmento da população tenha acesso à informação é como marginalizar tal grupo, impedindo-o de ascender socialmente.

O legado de Paulo Freire é claro em relação à educação como ferramenta de combate à opressão, identificando o diálogo como condição fundamental de um modelo educacional que priorize a confiança e a cocriação. Ao contrário do que se possa pensar, Paulo Freire subordina a educação à política e à situação social, vislumbrando assim uma solução para a luta contra a opressão organizada

sob o lema da igualdade social.

Explorando os fundamentos filosóficos e teóricos do Construtivismo de Vygotsky durante uma pandemia

Durante uma pandemia, a exploração dos fundamentos filosóficos e teóricos do construtivismo de Vygotsky revela-se especialmente relevante e pertinente. Uma abordagem vygotskyana enfatiza a importância do contexto social e da interação no processo de aprendizagem, ressaltando a necessidade de criar ambientes de aprendizagem colaborativos e experimentados.

Por meio da interação social, propõe-se investigar como o construtivismo pode ser aplicado no contexto educacional durante a pandemia, a fim de promover uma aprendizagem significativa e de qualidade. Ao longo desta pesquisa, foram identificados diversos desafios enfrentados pela educação pública, como a falta de acesso a recursos tecnológicos e a dificuldade de manter a interação social entre alunos e professores.

No entanto, a teoria construtivista de Vygotsky oferece diretrizes importantes para superar esses obstáculos, destacando a importância da interação social como ferramenta fundamental no processo de construção do conhecimento. Ao fornecer espaços virtuais de colaboração e promover estratégias de aprendizagem colaborativa, é possível potencializar o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos alunos, mesmo em um contexto de ensino remoto. Nesse sentido, a aplicação do construtivismo de Vygotsky na educação pública durante a pandemia mostra uma abordagem promissora para garantir uma educação inclusiva e de qualidade, capaz de enfrentar os desafios impostos por esse cenário desafiador.

É fundamental que os gestores e educadores sejam capacitados e apoiados para implementar práticas construtivistas de forma eficaz, garantindo que todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades de aprendizagem, independentemente das suas circunstâncias individuais. A colaboração entre as partes interessadas, incluindo governo, escolas, famílias e comunidades,

também é essencial para enfrentar os desafios e promover uma educação resiliente e adaptável às demandas do século XXI.

Assim, podemos criar um ambiente educacional que promova o desenvolvimento integral dos estudantes, incentivando a criatividade, a resolução de problemas e a autonomia. Além disso, é importante investir em recursos tecnológicos e infraestrutura adequados, garantindo que todos os alunos tenham acesso às ferramentas necessárias para potencializar suas habilidades e competências. Dessa forma, estaremos construindo uma base sólida para o futuro, preparando os jovens para os desafios e oportunidades que virão ao longo de suas vidas.

Os estudos de Vygotsky e seus seguidores fundamenta a teoria do socio-construtivismo como um processo em constante desenvolvimento, que explora o impacto da interação social, da linguagem e da cultura na formação e no desenvolvimento da mente humana. De acordo com essa abordagem, o conhecimento não é simplesmente uma representação da realidade, mas uma

construção baseada nas ações e operações conceituais que se conhecem viáveis na experiência individual. Dessa forma, a aprendizagem é considerada um resultado adaptativo que possui uma natureza social, histórica e cultural.

O conhecimento produzido pela cultura é um conhecimento que é compartilhado socialmente. Isso significa que há uma interação contínua em que ocorre, interpreta, transforma e constrói por parte dos indivíduos (Cobb, 1998). De acordo com a perspectiva socioconstrutivista, o processo de desenvolvimento é otimizado pelo meio da aprendizagem e quando há a presença ou colaboração de alguém mais experiente. Nessa visão, a educação e a escola desempenham um papel fundamental na promoção do desenvolvimento dos indivíduos, e o professor atua como planejador, observador, promotor e motivado do desenvolvimento dos alunos.

Nesse sentido, o professor desempenha o papel de mediador entre a compreensão individual dos alunos e os conhecimentos culturalmente aceitos, impulsionando assim o processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Gould (1998) enfatiza também a colaboração entre os pares como um elemento igualmente crucial para o aprendizado, pois possibilita aos alunos dirigirem e explorarem recursos que já estavam ao seu alcance, porém sem um controle consciente e explícito.

Seguindo uma perspectiva socioconstrutivista, Fosnot (1998) identifica elementos cruciais da prática educativa. Esses elementos incluem permitir que os alunos elaborem suas próprias perguntas, desenvolvam hipóteses e modelos, e testem sua validade. Além disso, é importante fornecer examinar as possibilidades que gerem tanto para corroborar como para contradizer ideias. Estimular a abstração reflexiva é essencial, pois os alunos podem organizar, generalizar e atribuir significado às experiências vividas. A promoção da conversação, argumentação e comunicação das ideias e pensamentos dos alunos também é fundamental. Por fim, é necessário incentivar os alunos a buscar a produção e construção de significados, pois esse movimento impulsionado o desenvolvimento das estruturas psicológicas durante o processo de aprendizagem.

As ideias desenvolvidas por Fosnot (1998) sobre prática pedagógica, respaldadas por outros autores como Oliveira (1995) e Cerisara (1995), enfatizam a importância de uma abordagem intencional e direcionada na construção e aquisição de conhecimentos culturalmente produzidos, bem como no estímulo ao desenvolvimento. Isso significa que a interação social por si só não é suficiente para o aprendizado, sendo necessário um engajamento formativo e intencional.

Além disso, uma perspectiva socioconstrutivista implica compreender a educação e os fenômenos educacionais como processos em movimento constante e transformação, situando-os dentro de um amplo sistema que considera a realidade social e histórica em que estão inseridos. Conforme argumentado por Cobb (1998), ao adotar a teoria de Vygotsky como referência, não é possível isolar um fato de sua situação sociocultural.

Para descrever sobre o desenvolvimento humano numa perspectiva sócio-histórica, levando em consideração os anseios para a educação, Vygotsky (em Vygotsky, Luria

& Leontiev,1988) iniciou seus estudos através de uma análise crítica da história e da situação da Psicologia em sua época. Sua maior influência foi o Materialismo Dialético, e seu objetivo era criar uma psicologia que pudesse explicar as características que diferenciam o ser humano de outros seres da natureza. Ele busca compreender como o ser humano desenvolve as funções psicológicas superiores (como memória, percepção, pensamento e linguagem) a partir de funções elementares ou biológicas (como andar, comer e procriar). Em outras palavras, ele buscou justificar a transição do ser humano do estado de natureza para o estado de cultura.

Para explicar essa transformação, o autor considerou os fatores naturais e biológicos, como condições necessárias, mas secundárias no desenvolvimento de comportamentos complexos. Ele argumentou que o desenvolvimento é essencialmente um processo social, e não individual, como era entendido pela Psicologia da época. As funções superiores ou culturais já existem no plano social ou interpessoal antes de se formarem no plano

pessoal.

Além de considerar o desenvolvimento psicológico como um processo eminentemente social, o autor também o entendeu como um processo histórico. No entanto, essa compreensão não se refere apenas a uma sucessão de eventos no tempo e no espaço, mas a uma sequência significativa desses eventos, na qual o indivíduo e seu ambiente não são elementos independentes de sua evolução histórica ou de sua interdependência momentânea. Assim como o sujeito e o objeto são históricos, também a relação entre eles é histórica.

Ao falar sobre relações sociais produzidas historicamente, Vygotsky se baseia nas práticas sociais presentes em uma determinada época ou cultura. Essas práticas expressam como os indivíduos se relacionam uns com os outros, como pensam e falam, como agem e quais são as expressões do uso de um sistema simbólico (linguagem) que permite atribuir significados a objetos, ações e ao mundo. Também inclui o uso de instrumentos pelos quais transformam a natureza de acordo com seus

desejos ou necessidades de sobrevivência, bem como a influência mútua da transformação da natureza por eles modificados.

Vygotsky (1987) encontrou nos métodos e princípios do Materialismo Dialético, especialmente em Hegel, a solução para os paradoxos científicos fundamentais que a Psicologia de sua época enfrentava. Ele considerou que o ponto central desse método é a compreensão de que todos os fenômenos devem ser observados como processos históricos em constante movimento e mudança.

Nesse sentido, a educação não pode ser pensada diferente dessa perspectiva. É crucial conceber como um processo aquecido e dialético, no qual teoria e prática estão intrinsecamente envolvidas ao contexto social, cultural, econômico e político das diversas comunidades em que a Educação está inserida.

Através de uma perspectiva sócio-histórica, a humanização do ser humano ocorre à medida que ele deixa de ser parte da natureza e se torna um ser humano, ao se apropriar das construções culturais de seu grupo.

A "Educação" desempenha um papel fundamental nesse processo, pois permite que o indivíduo internalize a cultura e se constitua como ser humano.

Segundo Duarte (1998), a formação do sujeito ocorre por meio da apropriação dos resultados da história social e da sua objetivação dentro dessa história, sempre em relação concreta com outros indivíduos que atuam como mediadores entre ele e o mundo.

A formação do indivíduo é sempre um processo educativo, mesmo quando a relação ocorre de maneira inconsciente, tanto por parte daquela que está sendo educada quanto por parte do mediador. Esse processo ocorre dentro de uma prática social específica.

Embora a escola seja o campo da educação formal, não é a única forma de acesso ao conhecimento produzido historicamente. No entanto, a escola é a via formalizada e privilegiada para a educação. De acordo com Oliveira (1992, p. 92), a escola é o lugar por excelência onde ocorre o desenvolvimento do processo de transmissão e assimilação do conhecimento elaborado.

Como local de transmissão e assimilação desse conhecimento, a instituição escolar tem o objetivo específico de transformar o conhecimento humano, resultado da história das relações de produção dos seres humanos, em conhecimento do aluno. Portanto, a ação pedagógica nunca é espontânea ou natural; ela tem objetivos e propósitos específicos.

Na perspectiva vygotskyana, as funções psicológicas superiores se desenvolvem nas práticas sociais e por meio delas. Elas passam do plano social para o individual por meio do processo de internalização, que representa um salto qualitativo no qual as funções deixam de ter natureza puramente biológica e passam a ser de natureza cultural.

Estabelecendo uma comparação entre a perspectiva vygotskyana e os desafios provocados pela pandemia do Covid-19 na educação pública, percebemos que a transição para o ensino remoto limitou as práticas sociais e dificultou o processo de internalização das funções psicológicas superiores. A falta de acesso à tecnologia, a presença de

interação social e a necessidade de adaptação por parte dos professores são alguns dos desafios enfrentados. Essas pessoas gostariam de uma reflexão sobre ações e políticas que promovam a equidade educacional e garantam o desenvolvimento integral dos estudantes.

Durante uma pandemia, a exploração dos fundamentos filosóficos e teóricos do construtivismo de Vygotsky revela-se especialmente relevante e pertinente. Uma abordagem vygotskyana enfatiza a importância do contexto social e da interação no processo de aprendizagem, ressaltando a necessidade de criar ambientes de aprendizagem colaborativos e experimentados.

Enfim, o construtivismo de Vygotsky revela-se extremamente relevante durante uma pandemia, pois oferece diretrizes teóricas e práticas para a criação de ambientes de aprendizagem experimentados mesmo em situações de isolamento social. Ao promover a interação, a colaboração e a construção ativa do conhecimento, essa abordagem filosófica contribui para o desenvolvimento integral dos alunos, estimulando não apenas a aquisição

de conhecimentos, mas também o aprimoramento das habilidades socioemocionais e do pensamento crítico, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo de forma consciente e responsável.

Marco Referencial

A educação é um processo histórico e temporário que muda de um lugar para outro no mundo ao longo do tempo e no contexto socioeconômico, geralmente é necessário se adaptar às necessidades dos alunos e ao processo de aprendizagem (Domingues, 2019).

Durante a pandemia do COVID-19, houve uma quarentena, que impossibilitou aos alunos frequentarem as escolas e, no caso da Educação Básica, essa convivência é essencial. Como resultado, o ensino foi levado para o digital (Google e IAT, 2020)

Segundo Cafardo (2020), as secretarias de educação e as organizações da sociedade civil declararam abertamente que irão dar notas aos alunos das escolas

públicas do país por telefone (O Estadão, 2020).

Segundo a Secretaria de Educação da Bahia, a aprendizagem escolar pode ser considerada uma forma de ensino em que alunos e professores são segregados física ou temporariamente, exigindo o uso de tecnologias de informação e comunicação, como a internet e outras.

Esta abordagem é regida por uma lei específica e pode ser aplicada ao ensino básico e superior (MEC, 2018). Nesse sentido, mesmo que sejam selecionados professores e alunos em áreas distintas, a educação também é feita por meio das tecnologias de informação e comunicação.

A diferença é que o conteúdo da série é visualizado e direcionado por Gênero, a flexibilidade de horários e a independência dos alunos para aprender a qualquer hora e em qualquer lugar.

Neste processo de educação mediada pelas tecnologias de informação e comunicação, um recurso importante são as videoaulas. Ao adotar essa metodologia, o professor-tutor grava as videoaulas e se prontifica a acompanhar os exercícios e esclarecer as dúvidas dos

alunos. Além de padronizar materiais didáticos, calendário e aulas.

Atualmente no Brasil, em caso de emergência, a educação a distância é semelhante ao ensino a distância/ ensino remoto apenas em termos de educação de base tecnológica. Mas, as regras continuam as mesmas da Educação Presencial (Costa, 2020).

Na modalidade EaD, as aulas acontecem em tempo real e simultaneamente às aulas presenciais, com as mesmas aulas, comunicação diária com os professores, 10 planos de aulas de acordo com o programa de educação emergencial.

Contudo, é preciso se atentar para os momentos aos momentos de estresse que os professores vivenciam neste processo, pois são forçados a desempenhar papéis para os quais não estão preparados, além de que apoiar e manter os alunos envolvidos é uma questão importante na educação, levando em consideração o papel necessário do resultado da aprendizagem.

De acordo com a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, o Ministério da Educação dispõe sobre o intercâmbio

presencial de transações em mídia digital durante a pandemia do COVID-19.

Nesse sentido, todas as etapas tecnológicas, como internet, mídia digital, telefones celulares, smartphones, televisão, são muito importantes nesse processo. Vale ressaltar que nem todos os professores brasileiros que recebem treinamento para lidar com essas novas ferramentas digitais estão se reabilitando e aprendendo novos métodos de ensino e aprendizagem.

Todas essas medidas visam encorajar alunos e professores a darem continuidade ao processo de formação em toda a parte, a trabalharem juntos para manter esses sujeitos conectados e coesos, proporcionando todos os momentos saudáveis de interação significativa porque.

Na Bahia, o governo e as prefeituras, por meio de secretarias municipais e estaduais, implantaram o projeto Ensino Remoto por meio de plataformas virtuais e canais de TV como medida para reduzir o impacto na educação escolar do governo.

Vale ressaltar que embora o Departamento de

Educação e o Ministro da Educação tenham investido na formação de professores no uso de tecnologia, eles não são suficientes para atender a todos os requisitos relevantes.

Por conta dessa necessidade, a secretaria estadual oferece treinamento online sobre outros recursos que podem ser utilizados em salas remotas e no planejamento de aulas.

Nesse ínterim, no entanto, estamos olhando para uma série de professores que se destacam, muito embora a maioria se sinta sobrecarregada e despreparada, nos passos dessa nova abordagem de ferramentas como novas oportunidades oferecidas pela tecnologia na educação, especialmente no uso da Internet e de aplicativos educacionais.

As divisões sociais causadas pelo COVID-19 levaram bilhões de pessoas a pensar na necessidade mais efetiva de se ver como uma figura pública, pensando que podem encontrar uma saída da educação durante a pandemia.

Entretanto, as instituições reconheceram a necessidade de adoção de recursos educacionais

digitais, tecnologias de informação e comunicação que possibilitassem o ensino e continuidade dos conteúdos previstos para os semestres ou anos letivos de 2020 e 2021.

As pessoas são transferidas para uma exposição de última geração e articuladores criativos, que encontram um lugar para ensinar durante a pandemia. Paulo Freire já deu orientações sobre:

> [...] Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque é capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros (FREIRE, 2001, p.46).

Instituições privadas e públicas, em seus diversos níveis de ensino, têm adotado uma variedade de soluções de ensino a distância, como a aquisição de ferramentas digitais, por meio de plataformas e aplicativos, além de serviços de não entrega. Assim, a aprendizagem digital e a comunidade

de networking acontecem em ambientes novos, atemporais e ilimitados.

Esses membros deste público estão constantemente conectados à internet, compartilhando e gerando informações de forma colaborativa, e suas necessidades de aprendizagem servem como um grande catalisador para a transformação do ensino superior.

O ensino passou a usar tecnologia e ferramentas tecnológicas para melhorar o aprendizado, principalmente nestes diferentes tempos (ALI, 2020). A aprendizagem online e de longo prazo é uma necessidade em tempos de prevenção e colapso social devido ao COVID-19 (HENRIQUE, 2020), onde os limites da comunicação física também refletem o estado da tecnologia em saúde online (PRECIADO, 2020). Fica claro, portanto, que a sociedade enfrenta a necessidade de sistemas educacionais flexíveis e robustos, pois o futuro é incerto.

Nesse processo, em resposta aos requisitos, as instituições têm adotado diversos recursos, como ambientes virtuais de ensino e aprendizagem, aplicativos de serviços

de vídeo-comunicações, ensino em sala de aula remota e atividades de sincronização (alunos e professores estão conectados em tempo real, a partir dos mesmos tempos) e assíncrono do processo de comunicação entre alunos e professores, o que permite flexibilidade temporária e local).

Além disso, fontes de mídia social como Instagram, Facebook e WhatsApp são consideradas ferramentas do processo de aprendizagem (PASINI; CARVALHO; ALMEIDA, 2020).

No entanto, as estratégias e métodos nem sempre são os mesmos. Dependendo das necessidades dos alunos, da política e orientação adotada, ou das oportunidades disponíveis, o uso de ferramentas digitais pode variar.

Outrossim, deve-se observar que a velocidade de busca de respostas e o uso de ferramentas variam em função dos recursos do domínio, bem como das condições regionais e locais. Isso significa que nem sempre se utiliza a tecnologia necessária, e não é incomum não utilizar os equipamentos e sistemas necessários para a realização de aulas e testes online.

A pandemia do COVID-19 expôs o surgimento de países emergentes em seu sistema global de educação, além de aumentar a desigualdade dentro das nações, nas diferentes respostas geradas entre os setores público e privado, e entre os diferentes níveis de ensino - básico, intermediário e superior. A pandemia, portanto, produz efeitos assimétricos no campo da educação (SENHORAS, 2020).

Independentemente das estruturas construídas pelo mundo digital, no contexto da cibercultura, é importante que a transmissão e o acesso à informação realmente ocorram, um grande problema do Estado brasileiro, marcado por severas desigualdades sociais, acompanhadas pela exclusão digital.

Nesse sentido, conforme preconizado por Couto, Couto e Cruz (2020, pág. 210).

> O isolamento social criativo é para poucos, para os que têm moradias adequadas e dignas, em espaços bem urbanizados, com renda suficiente e conexão de Internet estável e veloz. A globalização agrega, mas

> também promove uma imensa desigualdade social, econômica, cultural e educacional para uma maioria de empobrecidos e miseráveis que experimentam, de muitas e cruéis maneiras, as renovadas formas das exclusões que empurram regiões e populações inteiras para as margens sangrentas das necessidades básicas de sobrevivência.

Com isso, a vulnerabilidade é intensificada pela pandemia, obrigando, sem tempo adequado para avaliação e preparação adequada, o corpo docente, os profissionais de gestão e os alunos a utilizarem as ferramentas digitais.

Também enfrenta sérios desafios quando se trata de alunos e educadores com menor poder aquisitivo, que vivem nas periferias das grandes cidades ou áreas rurais, que podem ter dificuldade em acessar recursos essenciais de ensino remoto, como computadores e celulares conectados à Internet e wi-fi.

As limitações a serem enfrentadas não são poucas e simples, pois, como será discutido a seguir, podem afetar o ensino e a saúde mental dos professores e alunos,

que se encontram fragilizados físico e mentalmente nesta situação, podendo assim, influenciar no processo de ensino e aprendizagem a curto, médio e longo prazo.

Os efeitos negativos da pandemia do COVID-19 não se limitam às doenças, mas estão se espalhando para diversos setores da saúde pública, especialmente a Educação. O ingresso na produtividade atinge alunos, familiares e profissionais que atuam neste espaço.

Enquanto isso, significados inéditos são encontrados no campo da educação, onde a dor da perda de entes queridos, distância, isolamento, tem criado rupturas ao sistema de ensino normal e atual. Esse problema está provocando uma mudança no ensino e na aprendizagem nas escolas - a mais forte desde o advento das modernas tecnologias de comunicação - onde muitos desafios se chocam no ensino.

Embora muitas questões permaneçam obscuras quando, como e em que circunstâncias as instituições educacionais estarão abertas, é claro que alunos, pais, professores, famílias, escolas e comunidades não serão

os mesmos no pós-pandemia do COVID-19. É um evento traumático que pode ter consequências cumulativas e de longo prazo. Todos estão lutando contra o efeito combinado do COVID-19.

Diante do exposto, é importante retirar da nova "norma" as preocupações, medos e dificuldades invisíveis que caracterizam a vida dos educadores. Portanto, ações e políticas são importantes: a formação permanente dos profissionais acadêmicos; para fornecer condições de trabalho justas; desenvolvimento de tecnologia; política de remuneração adequada; planejar ações que respeitem seus direitos; monitoramento contínuo da saúde da tecnologia educacional; atender às suas necessidades e requisitos; promover o uso eficiente da tecnologia disponível; e políticas públicas que garantam o financiamento adequado e satisfatório para a Educação. Nessas e em outras ações, é possível priorizar e proteger alunos e professores.

Além da necessidade de implementar políticas efetivas e programas de transparência que reconheçam e acomodem as necessidades dos professores em suas práticas

docentes, é importante atender e responder às necessidades dos professores, garantir sua saúde e qualidade de vida, possibilitando assim o ensino integrado à experiência de trabalho.

COVID-19: disparidades sociais e educacionais

Se adentrarmos na situação de desigualdade social no Brasil, fica claro que ela se consolidou nos últimos anos, especialmente ao se examinar os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (lBGE, 2020), que coloca alunos em idade escolar e de baixa renda, classes: gente popular sem educação formal e com poucas oportunidades concluírem estudos nos diversos níveis de ensino.

Em relação aos colégios, devido à falta de acesso igualitário às redes municipais de ensino, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (BRASIL, 2020b), houve um desequilíbrio no desenvolvimento em 8 (oito) municípios brasileiros de cada 10, no período de

2015 a 2019. No início da pandemia, em 2020, esse índice acentuou-se, chegando a uma diferença de 57,5% entre os colégios com melhores e piores resultados.

Em todo o mundo, algumas das desigualdades que emergiram da análise resultaram de dados coletados em setenta e nove países (n=79) e avaliados pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) em um mapa (BRASIL, 2018).

Os dados evidenciam que a economia do Brasil está ligada à educação, portanto, é uma das cinco mais desiguais do mundo. Desse modo, levanta-se boa parte das causas da desigualdade social e econômica no Brasil, que é visto como o terceiro maior do mundo em ciências e aprendizagem e o quinto em matemática.

Entre as desigualdades apontadas no conjunto de dados do Pisa, no ano de 2018, fica evidente que alunos de famílias brasileiras, vivendo na linha da pobreza, não obtiveram resultados superiores a 100 pontos nas provas utilizadas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2020), em

comparação com aqueles com renda maior.

Antes da Pandemia do Covid-19, o lnstituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por meio do Sistema de Indicadores Mínimos (lBGE, 2020b), concretizou um estudo sobre condições de vida, desigualdade e pobreza, cujos resultados apontaram a existência de desigualdade em diversas áreas, setores e níveis entre as regiões do Brasil, entre eles cerca de 258 milhões de egressos sem o sistema educacional, perfazendo 53% dos jovens em situação familiar de alto risco e 4,8 milhões de estudantes em domicílios sem internet.

Nessas situações simbólicas, vislumbraram-se os desafios que se apresentarão no sistema educacional, no sentido de conectar, durante a pandemia, todas as crianças e jovens da rede de ensino, lembrando que o estabelecimento de aulas presenciais e o resultado a divisão racial e social que é mais pronunciada.

Perante a crise sanitária, a desigualdade social no país agravou-se entre as escolas públicas e privadas, principalmente, na oferta de ensino de qualidade, na

conclusão dos programas do corrente ano letivo e na continuidade das atividades escolares com acesso digital. (UNICEF, 2020).

Entretanto, sem equívocos, uma das desigualdades mais relevantes foram encaradas no período da quarentena, o que nos remete os embates com o uso dos recursos digitais para acessar a rede mundial de computadores nas aulas a distância em casa.

Além disso, levantamentos efetivados sobre os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) sobre Tecnologia da lnformação e Comunicação (TlC) [(lBGE, 2020a)] evidenciam o andamento das aulas online na educação básica e entre os alunos matriculados nos colégios, encontrando-se nas seguintes redes: (i) privada - cerca de 66% dos alunos tinham acesso à Internet, computadores de secretária, notebooks, tablets, telemóveis e facilidades suficientes para dar continuidade ao seu processo escolar; (ii) sociedade - 60% dos alunos são classificados nas classes D e E, está entre os 46 milhões de brasileiros onde 58% das famílias

não possuem computador e 33% das famílias não possuem acesso à Internet (lBGE, 2020a).

Os dados referentes ao censo escolar de 2019 (BRASlL, 2019), quase repetidos dos primeiros dados apresentados no censo escolar de 2020 (BRASlL, 2020a), mostram, em relação a utilização da Internet, como: (i) a educação de crianças pequenas - encontrada em 96,8% dos colégios particulares, enquanto na rede municipal o percentual é de 66,2%; (ii) no Ensino Fundamental - aquele com menos recursos técnicos, como quadro branco digital (9,9%), projetor multimídia 54,4%, computador de mesa 38,3% ou laptop (23,8%) para os educandos ou internet disponível para acesso por 23,8% dos alunos.

Em outro panorama, os colégios da rede estadual surgem como mais equipados com equipamentos tecnológicos do que as da rede privada, e os equipamentos tecnológicos nos colégios estaduais de Ensino Médio são maiores do que nas do Ensino Fundamental: 80,4% das unidades possuem internet banda larga e o percentuaI de computadores de mesa para estudantes é de 79,3%.

Em relação aos perfis socioeconômicos mencionados acima, Santos e t a l. (2020) acreditam que a análise estatística confirma as dificuldades enfrentadas durante o ensino a distância devido à falta de comunicação dos alunos nas aulas presenciais paralelas, uma vez que não possuem dispositivos eletrônicos portáteis para conectar e acessar dados móveis.

Para eles, dentro desses fatos, surgem dois lados, com situações distintas: (i) de um lado, educandos que não desfrutam de espaços de aprendizagem e aparatos técnicos suficientes, que apresentam prejuízos e déficits na aprendizagem; (ii) por outro lado, alunos com mais apoio e melhores condições financeiras, para que os seus estudos decorram de acordo com a norma.

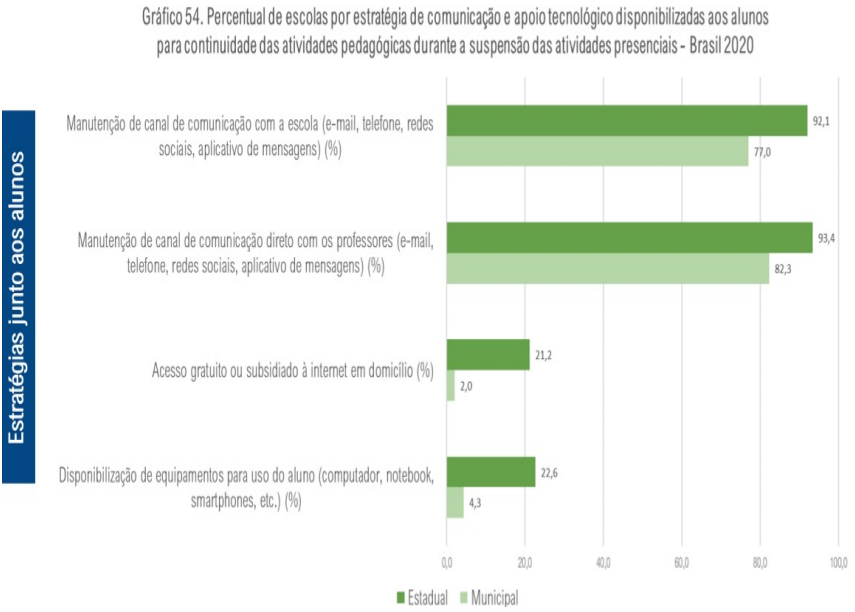
De acordo com os dados acima referidos, Senhoras (2020, página 134) refere,

> [..] as famílias com maior escolaridade e melhores poderes aquisitivos têm acesso e continuam seus estudos através de plataformas estáveis e conteúdo de qualidade, ao contrário das famílias com menor

> escolaridade e piores poderes aquisitivos, que estão estruturalmente ou individualmente limitadas no acesso ao ensino a distância, e por consequência, comprometendo a continuidade dos estudos durante (curto prazo) e após a pandemia (médio prazo).

Apesar dos dados em 2019 apontarem tal disparidade, o último censo realizado, em 2021 exatamente no auge da pandemia, os resultados apontam outra realidade. Conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 3 - Estratégias de comunicação e apoio tecnológico disponibilizados aos alunos da rede pública de ensino.



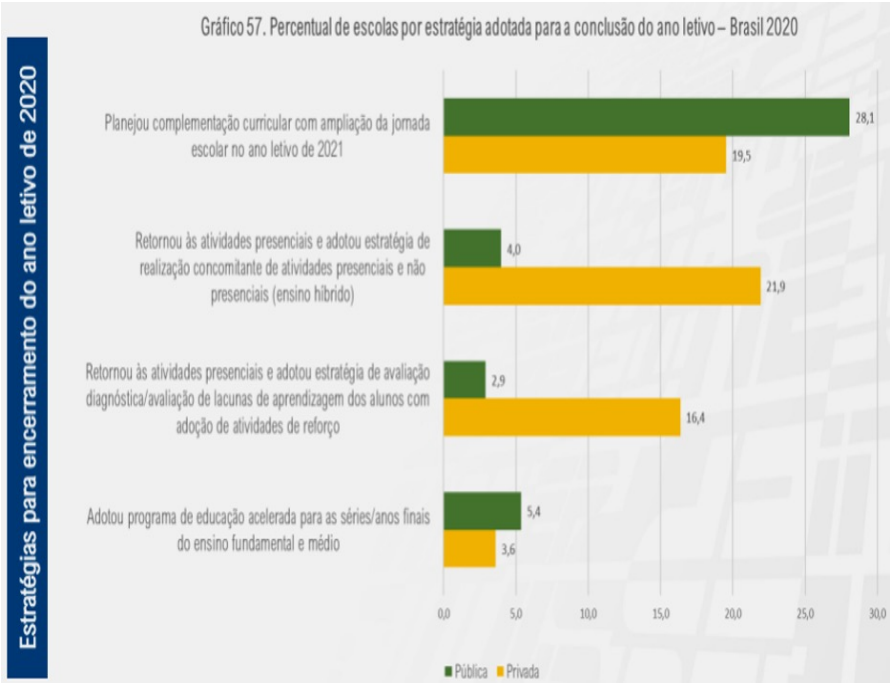
Fonte: Inep Censo Escolar 2020.

O gráfico acima, revela as medidas adotadas pelas instituições educacionais diante das restrições impostas pela pandemia, incluindo a transição para o ensino remoto, híbrido ou presencial com tolerância. Essas estratégias foram implementadas para garantir a continuidade da educação, priorizando a segurança dos estudantes e

profissionais envolvidos no processo educativo. O gráfico também destaca as variações nas abordagens adotadas, refletindo a diversidade de respostas em diferentes regiões e tipos de instituições de ensino; estadual e municipal.

No gráfico a seguir, é apresentado resposta educacional à pandemia do COVID -19 no ano letivo de 2020, referente ao percentual de escolas públicas e privadas que adotaram estratégias para a conclusão do ano letivo.

Gráfico 4 - Estratégias adotadas pelas escolas públicas e privadas para o encerramento do ano letivo de 2020.



Fonte: Inep Censo Escolar 2020.

O Gráfico acima, destaca o percentual de escolas de acordo com as estratégias adotadas para concluir o ano letivo. Escolas adotam modalidades diferenciadas, incluindo aulas remotas, ensino híbrido, reorganização do

calendário e atividades complementares. Essas estratégias refletem a adaptação das instituições diante dos desafios impostos pela pandemia, buscando garantir a continuidade do aprendizado dos alunos de maneira segura e eficaz.

Ao analisar os percentuais, é fundamental considerar a complexidade do cenário enfrentado pelas instituições educacionais em todo o país. A transição repentina para o ensino remoto ou híbrido trouxe desafios experimentais, como a falta de acesso a recursos tecnológicos adequados, desigualdades socioeconômicas e restrição na formação dos professores para o ensino online. Além disso, é válido examinar se os números refletem uma abordagem inclusiva e equitativa, levando em consideração as disparidades regionais e socioeconômicas do país. Se os percentuais apresentados não refletem uma distribuição equitativa da resposta educacional, isso pode levantar preocupações sobre o acesso justo à educação durante uma pandemia.

Outro ponto a ser considerado é o impacto emocional e psicológico dos alunos, professores e familiares durante

esse período de motivação. A análise crítica deve abordar se as estratégias adotadas também se preocupam com o bem-estar emocional dos envolvidos, já que o isolamento social e as incertezas relacionadas à pandemia podem afetar o engajamento e o desempenho dos estudantes.

Além disso, a análise deve contemplar as decisões de longo prazo tomadas durante a pandemia. Como as lacunas de aprendizado podem afetar a progressão acadêmica futura dos alunos? Quais estratégias estão sendo aceitas para mitigar esses efeitos a longo prazo? A resposta educacional à pandemia deve ser examinada não apenas no contexto imediato, mas também nas possíveis consequências que terão no sistema educacional a médio e longo prazo.

Destarte, a análise dos percentuais apresentados no relatório do Inep Censo Escolar 2020 sobre a resposta educacional à pandemia do Covid-19 no Brasil deve levar em consideração a equidade, a qualidade do ensino, o bem-estar emocional dos envolvidos e as implicações futuro. É fundamental avaliar se as medidas adotadas foram

suficientes para atender às necessidades dos alunos e garantir que ninguém fique para trás no processo de aprendizagem durante um período tão desafiador.

O papel da família na aprendizagem dos filhos: responsabilidades e compromissos

No ano de 2020 foi um momento de aprendizado para todos. Além dos colégios que apresentaram suas aulas penduradas no dia 17 de março de 2020 no país todo, governadores e prefeitos baixaram portarias e comunicados nos quais penduraram por momentos indefinido, AIvarás de Localização e Funcionamento de todas as atividades comerciais dos municípios e capitais. Entrava em vigor uma nova lei que proíbe a abertura de instituições, como meio de prevenir a propagação do coronavírus, causador do COVlD-19, permitindo que os indivíduos trabalhem a partir de casa, a maioria delas, pela primeira vez.

Esses indivíduos tiveram que se moldar ao home office e coordenar o acompanhamento dos filhos com a

rede escolar, já que as aulas foram suspensas e ministradas remotamente. Desse modo, o ensino domiciliar se tornou uma escolha durante o lockdown. Cabe ressaltar que na Associação NacionaI de Educação Domiciliar (ANED) o objetivo da educação domiciliar é preparar a criança para a independência no processo de aprendizagem, tornando-a sujeito de seu próprio conhecimento. Nesta Associação:

> A finalidade do homeschooling não é ensinar a memorização do conteúdo, porém ensinar as crianças a aprender. Crianças e jovens aprendem a ler, pesquisar, questionar, raciocinar e interpretar. Na educação domiciliar, os pais conduzem seus filhos na autoeducação e podem usar múltiplos recursos como sites, blogs, videoaulas, fóruns educativos, materiais de apoio, aplicativos, ajuda do docente etc. (ANED, 2019, online).

Conforme, Lévy (2009) já entendia as admissíveis transformações nos sistemas educacionais, dados os efeitos da cibercultura em novas relações com o conhecimento,

levando a novas formas de construir conhecimento e novos estilos de aprendizagem. Para o escritor, a educação deveria preparar uma nova configuração, considerando o caráter educacional ou formal de outras atividades sociais e não apenas das instituições formais de ensino.

Nessa linha, o colégio, os docentes e a família precisam estar unidos, como agentes que ajudam no desenvolvimento desse estudante/filho, procurando o objetivo principal, que é dedicar-se à educação e ao bem-estar dos filhos quando confrontado com isso a todo o processo. "As famílias podem desenvolver hábitos que facilitem o aprendizado no colégio" (SZYMANZKl, 2003, p.101), e participar das atividades escolares de seus filhos, o que terá efeitos positivos no desenvolvimento da educação do estudante (GROLNlCK; SLOWlACZEK, 1994). Além disso, Piaget, (2007) diz:

> A comunicação estreita e contínua entre docentes e pais leva, portanto, a mais do que mais informação: este diálogo acaba por resultar em ajudas repetidas e, em muitos casos, numa melhoria real dos méto-

> dos. Ao aproximar a escola da vida ou da preocupação profissional dos pais, e ao despertar o interesse dos pais pelas coisas do colégio, há até mesmo uma divisão de responsabilidades [...] (PlAGET, 2007, p.50).

Nessa perspectiva, é importante acompanhar os estudos das crianças, especialmente entre os 6 e os 11 anos, época em que, conforme Piaget (1962), a competência de usar o pensamento concreto se estende à compreensão do outro e das possíveis consequências. Metade de suas ações são aperfeiçoadas na idade escolar. Com isso, os pais têm uma função relevante na metodologia de desenvolvimento da independência, do senso de autoconfiança, incentivando os esforços dos filhos, elogiando seus sucessos, aceitando seus fracassos e ajudando-os a superar suas dificuldades (MENDE S, 2013).

Alinhando a essa visão, Reis (2007, p. 06) lembra que "as crianças são filhos e estudantes ao mesmo tempo. Desta forma, as duas instituições mais importantes da sociedade contemporânea, a família e o colégio, precisam

unir esforços para perseguir objetivos comuns". Lembrando que o objetivo do colégio não é apenas o desenvolvimento intelectual dos educandos, porém também ser responsável pelo seu desenvolvimento social e emocional (FONSECA, 2016).

Nesse aspecto, Berg et al. (2020, p. 03) recomendam que na educação a distância "a educação passa a ser responsabilidade conjunta dos familiares e da criança ou jovem, muitas vezes por falta de prática e conhecimento do processo exigido pelo programa, ou mesmo daqueles que já tem de usar muitas tecnologias visuais acaba sendo esmagador".

Dessa forma, fica evidente a importância da parceria entre a família e a escola na busca por objetivos comuns no processo educativo. Conforme destacado por Reis (2007), as crianças são simultaneamente filhos e estudantes, o que ressalta a necessidade de uma colaboração estreita entre as duas instituições mais relevantes da sociedade contemporânea. No entanto, é essencial compreender que o propósito do colégio vai além do desenvolvimento intelectual

dos educandos, abrangendo também sua dimensão social e emocional (FONSECA, 2016).

Diante desse cenário, Berg et al. (2020) apontam que, no contexto da educação a distância, a responsabilidade pela educação passa a ser compartilhada entre familiares e crianças ou jovens, sendo que muitas vezes falta de prática e conhecimento em relação ao processo exigido pelo programa, ou até mesmo a sobrecarga tecnológica enfrentada por aqueles que já lidam com diversas tecnologias visuais, torna-se esmagadora. Portanto, é fundamental que haja uma sincronia de esforços entre a família e o colégio, garantindo um suporte adequado e uma orientação eficiente para que os estudantes alcancem sucesso acadêmico, social e emocional no contexto da educação a distância.

O estudante do colégio público no contexto da pandemia do COVID-19

É preciso pensar na inclusão de todos no contexto do mundo e por isso não se pode ficar à margem dos

acontecimentos e consequências, o que nem sempre é bom. A educação deveria se beneficiar e ter direito ao progresso tecnológico, porém, infelizmente não é bem pensada como deveria ser, afinal, mesmo que seja tida como prioridade pelos órgãos governamentais, continua em geral, tecnologicamente ultrapassada e elitista, onde a guerra não é muito atrativa. Assim sendo, deve. oferecer ensino público de qualidade e acesso à universidade de forma democrática e inclusiva.

Por estarem incluídos nesse cenário, os estudantes se deparam com a situação crítica, o que os leva ao desânimo e à falta de visão em relação à vida e ao futuro. Tudo isso acaba gerando altos índices de repetência e evasão escolar, ou seja, o fracasso do processo de ensino-aprendizagem. Além disso, existem outros problemas pessoais, sociais e familiares que interferem no processo de ensino-aprendizagem, pois surgem no colégio e no seu entorno.

Conforme MOYSÉS (1995) um dos maiores empecilhos do colégio, de modo geral, é o baixo aproveitamento dos educandos; a aprendizagem dos

conteúdos escolares é algo que envolve métodos mentais superiores e se dá na pessoa de acordo com as condições sociais e históricas.

Além disso, é importante ressaltar que, no momento em que os especialistas aconselham fortemente a obrigação de isolar as pessoas como modo efetivo de combater a covid-19, os estudantes precisavam de um computado, um Tablet, um celular com acesso à internet em casa para fazer os trabalhos escolares.

De acordo com WAISELFlSZ e LÁPlS (2007) as várias desigualdades sociais e econômicas que caracterizam o Brasil determinam fortemente as condições de acesso aos benefícios da moderna tecnologia da informação. Se, em 2005, o país contava com mais de 32 milhões de internautas, isso representava cerca de 17% de sua população, um patamar muito baixo referente aos países desenvolvidos, e ainda inferior ao de muitos países latino-americanos, como ChiIe, Costa Rica, Argentina e Uruguai.

Sem falar no alto nível de acesso aos setores de alta renda. Porém, para os 40% de baixa renda, esse acesso

só é admissível para 5,7% da população. Nessas categorias de alta concentração, é idealista, e irônico, priorizar a digitalização do indivíduo para quem vive em nível de subsistência e muitas vezes nem isso. E esta tem sido, até hoje, a política predominante de expansão digital, em detrimento de estratégias coletivas ou sociais.

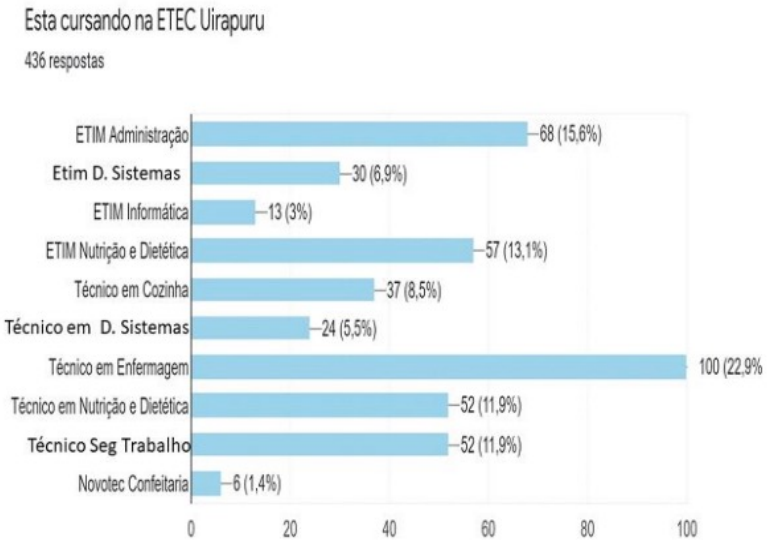
As estatísticas da PNAD/lBGE de 2005 são claras ao evidenciar essa importância: enquanto 10,5% das pessoas com 10 anos ou mais têm acesso à Internet em casa, apenas 2,1% têm acesso a instituições gratuitas. Além disso, essas instituições gratuitas, por diversos motivos, como localização, finalidade etc., acabam sendo utilizadas majoritariamente por setores de alta renda.

Em estudo efetivado na ETEC UlRAPURU, que tem cerca de 10 cursos técnicos (3 cursos técnicos conjugados no ensino médio, 6 cursos técnicos e 1 curso profissionalizante) com 1200 educandos matriculados, isto é, 120 estudantes por curso, procuramos analisar quantos estudantes tem acessibilidade à internet. Nesse caso, foi perguntado, através de e-mail enviado aos educandos e ao

sistema da secretaria digital, quem teve acesso à internet e acompanhou as informações fornecidas pelo colégio no período da pandemia. Dentre os 1.200 educandos da ETEC, apenas 436 desses retornaram a este estudo de alguma forma, o que representa cerca de 36,3% do total de estudantes do colégio.

O gráfico abaixo mostra o número de educandos por curso e a porcentagem de estudantes por curso sobre o número total de respondentes da pesquisa.

Gráfico 5 - Quantidade de estudantes que têm acessibilidade à internet por curso (cada curso tem 120 estudantes matriculados).



Fonte: Secretaria da ETEC UlRAPURU.

Com os dados acima, é admissível entender que grande parte dos estudantes não tem acesso apropriado à internet ou puramente não evidencia interesse pelas atividades escolares neste momento de isolamento social.

Desafios para ensinar em tempos de pandemia

Ensinar em tempos de pandemia trouxe consigo uma série de desafios sem precedentes. A emergência do novo coronavírus e a necessidade de adotar medidas de distanciamento social obrigaram pais e alunos a se adaptarem rapidamente a um cenário completamente novo. A transição para o ensino remoto, embora tenha sido uma solução viável, trouxe consigo uma série de obstáculos que afetaram profundamente o processo de aprendizagem (Silva, 2021).

Um dos principais desafios enfrentados pelos professores foi a falta de contato direto com os alunos. A interação presencial proporciona uma troca de conhecimento mais rica, em que é possível observar as expressões expressivas, captar o tom de voz e estabelecer uma conexão mais profunda. No entanto, o ensino remoto exige que os educadores encontrem maneiras alternativas de engajar os alunos, mantendo a motivação e o interesse em aprender. Isso requer habilidades de comunicação diferenciadas, uso

de tecnologia educacional e estratégias de ensino criativas.

Outro desafio significativo é a falta de acesso equitativo à tecnologia e à internet. Nem todos os alunos têm acesso a dispositivos controlados ou uma conexão estável com a internet em suas casas. Isso cria uma disparidade no acesso à educação, deixando alguns estudantes em trânsito. Os professores têm se esforçado para encontrar soluções alternativas, como o envio de materiais impressos ou a realização de aulas por telefone, para garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de aprender.

Além disso, a falta de estrutura e ambiente de aprendizagem adequado em casa também é um desafio. Nem todos os estudantes têm um espaço tranquilo e adequado para estudar em residências. Muitas dificuldades devido a ambientes ruidosos, falta de privacidade ou a necessidade de compartilhar dispositivos com outros membros da família. Essas condições podem prejudicar a concentração e o rendimento acadêmico dos alunos.

Outra questão importante é a dificuldade em avaliar o progresso dos alunos. No ensino presencial, os professores

têm a oportunidade de observar diretamente o desempenho dos alunos, identificar lacunas de conhecimento e oferecer feedback imediato. No entanto, no ensino remoto, essa tarefa se torna mais desafiadora. Os pais precisam utilizar diferentes métodos de avaliação, como provas online, trabalhos escritos ou projetos, para acompanhar o progresso dos alunos de forma eficaz.

Além dos desafios técnicos e pedagógicos, é importante mencionar o impacto emocional da pandemia na educação. Muitos estudantes estão lidando com o estresse, a ansiedade e a ansiedade gerada pela situação atual. Os educadores devem se preocupar não apenas com o ensino dos conteúdos curriculares, mas também com o bem-estar emocional de seus alunos. É necessário oferecer suporte psicológico e criar um ambiente seguro e acolhedor, mesmo à distância.

Ensinar em tempos de pandemia requer resiliência, adaptabilidade e empatia por parte dos educadores. Os desafios enfrentados são diversos, mas com criatividade e dedicação é possível superá-los (Smith, 2022). A transição

repentina para o ensino remoto monitora que os professores se reinventam, buscando novas maneiras de engajar os alunos à distância. A falta de interação presencial trouxe a necessidade de explorar recursos tecnológicos, como plataformas de videoconferência e ferramentas digitais de ensino, a fim de manter a continuidade do aprendizado.

Além disso, a pandemia trouxe consigo problemas socioemocionais, como a ansiedade e o isolamento, que abordaram uma abordagem sensível e acolhedora por parte dos educadores. A resiliência se tornou fundamental para lidar com as adversidades, buscando soluções criativas e adaptando-se rapidamente às mudanças. A empatia, por sua vez, é essencial para compreender as dificuldades enfrentadas pelos alunos e oferecer suporte emocional, estando presente mesmo à distância.

Governança democrática: um princípio fundamental para o direito à educação

O direito internacional assegura e reconhece a

educação como direito humano indispensável ao exercício da cidadania, como o art. XXVl da Declaração UniversaI dos Direitos Humanos de 1948 (Assembleia GeraI da ONU, 1948), da Convenção sobre o Combate à Discriminação no Campo da Educação de 1960 (Conferência GeraI da UNESCO, 11ª sessão, 1960) e art. 13 do Pacto InternacionaI sobre Direitos Econômicos, Sociais e CuIturais de 1966 (Assembleia GeraI das Nações Unidas, 16 de dezembro de 1966, ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992).

Tanto as Nações Unidas quanto a UNESCO se esforçam para alcançar a educação básica universal. Lei de Diretrizes e Fundamentos da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/96) (BrasiI, 1996) Em Disposições Provisórias, inclui, nos termos do art. 87 § 1, DecIaração MundiaI de Jomtien sobre Educação para Todos, assinada em 1990 (Conferência Mundial sobre Educação para Todos, Jomtien - TaiIândia, 1990).

Diversos autores tratam do direito à educação em seu aspecto histórico, a trajetória constitucional e os conflitos políticos que o elevaram à integração com um

grande direito e sucesso social (Benevides, 2007; Joaquim, 2009; Cury, 2008; FIach, 2011). Adotando como menção Saviani (2020); SiIva; Sousa (2020); Couto; Couto Cruz (2020); FiIho; Antunes; Couto (2020); Cardoso; Ferreira; Barbosa (2020) – sem desconsiderar, no entanto, outros estudos que têm sido feitos a esse respeito - discutem, a partir da lei vigente, a situação específica do problema educacional descrito pela intervenção da agenda neoliberal do governo de Jair Bolsonaro e com base no impacto da pandemia baseada no Covid19. De acordo com Lobo (2020),

> ... de acordo com o neoliberalismo, a educação pública deveria ser guiada pelos princípios do mercado. Devem ser escolas/empresas. Nesse contexto, professores e demais profissionais da educação são reduzidos a prestadores de serviços confiáveis respondendo a necessidades de produção pautadas em objetivos pré-estabelecidos e vinculados aos objetivos da BNCC. Estudantes são clientes – que, dependendo de sua classe social – estão destinados a se tornar trabalhadores perigosos sob as necessidades e climas do mercado (LOBO, 2020, p. 2).

Tal alinhamento aborda diretamente os aspectos jurídicos do direito à educação consagrados no art. 205 da atual Constituição FederaI (BrasiI, 1988) como direito de todos e dever do Estado e da família, será incentivada e promovida pela cooperação social, visando o desenvolvimento integral da pessoa, sua preparação para o uso da cidadania e suas qualificações profissionais". É a partir deste artigo que surge todo o enquadramento legal da educação com o objetivo de incluir este direito humano e social, inserindo-se nos princípios e regras da administração pública e atingindo a organização dos estudos de cada escola.

No artigo 6º da mesma Carta, a educação é classificada como um direito social e a partir de então inclui um papel de auxílio à sociedade, como aponta Cury:

> A educação escolar é de interesse público em seu caráter porque envolve cidadania e seu exercício consciente, porque é adequada ao mundo do trabalho, porque é gratuita e obrigatória na educação básica,

> porque é gratuita e continuamente obrigatória no ensino médio, porque também é dever do Estado na educação infantil. Esse bem público, que pode ser um serviço público aberto, sob condições, a empresas privadas, encontra-se no plano público cercado de proteções como, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Sistema Nacional de Educação e as visões e decisões dos Conselhos de Educação. (CURY, 2007, P. 484).

O autor apresenta os desdobramentos da lei de educação a partir do texto da constituição de 1988, segundo o qual "todos têm o direito de receber informações dos órgãos governamentais que afetem seus interesses particulares, ou de interesse coletivo ou geral, as quais serão prestadas na forma da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvados aqueles cuja privacidade seja essencial a segurança do público e do governo". (BrasiI, 1988).

A Constituição Federal confirma o princípio da democracia no âmbito da atuação do Estado ao mencionar em seus textos dois mandamentos básicos: o

acesso à informação e a participação de representantes de determinados setores nos órgãos da administração pública. A primeira lei é definida pelo art. 10 onde:

> "... a participação de trabalhadores e empregadores em órgãos coletivos de organizações públicas onde os seus interesses profissionais ou de segurança social sejam objeto de discussão e confirmação." Por outro lado, a segunda ordem é colocada no art. 37, que trata dos princípios da administração pública e garante "a possibilidade, na forma da lei, da participação dos usuários na gestão direta e indireta". (BRASII, 1988).

Dessa forma, princípios, sejam eles constitucionais ou administrativos, atingem o campo da educação em termos de legalidade, ética, segurança jurídica, aumento do interesse público, eficiência, conscientização pública, legalidade, motivação, continuidade (Joaquim, 2009).

Lembramos, porém, que a garantia do artigo constitucional que institui a gestão democrática não é suficiente para o seu funcionamento no campo da educação.

A partir de agora, a verificação e o controle dessa política estão previstos na Lei de Diretrizes e Fundamentos da Educação Nacional - LDBN nº 9394/96. O artigo 3º desta Lei contém os principais elementos que estabelecem a democracia como fundamento do direito à educação, à igualdade de condições de acesso e permanência na escola, à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e difundir a cultura, o pensamento, a arte e o conhecimento, o pluralismo de ideias e ideias de ensino, respeito pela liberdade e tolerância de valores, valor após a experiência escolar.

Os incisos V e VIII marcam para a coexistência de instituições educacionais públicas e privadas e a gestão democrática da educação pública, respectivamente, para tratar diretamente com a organização educacional, e vincular essa lei ao processo regulatório e à lei dos programas educacionais. (BrasiI, 1996).

Nesse contexto, através desses princípios podemos ver os atores do processo democrático na gestão educacional, bem como métodos e comportamentos. De acordo com Souza (2009), a gestão democrática deve ser entendida como

um processo político onde os representantes da comunidade escolar identificam problemas, discutem, organizam, organizam, promovem, monitoram, controlam e avaliam ações que visam, construídas em conjunto, melhorar os programas e instituições.

Dessa forma, a LDB retoma no art. 14 mostra que os programas educacionais devem definir os princípios da gestão democrática da educação pública na educação básica de acordo com suas características e seguir os princípios da participação dos profissionais da educação na expansão do projeto escolar de ensino e da participação da escola e do município comunidades em conselhos escolares ou similares (BrasiI, 1996).

Entretanto, foram também essas mesmas leis que tiveram um impacto negativo na governabilidade democrática, pois, além de não controlarem a sua atuação no contexto educacional, ainda transferem a responsabilidade para os programas educacionais (CarvaIho, 2009; 2013; 2016). Ponderando que a mesma lei não estabeleceu um sistema nacional de ensino que respeitasse a autonomia da

organização, e o modelo cooperativo apresentado como uma forma possível de organizar o ensino, que ainda encontramos no Estado do Tocantins, após 27 anos, a maioria deles, municípios que não possuem sistema de ensino próprio e sem regime cooperativista efetivo (Lagares, SiIveira & Lemos, 2019).

O Plano NacionaI de Educação, Lei FederaI no. 13.005 (BrasiI, 2014), apresentando em 2014 as diretrizes para a integração da gestão democrática no setor educacional, explica que o Distrito Federal e os municípios devem introduzir certas regras de gestão democrática em seus sistemas educacionais. Para tal, precisam contemplar alguns temas básicos para a efetiva implementação do conceito, a fim de promover a cidadania e a participação dos diversos atores envolvidos no processo educativo, entre eles, a participação da comunidade escolar na formação políticas-projetos de ensino, currículo, planos de gestão escolar e regimentos internos.

O PNE tratou do corpo da Lei de Diretrizes para a Governança Democrática e situou, nos objetivos 7 e 19,

estratégias para integrar a governança democrática. Os artigos 2º, 6º e 9º descrevem a necessidade de promover o princípio da gestão democrática da educação pública; a realização de pelo menos 2 (dois) congressos nacionais de educação no final da década, precedidos de congressos regionais, municipais e regionais, que serão especificados e coordenados pelo Conselho Nacional de Educação, instituído nesta Lei, no âmbito do Ministério da Educação. Educação. Também decidiu que:

> ... Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios precisarão aprovar determinadas leis para seus sistemas de ensino, que regulem a gestão democrática do ensino público nos diversos ramos de trabalho, no prazo de 2 anos, contados da publicação desta Lei, adaptando, se for o caso, a legislação local já adotada para esse fim (BrasiI, 2014).

A meta 7 apresenta duas estratégias: a primeira, 7.4, foca na adoção da avaliação contínua com foco na melhoria da qualidade da educação, na formação de profissionais e na

melhoria da governança democrática. Outra, 7.16, tem como foco a alocação de recursos com o objetivo de melhorar a autonomia escolar, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e aplicação dos recursos, o que visa aumentar a transparência e o desenvolvimento efetivo da governança democrática (BrasiI, 2014).

No entanto, a meta 19 e suas estratégias garantem as condições, no prazo de 2 anos, para o sucesso da gestão democrática da educação, compatível com os critérios técnicos de elegibilidade e atuação e consulta à população e à comunidade escolar, internamente. a gama de escolas públicas, que fornecem recursos e apoio técnico da União para esse fim (BrasiI, 2014).

Até agora, consideramos a tentativa tradicional de explicar a gestão democrática da educação diante de grande interesse político. Isso porque o prazo estabelecido, o ano de 2016, para atingir as metas, não foi atingido e em muitos países, conforme constatado no estudo de Souza e Pires (2018), existe, no Brasil, um quadro de insucesso da lei de gestão democrática do país, que não consegue, mesmo

muitos anos após a aprovação da Constituição Federal do Brasil de 1988 e da LDB, traduzir os princípios da Governança democrática em normas para seus programas.

> Em termos de abrangência, a prioridade de quase todos os estados é focar na gestão democrática no ambiente escolar, sem tratar das relações político-organizacionais no campo do sistema educacional como um todo. Isso significa que nas escolas há esforços para que a relação entre as pessoas seja pautada pela democracia, em programas de discussão, tomada de decisão, monitoramento de ações, avaliação de resultados. No entanto, como a escola faz parte do sistema educacional e sua gestão não se dá por meio da política e dos procedimentos do GD, embora importantes, todo esse esforço para integrar as relações nas escolas pode não atingir objetivos mais amplos, como contribuir para a democratização da relações públicas, por exemplo, como o trabalho da democracia termina dentro da escola, não chega às discussões e decisões sobre a política educacional. (Souza & Pires, 2018, p. 80).

Notamos que na Constituição do país do Tocantins as palavras da democracia surgem duas vezes: “estado democrático” que será tutelado pelo Ministério Público (caput do art. 49); e, “democracia”, quando se trata de acesso aos bens culturais (art. 137, parágrafo primeiro, inserido pela Emenda Constitucional nº 23/2011).

No entanto, o citado diploma legal não decide a gestão democrática da educação ou do ensino em seu conjunto de princípios, ou em qualquer outro recurso, não o admitindo na Constituição Federal vigente (BrasiI, 1988). Lagares, Silveira e Lemos (2019) apontam que os dispositivos da constituição do Tocantins introduzem alguns princípios educacionais previstos em nível nacional, visto que a segunda promulgação ocorreu um ano após a primeira, portanto, a ausência de governança democrática, entre muitas coisas, não foi espontânea.

Nesse contexto, Lei no. 2.139, de 3 de setembro de 2009, que dispõe sobre a rede pública de ensino, dispõe sobre questões relativas à governabilidade democrática.

Conforme Souza e Pires (2018),

> ... somente 2 estados, Tocantins e São Paulo, cuja lei nada diz em matéria de governabilidade democrática. Nela, há uma lei do sistema educacional do país, que só fala sobre gestão democrática, sem mostrar nenhuma forma ou processo de funcionamento do ordenamento jurídico (Souza & Pires, 2018, p. 9).

Notamos que a falta de controle da gestão democrática por parte dos sistemas de ensino tocantinenses impacta na efetividade da gestão democrática em um conjunto de programas e escolas (CarvaIho, 2009; 2013; 2016; Lagares; SiIveira & Lemos, 2019) e, em tempos de calamidades como a crise sanitária provocada pela Covid-19 dificulta a integração da comunidade educativa/escolar no processo de planeamento, implementação e avaliação das ações necessárias (Couto; Couto & Cruz, 2020).

Por meio dessa linha de pensamento, mostramos que o momento de crise sanitária que enfrentamos se insere no contexto do caos permanente que o capitalismo tem

provocado na produção e reprodução social. Em tempos de crise - social, sanitária, econômica, política - o aparelho do Estado atua para controlar os processos sociais organizados e/ou coletivos em benefício do capital (Antunes, 2001).

Se considerarmos o publicado, com base nas pesquisas realizadas, destacamos que antes da crise educacional causada pela Pandemia do Covid-19, o atual Presidente da República do Brasil se esqueceu completamente do Programa Nacional de Educação, pois não fez nenhum público educacional direcionado política. na implementação de governança democrática ou outras diretrizes. A situação descrita por Daniel Caras, na entrevista que fez com Vasquez (2019) era forte, com recursos reduzidos para a área de Educação e a fragilidade do setor.

De acordo com ele, foi ruim a redução do papel do governo federal em usar a cooperação com os estados e municípios para garantir o direito à educação básica e a redução do papel do governo federal em investir nas universidades estaduais (Vasquez, 2019)

No sentido feito tematicamente antes, provamos a derrota do Estado ao enfatizar esse mandamento. Nessa linha de pensamento, nós apoiamos em Mascaro (2015), baseado em Marx para dizer que o cerne da sociedade capitalista não é o Estado, porém as relações sociais de produção.

Desse modo, o Estado pode ser gerido até por um militar, com um salário pequeno, mas estará a serviço da máquina movida pelas relações de produção em determinado momento histórico. Por outras palavras, o Estado constitui a peça fundamental do capitalismo e coloca-se, enquanto estrutura de poder, ao serviço da gestão dos problemas inevitáveis – como o Covid-19 – procurando sempre acrescentar valor ao dinheiro (Mészáros, 2006).

Diante do exposto, compreendemos que a crise sanitária provocada pela Covid-19 se soma a outros problemas capitalistas e, novamente, faz com que o governo busque soluções urgentes/combinadas. No fato característico da crise sanitária - por sua abrangência global e seu impacto nas relações de produção que promovem

o capital - a situação se agravou de forma alarmante, exigindo isolamento social e, em relação à educação, forçou a suspensão das atividades escolares presenciais como medidas de contenção da epidemia que volta a atingir o Brasil, promovendo a implementação de algumas políticas públicas de educação.

Políticas públicas educacionais no contexto da pandemia do COVID-19

A Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, elevou a emergência de saúde pública ocasionada pelo CODIV-19 para pandemia internacional.

A partir disso, muitos países já tinham começado a adotar medidas para tentar travar a propagação do vírus, entre elas o encerramento dos estabelecimentos de ensino e essa dinâmica passou a ser adotada mundialmente (SANZ; GONZÁLES; CAPILLA, 2020).

Nessa lógica, percebe-se que a única solução encontrada pelo Estado brasileiro foi o ensino remoto, pois

a educação está garantida na Constituição Federal de 1988, e passa a ser um direito mesmo em uma época de isolamento social (BRASIL, 1988).

Segundo Junior et al. (2020) o Estado brasileiro não foi o único a passar por adversidades com o fechamento das escolas, pois de acordo com a Unesco (2020. Apud: JUNIOR, et al., 2020), outros países, cerca de 72% de um total de 215 nações atingidas, até então precisaram readaptar suas ações, pois trata-se de uma nova práxis educacional.

Nesses termos, Freitas Neto (2020. Apud: JUNIOR, et al., 2020), Martins et al. (2020. Apud: JUNIOR, et al., 2020) e Marques (2020. Apud: JUNIOR, et al., 2020) consideram que o ensino remoto é uma extensão da Educação à Distância (EaD), pois se trata de um decreto interino do então Presidente da República Pres. Jair Messias Bolsonaro, cujo parecer de nº 934, de 1º de abril de 2020, estabelece as diretrizes para cumprimento e flexibilização dos dias letivos.

Essa providência de que trata o parecer de nº 934, dada a particularidade atual vivida pelo Brasil, faz assegurar

o mesmo princípio para o ensino superior (JUNIOR, et al., 2020).

Estas circunstâncias põem à prova os nossos sistemas educativos que enfrentam o desafio de continuar a formação de milhões de estudantes confinados nos seus domicílios (SANZ; GONZÁLES; CAPILLA, 2020).

Diante do quadro de mudanças socioculturais e revoluções tecnológicas ocorridas na sociedade, sucedeu uma transformação dos veículos de comunicação de massa, tornando-os mais interativos, surgindo assim uma demanda dos sujeitos do século XXI por novas competências e diferentes modos de aquisição do saber.

Anteriormente, na época da Web 1.0, os usuários da internet eram apenas espectadores, usando este recurso para pesquisa, leitura de jornal, editoração de textos, etc. Já com o avanço para a Web 3.0, esses sujeitos tornaram-se produtores de mensagens, podendo ser autores de blogs, redes sociais, eBooks, etc.

A partir disso, a instituição da EaD ocorreu com a finalidade de ampliar a oferta de programas de educação no

país. Seu estabelecimento aconteceu com a promulgação da Lei 9.394/96 que prescreve as diretrizes e bases da educação nacional (NIZ, 2017).

Segundo Mizukami (2014. Apud: NIZ, 2017), uma das características da modalidade a distância de educação era a distância física entre os participantes, mas, isto foi superado em razão das várias possibilidades que as tecnologias oferecem, gerando entre os cursistas interação, comunicação e colaboração na construção dos conhecimentos.

Nesse sentido houve a criação da Secretaria de Educação a Distância (SEED) e o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2005, onde começou a surgir uma maior gestão da EaD, apoiada na conexão entre as esferas do poder público federal, estadual e municipal, representando um marco na EaD das universidades públicas brasileiras (NIZ, 2017).

Diante disso e da emergente pandemia do COVID-19, o Conselho Nacional de Educação publicou no dia 30 de abril de 2020 o Parecer nº 5/2020, que dispõe

sobre a reorganização do calendário escolar e sobre a possibilidade de atividades pedagógicas não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia do Covid-19 (SILVA, 2020).

Uma das vertentes do documento sobre a possibilidade de longa duração da suspensão das atividades escolares presenciais por conta da pandemia do COVID-19 poderia acarretar:

> Dificuldade para reposição de forma presencial da integralidade das aulas suspensas ao final do período de emergência, com o comprometimento ainda do calendário escolar de 2021 e, eventualmente, também de 2022; retrocessos do processo educacional e da aprendizagem aos estudantes submetidos a longo período sem atividades educacionais regulares, tendo em vista a indefinição do tempo de isolamento; danos estruturais e sociais para estudantes e famílias de baixa renda, como stress familiar e aumento da violência doméstica para as famílias, de modo geral; e abandono e aumento da evasão escolar (BRASIL, 2020, p.03).

Essas seriam algumas das razões para retornar às aulas de forma remota (SILVA, 2020).

O maior desafio do "ensino remoto de emergência" recai sobre os educadores. E o desafio maior está em como organizar e adaptar os conteúdos, as dinâmicas de sala, as aulas expositivas e as avaliações, em como não prejudicar o processo de aprendizagem, bem como, manter os alunos interessados e engajados. (SILVA, 2020).

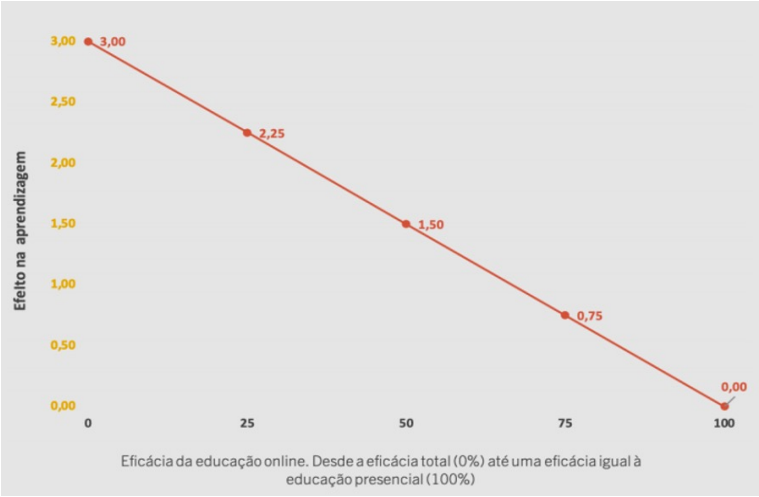
Para assegurar a eficácia das práticas de ensino diante da atual situação há alguns aspetos em que a maior parte dos autores estão de acordo, entre os quais estão a importância do envolvimento do professor no ensino online, a qualidade da plataforma digital (em relação à qual se pode fazer pouco), a facilidade e reiterada interação entre alunos e a avaliação contínua dos conhecimentos (SANZ; GONZÁLES; CAPILLA, 2020).

É preciso entender também que a falta de formação continuada dos professores nessas práticas de ensino remoto provoca distanciamento e rupturas, porque o computador, o YouTube, o Google Meet, dentre outras ferramentas virtuais

e tecnológicas de acesso à banda larga não substituem o professor (JUNIOR, et al., 2020).

No Gráfico 2 mostra-se, os diferentes cenários sobre a eficácia da formação online em relação à educação presencial. Num extremo, encontra-se o pior caso em que a educação presencial não é substituída por nenhuma alternativa ou em que a formação online seja totalmente ineficaz.

Gráfico 6 - Impactos a curto prazo na aprendizagem.



Fonte: SANZ; GONZÁLES; CAPILLA (2020).

No caso, em que a educação presencial não é substituída por nenhuma outra alternativa ou em que a formação online seja totalmente ineficaz o impacto será de 3% do desvio padrão. Num caso onde a formação online compensar 50% do ensino presencial, o impacto será reduzido para metade, e o desvio padrão será de até 1,5%.

Finalmente, se o ensino digital proporcionar o mesmo aproveitamento que o presencial, o efeito para os alunos que tenham acesso a plataformas digitais será nulo. (SANZ; GONZÁLES; CAPILLA, 2020).

Outro problema, é que a UNESCO alerta para o possível aumento do abandono escolar como consequência do encerramento dos estabelecimentos de ensino, será difícil levar alguns jovens a regressar à escola quando elas abrirem (SANZ; GONZÁLES; CAPILLA, 2020).

Portanto, seja a nível nacional ou mundial, os sistemas de ensino têm esbarrado na fragilidade da educação. A pandemia evidenciou e lançou holofotes sobre as desigualdades, demonstrando o quanto ainda há

por se fazer até que alcancemos um patamar de equidade no atendimento à educação. No caso do Brasil, é preciso muito ainda para fazer valer o que rege a Carta Magna, que visa garantir o acesso igualitário à educação como direito (OEMESC, 2020).

A EaD como uma ferramenta utilizada no ensino público como mecanismo pedagógico frente à pandemia do COVID-19

A Educação a Distância (EaD) se relaciona com a modernidade ao propor uma solução prática para os alunos, visando a continuidade do processo educacional, devido às recomendações de isolamento da sociedade. No entanto, essa abordagem é um tanto equivocada, considerando a fragilidade de algumas escolas públicas e da formação de professores que não contemplavam esse processo nos currículos de graduação anteriores. Portanto, é importante entender o papel que a EaD desempenha dentro do

procedimento educacional.

De acordo com Rodrigues,

> Para alcançar um processo comunicacional de conexão na Educação a Distância, esta é vista como uma forma de criar outros tipos de colaboração, especialmente se novas tecnologias de comunicação forem utilizadas em seus processos de ensino. (RODRIGUES, 2011, p.79)

Sabe-se que a EaD representa mais uma excelente forma de disponibilizar conteúdo e acesso ao aprendizado para os alunos neste período de isolamento, pois representa um método de ensino que leva em consideração a distância física entre o docente e o estudante, procurando meios de reduzi-la. Entender o "novo" processo educacional pelo qual passa o Brasil, devido à pandemia do coronavírus, possibilita refletir sobre a EaD e como esse processo acompanha de perto as mudanças nas práticas sociais e as evoluções tecnológicas, sem deixar de lado o aspecto socioeconômico.

Segundo Alves (2011, p. 91), "vários eventos históricos e várias instituições [...] evidenciam que a Educação a Distância fornece oportunidades que seriam difíceis ou impossíveis de alcançar usando um modelo presencial". Nessa perspectiva, cabe ressaltar que a EaD surge como uma solução eficaz para os problemas causados pela pandemia. No entanto, a aplicação desse sistema deve ser cuidadosamente avaliada e considerada em relação à realidade dos estudantes de colégios públicos. Portanto, como aponta Costa (2017), a trajetória da educação a distância no Brasil é decidida pelas transformações sociais,

> A Educação a Distância passou por diversos momentos históricos no Brasil, desde os cursos livres até os dias atuais, onde a Internet é utilizada como forma de estabelecer a comunicação entre os atores educacionais, ou seja, docentes e alunos. (COSTA, 2017, p.67)

No entanto, como asseguram Martins e MilI (2016, p. 121), "a EAD é um método de ensino que independe do

tempo e do local onde o docente e o estudante estão". Desse modo, torna-se um método de ensino revolucionário que muda o molde pedagógico que funcionava até então. Nessa perspectiva, a situação problemática causada pela pandemia do COVlD-19 faz com que muitos colégios revejam sua prática docente e reflitam sobre o que pode ser proposto aos seus alunos. Alguns colégios da rede privada já possuem plataformas de ensino online e a realização de aulas nessa modalidade a distância não representa um obstáculo no enfrentamento desse problema.

Nesse contexto, a EaD vem se mostrando um método de ensino bastante promissor, porque fornece aos estudantes a oportunidade de treinar e aprender levando em consideração as complexidades do espaço e do tempo. No entanto, esse processo requer aportes técnicos de alto custo, tornando-o inacessível para as pessoas que mais precisam.

> O uso da tecnologia da informação e comunicação (TlC) no ensino a distância significa uma mudança de comportamento de professores, alunos e gestores. Os primeiros devem aprender a falar por si ao

> mesmo tempo em diferentes níveis de ensino, com materiais didáticos construídos em redes de saberes importantes. Quanto aos alunos, cabe a eles tomar decisões sobre o andamento de seus estudos e tomar a iniciativa de desenvolver suas estratégias de aprendizagem usando diferentes mídias que contribuam para a colaboração. Os gestores, por outro lado, devem considerar o alcance do tempo-espaço da organização do trabalho docente do projeto EAD, uma vez que este não pode se basear no método de gestão do ensino presencial. (RODRIGUES, 2011, p.72)

Assim sendo, vale afirmar que a EaD é vista como uma nova modalidade de ensino que provoca intensas transformações estruturais e comportamentais na unidade escolar e nos atores que dela participam. Portanto, é admissível afirmar que esse método não deve ser utilizado da noite para o dia, após uma crise com o atual índice pandêmico, mas deve levar em consideração a situação econômica que abrange a todos, bem como a formação dos tutores e o preparo adequado que serão entregues aos

estudantes e docentes para passar por este momento.

Perante a situação provocada por essa pandemia, a rede pública se viu obrigada a propor um método que não prejudicasse os educandos. Algumas secretarias de educação propuseram uma plataforma digital gratuita, onde os estudantes encontrarão conteúdos durante esse período de isolamento social. No entanto, esta iniciativa é apenas parcialmente eficaz, pois nem todos os alunos têm uma estrutura para estudo independente, nem têm acesso fácil à Internet. Algumas Secretarias de Educação estão explorando a possibilidade de reorganizar o calendário acadêmico, trocando turmas e priorizando conteúdo.

Porém, fica um pouco incerto refletir sobre esse método de ensino na educação básica pública, como afirma Litto (2003):

> No método de ensino a distância é preciso perfis característicos e ela não serve para estudantes desmotivados ou que necessitam de muita atenção de um docente e, ademais, a educação básica brasileira não forma pessoas plenamente capaci-

> tados para uma graduação a distância. (LlTTO, 2003, p. 324)

Ademais, cabe ressaltar que a EaD deve ser uma prática que apoie a eficácia do ensino tanto do estudante quanto do docente. No entanto, não deve ser considerado como um substituto ou substituição. O estudante tem direito a apoio educacional integral, principalmente nos momentos de dificuldade. Pensa-se que o maior erro da educação a distância seria considerá-la como um método de ensino independente, sem a necessidade de um tutor, o que torna esse método um completo erro.

Portanto, a EaD representa uma boa escolha para os colégios particulares, que já têm esse instrumento em sua organização, porém para os colégios públicos representa uma alternativa instável, pois não foram motivadas no período certo para ter essa prática à sua maneira. Acredita-se que, após esta crise, os colégios públicos possam discutir mais sobre este método de ensino de forma profícua e compreender seu verdadeiro peso na educação do século XXl. No entanto, observe que o número de docentes é

importante no processo educacional.

Ainda assim, segundo Rodrigues (2011, p. 79) "não é a fácil migração física ou geográfica que conseguirá estabelecer a educação, mas sim a clareza do conceito de educação cidadã que cada projeto merece". Essa afirmativa discute a ideia de um currículo que realmente inclua a todos, ao passo que a educação pode provocar mudanças na opinião pública, ou seja, ser uma organização que combate a desigualdade e não reforça tais divisões.

Em relação a EaD, não se pode negar o justo valor de ampliar o acesso, como também fala Alves (2011), que tal modalidade de ensino é considerada democrática por reduzir barreiras físicas e locais e atender estudantes diversos. No entanto, ao utilizar os elementos da tecnologia para superar esses obstáculos, como: computadores, smartphones e afins, esse processo é caro e pouco realista para a realidade dos educandos de colégios públicos, visto que muitos deles carecem e ainda precisam de apoio financeiro.

Dessa forma, a educação não se torna um fator que incentiva a expansão do nacionalismo, contudo favorece

e evidencia as diferenças estabelecidas pela sociedade capitalista, onde o poder de compra passa a ser responsável por fornecer melhores valores motivacionais.

> O conflito entre classes marca a questão da educação e a função do colégio. Se a sociedade capitalista tende a normalizar o colégio, essa prática apareceu de forma contraditória, pois a sociedade capitalista incentivou a implantação da educação escolar básica. Com base nisso, ele reconstruiu a distinção entre as escolas secundárias, voltadas principalmente para a formação intelectual, e as escolas de massa, que se limitavam à educação básica ou, como continuavam, a determinados cursos profissionalizantes. (SAVIANl, 1994, p.08)

Assim sendo, como afirma Saviani (1994), é oportuno relacionar a função do colégio diante das novas tecnologias, e é oportuno discutir que, como observado na epidemia do coronavírus, a educação marca uma questão social dupla e divisora, e distinguir os pobres dos ricos, considerando apenas a capacidade de adaptação aos novos

moldes da educação. Nesse contexto, é admissível concluir que quem não tiver as condições básicas e necessárias para seguir o novo modelo estará à beira de uma sociedade cada vez mais desigual. Desta forma, a educação não liberta, mas divide.

Plataformas digitais no contexto da pandemia do CO-VID-19

No período mais latente da pandemia foi observado o crescente emprego de plataformas digitais, de tal maneira empregadas majoritariamente para entretenimento, como o Facebook ou o lnstagram, quanto aquelas com a finalidade educacional, como Teams (Microsoft), GoogIe CIassroom, GoogIe Meet, Zoom etc.

Estas plataformas admitem a comunicação online como: conversar, partilhar, comentar, namorar virtualmente, pesquisar, fazer compras, ouvir música, ver vídeos etc., definindo a forma como vivemos e como a sociedade se organiza. Organizadas por dados e

organizadas por algoritmos, as plataformas são concebidas fundamentalmente para organizar as interações entre os usuários (VAN DlJCK; POELL; DE WAA L, 2018), controlar seus dados e direcionar esses sujeitos para uma rede infinita de informações a partir do primeiro descritor de busca. Por exemplo, ao pesquisar no site de um produto, os sujeitos começam a encontrar informações exclusivas sobre esse item e/ou itens relacionados.

Nesse cenário de uso, as lives (vídeos ao vivo produzidos por músicos, empresários, docentes, pesquisadores e youtubers) se tornaram as verdadeiras estrelas dessa pandemia. Promovidas e disponibilizadas em diversas plataformas, como lnstagram, Facebook e YouTube. As lives abordam diversos temas, desde entretenimento e orientação para manutenção da saúde mental durante a pandemia, até capacitação e educação profissional.

Com finalidades diversas, a utilização das lives prevê a discussão pública dos sujeitos envolvidos no programa, sejam eles atores ou telespectadores dessas produções. Essa colaboração vem da comunicação mútua

entre os participantes nas discussões, compartilhamento e curtidas que melhoram a visibilidade do conteúdo.

O Instagram, por exemplo, cresceu 70% em termos de engajamentos, referências e uso. O Facebook faz uso de sua configuração para realizar tais operações e plataformas de streaming como NetfIix e Amazon já registraram um crescimento de 20% somente em março de 2020, segundo dados do Business Insider (LESKlN, 2020).

Porém, desde a empolgação inicial de participar e estar em diferentes encontros com seus ídolos, sejam eles acadêmicos, músicos, influenciadores digitais, vemos o desgaste aparecer. O cansaço, perante uma enxurrada de informações transmitidas e que não conseguimos administrar com compreensão, pois a frequência das lives era surpreendente, muitas vezes ocorre ao mesmo tempo, quando o público precisa escolher o que ver e ouvir naquele momento.

SiIard (2020) levanta a seguinte questão: como sobreviver à fragmentação sem se tornar um Zoombie? A palavra Zoombie criada pelo autor é uma combinação de

zumbi e Zoom - software de videoconferência que vem encontrando lugar no contexto do novo Coronavírus devido à necessidade de realizar tarefas remotamente, até mesmo Iives. SiIard (2020) registra que surgiu com este nome após a corrida de sua esposa para ter oito horas de reuniões neste campo. SiIard chega a uma conclusão com a qual estamos familiarizados - qualquer coisa levada ao extremo pode levar a uma disfunção doentia, afetando a saúde mental desses ouvintes que precisam estar conectados o tempo todo.

No entanto, além de se preocupar com o uso excessivo de informações, ainda há dois pontos a serem destacados, o primeiro deles é que as plataformas digitais precisam ser vistas como mercados separados que operam em modelos de negócios, incluindo a venda de mercadorias, (dados, serviços e bens dos usuários (VAN DlJCK; POELL; DE WAAL, 2018). Logo, a venda de dados de usuários tornou-se o motor do capitalismo contemporâneo, o que nos leva ao segundo ponto, a privacidade e segurança desses usuários.

Uma série de dificuldades relacionados à segurança foram relatados nos últimos meses, remontando à plataforma Zoom, entre os quais podemos destacar: sites falsos do Zoom criados para distribuir malware (software malicioso que visa causar danos e roubar informações confidenciais de forma ilegal) nos usuários dispositivos; videoconferências invadidas por cibe criminosos com ataques maliciosos, exibindo imagens pornográficas e ameaçando os participantes durante as conferências online; dados como e-mails e fotos de milhares de usuários vazaram, permitindo o acesso a estranhos (GERMANO, 2020).

Desse modo, apesar de mudar as formas de comunicação dentro da situação de distanciamento físico e social imposta pelo novo Coronavírus, as vidas também devem ser pensadas com cuidado a partir de uma série de variáveis, para que os limites da saúde mental não sejam ultrapassados, cansaço e sigilo nesse "novo normal" que estamos vivendo.

Efeito das políticas públicas de igualdade no acesso à internet

Os dados da PNAD necessitam ser organizados nas atuais condições de isolamento social, que podem ter um impacto significativo nas condições econômicas dos indivíduos, levando a uma diminuição das condições financeiras e, logo, da capacidade de manter o acesso à Internet. No entanto, os dados são importantes para demonstrar a existência de material que permite o acesso à rede mundial de computadores e que pode ser promovido por políticas públicas urgentes ou não emergenciais.

No que tange ao acesso universal à Internet, é plausível supor a emergência de uma política nacional de acesso à rede de banda larga móvel, assente no envolvimento de grupos de telemóveis que já tenham políticas de disponibilização de pacotes de dados que não contêm dados. gastos com outros aplicativos como Whatsapp e Facebook. Esta política pode ser estendida a determinados sites indicados pelas Secretarias Estaduais de Educação ou

pelo Ministério da Educação, para permitir maior acesso ao conteúdo educacional produzido.

Sob esse ponto de vista, atualmente é admissível perceber a presença de planos de dados móveis com valores mensais em torno de R$ 20,00, que podem ser um investimento barato, para economizar, mesmo após uma emergência na época da pandemia.

No total, considerando o número de indivíduos que são mais de 10 alunos (escolas públicas e privadas), e docentes, teremos cerca de 40 milhões de brasileiros que poderão participar dessa política pública, com um custeio mensal de quase R$ 800 milhões de reais, considerando o preço de varejo cobrado ao público em geral. Estes preços são altamente negociáveis.

Do ponto de vista do investimento público para melhorar as condições de acesso à informação e de produção de conhecimento escolar, este valor equivale a menos de 3% do valor esperado das isenções de lRC (Imposto sobre Rendimento de Pessoas Coletivas) em 2020, o que equivale ao que o país deixa de arrecadar devido aos

benefícios fiscais oferecidos a empresas de diversos setores, aproximadamente 330 bilhões de reais, segundo dados do Ministério da Economia (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Em termos de equipamentos, inclui políticas de acesso a computadores, tablets ou telemóveis para garantir o acesso à Internet. Dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) evidencia que cerca de 90% dos domicílios brasileiros têm celular e 45% computador. Nenhum cruzamento de dados admite avaliar a presença de computadores onde não há telemóveis e vice-versa.

De qualquer modo, os dados evidenciam que é admissível dar ao serviço acesso a equipamentos através do emprego de incentivos que podem ser negociados na emergência da pandemia - como fizeram muitos países, como Espanha, Itália e Estados Unidos.

Finalmente, um dos julgamentos que se fala quanto ao emprego do celular para acesso à informação diz respeito ao tamanho da tela e dificuldade de realizar leitura de documentos. Essa é uma dificuldade mais pertinente à compatibilidade dos arquivos de conteúdo ao caráter flexível

de tamanho das fontes do limite do aparelho. Arquivos em formato PDF não são flexíveis e não se adaptam ao tamanho da tela. Porém arquivos no formato epub aceitam a ampliação automática ou manual do tamanho do texto para atender a demandas visuais do usufrutuário.

Mediante o exposto, a necessidade da aplicabilidade das políticas públicas de igualdade no acesso à internet nas escolas públicas no pós-crise da pandemia é fundamental para garantir uma educação equitativa e inclusiva. A pandemia evidenciou uma profunda desigualdade no acesso à internet, colocando em risco o direito à educação de milhões de estudantes. Com a transição para o ensino remoto durante o período de confinamento, aqueles que não possuíam acesso à internet ou dispositivos de qualificação foram excluídos do processo educacional. Portanto, é necessário que as políticas públicas sejam integradas para fornecer acesso à internet de qualidade e dispositivos tecnológicos às escolas públicas, garantindo que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado.

Além disso, é essencial oferecer suporte técnico

e capacitação aos educadores para que possam utilizar efetivamente as ferramentas digitais no processo de ensino e aprendizagem. Ao promover a igualdade no acesso à internet, as políticas públicas podem contribuir para diminuir as disparidades educacionais e criar um ambiente inclusivo, preparando os estudantes para enfrentar os desafios do século XXI.

A formação de professores e a multimídia como instrumento primordial na atual dinâmica educacional

Preparar uma aula pelos meios digitais demanda um tempo desumano e insuportavelmente doloroso, horas e horas além do previsto nos contratos e jornadas do docente. As leituras, os slides, os recursos de apoio, à linguagem, os exemplos, a dinâmica, o ritmo, a sistematização de conceitos, tudo é diferente e exaustivo (SILVA, 2020).

A partir deste contexto, gerado pela era da informação, emerge a necessidade de formar professores para desenvolver atividades com apoio das tecnologias

(NIZ, 2017).

A carência de preparação adequada dos docentes para trabalhar com a tecnologia pode gerar uma substituição ou uso inadequado da tecnologia como recurso de ensino (NIZ, 2017).

O ensino remoto, quando desenvolvido por profissional inabilitado ou com formação inábil, pode ser tão prejudicial e degradante quanto uma aula presencial em que o profissional docente não possui um planejamento prévio (JUNIOR, et al., 2020).

Nesse sentido, o desafio maior do professor no ensino via internet não está na mudança do conhecimento, regras, habilidades e práticas por si, mas nas mudanças da identidade e o "eu" do professor em cada um destes domínios.

A ampla atuação do professor, em um contexto denominado "professor-tutor" ou, simplesmente "tutor", onde o professor não é mais apenas o único detentor do conhecimento e sim atua como mediador do conhecimento seja presencial, essa dinâmica tem importância básica para

a EaD (SILVA, 2020).

Portanto, se dá a relevância de investir na formação de professores, preparando-os para exercerem seu trabalho com boa fundamentação teórica e simultaneamente preparando-os para situações como essa da pandemia. Além de boa fundamentação teórica, o tutor (que é professor) precisará revestir sua ação pedagógica de emoção, sentimentos, que colaboram com o processo de formação (SILVA, 2020).

Quando pensamos em tecnologia para a educação, esta só é vantajosa quando os docentes demonstram preparação, ou seja, percebem a tecnologia como uma ferramenta que pode trazer contribuições para o processo ensino e aprendizagem (NIZ, 2017).

De acordo com Niz (2017, p. 17),

> Apesar de ser um assunto que vem sendo discutido há décadas, a formação de professores para uso das tecnologias ainda é um tema que gera dúvidas e conflitos. Isso decorre em função de diversos fatores, como a contemporânea dissemina-

> ção da tecnologia nos ambientes escolares, falta de verbas e a preparação e/ou formação inadequada de professores. Diversas vezes, os professores não estão preparados para lidarem com o uso das tecnologias em sua prática pedagógica, necessitando de formação.

Diante disso, procurar entender o novo modelo educacional, torna-se necessário, além disso é preciso que os professores descubram e aprendam o verdadeiro conceito de ensinar utilizando recursos alheios à sua zona de conforto, portanto, o professor precisa contar com contribuição do sistema de ensino no qual está inserido, pois geralmente as limitações impostas pelo momento do COVID-19 contribuem para o não fazer (JUNIOR, et al., 2020).

Com esse entendimento um dos grandes desafios do educador, é tornar a educação online em algo atrativo ao seu aluno, mantê-lo atento, concentrado e interagindo, principalmente aqueles estudantes que possuem menos comprometimento (XIÃO et al., 2020. Apud: JUNIOR, et

al., 2020).

Nesse sentido, têm-se a exigência de inovações pedagógicas, didáticas e organizacionais, ressaltando a relevância do planejamento do curso, técnicas instrucionais bem configuradas e uma estrutura organizacional e administrativa adequadas (MOORE e KEARSLEY, 2008).

De acordo com Niz (2017), a formação do professor está influenciada pelos eventos sociais. Portanto, é fundamental considerar essa conexão na formação, como evidenciado pela atual necessidade de ensino a distância, que pegou muitos professores despreparados.

A formação do professor é um processo complexo com várias variáveis, e situações como a pandemia do COVID-19 são difíceis de prever em projetos de formação pedagógica. Isso revela a falta de preparo da maioria dos profissionais diante de desafios desse tipo.

É possível verificar que muitos docentes não possuem preparo para incluir novas tecnologias em suas práticas pedagógicas, já que majoritariamente não se contempla o uso de tecnologias digitais nas formações

acadêmicas durante a formação inicial em cursos de licenciaturas no Estado brasileiro (JUNIOR, et al., 2020).

Os docentes precisam de condições favoráveis à execução de atividades remotas e, além disso, o Estado brasileiro deve afiançar capacitações para o trabalho seguro com tecnologias da informação e comunicação no ofício docente (JUNIOR, et al., 2020).

O fato é que existe uma necessidade de planejamento e desenvolvimento de políticas públicas para o enfrentamento e combate de situações com a da atual pandemia, visto que nenhum sistema educacional estava preparado para o fechamento das escolas, tanto que muitos professores estão emocionalmente debilitados (ARRUDA, 2020; WANG; WANG, 2020. Apud: JUNIOR, et al., 2020).

Marco Conceitual

Com o fechamento de escolas em todo o mundo como medida preventiva para conter a influência do vírus, a educação teve que se adaptar rapidamente a novos modelos de

ensino e aprendizagem remota. Isso trouxe à tona uma série de desafios para a educação pública, como acesso limitado à tecnologia e internet, desigualdades socioeconômicas, falta de treinamento adequado para professores e dificuldades no engajamento dos alunos.

Os desafios da pandemia na educação pública referem-se às mudanças que ocorreram no campo da educação devido à crise global de saúde desencadeada pela pandemia do COVID-19. Esses desafios são profundos não apenas no que diz respeito à saúde e segurança dos estudantes, professores e funcionários das escolas, mas também na forma como o conhecimento é adquirido, compartilhado e transmitido.

Dentre esses desafios destaca-se a necessidade de repensar e reestruturar os métodos tradicionais de ensino e aprendizagem. A pandemia evidenciou a importância de fortalecer as habilidades digitais e tecnológicas tanto dos educadores quanto dos alunos, bem como a necessidade de desenvolver estratégias pedagógicas eficazes para o ensino remoto.

Além disso, vale ressaltar a importância de considerar questões de equidade e inclusão na educação pública. A pandemia exacerbou as desigualdades existentes, com estudantes de comunidades marginalizadas enfrentando maiores dificuldades de acesso à educação remota. Isso destaca a necessidade de garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário a recursos e suporte adequado, independentemente de sua origem socioeconômica ou localização geográfica.

Nesse contexto, os desafios da pandemia na educação pública representam uma oportunidade de repensar e transformar a forma como a educação é feita e praticada. Essa crise global destacou a necessidade de fortalecer a resiliência, a igualdade de acesso e a preparação dos alunos para enfrentar os desafios futuros, criando uma base sólida para o avanço da educação pública.

Reavaliando a trajetória histórica do COVID-19 e suas implicações legais

Com o aparecimento do vírus, na cidade chinesa chamada Wuhan, foi detectado pela primeira vez em novembro de 2019 um novo coronavírus (SARS-CoV-2), doença que causava dificuldade para respirar, dores no peito, febre, cansaço, perda de apetite e até perda da fala ou movimento, em casos graves.

Essa realidade obrigou a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 31 de dezembro de 2019, a declarar uma emergência de saúde pública de interesse global e, em 30 de janeiro de 2020, foi declarada uma pandemia global. Para contê-la, a OMS recomendou atos básicos, por exemplo: utilização de máscaras, distanciamento social, higienização das mãos, tratamento dos casos identificados, triagem em massa, entre outros cuidados individuais e sociais.

Considerando o cenário mundial, o Ministério da Saúde do Brasil editou a Portaria nº. 188, de 3 de fevereiro de 2020 (BRASlL, 2020g) que declara emergência de saúde

pública da mais alta importância nacional, em razão do possível contágio do novo coronavírus no Brasil. Tal fato foi admitido, no dia 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo, por um homem de 61 anos, que deu entrada no Hospital lsraelita AIbert Einstein no dia 25 de fevereiro de 2020, com histórico de passagem pela Itália, na região da Lombardia.

Desde então, cabe aos distritos e municípios emitir leis, decisões, ideias e regulamentos que irão conter a propagação deste vírus, como o encerramento de empresas e suspensão das atividades escolares, e iniciar a reestruturação escolar, calendário e o emprego de atividades não presenciais para impedir o dano do ano letivo. Vale ressaltar que, pela Portaria n. 343, de 17 de março de 2020 (BRASIL, 2020c), o Ministério da Educação e Cultura (MEC) apareceu interesse em trocar as aulas presenciais por aulas a distância, característica dos cursos à distância (EAD). Em relação ao instituto pessoal de Ensino Superior, os institutos receberam orientação por meio da Portaria nº. 345, de 19 de março de 2020, (BRASlL, 2020d) e nº. 356, de 20 de março de 2020 (BRASlL, 2020e), as intenções eram

de dar continuação às aulas online, isto é, não presenciais.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), cujo objetivo é discutir outras formas e meios que assegurem a participação da população e das instituições na busca da integração de uma educação de qualidade, estendeu esse direito a todos os níveis, categorias e modalidades de ensino, considerando a reorganização das atividades educativas devido às medidas preventivas em relação à disseminação do Coronavírus. Assim, o governo federal aprovou a Medida Provisória 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece as regras para o ano letivo da Educação Básica e do Ensino Superior ocasionado pelo estado de emergência (BRASlL, 2020a).

Especificamente, o órgão autorizou as instituições de ensino a estabelecer aulas presenciais com atividades não presenciais, seguindo orientações do Ministério da Saúde e dos centros de saúde municipais ou regionais.

A partir das nas normas e regulamentos emanados dos conselhos de educação nas esferas federal, regional e municipal, referente à reorganização do calendário escolar

e à possibilidade de cálculo das atividades que podem ser contatadas para cumprir o número mínimo de atividades anuais (BRASlL, 1996), Parecer CNE/CP n. 5 de 28 de abril de 2020 foi admitida (BRASlL, 2020b).

Este documento exibe assuntos históricos e políticas referente ao COVlD-19 para compreensão de toda a comunidade escolar; análise do contexto global e nacional de instituições de ensino em países afetados pelo coronavírus; direitos e objetivos de aprendizagem protegidos pelas leis aplicáveis no Brasil; a quantidade mínima de trabalho a ser feito durante o ano letivo e a reorganização do calendário escolar; cálculo da carga horária das atividades docentes não presenciais em todos os níveis de ensino; na triagem e testagem de acordo com a situação e as diretrizes epidêmicas. Nessa perspectiva, o Brasil editou diversas leis que visam a carreira docente por meio do ensino a distância e que irão observar a conquista de competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BRASlL, 2017).

No entanto, mesmo com essas sugestões dos estados

e municípios desta federação, a EaD tem exibido aspectos dignos de consideração e esforços adicionais, especialmente quando são considerados os educandos matriculados no programa de interação presencial. Buscam-se soluções e flexibilidade para a ausência de aulas regulares durante a violência, o que inclui a responsabilidade de docentes, estudantes e familiares de se adaptarem às novas formas de ensinar e aprender.

De um ponto de vista mais crítico, mesmo com grandes investimentos das políticas públicas de educação em plataformas digitais e na formação inicial e contínua durante a pandemia, entende-se que há uma ampla preocupação por parte dos servidores e instituições públicas em cumprir as a lei, dias letivos e a reorganização do calendário previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação NacionaI - LDBN 9394/96 (BRASlL, 1996), com 200 dias letivos, tanto para a Educação Básica quanto para a Educação Superior.

Portanto, perante a esse novo método de ensino e aprendizagem em tempo de pandemia, análises mais aprofundadas só poderão ser feitas com as seguintes

pesquisas etnográficas no cotidiano da escola, ou com experiências de larga escala em nível nacional ou internacional.

O Coronavírus e o impacto global

Em 31 de dezembro de 2019, a OMS foi avisada sobre diversos casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei. Tratava-se de um novo tipo de coronavírus que não havia sido identificado antes em seres humanos. Depois de uma semana, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas admitiram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus, conforme dados divulgados pela Organização Pan-Americana da Saúde (ORGANlZAÇÃO PAN-AMERlCA DE SAÚDE, 2020).

Segundo a OMS, o coronavírus, causador da enfermidade Covid-1925, atingiu o grau de epidemia em 11 de março de 2020. Da China, a epidemia chegou ao Brasil em fevereiro e o primeiro caso foi registrado em 26 de fevereiro.

Em de março de 2020, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) fizeram a primeira avaliação global da situação educacional afetada pela pandemia do Covid-19, como é oficialmente denominada.

No relatório, cerca de 300 milhões de estudantes foram afetados em 22 países de três continentes pelo fechamento de escolas devido à propagação do vírus (ENTENDA, 2020). A crise sanitária produzida pelo novo coronavírus tem despertado grande preocupação entre as nações de todos os continentes, alterando significativamente as relações políticas e econômicas em todo o mundo.

Para que esta situação seja bem compreendida, primeiro é necessário explicar dois conceitos importantes; são eles: pandemia e globalização. O termo "epidemia" refere-se à propagação geográfica da doença, não à sua gravidade. Uma pandemia é uma doença infecciosa, contagiosa e fatal que se espalhou para países e regiões ao redor do mundo. Difere de uma epidemia por causa de seu tamanho.

No decorrer da história, conseguimos achar diversos exemplos de pandemias. Entre esses casos, temos a AIDS, a tuberculose e os surtos atuais de gripe aviária em 2005 e de gripe suína em 2009 (FRANÇA, c2006-2020). O que distingue os casos antigos dos atuais é a alta velocidade de propagação das doenças, devido ao aumento da possibilidade de contágio, sendo a globalização a causa dessas mudanças (FREN K; GÓMEZ-DANTÉ S, 2007).

A globalização é algo cuja origem está no crescimento do capitalismo comercial e financeiro, no contexto das mudanças nos transportes e nas comunicações (VElGA, 2006).

Em Guattari (2013a), a palavra globalização se aplica ao neoliberalismo atual, que o autor denominou Capitalismo MundiaI Integrado (CBI), por perceber que desde a década de 1980 não tem fronteiras regionais ou nacionais do capitalismo contemporâneo (neoliberaI), que não se baseia apenas na exploração do trabalho, porém, principalmente, na exploração da vida (GUATTARl, 2013a, 2013b).

> O capitalismo atual é global e integrado, pois potencialmente colonizou todo o planeta, pois vive recentemente em simbiose com países que historicamente pareciam ter escapado dele (os países do bloco soviético, China) e assim como tende a garantir que nenhuma atividade humana, nenhum setor produtivo está fora de seu controle (GUATTARI, 2013a, p. 211).

Bown, Cueto, Fee (2016, p. 625) refletem sobre a globalização

> A explosão relevante de personagem para além de agências e organizações governamentais e intergovernamentais – isto é, a mídia, fundações influentes internacionalmente, corporações transnacionais. Portanto, as palavras 'internacional', 'intergovernamental' e 'global' não são reciprocamente excludentes e, a realidade, podem ser compreendidos como complementares. (BROWN; CUETO; FEE, 2016, p. 625).

Os personagens admitem que a globalização representa o essencial desafio refletir a saúde das populações. A OMS é uma agência intergovernamentaI que exerce empregos internacionais com o desígnio de aperfeiçoar a saúde globalmente. A agência trata da "coordenação, panejamento estratégico e liderança de iniciativas global de saúde" (BROWN; CUETO; FEE, 2016, p. 623), sendo uma organização relevante na adoção de dispositivos biopolíticos de controle, de regulação dos corpos, voltados, no caso exclusivo, para a saúde da população.

Compreendendo Pandemias: educação e conceitos fundamentais

Quando há indícios de uma pandemia, há uma reação extrema de negação e minimização do mal ou do medo que produz visões catastróficas e apocalípticas. Porém é necessário equilibrar esses fatores e mudar o passado, lembrando as formas como a humanidade enfrentou as pragas em díspares épocas. Os cursos de História Social,

nos períodos da década de 1970, especialmente nos moldes da História Cultural, dedicam-se a pesquisar temas como fome, pandemias, guerras e exigem que o pesquisador passe a lidar com emoções, crenças e culturas. Desse modo, é necessário investigar memórias e representações, aspectos que atualmente voltaram ao trabalho dos historiadores.

Algumas pesquisas sobre pandemias revelam que a literatura está cheia de lacunas. Os registros costumam ser contraditórios, especialmente, os números de infectados e mortos não são confiáveis. E nasce a questão: o público e as autoridades de saúde querem esconder os dados, diminuir o problema ou cuidar dos doentes e a rapidez do enterro reduz as notificações? Também deve ser considerado que a memória é seletiva. Após o término de um AVC, muitas vezes surge a sensação de que se deve esquecer os dias ruins que se viveu e seguir em frente, seguir em frente, pensar no futuro.

A reação primária é quase continuamente de confusão perante uma doença que continua fora de controle e, em poucos dias, muitos indivíduos adoecem e morrem.

Nessa perspectiva, grande parte das vezes explica a demora das autoridades públicas em tomar medidas sanitárias. Em todas as doenças epidêmicas e naquelas que, devido à sua rápida disseminação pelo mundo conhecido, foram chamadas de pandemias, esse primeiro surto é superado por medidas desesperadas, como fuga e isolamento. Além disso, das pragas que afligem a Terra desde os tempos remotos, a mais versada e estimada a mais ameaçadora, pelo menos até 2019, foi a Peste Bubônica. Pode ser desmembrada em quatro epidemias: Justiniana (540-590), Peste Negra (1346-1361), Grande Peste (1660) e Praga dos Ratos (1855-00) (CARTWRIGHT; BIDDISS, 2005, p.36).

Embora a ampla extensão entre os acontecimentos, eles possuem pontos semelhantes. O início da Peste foi devido às picadas de pulgas em ratos e à transmissão do vírus deles para os humanos. A praga atravessou os mares conhecidos, parou nos portos das cidades portuárias e levou rios e hidrovias para cidades e vilas do interior.

Os primeiros passos foram cortar o transporte e fechar as pessoas fechando as portas e as paredes. Foi em

vão, pois um inimigo invisível entrou pelas fendas. Existia uma estreita relação entre peste e pobreza. As pandemias foram acompanhadas por escassez de alimentos e fome. Logo, não foi difícil identificar a população mais vulnerável: os pobres. Além disso, a doença costumava estar ativa no verão europeu, temperaturas entre 15º e 20º graus e umidade acima de 90%.

A forma bubônica da doença deixou sua marca no corpo. Apareceram bubões (gânglios linfáticos inchados na virilha, axilas e pescoço), de cor preta, daí o nome mais comum da pandemia. Outros sintomas foram encontrados: língua inchada, sede intensa, calafrios, febre, depressão, batimento cardíaco irregular, dor de cabeça, distúrbios nervosos e vômitos (BERLlOZ, 2002, p. 460-461).

Até o século XlX, a medicina e a ciência pouco sabiam sobre a origem dessa pandemia e as formas mais eficazes de combatê-la. As causas foram devido à poluição do ar e putrefação do solo. As medidas recomendadas eram limpar as coisas (utensílios domésticos, moedas e livros) com vinagre, e limpar casas, roupas e corpos com perfumes

fortes e enxofre. Foi preciso isolá-los, pois a peste teve complicações de pneumonia.

A pequena nobreza fundiária fugiu para suas propriedades longe dos grandes centros. Os pobres também fugiram. Eles costumavam se abrigar em florestas e cavernas. Para as pessoas que viviam nas cidades, recomendava-se o uso de máscaras em forma de cabeça de pássaro com bico cheio de perfume. O fogo, que se considerava purificador, deveria queimar o tecido infectado e arder na fogueira das encruzilhadas das cidades (DELUMEAU, 1993, p. 110 -111).

Se a pandemia de Peste Negra se concentrou no século 14, o Velho Mundo experimentou vários surtos até o século 19 e, logo, a doença tornou-se comum. Entretanto, durante esse longo período coexistiram outras doenças epidêmicas: Disenteria, MaIária, Febre AmareIa, Sarampo, SífiIis, TubercuIose, CóIera, InfIuenza etc. Os limitados recursos médicos e científicos para lidar com bactérias, bacilos e vírus muitas vezes deixam as pessoas sem outras opções a não ser fugir, isolar-se e rezar. Entendiam que esta doença era o resultado da ira divina contra os pecados. Por

isso, são constantes as descrições de procissões com os fiéis pedindo a intercessão dos santos e a graça de Deus.

Se faltam documentos escritos sobre pandemias, há muitas representações, em pinturas, desenhos e fotografias, feitas durante ou após a doença. Imagens de doentes, máscaras, hospitais superlotados, cadáveres empilhados e valas comuns dão uma sensação de medo da repetição desta tragédia e, ao mesmo tempo, aquela situação faz parte de outro tempo. Em última análise, o espectador opta por contar com os avanços tecnológicos, a medicina e as práticas de higiene e saneamento de seu mundo atual e civilizado.

Essa ideia ainda reforça a ideia de que o triângulo indesejado (fome, doença e guerra) viveu no passado, como a idade das trevas. A modernidade, quando os europeus se consideravam civilizados, também foi repleta de guerras, de conquista de novos territórios e os guerreiros também adoeceram com doenças infecciosas que transmitiam seus vírus, bactérias e miasmas aos povos conquistados. Porém, a chegada do século XX causou esperança e confiança em dias melhores, tempos de paz, quando as pessoas viveriam

em cidades saudáveis. Os avanços da ciência tornaram os médicos e sanitaristas atores importantes nas políticas públicas de promoção da saúde da população. A construção de hospitais, a pesquisa de novos medicamentos e vacinas proporcionaram alguma tranquilidade.

No Brasil, seguiu-se o exemplo de cidades europeias, como Paris, símbolo de modernidade e civilização. logo, Rio de Janeiro, São PauIo e SaIvador passaram por muitas metas arquitetônicas, na expansão das vias públicas e na cultura de seus cidadãos para proporcionar-lhes conforto e saúde.

Contudo, surtos de cóIera, sarampo, tuberculose, beribéri, escarIatina, difteria, febre tifóide, Iepra, peste, gripe, varíoIa e febre amarela ainda afligem os habitantes das grandes cidades, aglomerados em favelas, bairros operários e fábricas. O mundo não se livrou completamente da Peste Bubônica. E chegou ao porto de Santos, em 1899, subiu a serra e se espalhou por São Paulo. A caça aos ratos estimulava as duas cidades e os meninos pobres ganhavam algum dinheiro trazendo animais mortos para a Central de

Desinfecção para serem queimados (COSTA; SCHWARC Z, 2000, p. 119-120).

Embora da presença desses múltiplos males, o governo brasileiro escolheu por combater a Febre Amarela e a Varíola, talvez por pressão externa, afinal, investiu na migração de europeus para substituir a mão de obra escrava. Em 1904, como medida preventiva, foi decidida a vacinação obrigatória contra a varíola. A atitude impopular provocou uma rebelião, pois a polícia prendeu os insensíveis que encontrou nas ruas nas delegacias e os obrigou a agir (COSTA; SCHWARC Z, 2000, p. 119-121).

Naquela época, o Brasil conseguiu se livrar da Febre Amarela, porém o espírito de modernidade e civilização não durou muito. O país não foi palco da Primeira Guerra Mundial, mas não conseguiu conter a pandemia de gripe espanhola em 1918. A gripe, enfermidade respiratória, é manifestada desde os tempos remotos, porém por ser um conjunto de doenças causadas por uma mistura de vírus que se modificam rapidamente, batizada como, dificulta o combate, afinal é impossível criar uma única vacina com

ampla proteção. Já era considerada uma pandemia na Europa no século XVl, mas é chamada de Peste Inglesa, por ter surgido pela primeira vez na Inglaterra. Entre 1729 e 1788, surtos ocasionais afligiram a Europa, atingindo as Américas e sendo denominada de gripe pelos italianos. Semelhava ter sumido na década de 1840, porém reapareceu em 1889 sob o nome de gripe russa porque apareceu pela primeira vez em São Petersburgo. No ano seguinte, havia indivíduos infectados com esse vírus em todo o mundo (CARTWRlGHT; BIDDlSS, 2005, p. 163-165).

No verão europeu de 1918, os primeiros acontecimentos de gripe foram achados entre soldados nas trincheiras da Primeira Guerra MundiaI. Os sintomas eram leves, porém a propagação foi rápida, a doença tornou-se grave e se mostrou fatal. De febre, dor de garganta e dor de cabeça, a doença evoluiu para pneumonia. A fome, as condições de vida perigosas e o estresse da guerra contribuíram para a morte de pessoas (CARTWRIGH T; BIDDlSS, 2005, p. 165-167).

No entanto, países distantes dos cenários de

conflito também são afetados por essa praga. Em setembro, a pandemia já afligia Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Um navio de bandeira britânica, com contaminados a bordo, ancorou nos portos dessas cidades (SOUZA, 2009, p. 102).

Em Salvador, jornalistas reclamaram da demora das autoridades em agir. Enquanto os médicos e sanitaristas pesquisavam os efeitos da doença e faziam um diagnóstico, a gripe se espalhava rapidamente pela cidade. Para evitar aglomerações, são proibidos eventos (visitas às ilhas e povoados do Recôncavo, festas e manifestações religiosas etc.) organizados por centros de recreação, educação e confraternização religiosa.

Além disso, suportaram interdições os ritos fúnebres, tão caros aos baianos e concretizados com amplo acompanhamento, pompa e solenidade. A presença de crianças nos funerais de seus amigos e parentes, também pequenos, "anjinhos", foi expressamente proibida. O velório foi interrompido e o enterro deveria ser rápido, sem amigos ou familiares (SOUZA, 2009, p. 167-168).

O isolamento individual e as medidas de higiene

advertidas necessitariam ser seguidos por toda a população, porém houve uma preocupação particular com os locais de grande e contagiosa aglomeração: escolas, fábricas/locais de trabalho, residências, mercados, transportes públicos, carros funerários, quartéis, porto, prisão, comunidade, escritórios, internatos, sanatórios/abrigos, Iojas comerciais, restaurantes, pensões/hotéis e conventos.

As leis colocadas motivavam a segregação dos enfermos em casa ou nas enfermarias dos pobres e recém-chegados à cidade; desinfectar ruas, igrejas, cinemas, teatros, cafés, taIhos, elétricos, comboios e navios.

Ademais, teve forte campanha de vacinação contra lnfluenza e Varíola. Ainda, como medida educativa de higiene pessoal, jornais publicaram artigos e foram distribuídos panfletos com orientações para evitar cuspir no chão. Se necessário, devem ser usados lenços ou escarradeiras colocados em locais públicos. Também era necessário cuidar da limpeza das casas, instalando equipamentos de limpeza, limpando os quintais para retirar a sujeira e conter o aumento das moscas (SOUZA, 2009,

p. 222-224). Pode soar estranho, porém eram medidas bem manifestas, presentes na memória de pandemias anteriores como a peste e a disenteria.

Após a eclosão da pandemia, o retorno às atividades cotidianas foi lento e a reação variou da cautela à procura desenfreada pelos desejos de consumo, seja de ar puro, produtos ou sexo. Diversas vezes tinha oposição ao trabalho, obrigando as autoridades a emitir multas e penalidades por inação. No entanto, esses desastres não podem ser analisados apenas como negativos. Há crescimento, mudanças de cultura e práticas educativas que favorecem o desenvolvimento das comunidades. Há progresso depois de lidar com o caos.

Portanto, a pesquisa científica está encontrando novos tratamentos, medicamentos e vacinas para prevenir e tratar a doença. As leis, que estabelecem restrições à circulação de pessoas e normas de higiene, podem ser educativas, através da revisão de velhos costumes e práticas e da divulgação de novas práticas que contribuam para a saúde pública e a vida social. E agora mais um ciclo

pandêmico, com o Covid-19, se instalou.

COVID-19 e os entraves na educação

Em 11 de março de 2020, a OMS anunciou que a disseminação do COVlD-19 foi reconhecida como uma pandemia globalmente (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2020).

Nesse momento, apresentou algumas estratégias biopolíticas com o objetivo de prevenir, combater e controlar os altos índices de coronavírus no mundo. O Ministério da Saúde editou a Portaria n. 188 declarando Emergência em Saúde Pública de relevância Nacional, devido à infecção humana motivada pelo novo coronavírus (BRASlL, 2020d).

O Ministério da Educação também teve que explicar os modos de prevenir a propagação do COVlD-19 nos colégios. A partir de março de 2020, os estados da federação brasileira começaram a adotar diversas medidas sociais, inclusive a suspensão das atividades escolares. O desígnio era impedir a superlotação, o que poderia colaborar

para a propagação do vírus. Aí temos não só a OMS, mas também o MEC como exemplos e esferas de atuação da biopolítica. No Rio de Janeiro, o governo desativou as aulas em locais públicos e privados. Dados buscados do site da Secretaria MunicipaI de Educação (SME) evidenciam que existem 1.540 instituições de ensino público com um total de 626.778 estudantes (BAHIA, 2020a), em uma área com diversidade econômica, social e cultural.

Com o fechamento dos colégios, as unidades passaram a utilizar o ensino a distância (EaD) a partir de 30 de março de 2020. A adoção de atividades não presenciais, apoiadas no uso de recursos disponibilizados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TlC), assim criando uma forma de reduzir os prejuízos causados, no setor educacional, ao se estabelecer a necessidade do afastamento físico entre as pessoas. Nesse contexto, as TlCs são pensadas como mais uma forma de evitar que os alunos se percam no processo de ensino-aprendizagem.

Com o objetivo de superar o prejuízo da educação e da docência no ensino superior, o Ministério da Educação

(BRASlL, 2020a) publicou, em 17 de março de 2020, a Portaria nº. utilizar os meios de comunicação e tecnologia enquanto passa a situação epidêmica do Novo Coronavírus - COVlD-19.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) já prevê o ensino a distância em emergências. Com base nesse entendimento, os Conselhos de Educação de várias províncias têm se manifestado para regulamentar e apoiar os colégios que optaram por continuar suas atividades de ensino a distância (BRASlL, 1996). Em 19 de março de 2020, o MEC modificou o referido documento, ao publicar a Portaria nº345/2020. Em seu art. 1º, esta última Portaria alega:

> Autorizada, em caráter especial, a substituição dos cursos presenciais, de caráter continuado, por turmas que utilizem métodos e tecnologias de informação e comunicação, por instituição de ensino superior integrante do sistema público de ensino, de que trata o art. arte. 2 da Lei nº. 9.235, de 15 de dezembro de 2017. (BRASlL, 2020b).

Este ato é único e estará em vigor durante a atual emergência de saúde pública devido ao atual coronavírus. Como nada se diz referente à Educação Básica, em carta de esclarecimento (BRASlL, 2020c) publicada em 18 de março, o Conselho NacionaI de Educação afirmou que caberá às autoridades dos sistemas de ensino federal, estadual, municipaI e regional autorizar a implantação de atividades a distância nos seguintes níveis e modalidades de ensino: Ensino FundamentaI, Ensino Médio, Ensino Médio, Ensino Médio Técnico, Educação de Jovens e AduItos (EJA) e Educação EspeciaI.

Desse modo, os ConseIhos Estaduais de Educação (CEE) passaram a se firmar criando discussões, decisões e pareceres sobre esta matéria, permitindo a adoção de atividades escolares remotas, na Educação Básica, enquanto perdurar o período único causado pela disseminação do COVlD-19.

A Secretaria de Estado do Rio de Janeiro se posicionou positivamente com a Deliberação CEE/RJ nº.

376, de 23 de março de 2020. Essa decisão autorizou todas as Instituições integrantes do Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro a "incentivar as atividades não presenciais, em caráter especial e temporário, enquanto vigorarem as medidas de isolamento previstas pelas autoridades federais para prevenção e combate ao Coronavírus - COVlD-19". (RlO DE JANElRO, 2020b). Os artigos 2º e 5º da Deliberação CEE-RJ nº. 376/2º (RlO DE JANElRO, 2020b) constitui as condições para a utilização do regime especial domiciliar, cuja execução deve ser demonstrada tanto pela rede pública quanto pelas unidades escolares particulares, que pretendam utilizar a aprovação normativa, definindo conjuntamente e apresentada oficialmente às comunidades escolares o plano de ação docente a que se refere a norma, entre outros requisitos.

Além de acompanhar o art. 2º da Deliberação CEE-RJ nº. 376/2020, o Ministério da Educação do Estado (SEEDUC) e os colégios particulares sob sua fiscalização deverão comprovar a existência das condições materiais e técnicas colocadas à disposição tanto do corpo docente

quanto discente, para assegurar a idoneidade universal, igualdade e qualidade da frequência escolar. Tal exibição é importante, principalmente para a rede pública, dado o péssimo estado de produção digital vivenciado por parte significativa dos alunos e professores da rede estadual.

A Resolução CNE/CEB n. 03/2018, em seu artigo 17, § 13, alega que:

> As atividades concretizadas pelos educandos, acatadas, parte da carga horária do ensino médio, podem ser atividades com finalidade didática dirigidas pelos professores, podendo ser realizadas presencialmente - mediadas ou não por tecnologia - ou remotamente. (BRASlL, 2018).

O MEC define a EaD (Educação a Distância) como "método de ensino que possibilita o autoestudo, por meio da mediação de recursos didáticos organizados [...] " (BRASlL, 1998, p. 1). Costa (2017), conceitua a EaD:

> Um método de educação que é organizado por instituições e emprega várias tecnologias de comunicação.

> É um modo de aprender e ensinar interligada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TlCs) que permite que o professor e o aluno estejam em locais físicos diferentes. (COSTA, 2017, p. 61).

Segundo Barbosa (2012), as TlCs desempenham uma função importante na Educação a Distância, ocasionando um novo sentido para a Educação, através da troca social na proposta de ensino. O emprego das Tecnologias de Informação e Comunicação (TlC) vem causando mudanças importantes em todos os campos profissionais e, no campo da educação, vem com o propósito de aumentar e simplificar o processo de ensino/aprendizagem, produzindo uma nova cultura e um novo modelo social (KENSKl, 2012). Ademais, pesquisas (LEVY; 1999; POZO, 2008; VIElRA, 2011; MENDONÇA e t a l., 2013) assinalam assuntos relevantes sobre a mudança no modo como a educação funciona na sociedade atual, perante as novas tecnologias de informação e comunicação (TlCs), principalmente em a modalidade de educação a distância (EaD).

Os efeitos da pandemia do COVID-19 na educação pública: desafios para educadores, estudantes e famílias

É notório, aceitar o novo fato da educação a distância emergencial tem sido um amplo desafio para os principais atores envolvidos no setor educacional, incluindo professores, alunos e famílias. Muitos tiveram que reinventar seu cotidiano, buscar alternativas que se adaptassem rapidamente, enfrentar uma carga horária diferente na forma de ensinar e se exercitar para ter sucesso em suas atividades diárias.

Em termos de qualificação dos professores, os trabalhos remotos aumentam muito a demanda por trabalho docente. Diante das diferentes origens socioeconômicas de seus educandos, Santos et al. (2020) aponta a necessidade de os docentes introduzirem múltiplas estratégias de ensino, como:

> [...] Especificação das atividades e conteúdos entregues nos colégios

> para distribuição aos estudantes sem alcance à internet; 2. Visualização de tutoriais para instruir-se a trabalhar com mídias digitais 3. Desenvolvimento de atividades e conteúdo na plataforma da Internet (GoogIe CIassroom); 4. Gravações das aulas disponíveis no Youtube ou aplicativos de chat (WhatsApp); 5. Preparação de trabalhos; 6. Especificação, utilização e preparação de testes; e 7. Acompanhamento e registro da frequência no diário escolar; entre muitos outros. (Santos e t a l., 2020, p. 458).

Na situação contemporânea, parte dos docentes são criativos, aprendem novos métodos ligados à tecnologia digital, adaptam o horário de trabalho escolar às necessidades do lar e da família, onde ficam afastados do cuidado de crianças que precisam de atenção e ajudar em sua escola.

Dentro do mesmo pensamento, os docentes superam outros desafios como o cuidado, ao ministrar as aulas, a disciplina online e a concentração dos alunos nas aulas virtuais, em conjunto com outros disponíveis online

e situações familiares atrativas que muitas vezes causam transtornos. Nesse sentido, é necessário um grande esforço dos professores para introduzir recursos pedagógicos e diversas tecnologias para mediar suas aulas, envolver os alunos em atividades realizadas com exemplos reais e atuais dos conteúdos abordados e estimular maior participação e protagonismo dos alunos no decorrer das aulas.

Neste momento, é imposta como tarefa aos docentes refletir os métodos de avaliação dos educandos, reconhecendo que o modelo tradicional de utilização de testes já não é válido e incompleto, face aos tempos do "novo normal" no contexto de ensino interno. de imagens de classificação. Adicione a isso a comunicação distante com os estudantes, o foco na memorização e repetição, a fragilidade no acesso ilimitado às muitas fontes de pesquisa que os educandos têm.

> Portanto, diz-se que os tutores buscam meios de dar aos seus educandos uma formação crítica e global, de estimular a pesquisa, de estimular a comunicação entre coisas diferentes, de criar oportunidades de

> vínculos independentes, de estimular o interesse em seus processos e novos conhecimentos na aprendizagem.

Nessa visão, a pandemia trouxe transformações drásticas para os educandos de diferentes níveis e faixas etárias em suas práticas escolares, resultados de um processo complexo associado a mudanças bruscas causadas pelo isolamento social, aprendendo a lidar com o ensino a distância guiado por diversas tecnologias, utilizando-se de meios acadêmicos de independência, que esteja ciente da sua função no processo de aprendizagem, evitando diversas dificuldades dessa maneira.

Nesses aspectos, segundo Marques (2020), há muitas coisas que podem ser observadas que afetam o processo de ensino a distância para alunos que não estavam acostumados a serem independentes para estudar por conta própria. Para um escritor, é bastante relevante considerar:

> [..] Portanto, o processo de ensinar e aprender com ferramentas educacionais é sempre observado, moni-

> torado e analisado não apenas no interesse dos alunos, mas também dos professores, que precisam se manter ocupados diante do desafio de aprender e ensinar. (MARQUES, 2020, p. 42).

O autor destaca a importância do uso de ferramentas educacionais no processo de ensino e aprendizagem, bem como a necessidade de observar e monitorar esse processo não apenas para benefício dos alunos, mas também dos próprios professores. A observação ressalta o papel fundamental dos educadores na adaptação às novas tecnologias e metodologias de ensino, e como isso pode ser um desafio constante, mas necessário para garantir a qualidade da educação oferecida. Portanto, destaca a importância da formação contínua dos professores e do uso de ferramentas educacionais para aprimorar a experiência de aprendizagem dos alunos. Nessa perspectiva, o autor evidencia:

> [...] É necessário promover a relevância de orientar e direcionar os

> educandos no compartilhamento desse tipo de busca de conhecimento, pois é uma necessidade constante que existe nas mais diversas atividades na vida atual de nossa sociedade. (MARQUES, 2020, p. 43).

Percebe-se no comentário de Marques que a busca de conhecimento é extremamente relevante na sociedade atual, onde a informação é abundante, mas nem sempre confiável. É fundamental que os educadores incentivem a pesquisa crítica e os cuidados com a seleção de fontes de informação instruídas, para que os alunos possam desenvolver habilidades contínuas para tomar decisões controladas e resolver problemas complexos na vida diária. Dessa forma, a orientação adequada na busca de conhecimento não apenas melhora a qualidade da educação, mas também ajuda a criar uma sociedade mais inundada e consciente.

Nessa mesma perspectiva, Kenski (2005 apud MARQUE S, 2020) afirma:

> [...] Valer-se do interesse natural dos alunos pela tecnologia e usá-lo para transformar a sala de aula em um local de aprendizagem ativa e reflexão coletiva; habilitar os educandos não somente para encarar as novas necessidades do mundo do trabalho, porém, especialmente, produzir e explorar conhecimento e assumir uma posição crítica diante dessa nova realidade. (KENSKl, 2005 apud MARQUE S, 2020, p. 103).

Portanto, nessa situação em que vivemos, parece que os estudantes necessitam considerar o protagonismo de seu processo de aprendizagem, desenvolver habilidades por meio da aprendizagem independente, superar o desafio de aprender sozinho por meio de processos e ter disciplina e comprometimento em seu processo educacional.

Desse modo, Castaman e Rodrigues (2020) alegam:

> [...] É fulcral retomar a responsabilidade de ensinar e aprender de forma ampla, incluindo o conceito de contar com o autocontrole gradativo do educando, o empoderamento e a

> determinação na produção do conhecimento, devendo o aluno estar entendido e encorajados a assumir a responsabilidade por sua própria formação intelectual. (CASTAMAN; RODRIGUES, 2020, p. 9).

Quanto às famílias, o isolamento social mudou sua abordagem doméstica, lidando com suas atividades profissionais e ajudando seus filhos nas atividades escolares. Essas situações montadas no Home Office se transformaram em situações de pressão para que pais e mães superassem juntos as necessidades do dia a dia da casa e do trabalho. Em consequência, os pais e/ou encarregados de educação dos alunos têm demonstrado muitas dificuldades em acompanhar os seus filhos nas inúmeras e infindáveis atividades enviadas pelas escolas no âmbito dos afazeres escolares obrigatórios (MONTEIRO, 2020).

Em conformidade, Monteiro (2020) alega:

> Fala-se que as famílias, de alguma forma, agora moram em casa, fazem parte do cotidiano de professores e professoras em sala de aula.

> Aqui nos deparamos com duas possibilidades: a primeira, informar esses especialistas; e outra, que fortaleceria a relação estressante com a escola. As pessoas realmente enxergam a importância da instituição escolar na educação de crianças, adolescentes e jovens, ou estamos criando mais uma ilusão no contexto de crise? Haverá valorização e reconhecimento do valor do ambiente escolar após esse período ou a escola continuará sendo apenas um local onde os pais "colocam" seus filhos algumas horas por dia? Seremos capazes de criar o tão desejado trabalho colaborativo entre escola e famílias? (MONTEIRO, 2020, p. 246).

Em relação a este período de muitas mudanças nas famílias onde os pais são obrigados a participar continuamente da vida escolar dos seus filhos, muitas reflexões surgiram, como a educação é complicada, a relevância do ambiente escolar, dos docentes e demais profissionais da educação.

No que diz respeito aos principais atores do

campo da educação, vale destacar que eles foram afetados de diversas formas neste período pandêmico, aderiram ao trabalho de resiliência para superar as dificuldades desse processo e vencer os desafios da uma grande mudança em suas práticas. Segundo Monteiro (2020) destaca:

> Sem força seremos derrotados. Mesmo que não morramos vítimas do coronavírus ou de qualquer outra condição (sim, pois continuam existindo outras causas de morte), passar por tudo isso sem sermos fortes pode nos levar a sofrimentos emocionais que podem levar à morte em vida. Chamamos a morte de uma vida sem sentido. (MONTEIRO, 2020, p. 251).

Parafraseando Monteiro (2020), "Sem força seremos derrotados" nos lembra e nos sacode para a importância da resiliência e da capacidade de superação diante das adversidades da vida. A pandemia de coronavírus é um exemplo claro de uma situação desafiadora que testou e continua testando nossa força física, mental e emocional. É preciso estar preparado para enfrentar as dificuldades

que surgem, pois não apenas a morte física é uma ameaça, mas também a "morte em vida" que pode ocorrer quando não temos força suficiente para lidar com as dificuldades. Portanto, devemos buscar fortalecer nossos recursos internos para enfrentar os desafios da vida com força de vontade, coragem e esperança.

As consequências do fechamento das escolas durante a pandemia

No ano de 2020 foi um momento de aprendizado para todos. Além dos colégios que apresentaram suas aulas penduradas no dia 17 de março de 2020 no país todo, na ocasião prefeitos penduraram por tempo indefinido um AIvará de Localização e Funcionamento de todas as atividades comerciais dos Municípios. Entrava em vigor uma nova lei que proibia a abertura de instituições, como meio de prevenir a propagação do coronavírus, causador do COVlD-19, permitindo com isso que os indivíduos trabalhassem em casa, a maioria deles, pela primeira vez.

Esses indivíduos tiveram que se moldar ao home office e coordenar o acompanhamento dos filhos com a rede escolar, já que as aulas foram suspensas e ministradas remotamente. Desse modo, o ensino domiciliar se tornou uma escolha durante o lockdown. Cabe ressaltar que na Associação NacionaI de Educação DomiciIiar (ANED) o objetivo da educação domiciliar é preparar a criança para a independência no processo de aprendizagem, tornando-a sujeito de seu próprio conhecimento. Nesta Associação:

> A finalidade do homeschooling não é ensinar a memorização do conteúdo, porém ensinar as crianças a aprender. Crianças e jovens aprendem a ler, pesquisar, questionar, raciocinar e interpretar. Na educação domiciliar, os pais conduzem seus filhos na autoeducação e podem usar múltiplos recursos como sites, blogs, videoauIas, fóruns educativos, materiais de apoio, apIicativos, ajuda do docente etc. (ANE D, 2019, onIine).

Conforme, Lévy (2009) já entendia as admissíveis

transformações nos sistemas educacionais, dados os efeitos da cibercultura em novas relações com o conhecimento, levando a novas formas de construir conhecimento e novos estilos de aprendizagem. Para o escritor, a educação deveria preparar uma nova configuração, considerando o caráter educacional ou formal de outras atividades sociais e não apenas das instituições formais de ensino.

Nessa linha, o colégio, os docentes e a família precisam estar unidos, como agentes que ajudam no desenvolvimento desse estudante/filho, procurando o objetivo principal, que é dedicar-se à educação e ao bem-estar dos filhos quando confrontado com isso a todo o processo. "As famílias podem desenvolver hábitos que facilitem o aprendizado no colégio" (SZYMANZKl, 2003, p.101), e participar das atividades escolares de seus filhos, o que terá efeitos positivos no desenvolvimento da educação do estudante (GROLNlCK; SLOWlACZEK, 1994). Além disso, Piaget, (2007) diz:

> A comunicação estreita e contínua entre docentes e pais leva, portan-

> to, a mais do que mais informação: este diálogo acaba por resultar em ajudas repetidas e, em muitos casos, numa melhoria real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou da preocupação profissional dos pais, e ao despertar o interesse dos pais pelas coisas do colégio, há até mesmo uma divisão de responsabilidades [...] (PIAGET, 2007, p.50).

Nessa perspectiva, é importante acompanhar os estudos das crianças, especialmente entre os 6 e os 11 anos, época em que, conforme Piaget (1962), a competência de usar o pensamento concreto se estende à compreensão do outro e das possíveis consequências. Metade de suas ações são aperfeiçoadas na idade escolar. Com isso, os pais têm uma função relevante na metodologia de desenvolvimento da independência, do senso de autoconfiança, incentivando os esforços dos filhos, elogiando seus sucessos, aceitando seus fracassos e ajudando-os a superar suas dificuldades (MENDES, 2013).

Alinhando a essa visão, Reis (2007, p. 06) lembra que "as crianças são filhos e estudantes ao mesmo tempo.

Desta forma, as duas instituições mais importantes da sociedade contemporânea, a família e o colégio, precisam unir esforços para perseguir objetivos comuns". Lembrando que o objetivo do colégio não é apenas o desenvolvimento intelectual dos educandos, porém também ser responsável pelo seu desenvolvimento social e emocional (FONSECA, 2016).

Nesse aspecto, Berg et al. (2020, p. 03) recomendam que na educação a distância "a educação passa a ser responsabilidade conjunta dos familiares e da criança ou jovem, muitas vezes por falta de prática e conhecimento do processo exigido pelo programa, ou mesmo daqueles que já tem de usar muitas tecnologias visuais acaba sendo esmagador".

O colégio é um dos ambientes públicos onde possui ampla interação, socialização e circulação de indivíduos de distintas faixas etárias, logo, concebe um espaço com alta possibilidade de contaminação em massa – indicando que é um dos últimos espaços a reabrir em países que controlaram parcialmente a taxa de contágio do

novo coronavírus. Diversos países discutiram maneiras de garantir a saúde escolar e a comunicação escolar, apesar da distância. Nesse interim, a tecnologia tornou-se um importante recurso potencial para programas voltados à manutenção da comunicação educacional.

Contudo, especialmente nos últimos anos, muitas soluções tecnológicas e a ampliação da disponibilidade de dispositivos como computadores, tablets e smartphones e conexões de Internet, em todo o mundo, funcionam de forma lógica para permitir que políticas públicas mantenham as portas da escola abertas.

Esse movimento pode ser percebido se você acompanhar as atualizações no site da ONU e UNlCEF todos os dias. As práticas de instalação do TDlC variam. Têm planos de usar programas, aplicativos e conteúdos já existentes, como é o caso do México, ChiIe, Reino Unido, França e muitos outros.

Tais medidas refletem a mudança temporária de aulas, sem afetar o semestre letivo (México) e a mudança completa de semestre ou ano letivo por meio de educação

a distância (Reino Unido, Estados Unidos, Coreia do Sul e outros). Tem alguns países que preveem a retomada das aulas presenciais, como foi feito em 11 de maio pela França, porém qualquer decisão carece ser monitorada todos os dias, devido à velocidade da poluição e à mudança da situação sanitária do país.

Nos países estudados, grande parte deseja introduzir políticas para reduzir os problemas de acesso. Além de serem disponibilizados online, os materiais também podem ser impressos para alunos sem acesso à internet. Esse método foi experimentado pela Espanha, por exemplo, que encontrou desafios como a falta de acesso universal, a falta de proximidade entre os professores e a alocação de recursos para o ensino das TDlC.

Alguns criaram estruturas difíceis como a China e a Coreia do SuI. Nesses países, tem havido um amplo investimento do Estado para desenvolver as modalidades de ensino mediadas pelas TDIC, disponibilizadas em espaços virtuais de aprendizagem, transmissão de programas educativos na televisão estatal, elaboração de materiais

didáticos em formato digital, o uso de diversos aplicativos de apoio ao ensino e a transmissão remota de aulas em horários flexíveis e presencial. Foram distribuídos aparelhos para alunos e convênios com empresas para garantir acesso gratuito a aplicativos e à internet.

Xiao e Liu (2020) asseguram que a carência de respostas céleres em um caso de crise tem mostrado que o setor educacional tem poucos programas produzidos especialmente para áreas escolares. Grande parte dos softwares, por exemplo, vem do setor corporativo e docentes e estudantes têm muita dificuldade em desenvolver atividades de ensino em software no contexto empresarial.

Os autores também dizem que o setor educacional sofreu muito com essa pandemia. Um dos resultados é a ideia de que não é possível pensar na educação oferecida pelas TDIC, pela possibilidade futura de novas pandemias ou seu retorno e pela necessidade da escola utilizar a produção tecnológica moderna. Diversos colégios historicamente ficaram offline durante a crise chinesa e, segundo os autores, fecharam as portas devido à dificuldade de adaptação ao

novo contexto.

No entanto, diante das muitas dificuldades que temos enfrentado, vimos que as respostas à educação através da tecnologia têm dado passos relevantes no sentido de diferentes considerações no presente e para afastar a imobilidade que poderia comprometer a importância da educação na vida das famílias.

As propostas estudadas, a nosso ver, partiram da ideia de que a educação é o fator mais importante em qualquer momento e, ainda mais, em tempos de crise sanitária sem precedentes. Logo, determinar a ineficácia da escola pode não apenas significar a redução desse espaço institucional, mas também favorecer o amplo crescimento de diversas desigualdades, desde estar longe da escola, mas no contato cotidiano com suas ações docentes não é mais perigoso do que de outra forma. por ter qualquer contato com a escola durante muitos meses de detenção.

A educação no Brasil: antes, durante e pós-crise da pandemia

Antes mesmo da pandemia do COVID-19, a educação pública já enfrentava diversos desafios e apresentava características distintas em diferentes países. Embora o acesso à educação pública estivesse ampliado em muitos países, ainda havia disparidades significativas. Algumas regiões rurais ou áreas de baixa tiveram dificuldade em fornecer uma educação de renda de qualidade para todos os estudantes. Além disso, em países em desenvolvimento, havia limitação de infraestrutura e recursos que dificultavam o acesso à educação.

A escola através da história tem desempenhado um papel fundamental na vida individual e coletiva dos indivíduos, destacando-se como um elemento essencial para o estudo da vida em sociedade (Souza, 2004).

Segundo Dussel e Caruso (2003), na Grécia, a escola era voltada para a elite, e os alunos eram educados por tutores nas residências. Nesse contexto, o processo de

ensino-aprendizagem ocorria nos jardins das casas, com o objetivo de formar indivíduos plenos de bom caráter, dotados de moral e honra, características distintivas da elite aristocrática da época.Parte superior do formulário

A qualidade da educação pública variava de acordo com os países e até dentro de um mesmo país. Enquanto algumas escolas públicas ofereciam um ensino de alta qualidade, outras enfrentavam desafios, como falta de recursos, turmas superlotadas e baixa qualificação dos professores. Esses fatores afetariam o aprendizado dos estudantes.

Antes da pandemia, algumas escolas públicas já começavam a adotar tecnologias educacionais para melhorar o processo de ensino-aprendizagem. Essas tecnologias incluíam o uso de computadores, tablets, softwares educacionais e acesso à internet. No entanto, o uso dessas ferramentas ainda não era generalizado e muitas escolas careciam de infraestrutura adequada.

Han retratou, em seu livro “A Sociedade do Cansaço”, um mundo pré-pandemia do Covid-19, revelando

que estamos imersos em uma era de eficiência e exaustão. Nesse contexto, o sistema de poder predominante valoriza indivíduos inquietos e hiperativos, que se debatem diariamente na busca pela produtividade, geralmente alcançando sucesso em múltiplas e diversas tarefas. Essa realidade nos coloca na sociedade do desempenho, uma nova forma de subjetividade que se originou das transformações sociais e históricas ocorridas a partir do final do século XX (HAN, 2017).

A educação pública pré-pandemia enfatizava a interação social entre os alunos. As escolas eram espaços onde os alunos podiam interagir entre si, participar de atividades extracurriculares, desenvolver habilidades sociais e colaborar em projetos em grupo. A interação pessoal com os professores sempre foi valorizada e desempenhava um papel importante no processo educacional.

Tanto Foucault quanto Han incentivou a visão de que, desde o século XVIII, vivemos em um sistema de biopoder ou biopolítica, cujo objetivo é otimizar a vida da população para criar indivíduos econômicos

ativos. A sociedade atual, descrita por Han (2017), é caracterizada pela busca constante de produção, inovação, criatividade e adaptabilidade nas áreas de trabalho, estudo e relacionamentos. A autossuperação, a iniciativa, a eficiência e a flexibilidade são elementos-chave que explicam a dinâmica da sociedade do desempenho prescrito por Han e a biopolítica apresentada por Foucault (2012).Parte inferior do formulário

Foucault (2012) e Han (2017) compartilham a visão de uma sociedade dominada pela biopolítica, onde a exaustão e a autoexploração prevalecem. No século XXI, os indivíduos buscam constantemente aumentar sua produção e qualidade, como uma forma de autossuperação e inovação exigida deles. A pandemia acelerou esse fenômeno, tornando-o ainda mais evidente no novo normal, onde o vírus pode ser visto como um reflexo da "sociedade do cansaço" descrita por Han (2017).

É importante destacar que essas características podem variar em diferentes contextos e países. A pandemia do COVID-19 teve um impacto significativo na educação

pública em todo o mundo, levando a mudanças rápidas e transformando na forma como o ensino e a aprendizagem ocorrem.

Desde março de 2020, temos enfrentado o desafio de adaptar-nos a um novo mundo surgido em decorrência da pandemia. Nessa nova realidade, deparamo-nos com um "novo normal", novas vacinas, teletrabalho, ensino remoto e novas formas de interação social, caracterizadas pelo distanciamento e pelo uso de máscaras. Todas essas mudanças exigiram que nos ajustássemos para manter nosso desempenho e alcançar os resultados esperados em diversas áreas de nossas vidas: familiar, profissional, educacional e social. Em meio a essa nova realidade, as famílias encontram-se em casa, conciliando trabalho e estudo, enquanto buscam preservar sua saúde física e mental. Essa tarefa revelou-se extremamente complexa, uma vez que a ansiedade, a depressão e o estresse, que já eram sintomas comuns na sociedade do século XXI, intensificaram-se durante a pandemia (DIAS; PINTO, 2020).

A crise gerada pela Covid-19 em 2020 teve um

impacto significativo na área da Educação. O fechamento das escolas e universidades afetou mais de 90% dos estudantes em todo o mundo, de acordo com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 2020. Um ano após o início da pandemia, a situação ainda é preocupante. Conforme relatório da UNESCO, quase metade dos estudantes globais continuam sendo afetados pelo fechamento total ou parcial das instituições educacionais. Além disso, mais de 100 milhões de crianças estão em risco de não alcançarem o nível mínimo de proficiência em leitura devido a essa crise de saúde.

É essencial priorizar a recuperação da Educação para evitar uma catástrofe que impactará toda uma geração. Governos e instituições estão se empenhando em apoiar milhares de crianças, buscando mitigar os efeitos do fechamento das escolas, enfrentar as perdas de aprendizagem e adaptar os sistemas educacionais. Especial atenção é dada às comunidades vulneráveis e desfavorecidas, pois reconhecem a existência de desigualdades sociais (UNESCO, 2021).

Segundo Nogueira (2021, p. 312), a Educação não ocorre em um vazio social abstrato, mas sim em um contexto cultural e social. Além disso, ele ressalta a importância de considerar as variáveis que influenciam esse processo, destacando a desigualdade como um dos principais problemas revelados pela pandemia. O ensino remoto evidenciou a profunda discrepância no acesso dos alunos a recursos tecnológicos e educacionais. É sabido que existem disparidades entre o sistema de ensino público e privado. Diante disso, cabe aos governos, instituições e sociedade em geral responder a esse problema de forma a superá-lo.

Uma aplicação real envolve a aprendizagem. É evidente que o não cumprimento completo do ano letivo, incluindo todos os seus componentes, resultou em um déficit de aprendizagem tanto nas escolas públicas quanto nas escolas particulares. Isso, sem dúvida, representa um dos principais desafios que enfrentaremos. No entanto, devemos ir além dessa questão. Em um mundo pós-pandemia, será necessário desenvolver projetos, políticas públicas e leis que

ofereçam apoio aos educadores, estudantes e famílias, com ênfase naqueles que possuem menos privilégios (BRASIL, 2020). Isso implica na necessidade de reintroduzir, no século XXI, os valores fundamentais que defendem o direito à educação de qualidade para todas as pessoas.

Além disso, para os alunos com maiores dificuldades, serão fundamentais programas intensivos de tutoria em pequenos grupos (VIEIRA; SILVA, 2020). Será necessário avançar além do ensino remoto e do aumento da carga horária. Serão essenciais a criação de condições para auxiliar os alunos mais prejudicados e a realização de um diagnóstico destes pela escola como base para a retomada dos programas de ensino presencial ou híbrido. A partir desse diagnóstico, serão necessárias intervenções que englobem, no aspecto pedagógico, o ensino estruturado dos conteúdos não adquiridos, a utilização de estratégica e metodologias ativas.

Metodologias e estratégias de ensino eficazes no contexto da pandemia do COVID-19 e pós-crise

No período crítico da pandemia, muitos estudantes enfrentaram desafios adicionais em sua educação devido à transição para o ensino remoto e às consequências causadas pelo fechamento das escolas. Contudo, com o retorno gradual das aulas, é necessário considerar estratégias que possam ajudar os alunos a recuperar o tempo perdido e nivelar suas habilidades. Com o advento da Internet e a ampla disponibilidade de cursos e materiais abertos, percebe-se que é possível aprender em qualquer lugar, a qualquer hora do dia e interagir com inúmeras pessoas de forma remota ou à distância.

Nesse cenário, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabelecida pelo Brasil em 2018, que é um documento orientador do trabalho pedagógico de escolas públicas e privadas, abrangendo todos os componentes curriculares, trata-se de um conjunto de políticas públicas educacionais que regem o sistema educacional

do país. A BNCC tem como objetivo principal promover a educação integral, por meio da construção intencional de processos educativos que estejam satisfatoriamente com as necessidades, possibilidades e interesses dos alunos, bem como os desafios enfrentados pela sociedade contemporânea. Nesse sentido, reconhece a importância de considerar as diferentes infâncias e juventudes, valorizando as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir. Assim sendo,

> [...] a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem "saber" (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem "saber fazer" (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que asse-

> gurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. (BRASIL, 2018 p.13).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz uma importante diretriz ao indicar que as decisões pedagógicas devem ser pautadas no desenvolvimento de competências. Essa abordagem significa que não basta apenas transmitir conhecimentos aos alunos, mas também fornecer-lhes as habilidades, atitudes e valores necessários para enfrentar as demandas complexas da vida cotidiana, praticar plenamente sua cidadania e se preparar para o mundo do trabalho.

No contexto educacional, a crise ocasionada pela pandemia da Covid-19 levou ao fechamento das instituições de ensino em todo o mundo, afetando mais de 90% dos estudantes globais, de acordo com a UNESCO (2020). Diante dessa situação, surge uma indagação sobre o destino da educação em um mundo abalado pelo impacto do novo coronavírus.

Conforme a BNCC, a Educação a Distância

(EaD) como solução única não é viável, pois pode intensificar as desigualdades já presentes devido à falta de acesso igualitário aos equipamentos de consumo. Focar exclusivamente em ferramentas digitais inevitavelmente resultará em um declínio na aprendizagem dos alunos no curto e médio prazo.

Levando-se em consideração o viés provocado pelo impacto significativo que a pandemia causou na educação pública, estratégias educacionais inovadoras e eficientes devem ser integradas no processo de ensino-aprendizagem. É importante reconhecer que esse viés pode influenciar a maneira como os alunos aprendem e como os professores ensinam. Portanto, ao desenvolver e aplicar essas estratégias, é crucial pensar e enfrentar qualquer viés existente para garantir uma educação equitativa e de qualidade para todos os estudantes.

Partindo desse princípio, com o retorno gradual das aulas, é necessário considerar estratégias que possam ajudar os alunos a recuperar o tempo perdido e nivelar suas habilidades. Nesses termos, dois conceitos que ganham

destaque são os programas de recuperação e nivelamento, juntamente com a metodologia ativa Sala de Aula Invertida.

No entanto, há a necessidade de adaptar os programas de recuperação e nivelamento, assim como a metodologia da Sala de Aula Invertida, para atender às necessidades específicas dos alunos da educação pública afetada pela pandemia. É preciso considerar como a limitação de acesso à tecnologia e a falta de suporte externo podem impactar a implementação dessas estratégias. Para tanto, perguntas a serem consideradas devem ser pensadas:

- Como garantir que os programas de recuperação e nivelamento sejam acessíveis a todos os alunos da educação pública, considerando a falta de recursos tecnológicos em alguns lares?
- Como adaptar a metodologia da Sala de Aula Invertida para fornecer um aprendizado mais personalizado e eficaz para os alunos afetados pela pandemia?
- Quais estratégias podem ser integradas para

oferecer suporte adicional aos alunos durante a recuperação e nivelamento, considerando que muitas podem ter dificuldades de aprendizagem autônoma?

- Como envolver e capacitar os pais e responsáveis para que possam oferecer um apoio adequado aos alunos durante o processo de recuperação e nivelamento?
- Como avaliar de forma justa e precisa o progresso dos alunos durante esses programas adaptados, levando em consideração as circunstâncias intuitivas vivenciadas durante a pandemia?

Essas questões fundamentais precisam ser abordadas para garantir que os programas de recuperação e nivelamento, juntamente com a sala de aula invertida, possam atender às necessidades específicas dos alunos da educação pública afetada pela pandemia, aceitando as desigualdades educacionais e proporcionando uma

educação de qualidade para todos.

Um programa de reforço escolar pode ser uma abordagem eficaz para ajudar os alunos a recuperar o atraso e alcançar o nível de aprendizado desejado. Os programas de recuperação/nivelamento empregam um papel crucial na promoção da equidade educacional, fornecendo suporte adicional aos alunos que estão atrasados ou que têm dificuldades acadêmicas. (Duncan, A., & Murnane, RJ (Eds.). (2016).

E, ao adotar a metodologia da Sala de Aula Invertida, a partir do texto fornecido, é possível ressaltar como essa abordagem educacional está alinhada com as diretrizes da BNCC, proporcionando aos alunos não apenas conhecimentos, mas também habilidades, atitudes e valores fundamentais para enfrentar os desafios da vida cotidiana. Alinhado a isso, professores se tornam facilitadores do aprendizado, proporcionando um ambiente incentivador para que os alunos explorem, descubram e construam seu próprio conhecimento.

Programa de Recuperação e Nivelamento

Os Programas de Recuperação e Nivelamento são projetados para auxiliar os alunos que estão com dificuldades acadêmicas, fornecendo-lhes um suporte adicional para alcançar os resultados esperados. Os programas de recuperação e nivelamento têm o potencial de oferecer oportunidades adicionais de aprendizagem aos alunos que enfrentam dificuldades acadêmicas, permitindo-lhes alcançar um nível de proficiência adequado. (Johnson, T., & Smith, K. (2018). Dessa forma, o Nivelamento é compreendido como uma abordagem cujo objetivo é estimular a progressão das competências fundamentais que não foram adquiridas em etapas superiores à série/ano em que o estudante está atualmente matriculado.

Os critérios para inclusão de estudantes nos programas nivelamento, inclui o envolvimento daqueles que, após dificuldades recorrentes nas estimativas de aprendizagem, são comumente conhecidos como alunos com desafios de aprendizagem. Além disso, são

considerados os alunos cujos comportamentos demonstram ansiedade em relação aos exames, ou mesmo aqueles que os competem, mas não atingem o nível esperado de competências e habilidades. Isso também inclui estudantes com lacunas na assimilação de conteúdo, bem como aqueles que demonstram habilidades básicas limitadas em leitura e escrita (STEFANINI & CRUZ, 2006).

Partindo dessa premissa, para se trabalhar o Nivelamento nas escolas, no contexto da pandemia ou pós-crise, algumas estratégias devem ser observadas:

- Prática de investigação educacional: é essencial que uma instituição escolar adote uma postura investigativa com o propósito de identificar as dificuldades enfrentadas pelos alunos, permitindo, assim, a proposição de medidas corretivas. Em muitos casos, tais medidas precisam ser implementadas de forma imediata, visando o progresso de todos os envolvidos. Para isso, torna-se imperativo

estabelecer prioridades, definir objetivos claros, estipular metas concretas, elaborar estratégias pedagógicas eficazes e criar ferramentas de acompanhamento/monitoramento para a etapa de nivelamento. Essa abordagem investigativa deve estar entrelaçada em todas as atividades formativas da instituição escolar.

- Diversidade pedagógica: reconhecer a variedade entre os alunos, seus ritmos de aprendizado e os contextos individuais é o ponto de partida para manifestaram as semelhanças a serem integradas no processo de nivelamento. Visto que a forma de aprendizado não é uniforme para todos, as estratégias educacionais devem criar oportunidades para experiências de aprendizado educacionais, permitindo que as áreas de conhecimento não adquiridas anteriormente sejam efetivamente capacitadas. Não existe um único recurso, método de ensino ou formato exclusivo para

a conclusão do nivelamento. As estratégias devem ser planejadas, estruturadas e continuamente avaliadas.

- Comunicação constante é essencial: todos os participantes da comunidade escolar precisam estar alinhados com a abordagem proposta e manter uma interação regular. Os alunos devem ter clareza sobre suas situações acadêmicas individuais, identificando tanto as habilidades já adquiridas quanto aquelas que ainda poderiam desenvolver. Os professores, ao avaliarem seus alunos, devem estruturar estratégias para abordar as lacunas identificadas. A equipe de coordenação pedagógica tem a responsabilidade de auxiliar os educadores na elaboração de planos de ensino e em definir a direção pedagógica global da escola. Além disso, a administração escolar desempenha um papel crucial na avaliação dos resultados obtidos, direcionando esforços para

o sucesso do processo de aprendizado.

Essa abordagem metodológica pode ocorrer em situações formais, como aulas específicas de nivelamento que visam a recuperação eficaz de conteúdos não assimilados e abordam as causas subjacentes ao desempenho aquém do esperado por parte dos alunos. Mesmo na ausência de momentos formalmente designados para o nivelamento, essa abordagem pode ser integrada nos diversos componentes curriculares, sendo trabalhada ao longo de todo o processo educativo.

Nas escolas que oferecem Ensino Médio em Tempo Integral, essa metodologia é mais frequentemente empregada no contexto das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. No entanto, é crucial destacar que sua aplicação não se limita a essas áreas. Todos os demais componentes curriculares têm a possibilidade de criar atividades de nivelamento, sempre que for identificada a necessidade de habilidades prévias aprimoradas. É imperativo que a instituição escolar promova a interdisciplinaridade, de

modo a permitir que os educadores construam uma rede colaborativa de apoio para o progresso acadêmico dos alunos.

Nivelamento interligado à Educação Integral e ao Projeto de vida

De acordo com os princípios do Programa de Ensino Integral, cujo objetivo é incentivar os alunos a realizarem seus Projetos de Vida Próprios, é essencial disponibilizar os meios para que possam efetivamente concretizá-los. Uma vez que muitos desses projetos dependem de um desempenho acadêmico adequado, é de extrema importância que todos os estudantes adquiram as habilidades e competências necessárias para acompanhar o currículo do ano/série em questão sem dificuldades.

Nesse contexto, a ação iniciada para o processo de Nivelamento requer a identificação das lacunas de conhecimento entre os alunos de diferentes anos/séries. Isso, por sua vez, possibilitará o desenvolvimento de

estratégias para compreender e superar essas deficiências. É essencial assegurar que, durante a implementação das atividades de Nivelamento, o foco no processo de ensino-aprendizagem relacionado aos componentes curriculares garantidos ao planejado. Isso inclui prever a possibilidade de recuperação dos conhecimentos planejados para o ano letivo. Portanto, é fundamental que esses processos não se excluam mutuamente, mesmo que em alguns casos possam ocorrer simultaneamente.

A Educação Integral abraça a diversidade individual e singularidades, oferecendo uma abordagem educacional que se adapta aos processos de aprendizagem únicos de cada pessoa. Nesse sentido, o conceito de Nivelamento assume um papel crucial ao criar ambientes equitativos, implementando práticas inclusivas que garantem a igualdade no direito de aprender e acessar oportunidades educacionais diferenciadas. Isso contribui para a democratização e acessibilidade do sistema educacional, elevando sua qualidade e ampliando as perspectivas de sucesso, o que por sua vez reduz as disparidades. O

princípio da corresponsabilidade permeia todo o processo de nivelamento, reconhecendo as responsabilidades compartilhadas entre estudantes e educadores.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu artigo 26, propõe ao currículo uma Parte Diversificada que fornece diretrizes para a concepção das Disciplinas Eletivas no Ensino Integral. Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (1999) estabelecem para a escola, em cumprimento ao seu papel primordial, pensar num currículo como instrumentação da cidadania democrática, contemplando conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano em três domínios: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, sustentados por diretrizes gerais orientadoras pelos quatro pilares da educação da UNESCO, Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Conviver e Aprender a Ser.

Nesses termos, o nivelamento também se conecta diretamente ao Projeto de Vida dos alunos. O Projeto de Vida fomenta a motivação intrínseca para adquirir conhecimento e evoluir em diversas áreas, abrangendo tanto

aspectos cognitivos quanto socioemocionais. As atividades de nivelamento desempenham um papel importante ao ajudar cada aluno a se autoconhecer melhor e ter uma visão mais clara e consciente de seu futuro. Essa abordagem também está intrinsecamente ligada à Tutoria, uma vez que os tutores têm a responsabilidade de monitorar o progresso dos alunos, oferecendo orientação e apoio ao longo desse processo.

O nivelamento desempenha um papel importante na melhoria da aprendizagem dos alunos e avança em direção à equidade educacional. No entanto, para colher os frutos dessa abordagem, um planejamento é fundamental, assim como a clara definição dos papéis de todos os envolvidos e uma comunicação eficaz entre eles. Além disso, é essencial adotar uma abordagem crítica e atenta durante todo o processo de implementação. Para enfrentar esses desafios, é necessário considerar a elaboração de um Plano de Nivelamento abrangente que oriente e dê suporte a todos os participantes. Agora, exploramos de maneira mais aprofundada o conceito de Plano de Nivelamento.

O Plano de Nivelamento é uma ferramenta desenvolvida em colaboração entre as equipes pedagógicas da escola e os professores, incorporando também uma perspectiva crítica de administração. A criação desse plano é de extrema importância para o processo, uma vez que possibilita a análise de dados e indicadores internos (como estimativas semanais e diagnósticas) e externos (resultados de exames nacionais e estaduais). Isso permite a formulação de hipóteses sobre as causas das defasagens, a adoção de abordagens investigativas e a proposição de ações pedagógicas, incluindo a definição de prioridades, objetivos e metas. De fato, representa uma oportunidade para revisitar a prática educacional e orientar a trajetória futura da escola.

Para facilitar a compreensão, o Plano de Nivelamento é dividido em três etapas principais: Avaliação Diagnóstica, Implementação do Nivelamento e Avaliação Cumulativa. Essa abordagem cíclica reflete a necessidade de revisitar e reavaliar constantemente o Plano de Nivelamento. Dentro de cada etapa do Plano de Nivelamento deve-se

considerar:

- Avaliação Diagnóstica como ponto de partida para se discutir o Nivelamento e está subdividi-la em: análise do currículo, seleção das habilidades, desenho do instrumento e resultados da avaliação diagnóstica.
- Implementação do Nivelamento. O processo de nivelamento terá início após a conclusão do diagnóstico e da análise dos resultados obtidos. Para tornar esta etapa mais compreensível, vamos dividi-la em abordagens para a formação de grupos de estudantes, formulação de estratégias e seleção de recursos pedagógicos, bem como a efetivação das atividades.
- Avaliação Cumulativa. Refere-se à análise dos efeitos e resultados das atividades realizadas durante o processo de nivelamento. Essa avaliação ocorre após a fase formativa e busca alcançar diversos objetivos essenciais:

1. Proporcionar aos alunos feedback sobre seu progresso, indicando em que medida as atividades executaram para seu desenvolvimento e como seu engajamento influenciou todo o processo (é crucial promover a sensação de corresponsabilidade pelos resultados).
2. Oferecer aos educadores insights sobre a eficácia das estratégias, metodologias e recursos escolhidos. É o momento de avaliar se as habilidades foram cultivadas e se as estratégias alcançaram os resultados esperados.
3. Avaliar se a instituição de ensino está direcionando esforços e recursos suficientes para alcançar melhorias na aprendizagem. Isso pode levar à reavaliação e atualização do plano de ação da escola, e até mesmo à formulação de novas diretrizes.

Todavia, é importante ressaltar que a avaliação

diagnóstica não se restringe somente a contextos de redes educacionais. Ela deve ser uma prática constante nas escolas, adaptada e personalizada de acordo com a realidade do público local. Em tais situações, as escolas e os pais não precisam se restringir exclusivamente a instrumentos quantitativos. De fato, é essencial incorporar instrumentos qualitativos, criando uma sinergia entre abordagens quantitativas e qualitativas.

Conforme as Diretrizes do Programa Ensino Integral (SÃO PAULO, 2012d, p. 23), "aqueles que realizam a avaliação têm a responsabilidade de tomar decisões com o objetivo de melhorar o que está sendo avaliado. Este princípio diverge da abordagem tradicional da avaliação escolar, na qual o professor aplica um teste de verificação do conhecimento adquirido e comunica o resultado ao aluno, muitas vezes com o intuito de que este tome medidas diante de um desempenho insatisfatório. Ao empregar seus instrumentos de avaliação, é buscar elementos que possam enriquecer o que se propõe a realizar, seja o ato de ensinar ou aprender. Nesse contexto, tanto os professores quanto

os alunos devem assumir o papel de avaliados a fim de tomarem as decisões mais compromissos para alcançar seus objetivos específicos."

Além disso, existem diferentes opções para realizar uma avaliação qualitativa do nível de aprendizado dos estudantes. Algumas dessas alternativas incluem atividades que envolvem leitura e interpretação, criação de textos, análises sobre a vivência dos alunos, utilização de jogos pedagógicos, debates, realização de seminários e diversas formas de apresentações.

Para obter uma avaliação precisa da situação do aluno ao final do diagnóstico, é necessário considerar diversas abordagens para avaliar cada habilidade incluída no processo. Essas abordagens devem variar em níveis de complexidade, garantindo uma compreensão abrangente e precisa das capacidades do aluno.

Além de simplesmente tabular os resultados, é crucial que os educadores conduzam uma avaliação detalhada, contando com o auxílio e revisão do corpo pedagógico e da administração. Caso seja necessário,

medidas corretivas devem ser implementadas, mantendo em mente que essas medidas têm como propósito principal contribuir para o progresso do aprendizado.

É fundamental levar em consideração as diversas abordagens de aprendizado, incluindo metodologias ativas de ensino (como a inversão de sala de aula, a abordagem da problematização, a rotação por estações, entre outras). Isso também envolve a criação de sequências didáticas contextualizadas, as quais estimulam o desenvolvimento abrangente do conhecimento dos alunos. Além disso, é válido explorar outras metodologias que fornecem diferentes perspectivas e oportunidades de aprendizado.

A equipe de coordenação pedagógica desempenha um papel crucial ao auxiliar os educadores na escolha dessas estratégias e ao adaptá-las ao público específico da instituição educacional. Esse processo requer uma análise constante da prática de ensino, com a compreensão de que não há um único caminho a ser seguido. As estratégias mecânicas podem necessitar de ajustes ao longo do percurso para melhor se adequarem às necessidades em evolução.

Mediante o exposto, o processo de nivelamento desempenha um papel significativo no aprimoramento da aprendizagem dos alunos e avança em direção à promoção da equidade educacional. No entanto, para efetivamente colher os frutos dessa abordagem, é essencial um planejamento minucioso, juntamente com a clara definição das responsabilidades e a comunicação eficaz entre todos os participantes envolvidos. Além disso, é preciso adotar uma abordagem crítica e atenciosa ao longo de toda a implementação do processo.

Sala de Aula Invertida

De acordo com Schneider et. al (2013), a metodologia Sala de Aula Invertida (Flipped Classroom) teve surgimento nos Estados Unidos da América, no início de 2000, pelos professores de Ensino Médio Jonathan Bergmann e Aaron Sams, a fim de ajudar estudantes aqueles que tinham desenvolvimento de atividades extracurriculares e ficavam ausentes por longos períodos, se atrasando em relação aos

alunos presentes em sala de aula.

Para ajudá-los, estes professores gravaram suas aulas para que todos pudessem ter o acompanhamento da turma regular e tal prática foi bem acolhida, sendo agregada também pelos alunos regulares. Em outra visão, Travelin et. al (2013) diz que os primeiros estudos focados na metodologia da Sala de Aula Invertida partiram de Eric Mazur, na Universidade de Harvard, em 1990. Segundo Leite (2017) o computador seria parte integral da educação e por isso contribuiu para desenvolver esta metodologia ativa. A Sala de Aula Invertida é um método em que o aluno adquire conhecimentos de teoria em casa e os utiliza para resolver exercícios em sala de aula.

Basicamente, o que era realizado em sala passa a ser realizado pelos alunos em casa e vice-versa, permitindo que fossem mais aplicadas às atividades sobre o conhecimento adquirido. Pressupõe-se neste modelo que o aluno tenha condições de acessar anteriormente os materiais (impressos ou digitais) e possa realizar o debate do tema com os colegas.

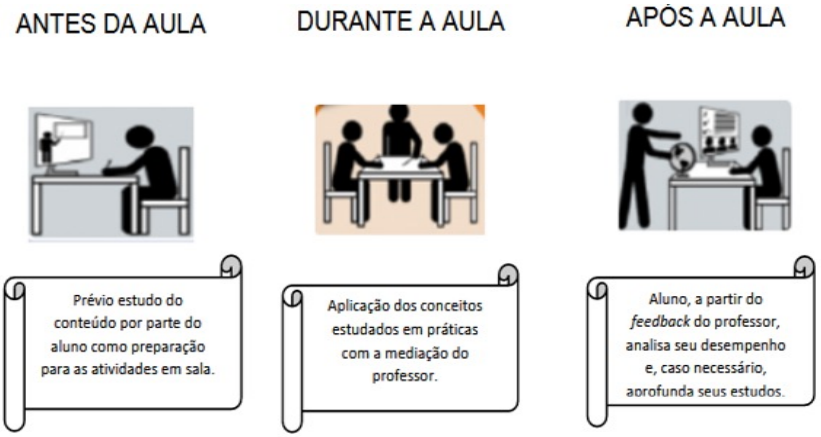
Zanon et al. (2015), afirma que o acesso prévio aos

materiais pode ser realizado quando os alunos preferirem, para adquirir conhecimentos de teorias e conceitos. Isso faz com que o docente não trabalhe mais a aula expositiva, mas sim aplique o conteúdo explorado com os recursos disponíveis.

Barseghian (2011) acredita que a Sala de Aula Invertida é orientada para usar ferramentas diversificadas, inclusive digitais, para constantemente evoluir o aprendizado, permitindo ao docente usar eficientemente o maior tempo disponível em sala para propor exercícios e atividades de fixação.

Este método possibilita mais autonomia e senso de responsabilidade para o discente, pois este pratica o que foi estudado e faz troca de informações com seus colegas havendo construção de conhecimento colaborativamente tendo o professor como alguém que orienta e media e, posteriormente, um feedback que se refere ao desempenho do aluno é passado pelo professor.

Figura 1 - Resumo da metodologia da Sala de Aula Invertida.



Fonte: Barbosa et al (2015)

Essa metodologia insere o estudante em um cenário que demanda sua autonomia e responsabilidade na preparação com antecedência para as aulas com os materiais disponibilizados pelo professor. Dentre os possíveis recursos que podem ter utilização, Rocha (2013) destaca os vídeos, hipertextos, bibliotecas virtuais, entrevistas com especialistas e redes sociais. Para o autor, o professor deve ficar atento ao nível de apropriação do conteúdo para que todos os discentes estejam em um mesmo nível de

conhecimento.

Além disso, deve ser reconhecido que o ato de elaborar e divulgar os materiais requer o uso das TIC´s. Além de ter diversificação dos ambientes possíveis de aprendizagem, outro ponto positivo da utilização da Sala de Aula Invertida citado por Barbosa et al (2015) é que o professor poderá fazer esclarecimento de maior quantidade de dúvidas pois terá um ambiente colaborativo e contará com mais tempo, permitindo que os alunos tenham reconhecimento de suas deficiências e possam eliminá-las com as práticas propostas nas aulas.

Vale ressaltar que a metodologia será benéfica quando o professor realmente tiver o entendimento da sua posição ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Imbernón (2012) afirma nesse sentido que o professor deve favorecer o ato de criar os espaços de desenvolvimento e reflexão necessários para que os alunos aprendam e tenham centralidade no seu próprio processo de construir o conhecimento.

Sérgio et al (2018) investigaram o impacto da

metodologia no aprendizado dos alunos por meio de grupos experimentais e de controle, e constataram que foi melhorado significativamente o aprendizado dos alunos que se submetem a esta prática, havendo mais conhecimento prévio quanto ao conteúdo estudado pelo aluno como o ato de preparar-se para as atividades em sala, aplicar os conceitos estudados em práticas com a mediação do docente, aluno, a partir do feedback do professor, faz análise de seu desempenho e, caso necessário, o aprofundamento dos estudos. Interação do aluno com a teoria e as atividades práticas, com aumento também da satisfação dos envolvidos no processo. Sergio et al (2018) também acreditam que a Sala de Aula Invertida faz aprimoramento do senso de responsabilidade individual, por demandar que seja organizado o discente quanto aos estudos dos materiais disponibilizados anteriormente.

Outro aspecto valioso da Sala de Aula Invertida, segundo Altenmuller e Lindquist (2017), é o feedback que ocorre imediatamente que pode ser fornecido aos alunos. O dedicado tempo face-a-face permite que os docentes

trabalhem com os alunos e captem mal-entendidos e erros, não sendo necessário esperar por um retorno sobre a aprendizagem. Assim, avaliações com formalidade e informalidade estão acontecendo de modo contínuo. Tudo isso indica que ao adotar esta Metodologia Ativa não é fácil e demanda esforço constante para ser implantado e mantido. Altenmuller e Lindquist (2017), alegaram que a primeira preocupação das escolas é saber como lidar com a possibilidade de nem todos os discentes acessarem as mesmas tecnologias fora da escola.

Conforme levantamento feito por essas autoras, a quantidade de crianças e adolescentes que acessam à internet em casa, aumentou de modo considerável nos últimos anos e as escolas de baixa renda que fizeram adoção da metodologia contaram com estratégias que efetivaram o método: disposição de materiais e vídeos para acessar as bibliotecas e salas de vídeo, utilização de textos e materiais com fácil compartilhamento, divisão de pendrives, DVDs e outros meios digitais.

Outra preocupação sobre a Sala de Aula Invertida

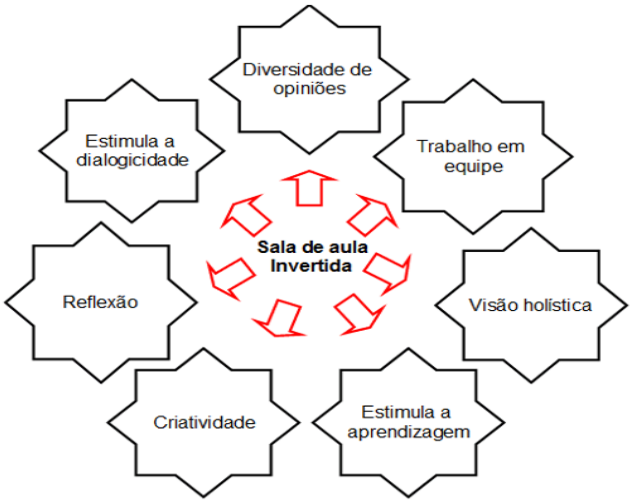
é a mudança no papel do professor. As autoras também alegam que o papel do professor continua importante para a consolidar um processo de ensino-aprendizagem com eficiência. O docente não perde a sua importância, mas se atualiza sobre suas atividades e responsabilidades. Diante de todo o exposto, é verificado que esta Metodologia Ativa, apesar de contar com a atuação do discente fora dos limites escolares, têm sua eficácia adquirida nas salas de aula, assim como Trevelin et al (2013, p. 8) corroboram:

> É na sala de aula que efetivamente ocorre a capacitação do aluno e a sua preparação para atuar na sociedade e no mercado de trabalho. Cabe ao professor enquanto representante, no período de aula, da figura institucional desdobrar-se para atingir resultados relevantes. Isso exige preparação e criatividade para buscar sempre a melhoria nos métodos de aula.

Desta forma, vale ressaltar que a Sala de Aula Invertida é consistida em muito mais do que o ato de elaborar ou selecionar vídeos pelo professor. Segundo Bergmann et

al (2012), o método melhora a interação entre professores e alunos, estimula senso de responsabilidade quanto aos estudos, promove aprendizagem construtivista e permite que o estudante tenha organização de seu tempo livre para a adequação das necessidades de aprendizado. Vale ressaltar que o objetivo é fazer com que a tecnologia seja parte integrante e não totalitária da metodologia, servindo para apoiar o processo de ensino-aprendizagem. Abaixo seguem as características da sala de aula invertida para entender melhor seu funcionamento.

Figura 2 - Benefícios da sala de aula invertida



Fonte: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/aula-invertida

Para Brito (2019) o processo de aprendizagem no ensino necessita ter abordagem das estratégias de resolver problemas se adequando as demandas da educação na atualidade. O modelo de ensino vigente em grande parte do ensino das disciplinas prioriza o aprendizado que se centra no docente no qual o conteúdo possui apresentação em sala de aula e em seguida é realizado exercícios sobre o tema. Há

poucas oportunidades para os discentes fazerem análise e discussão sobre o assunto complexamente, com debate das dimensões do que está sendo aprendido. A interação entre o aluno e o tema em estudo faz promoção da aprendizagem.

O discente precisa ter ação ativamente para construir seu próprio conhecimento tendo o professor como alguém que facilita esse processo. Desse modo, o método de resolver problemas apresentados em um contexto constitui-se como uma inovação na educação. O método de sala de aula invertida ou flipped classroom para o autor é uma alternativa de ensino em que o aluno é o foco do processo ensino-aprendizagem. Trata-se de uma metodologia em que o docente prepara de modo antecipado um material de estudo contendo roteiros, teleaulas, podcasts, entre outros e o torna disponibilizado, geralmente via internet. Os alunos realizam o estudo prévio do conteúdo e possuem preparação para encontros presenciais de debates, análises e problematização do assunto. Deste modo, é propiciado um ambiente com interação e colaborativo de aprendizagem com base em pensamento crítico.

Outro recurso de ensino que possui base para construir o aspecto crítico-reflexivo do conhecimento é a metodologia world café. Este recurso de ensino é constituído em um processo coletivo de criar ideias a partir da colaboração entre indivíduos. Tem como finalidade resolver problemas de forma coletiva, facilitando o diálogo entre pessoas, com criação de vínculos e estabelecendo o sentimento de responsabilidade comunitária. Para ilustrar a diferença entre sala de aula tradicional e sala de aula invertida a figura abaixo compara o desempenho dos alunos com ambas as modalidades de sala de aula.

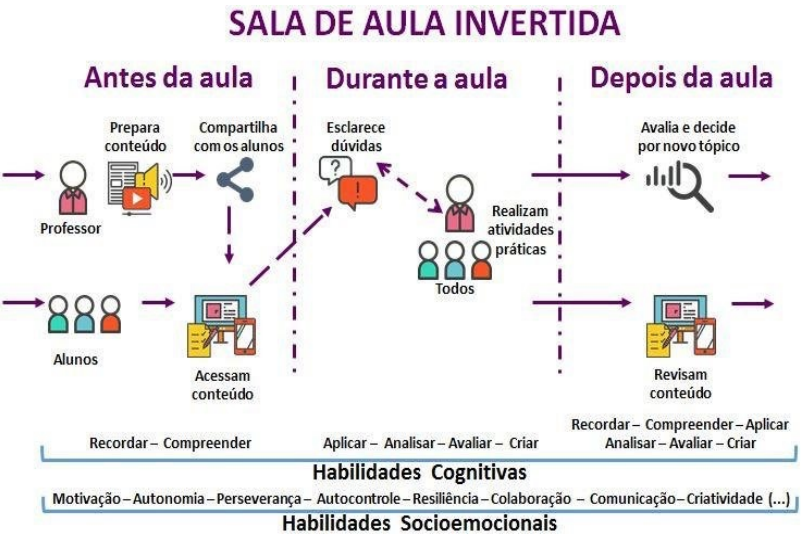
Tabela 1 - Desempenho dos discentes em sala de aula tradicional x sala de aula invertida

	Utilização de aulas tradicionais						Flipped Classroom	
SO-I TARDE	**1o./2011**	**%**	**2o./2011**	**%**	**1o./2012**	**%**	**2o./2012**	**%**
Alunos	34	100	42	100	37	100	35	100
Aprovados	26	76,5	34	81,0	22	59,5	31	88,6
Reprovados	8	23,5	8	19,0	15	40,5	4	11,4

Fonte: Trevelin; Pereira; Neto (2013)

Conforme pode ser visto, a taxa de reprovação dos alunos que se submeteram ao flipped classroom foi bem inferior em relação a sala de aula tradicional, provando assim sua eficácia. Quanto ao funcionamento da sala de aula invertida a figura abaixo mostra como isso ocorre.

Figura 3 - Processos da sala de aula invertida



Fonte: https://www.researchgate.net/publication/322567566_Sala_de_aula_invertida_investigacao_sobre_o_grau_de_familiaridade_conceitual_teorico-pratico_dos_docentes_da_universidade.

Conforme o exposto, é possível perceber que o aluno possui autonomia para esclarecer as dúvidas e a qualquer momento que desejar e para escolher o tópico que será estudado, isso contribui para torná-lo mais motivado, pois se sente importante por ser ativo e responsável pelo

seu próprio aprendizado. A sala de aula invertida para Pereira Silva (2018) é apenas uma das formas do professor adotar uma metodologia ativa. Embora seja um método que atrai cada vez mais os indivíduos, trata-se de uma prática que exige, por parte do professor e dos alunos, uma outra dinâmica nos estudos.

No caminho mais suave, elas mantêm o modelo de currículo predominantemente disciplinar, em que priorizam o envolvimento do aluno, com metodologias ativas, como o ensino por meio de projetos interdisciplinares, o ensino híbrido ou blended e sala de aula invertida.

Quando se fala em sala de aula invertida deve-se considerar que o professor, ao optar por essa metodologia, caiba a ele a prática do fazer acontecer, pois a ideia central dessas práticas consiste no deslocamento da atenção do professor para o aprendiz e sua aprendizagem. Esse entendimento, conforme o autor revela que a aula gira em torno dos discentes, não do docente, esse possui presença única para prover feedback especializado.

Nos Estados Unidos há uma organização intitulada

Flipped Learning Network, que faz difusão de conteúdos sobre aprendizagem invertida, a qual define como sendo uma abordagem pedagógica que age na perspectiva que parte da aprendizagem individual para aprendizagem em grupo, nesse caso com a presença do professor, ainda referem divergência entre a aprendizagem invertida (flipped learning) e a sala de aula invertida (flipped classroom), com entendimento de que essa última não necessariamente alcançará os propósitos de aprendizagem.

Como ensinar em Sala de Aula Invertida

Um dos modos de ensinar em sala invertida conforme Moreira (2018) seria pelo Moodle que é uma interessante plataforma de conteúdo, muito utilizada por Universidades/Politécnicos, escolas e até empresas de formação. Por meio desta plataforma há possibilidade da criação de cursos online e disponibilidade de conteúdos aos formandos.

No entanto, o Moodle poderá servir para muitos

outros fins. Para os professores que muitas vezes procuram uma plataforma para gerir e disponibilizar conteúdos, o Moodle é uma das opções mais buscadas. A plataforma Moodle possui como pontos fortes, quando usado para o ensino:

- Aumentar a motivação dos alunos;
- Facilitar a produção e distribuição de conteúdo;
- Partilhar conteúdos entre instituições;
- Gerir totalmente o ambiente
- Realizar as avaliações de alunos;
- Suporte de tecnologia para disponibilizar conteúdos de acordo com um modelo pedagógico e design institucional;
- Controlar os acessos;
- Atribuir notas.

A plataforma permite transmitir e organizar os conteúdos de materiais de apoio às aulas, pelo fato de ser uma ferramenta que produz cursos e páginas da Web, facilita a comunicação (síncrona ou assíncrona), possibilitando um

padrão superior quer no ensino presencial, seja no ensino a distância, ou em cursos no âmbito de universidade ou empresa.

O autor afirma que criou um curso intitulado Nivelamento/2018 para aplicar a sala de aula invertida no ensino onde foram utilizados os seguintes recursos do Moodle:

- Aulas em vídeo. Gravadas previamente pelo docente titular, com abordagem dos temas de cada uma das aulas isoladamente, bem como resolvendo alguns exemplos;
- Textos teóricos. Selecionados buscando a abordagem dos conceitos de modo simples e direto e acompanhados de lista de exercícios a terem resolução pelos alunos com o intuito de ter verificação e pontuação das dificuldades e norteamento das discussões nos encontros com os professores;
- Aulas em Power Point. Preparadas de forma

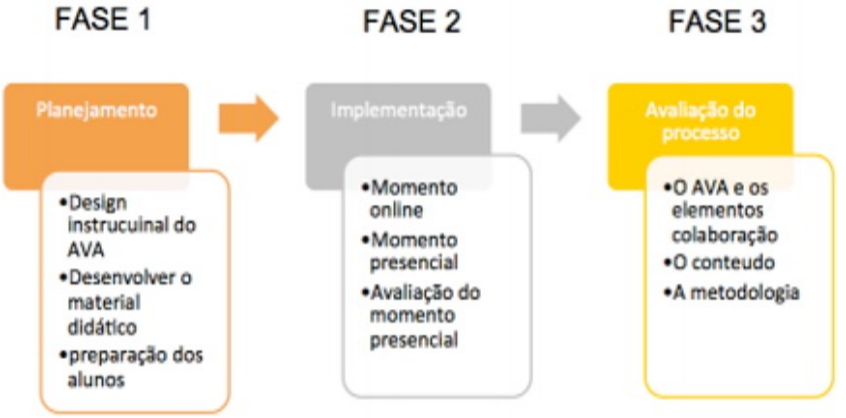
a ter exemplificação e simulação de situações problemas abstratos, fornecendo cores e movimento;

- Questionários avaliativos. Usando os recursos do Moodle, estes questionários diminuem os riscos de fraude que podem cometer os alunos, pois as questões possibilitam terem depósito em um banco de questões e serem embaralhadas e com sorteio aleatório a cada acesso.
- Avaliações diagnósticas. Foram feitas duas avaliações que abrangiam todos os conteúdos abordados no Curso Nivelamento/2018, a fim de ter avaliação do desempenho dos alunos ao longo do processo. Foi realizado no primeiro dia de acesso uma primeira atividade para sondar e uma outra no último dia do curso, visando a criação de um comparativo do desempenho ao longo do curso.

Outra maneira de ensinar em sala de aula invertida

segundo Honório, Scortegagna (2017) está pautada em elementos de colaboração. A figura a seguir apresenta de forma sistematizada as três fases desse processo.

Figura 4 - Fases da Sala de Aula invertida



Fonte: Honório, Scortegagna (2017)

A primeira fase, conforme os autores, tem como objetivo a realização da preparação de todos os elementos necessários para implementar a metodologia, bem como dos alunos. Para isso, é necessária realizar três tarefas: o design de instrução do ambiente virtual, o ato de desenvolver o material didático, que terá disponibilidade online aos

alunos por meio de vídeos, listas de exercícios e etc., e, a preparação dos alunos para implementar a metodologia. A implementação da metodologia, que é a segunda fase do Processo, é constituída de três momentos: momento online, momento presencial e momento de avaliar o encontro presencial.

O primeiro momento, seria o momento online onde será aquele destinado aos estudos prévios dos discentes. Ele ocorrerá no AVA e que deve ter a presença dos elementos de colaboração do modelo 3C: o ato de comunicar, de coordenar e de cooperar. O segundo momento da fase de implementar a metodologia é o momento presencial ou encontro presencial onde os docentes podem ter interação ativamente para esclarecer as dúvidas dos alunos sobre o conteúdo da videoaula e praticar os conhecimentos obtidos nos estudos prévios.

Após o momento presencial, ocorre o momento de avaliar o encontro presencial. Esse momento acontece usando as ferramentas do AVA, em que o objetivo é a avaliação do aprendizado do aluno pontualmente, ou seja,

a avaliação da aprendizagem pertinente ao conteúdo visto na videoaula e as discussões no momento presencial. A terceira fase consiste na avaliação do Processo proposto, a avaliação envolve o ato de acompanhar, de revisar e manter o processo proposto e criar critérios para verificação se teve efetividade nos resultados da aprendizagem. A avaliação deste processo é feita de três formas: mediante os relatórios do AVA, por observar em sala de aula e questionários aplicados aos alunos.

A abordagem da Sala de Aula Invertida possibilita abordar não somente a mera apresentação do conteúdo a ser estudado, mas também lidar com as dificuldades dos alunos individuais. Conforme apontado por Valente (2014, p. 86), ao adotar essa estratégia, o professor deve aderir a um conjunto de diretrizes, que inclua:

> [...] 1) as atividades em sala de aula envolvem uma quantidade significativa de questionamento, resolução de problemas e outras atividades de aprendizagem ativa, obrigando os alunos a recuperar, aplicar e ampliar o material apren-

> dido [....]; 2) os alunos recebem feedback imediatamente após a realização das atividades presenciais. [...].

Enfim, a Sala de Aula Invertida é uma metodologia bem interessante para a educação pública no momento atual, pois favorece autonomia dos estudantes, otimização de tempo, maior engajamento, personalização da aprendizagem, protagonismo estudantil e flexibilidade de ensino. Além de ser uma metodologia ativa de fácil aplicação.

Dificuldades a serem superadas

Com a expansão viral no território nacional, no início de 2020 o sistema de ensino público e privado brasileiro foi obrigado a ministrar aulas à distância, nos moldes da atualmente conhecida EaD, como forma de promover o distanciamento social e frear a transmissão do patógeno.

Antes de tudo, é de extrema importância ressaltar que em meio à pandemia, o método de ensino brasileiro embora inspirado no Ensino a Distância, difere muito do mesmo. Vários especialistas se referem à situação atual como educação a distância ou mesmo emergencial devido às notórias diferenças metodológicas, estruturais e sistêmicas em termos de prática já implementadas por diferentes programas de pós-graduação no país.

No contexto atual, deve-se ter em mente que experiências de aprendizado onlin bem projetadas diferem significativamente de cursos entregues online em resposta a uma crise ou desastre (Hodges, Moore, Lockee, Trust e Bond 2020, tradução nossa). Os autores também comentam esta;

> Ao contrário das experiências que são planejadas desde o início e projetadas para serem online, o Emergency Distance Learning (ERE) é uma mudança temporária de ensino para uma forma alternativa de ensino devido a situações de crise. [...] O objetivo principal nessas circunstâncias não é restabelecer um

> ecossistema educacional robusto, mas fornecer acesso temporário à instrução e suporte instrucional de uma maneira que seja rápida de configurar e para ser disponibilizado de tempos em tempos. confiável em uma emergência ou crise. Entender o ERE dessa maneira nos permite começar a separá-lo do aprendizado online. (HODGES et al. 2020, tradução nossa).

Segundo a nova técnica de ensino a distância na educação básica face à pandemia de Covid-19, do projeto Todos Pela Educação, lançado em abril de 2021, atualmente apenas aulas virtuais são possíveis cenário por meio da disponibilização de plataformas online, ensino ao vivo em redes sociais e envio de materiais digitais aos alunos. No entanto, essas técnicas estão sujeitas a muitas limitações sociais, estruturais e econômicas que prejudicam significativamente o aprendizado dos alunos e reduzem a eficiência do ensino desenvolvido pelas instituições.

Segundo o mesmo documento:

> Estratégias de ensino a distância são

> importantes para reduzir os efeitos negativos do distanciamento temporário, mas há evidências de que sem interação face a face diferenças de diferentes tipos emergem. Neste contexto, as especificações de equivalência de horas nesta modalidade de instrução de ensino como cumprimento do ano letivo requerem a atenção das entidades reguladoras A partir de agora, as redes de ensino vão começar a planear uma robusta série de medidas para o período até a volta às aulas. (ALL FOR EDUCATION, 2020).

Com escolas fechadas desde meados de março, autoridades educacionais estaduais lutam para estabelecer novas plataformas de aprendizagem, professores sem formação para trabalhar remotamente, alunos que não têm computadores ou outros dispositivos em casa, mais carentes Acesso à Internet nas residências de alunos e até professores, entre outros.

Segundo Rodrigues (2020), os desafios eram inúmeros: suporte tecnológico para os alunos monitorarem atividades remotas, a regulamentação de ações e

procedimentos, formação de professores.

Nesse contexto, são apresentadas e examinadas algumas dificuldades e desafios que permeiam a educação a distância no Brasil atualmente, como o impacto emocional para alunos e profissionais da educação, a evasão escolar por falta de recursos diversos dos respectivos alunos, incluindo as dificuldades dos alunos da zona rural, proporcionado pelas tecnologias, mais autonomia do aluno; por outro lado, há altos índices de evasão, muitas vezes os alunos se sentem sozinhos, preocupações com a manutenção da qualidade, preocupações com julgamentos e inacessibilidade associados às enormes diferenças socioeconômicas da população brasileira.

A tecnologia na educação no contexto da pandemia

Com a popularização da tecnologia digital, presenciamos uma relação inédita entre quantidade, velocidade e formas de criar e disseminar informações, conseguimos inúmeras trocas, mudanças sociais e culturais,

e o surgimento de novos modos de pensar, sentir, agir e conviver. A existência dessas tecnologias no cotidiano das pessoas sempre foi um fator de mudança e formação de novos hábitos.

Já está claro que vivemos em uma época de transformação digital. O mundo está em um momento em que a velocidade de implantação da tecnologia está influenciando a maneira como vivemos hoje. Nós nos comunicamos e usamos as redes sociais, os aplicativos dominam as empresas por meio de sistemas de gestão, relacionamentos com seus clientes e fornecedores, leia-se: casas inteligentes e aplicativos de gerenciamento de tempo.

Por fim, é fácil entender que a educação também está passando por uma mudança, que determinará novos processos de ensino e aprendizagem. A grande mudança começou com o desenvolvimento da Internet na década de 1990. Meios de comunicação como jornais, rádio e televisão, conforme eram usados, desapareceram gradualmente. Entretanto, durante esse processo foi introduzida uma nova tecnologia que define o processo de integrar todos esses

métodos, não todos os métodos.De acordo com Jenkins 2008, vivemos em uma época de convergência cultural, digital e de mídia.

Hoje assistimos a um enorme aumento no fluxo de conteúdo em diferentes plataformas digitais e finalmente uma grande migração e diferenciação dos meios de comunicação. Este processo denota uma mudança cultural dos professores, consumidores de nosso método de ensino, são estimulados a buscar novas informações e assim fazer novas conexões com esse conteúdo midiático. Santaella (2008, p. 113),

> Documentos na forma de textos, imagens, sons e vídeos reproduzidos com o auxílio de software e hardware de computador foram um dos motores da (r)evolução tecnológica contemporânea, provocando mudanças sociais e outros hábitos que todo autor e editor pode ter compartilhando projetos e ideais no modelo tudo-todos. Os sites passaram a fazer parte do cotidiano dos internautas que navegam no ciberespaço com liberdade Movimentos, toques e cliques de ratos, no

> espaço harmonioso entre sistemas espaciais lineares e não lineares para conversas de texto, som e imagem na produção de culturas.

A inovação e a melhoria dos processos vêm de dois pilares: uma boa ideia, que após seu desenvolvimento chega ao mercado e traz dividendos para as empresas ou por necessidade; muitas das inovações que utilizamos em nossa rotina foram desenvolvidas a partir das necessidades do cenário e contexto. Devido à pandemia, os atores educacionais em nosso estado federal tiveram que adquirir rapidamente todo um conjunto tecnológico para atender a grande responsabilidade conteúdo pedagógico aos alunos.

Com o isolamento social, os resultantes da política de distanciamento das escolas e, portanto, alunos e professores, eles enfrentaram o uso massivo de ferramentas digitais - ensino presencial. Este evento expôs claramente as deficiências da educação no país. Podemos dizer que algumas dessas deficiências são a falta de formação específica para os professores e compreensão por parte

das partes da sociedade e da comunidade escolar o acesso precário a recursos tecnológicos como computadores de alta qualidade e internet.

As tecnologias mudaram significativamente a forma como a sociedade está organizada, no sentido de que o que antes era feito sem o uso dessas tecnologias não é mais possível hoje, incluindo atividades essenciais e não essenciais. Portanto, a escola não está fora desse contexto, pelo contrário. Nos últimos anos, a escola tem sido um nicho particular quando se trata de adotar tecnologias digitais e, mais importante, incorporar aplicativos no processo de ensino em si. O SARSCoV-2), causador da doença COVID-19, teve origem na China e surpreendeu o mundo em 2020 de forma exponencial.

Nações grandes e pequenas estavam simplesmente tendo que lidar com um novo vírus transmissão que causou o fechamento de comércio e instituições, colocando todas as pessoas em condições de quarentena, isolamento e distanciamento social, impedindo interações entre elas, mesmo aplicou o chamado bloqueio.

Nesse contexto, as escolas fecharam e alunos e professores ficaram em casa, provocando uma mudança importante no pensamento sobre as atividades escolares. Por este motivo foi considerado o ensino a distância, mais precisamente o ensino a distância por meio de plataformas digitais, com aulas online por meio de aplicativos de videoconferência. Dessa forma, ficou demonstrado que a pandemia do novo coronavírus pode ser vista como um marco no uso das tecnologias digitais, o que antes era opcional passou a ser um uso necessário no novo normal que a sociedade vive.

Para Kenski (2003), no entanto, essas tecnologias atuais estão criando novos tempos e espaços educacionais. Ressalta-se a sua importância nos processos de ensino e aprendizagem, pois estes prometem desempenhar um papel significativo no desenvolvimento de competências e habilidades de professores e alunos. (BOTTENTUIT JUNIOR, 2010, p. 28).

A esse respeito, pode-se afirmar que:

> A tecnologia em rede e móvel, bem

> como as habilidades digitais, são componentes fundamentais de uma educação holística. Um aluno que não está conectado e não possui um domínio digital perde importantes oportunidades de obter informações, de acessar um material riquíssimo, de estar disponível, de se comunicar, de ficar visível para os outros, seu publicar ideias e aumentar sua empregabilidade futura (MORAN, 2018, p. 13).

Corroborando os autores acima e a afirmação de Bacich (2018, p. 137), as tecnologias digitais alteram o ambiente em que estão inseridas, transformando e criando novas relações entre os envolvidos no processo de aprendizagem: professores, alunos e conteúdo. Deve-se ter em mente que um dos grandes desafios do uso da tecnologia na educação é moldar ativamente a aprendizagem, na interação desses atores, no sentido de junto, colaborativo, desafiador e inovador.

Como dizem Teixeira e Carvalho (2020), as ferramentas tecnológicas [...] podem ser utilizadas conforme sua aplicabilidade no processo de ensino-aprendizagem e

consequentemente em sala de aula. Como tal, desempenham um papel essencial na formação de professores, melhorando as suas práticas e fomentando novas capacidades e competências.

Para Rodrigues Junior (2014, p. 2): [...] atualmente temos diversas mídias educativas, o grande desafio é saber utilizá-las de forma eficiente e permitir que elas se concentrem em umas formas mais decisivas de contribuir Formas de melhorar as práticas pedagógicas. Percebe-se que o destaque nesse processo não é o quê, mas o como fazer, realizar e construir. Nesse sentido, em consonância com Moran (2018), as metodologias ativas surgem para mostrar o protagonismo que o aluno deve assumir na construção de sua própria aprendizagem, aliando-se ao uso de tecnologias, compreendendo a essencialidade de seu uso que até então há resistência por parte do ambiente escolar, conforme destaca Sahb (2016, p. 6):

> A falta de recursos, de infraestrutura, o despreparo dos professores e da equipe pedagógica, os materiais que chegam a escola por imposição

> e não por escolha dos professores, quantidade de material necessária para a grandeza insuficiente é a escola, estão entre os mais importantes. Tais fatores atrapalham significativamente a vontade dos educadores de usar inovações, como se fosse possível ficar indiferente ao impacto que elas causam em pessoas.

Não se pode ficar indiferente a essa mudança tecnológica, pois é importante que as aulas sejam atraentes e os objetivos satisfatórios, como enfatiza Bottentuit Junior (2010, p. 30) necessário que a escola reúna as condições fundamentais em relação à tecnologia e professores capacitados e prontos para desenvolver metodologias de uso das TIC e da Internet em sala de aula. Portanto, esse processo de reconstrução pedagógica, aliado a tecnologias, é fundamental para ir além do tradicional a fim de alcançar os melhores resultados.

Segundo Souza e Silva (2013), a Inclusão Tecnológica incita a instituição educacional e profissionais a se reinventar. Nessa perspectiva, os professores devem

aprender a usar as ferramentas tecnológicas, conhecer o perfil de cada aluno, aliar as tecnologias às novas formas de aprender para que os alunos aprendam com essas novas práticas educativas, conforme proposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apresenta uma norma para a educação brasileira que inclui a frase de aprendizagem essencial conforme indicado no Plano Nacional de Educação (PNE) e, portanto, integra uma política educacional nacional relacionada a processos pedagógicos. (BRASIL, 2018)

Ter uma cultura digital baseada na educação significa formalizar a promoção dessa cultura e o uso das tecnologias digitais, pois muitas mudanças já estão ocorrendo nas sociedades contemporâneas devido à maior disponibilidade de dispositivos digitais como computadores, Smartphones, tablets e afins. É claro que todo esse contexto de cultura digital impõe desafios, reflexões e análises aprofundadas para a implantação de novas práticas pedagógicas. Como os alunos desta geração hiperconectada esperam que escolas e professores saibam aproveitar o potencial da informação, comunicação e o uso

democrático da tecnologia, como proposto pela BNCC, para promover a aprendizagem conectada fazem sentido no atual contexto de uma sociedade da informação, conhecimento e aprendizagem.

No atual contexto de pandemia, muitos dos professores não estão capacitados para utilizar as tecnologias de informação e comunicação (TIC). Nesse sentido, são muitas as dificuldades que os professores enfrentam em situações normais de sala de aula, e no ensino a distância não é diferente. Com a pandemia houve uma busca exponencial pelas TIC, e ao longo do caminho encontramos alguns obstáculos.

Atualmente, são oferecidas aos professores diversas plataformas para apoiar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos e proporcionar um ambiente de aprendizagem colaborativo entre eles. Segundo Scuisato (2016), a introdução de novas tecnologias nas escolas leva a novas formas de ensinar e aprender; todos aprendemos a conhecer, comunicar, ensinar e aprender de uma nova forma, integrando as pessoas e tecnologia.

O uso frequente destas plataformas requer uma atitude mediadora por parte do professor e uma atitude ativa por parte do aluno, pois esta dualidade permite uma interação produtiva. Ao contrário do convívio na sala de aula, no formato presencial e neste período de isolamento, essa nova interação que se oferece abruptamente desafia tanto o professor quanto o aluno para uma atitude proativa. Com esta visão em mente, a escolha de uma plataforma que pudesse espelhar virtualmente a sala de aula, na qual fossem examinados os dados de acesso à internet, o computador e as inferências de uso do celular, foi uma plataforma amigável para os dois atores principais, o professor e o aluno.

Em 2019, foi celebrado um Termo de Cooperação Técnica entre o CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e o Google, visando intercâmbios na área da educação básica. A Secretaria de Estado da Educação como membro do CONSED proporcionaria a professores e alunos o uso da plataforma G Suite for Education e colaboraria na forma de professores e alunos para o uso de tecnologias educacionais em sala de aula, criando um plano de ação

estratégico. Já o Google teria como meta disponibilizar a plataforma gratuitamente e implementá-la em 2020.

Como participante desse projeto, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina iniciou em fevereiro os processos de formação e implantação do Google for Education em duas escolas da Grande Florianópolis. No dia 17 de março de 2020 conforme Decreto nº 509 do Governo de Santa Catarina as aulas nas unidades escolares foram suspensas. Nesta primeira fase de isolamento foi decidido, em conjunto com todos os departamentos da Secretaria de Educação, utilizar a plataforma Google for Education, sobre a qual num primeiro momento assentam as estruturas básicas de parametrização da criada a aula virtual.

Após esta primeira fase, iniciou-se a criação de contas institucionais para professores e alunos, fase que durou 10 dias. Nesse período, foram criadas 541.495 contas de alunos e 26.484 contas de professores. Esses perfis foram elaborados por todos os alunos matriculados no ensino fundamental (primeiros e últimos anos), ensino médio (regular e modalidade) e educação de jovens e adultos.

Também foram criadas 32.391 salas de aula em 1365 escolas e UDs (Unidades Descentralizadas). Nesse período de isolamento social, o acesso ao Google Classroom por professores e alunos mostrou que o dado já havia sido apresentado anteriormente, sendo que 77% dos alunos (416.692) já acessaram o Google Classroom anteriormente e 94% desses professores (25.104) usam a plataforma. Portanto, diante dos números constantes e da necessidade de apoio para o projeto, a SED está continuamente empenhada em manter os indicadores e capacitar os professores.

Esse cenário contribuiu para um processo que adotaríamos muito tempo antes da realização, foi explicitamente empurrado na rede de estado; em muito pouco tempo, toda a rede estava necessariamente envolvida e participante ativa neste processo de aprendizagem. É com base no que temos acompanhado na prática que vislumbramos ganhos significativos para a educação, pois todo esse aprendizado e interações entre professores e alunos não são mais mantidos em segredo da sala de aula, porque nenhum dos atores abrirá mão dos recursos tecnológicos

como meio para apoiar e possibilitar a aprendizagem e assimilação de conteúdo.

A estratégia da Secretaria de Educação de Santa Catarina visava atender alunos que tinham acesso à internet e, portanto, utilizam a plataforma Google sala de aula. No entanto, uma parcela dos alunos não possuía ou tinha acesso limitado à internet, fazendo com que a SED se posicionasse estrategicamente para atender esses alunos. O número consolidado de alunos da Rede Educacional do Estado de Santa Catarina durante o regulamento especial das atividades educativas escolares não presenciais no âmbito da pandemia da COVID-19, com foco no protagonismo do professor e vigiava a sua relação com os alunos.

Assim, cada professor encontrou as formas mais adequadas de enviar as atividades para seus alunos, dentro dos limites de suas possibilidades e com o apoio de suas escolas, coordenadores pedagógicos regionais e também por meio online treinamento. Portanto, se examinarmos os números consolidados sobre o tipo de apoio ao aluno, fica claro que a estratégia adotada pela SED permite variar os

diferentes tipos de apoio aos alunos de uma disciplina para outra.

Deve-se também ter em mente que as condições de acesso à Internet da família são uma variável que pode mudar várias vezes em um determinado período de tempo. Ou seja, o mesmo aluno pode receber suas atividades virtualmente em uma disciplina e impresso em outra, ou também acessar o material virtualmente em um período e no outro impresso.

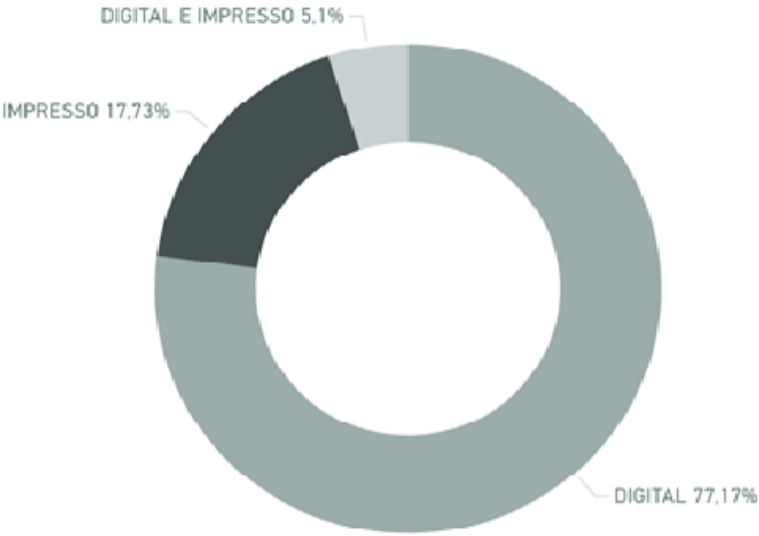
Logo, é necessário entender que o número da frequência consolidada na forma virtual e impressa não deve ser para apurar o número de alunos supervisionados, mas o número de realizações obtidas nos referidos formulários, pois variam entre componentes curriculares e semestre a semestre.

A forma de coleta dessas informações passa pelo fluxo de trabalho dos professores da rede que, após disponibilizarem as atividades não presenciais de sua disciplina em particular, registram como o aluno acessou ou participou delas Atividades no Sistema online do professor

com opção de: participação via recursos tecnológicos e material impresso; visitado por meio de recursos tecnológicos; visitado por meio de material impresso.

Não é atendido e ainda é possível cadastrar diferentes formas de participação de acordo com a frequência das atividades sem perder as informações cadastradas anteriormente. Dos 537.584 alunos matriculados na rede, 522.325 alunos acessam as atividades não presenciais virtualmente ou por meio de material impresso. Esse controle era feito pelos dirigentes das escolas da rede, com controle turma a turma, aluno a aluno, a forma de participação de cada um.

Figura 5 - Percentual de atendimento por tipo de recurso; mostra as porcentagens de participação dos alunos nas atividades.



Fonte: Autores (2022)

Do total de participações por modalidade digital, impressa e digital/impressa, a proporção de alunos que optaram por não fazer ginástica física foi de 17,73%. Dos dados consolidados da frequência, os percentuais chegam a 96%, e ainda alguns alunos que não são visitados ou não

informados pelos professores perfazem 4% do total.

Sabemos que o ideal é o ensino presencial, que neste momento se encontra suspenso, e que o leque de medidas que não estão a decorrer de forma presencial são as melhores que se podem oferecer aos alunos de toda a rede. O pior cenário é que o aluno não participe das atividades, pois o conteúdo editado nesse período é importante e fará falta no estudo, na vida e na carreira.

Para dar acesso aos alunos desassistidos, a campanha de Comunicação Cada um na sua casa e todos pela educação foi recentemente vinculada a todos os canais da Secretaria de Educação. Com o objetivo de comunicar com diferentes públicos-alvo (professores, pais/responsáveis e alunos), a campanha inclui um conjunto de ações para as redes sociais da Educação de Santa Catarina, incluindo Facebook, Instagram, Youtube e site.

As postagens em vídeo e fichas informativas para a comunidade escolar, notícias sobre o tema para o site, transmissões ao vivo com profissionais de áreas específicas e envio de recomendações para quem trabalha na rede

estadual de ensino, ajudar a atingir total de alunos, um dos desafios da gestão. Esta campanha já apresentou resultados positivos em relação ao propósito definido.

Estudo remoto em meio a uma pandemia: a questão psicológica

Enfrentar uma pandemia é um desafio constante: isolamento social, medo e ameaça da doença, convivendo com a ideia da morte. Não é uma situação fácil para ninguém, mas alunos e professores ainda não se adaptaram a uma nova dinâmica de sala de aula em suas próprias casas, com pessoas do outro lado da tela e amigos e colegas distantes.

Desde então, o A preocupação de vários profissionais da psicoeducação tem sido a instabilidade emocional - tanto de alunos quanto de professores - causada pelo isolamento social, com grande potencial de prejudicar o processo de aprendizagem.

Segundo Moraes (2020):

> A adaptação a uma nova rotina não é fácil para muitos alunos, que relatam problemas de ansiedade e dificuldade para dormir. A situação e o contexto do ensino a distância fazem com que os alunos se sintam conectados o tempo todo. Além disso, muitas delas, em situação precária, tiveram que integrar as atividades domésticas ao seu cotidiano. (MORAES, 2020).

No entanto, segundo o autor, dados de vários estudos do Instituto de Psicologia da Universidade do Rio de Janeiro (UERJ) confirmam que os casos de ansiedade, estresse e alterações psicológicas aumentaram cerca de 80% durante o isolamento social causado pela pandemia do COVID-19.

No entanto, como afirma Moraes (2020), o mistério dessas situações inusitadas é:

> Estabeleça uma rotina funcional e sustentável, tendo em conta as diferentes formas de lidar com a situação e os diferentes contextos familiares. [...] Outra dica importante na hora de falar em rotina é ver quais

> tarefas precisam ser feitas durante o dia e alternar momentos de estudo, convívio familiar e descontração. (MORAES, 2020).

O grande problema é que muitos alunos têm grande dificuldade em conciliar o tempo livre com o estudo não presencial, culminando em uma falha de aprendizagem que está intimamente ligada a doenças como depressão e ansiedade vida profissional com responsabilidades familiares e domésticas. Muitos também têm que ajudar seus filhos que estão estudando em casa enquanto ensinam outros jovens causando uma sobrecarga significativa que só aumenta a tensão da pandemia. Também muitos professores e alunos têm que lidar com a morte de parentes e amigos ou o medo de perder entes queridos que estão hospitalizados (Moraes, 2020).

De acordo com Zajak (2020) e de acordo com a Carta Magna brasileira, educação significa garantir aos jovens seu pleno desenvolvimento, baseado em condições iguais de ingresso e permanência na escola (art. nº 206),

porém fica claro que tal proposta atualmente não é garantida, enfim, porque entre os alunos brasileiros não há as mesmas condições de acesso à educação, principalmente quando se considera alunos de escolas públicas e privadas.

Zajak (2020) explica esse fato da seguinte maneira:

> A qualidade da educação depende não só da contribuição e valorização de trabalhadores qualificados, mas também de fatores socioeconômicos. Vivemos em um país onde 31,1 milhões de brasileiros (16% da população) não têm acesso à água fornecida pela rede elétrica; 74,2 milhões (37% da população) vivem em áreas sem esgoto; outros 5,8 milhões não têm banheiro em casa; 11,6 milhões (5,6% da população) vivem em imóveis com mais de 3 ocupantes por dormitório e 3,5 milhões de pessoas vivem com até R$ 145 por mês. Falar da qualidade da educação sem olhar para esses dados é quase desumano. (ZAJAK, 2020).

Quando se trata de ensino a distância, a situação é ainda mais preocupante porque:

> Apenas 42% dos domicílios brasileiros possuem computador; 85% dos internautas das Classes D e E acessam a rede exclusivamente pelo celular e apenas 13% conectam tanto pelo celular quanto pelo computador. (ZAJAK, 2020)

Diante desses dados, Tenente (2020) afirma:

> estratégia escolhida expõe a desigualdade e as dificuldades enfrentadas por alunos e professores em escolas públicas: acesso limitado à internet, falta de computadores e espaço em casa, problemas sociais, sobrecarga do trabalho docente e baixa escolaridade dos familiares. (TENENTE, 2020).

Essa infeliz realidade, mesmo em condições normais, prejudica a garantia do direito à educação (Zajak, 2020). Como o estudo é totalmente remoto, a situação fica ainda mais caótica. Vários alunos e professores não têm acesso à internet, computadores ou mesmo livros e materiais didáticos. A situação piora quando não há espaço, momento

diário ou qualquer pessoa no ambiente de convivência que possa ajudar no estudo, concentração e aquisição de conteúdo.

É possível ver isso mesmo entre os alunos do ensino médio, que carecem de autonomia e disciplina, o que aliado às precárias e desfavoráveis condições de moradia e organização familiar é um grande obstáculo e impedimento à educação no atual ano letivo.

Na luta para compreender o conteúdo ensinado, muitos alunos começam a encarar a quarentena como férias, contribuindo significativamente para o abandono escolar precoce, que já foi um dos maiores desafios da educação pública, e, agora, tendeu a aumentar.

Segundo Bisol (2020), a escola brasileira não preparou o aluno para ser autônomo. São poucos os alunos que sabem quando estudar e quando se concentrar. O ensino e a aprendizagem também estão ameaçados pela situação econômica estrutural de várias escolas e centros educacionais brasileiros.

De acordo com Campanha (2020):

> Muitas escolas, principalmente as públicas, não possuem infraestrutura para essa modalidade, não possuem plataformas, AVAs e professores com formação adequada para trabalhar com essa modalidade e, assim como os alunos, não são adequados para isso. (CAMPANHA, 2020).

O Conselho Nacional da Secretaria de Educação (CONSED) disse estar preocupado com os danos causados aos alunos de baixa renda com a suspensão das aulas em todo o país, porque nem todos os alunos têm acesso igualitário à internet e aos recursos digitais.

Se o ensino a distância nas cidades tem se mostrado pelo menos desafiador devido às dificuldades econômicas, familiares e estruturais, o que dizer das áreas rurais onde os serviços de internet e telefone muitas vezes são inexistentes? Como desenvolver o hábito de estudo nessas condições? Ou ainda: Como você se comunica com professores e colegas sobre o trabalho a ser feito? São questões muito relevantes que preocupam milhares de famílias do interior hoje.

Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Brasil tem 5,1 milhões de alunos em escolas rurais dos quais apenas 44% usam a Internet. Nas áreas urbanas, o índice é – muito pelo contrário – em 70%.

Nesse cenário, criar uma metodologia de ensino online não é prático, porque tanto as escolas quanto os alunos não possuem as ferramentas necessárias como computadores ou mesmo plataformas adequadas. Dessa forma mesmo que uma implementação fosse possível, não alcançaria a adesão necessária.

Em seu artigo sobre o assunto, Oliveira (2020) comenta que apesar de todas as probabilidades, alunos e famílias reconhecem o Poder da Educação e fazer o possível para absorver o conteúdo.

> Mesmo em comunidades sem acesso à internet, os alunos recebem conteúdos didáticos e listas de tarefas. Por exemplo, algumas escolas enviaram materiais impressos para farmácias e supermercados para as famílias buscarem posteriormente. Outros postam material didático para os alunos tirarem fotos e

> estudarem em casa. (OLIVEIRA, 2020).

No entanto, apesar dos esforços, percebe-se que haverá uma queda significativa no currículo desses alunos, que vencem em concursos e vestibulares em relação aos demais alunos das escolas municipais e/ou do sistema.

Conquistas e possibilidades educacionais

Apesar de tantos desafios, obstáculos e limitações a superar, a pandemia do COVID-19 não deve ser encarada como uma tragédia total. É necessário que os brasileiros comecem a enxergar as oportunidades que surgiram com a quarentena e o isolamento social, principalmente no que diz respeito às ferramentas educacionais que estão disponíveis hoje, utilizando meios cibernéticos.

Além disso, a discussão sobre o papel do professor e do profissional psicoeducador dentro dos centros de conhecimento tornou-se ainda mais fundamental para o

desenvolvimento de um ensino mais humano e que atenda à especificidade de cada indivíduo.

Segundo Oliveira (2020), a pandemia deu ao mundo uma percepção diferente das relações humanas, sociais, econômicas e certamente do aprendizado. O passo decisivo agora, na conjuntura atual, é identificar tais lacunas e trabalhar no desenvolvimento conjunto de todo o sistema educacional brasileiro.

A equipe multidisciplinar e a psicologia nas escolas

O ano de 2020 destacou-se por sua excepcionalidade em escala global. A pandemia desencadeada pelo novo coronavírus teve um impacto profundo em todos os cantos da humanidade, exigindo uma reinvenção e superação generalizada para confrontar essa imensa adversidade. O setor educacional também não escapou desse desafio. Cada segmento precisou ajustar suas abordagens para otimizar a execução de suas atividades dentro das restrições da realidade vigentes.

O ensino online ganhou impulso rapidamente, emergindo como a principal abordagem educacional das escolas. Ainda que o calendário acadêmico virtual seja a única alternativa viável no momento, muitos estudantes encontram dificuldades para aceitar e se ajustar a esse novo paradigma. Essa não resistência é exclusiva dos alunos, pois diversos pais também enfrentam desafios para se adaptar, alguns até rejeitando esse novo método de instrução.

A busca por apoio tem sido comum entre os pais, levando muitos deles a recorrerem à coordenação pedagógica em busca de orientação. Alunos que possuem diagnósticos específicos ou que enfrentam dificuldades no aprendizado são encaminhados para sessões de aconselhamento online com psicoeducadores. Durante esses encontros virtuais, são abordadas as necessidades individuais dos alunos, visando proporcionar um ambiente mais propício para a aprendizagem e o desenvolvimento. Isso, por sua vez, visa simplificar o processo tanto para os pais quanto para os educadores.

Caso a solicitação seja de natureza emocional, ela

será encaminhada ao psicólogo encarregado das consultas, abrindo uma variedade de situações, como estresse, ansiedade, falta de motivação devido ao isolamento social, adoecimento ou falecimento de entes queridos, e outras questões emocionais. A prestação desse suporte é de homossexualidade, pois oferece equilíbrio, segurança e confiança, ao mesmo tempo em que fortalece a inteligência emocional do estudante, habilidade crucial neste contexto de emoções.

O objetivo primordial do departamento responsável por questões familiares é fornecer um atendimento distinto e humanizado, pautado por uma abordagem intuitiva, na qual colaboradores, alunos e pais possam se sentir apreciados e compreendidos em suas necessidades individuais. Essa abordagem possibilita o alcance de conquistas mais significativas.

Desde o ano 2000, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) de número 3688/2000, inicialmente proposto para a inclusão de um assistente social no corpo de profissionais educacionais de

cada escola. Posteriormente, o projeto foi modificado para abranger também a presença de psicólogos, estabelecendo equipes multidisciplinares nas instituições de Educação Básica. Essas equipes serão atendidas por indivíduos com formação em psicologia e serviço social, colaborando com educadores e coordenadores pedagógicos, em atendimento com as particularidades de cada rede de ensino.

O propósito subjacente a esse projeto é a cooperação entre especialistas dentro do ambiente escolar, buscando o direito à educação para crianças e jovens na idade escolar. Entretanto, é essencial reiterar que a concretização desse direito está intrinsecamente ligada à garantia dos demais direitos sociais desfrutados por esse segmento da população, uma vez que a vulnerabilidade social desempenha um papel crucial na regularidade da frequência escolar e, por consequência, no processo de aprendizagem.

Já ocorrem diversas experiências envolvendo esses profissionais presentes em escolas brasileiras, abrangendo âmbitos municipais, estaduais e até mesmo federais. Essas iniciativas são embasadas em diversas abordagens

e possuem estruturas distintas. No âmbito federal, nos Institutos Federais (IF), assistentes sociais e psicólogos compõem equipes especializadas. Esses institutos recebem financiamento do governo federal e estão categorizados na rubrica de ensino superior, devido à sua vinculação com o sistema federal de educação, abrangendo tanto o ensino superior quanto a educação básica.

Além deste cenário, quando se trata da educação básica, é necessário considerar como esses profissionais serão integrados nas redes e sistemas das várias instituições estatais. Isso é particularmente relevante devido à legislação nacional vigente, que define de maneira explícita quais despesas consignadas podem ser classificadas como despesas de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (MDE) e quais não podem. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, estabelece o seguinte no art. 70: Consideram-se como despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas destinadas a alcançar os objetivos fundamentais das instituições educacionais em todos os níveis, incluindo

as que visam a

I - Remuneração e aperfeiçoamento de professores e outros profissionais da educação;
II - Aquisição, manutenção, construção e manutenção de equipamentos necessários ao ensino;
III - Utilização e manutenção de bens e serviços conectados ao ensino;
IV - Levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas voltadas principalmente para a melhoria da qualidade e desenvolvimento do ensino;
V - Implementação de atividades de apoio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
VI - Concessão de bolsas a alunos de escolas públicas e particulares;
VII - Amortização e financiamento de operações de crédito para cumprir o disposto neste artigo;
VIII - Aquisição de material didático escolar e manutenção de programas de promoção escolar.
Arte. 71. As despesas de manutenção e desenvolvimento de aulas não incluem:
I - Pesquisa, quando não vinculada a instituições de ensino ou realizada fora dos sistemas de ensino, que não tenha como principal objetivo

> melhorar ou ampliar sua qualidade;
> II - Subvenção a instituições públicas ou privadas, atividades esportivas ou culturais;
> III - Treinamento de pessoal especial para administração pública, militar ou civil, inclusive diplomatas;
> IV - Suplementos nutricionais, programas assistenciais médico-odontológicos, farmacêuticos e psicológicos e outras formas de apoio social;
> V - Obras de infraestrutura, mesmo que realizadas em benefício direto ou significativo da rede escolar;
> VI - Corpo docente e demais pessoal em função diferente ou em atividade fora da manutenção e aperfeiçoamento do ensino. (BRASIL, 1996).

A presença desses profissionais é assegurada nas escolas públicas de ensino fundamental e médio através da Lei Federal 13.935 de 2019. Profissionais de ambas as áreas têm a responsabilidade de agir na prevenção da evasão escolar, fornecer direcionamento profissional, combater situações de bullying e encaminhar estudantes para programas sociais.

A necessidade evidente de uma abordagem ampla e integrada para a saúde dos adolescentes, que compreenda a complexidade desse desenvolvimento humano juntamente com seu contexto social, contrasta com as políticas de saúde atualmente incorporadas. Essas políticas seguem um modelo médico que enfatiza intervenções padronizadas, desconsiderando as necessidades particulares e experiências subjetivas dos jovens, o que se mostra insuficiente para promover sua saúde de forma adequada.

Portanto, é crucial adotar uma compreensão abrangente do espectro saúde/doença, levando em conta tanto as dimensões interculturais quanto intraculturais (conforme argumentado por Horta e Sena, 2010; Boruchovitch e Mednick, 2002; Minayo, 1998). Um dos desafios prementes consiste em mitigar as disparidades sociais no âmbito dos cuidados de saúde, tanto em nações em desenvolvimento quanto em economias industrializadas. Estudos epidemiológicos, que incluem análises sobre mortalidade prematura, doenças cardiovasculares, obesidade, diabetes e câncer relacionados ao tabagismo, corroboram que a

ocorrência desses problemas está intrinsecamente ligada às iniquidades sociais no campo da saúde (Lawlor e Sterne, 2007).

No contexto brasileiro, os indicadores de saúde demonstram variações conforme a população, o grau de urbanização e a geografia. Nesse cenário, verifica-se que a urbanização está inversamente relacionada com os índices de saúde populacional, acarretando maiores dificuldades no acesso aos serviços de saúde (IBGE, 2010).

Existe uma perspectiva predominantemente relacionada à abordagem abrangente da saúde durante a adolescência, um período de desenvolvimento humano que traz consigo desafios notáveis. Esses desafios se manifestam por meio das transformações físicas, psicológicas e influências sociais que sofreram o indivíduo durante sua entrada nessa fase de vida. A despeito de ser um período relativamente breve, os jovens e suas famílias enfrentaram mudanças intensas. Em muitas ocasiões, os pais, sentem-se pela imprevisibilidade das necessidades de liberdade e autonomia dos filhos, acabam renunciando à sua autoridade,

permitindo uma independência excessiva.

Essa independência, quando associada à sensação de restrição, pode ser interpretada pelo adolescente como abandono, agravando ainda mais os conflitos intrafamiliares (Aberastury e Knobel, 1989). Portanto, cabe aos adultos a tarefa de estabelecer limites para seus filhos como um presente, uma vez que apoiar as manifestações violentas e destrutivas dos adolescentes representam um apoio essencial para estruturar esse período inseguro e desamparado, repleto de inúmeras gerações que eles enfrentaram (Marty, 2006).

Dentre essas várias mudanças, a transformação física conduz o adolescente a vivenciar um processo de luto pelo corpo infantil, compelindo-o a construir uma nova identidade em consonância com o novo corpo. Nesse cenário, os adultos ao seu redor confrontam desafios particularmente complexos, pois devem auxiliá-lo na recepção das mudanças visíveis em sua realidade física e desempenhar um papel de apoio fundamental.

Os adultos inerentes à vida do jovem não se

limitam à família, englobando também aqueles que fazem parte do ambiente escolar, social e de saúde. No entanto, os adolescentes podem enfrentar a puberdade desprovidos do apoio parental que deveriam sustentar essa fase desafiadora. Nessa circunstância solitária, eles se tornam mais susceptíveis e intrincados (Marty, 2006).

Assim, quando a assistência dos pais e as redes de apoio não são suficientes para auxiliar os jovens a lidar com suas lutas, eles se tornam mais expostos a riscos psicossociais. Isso ocorre de acordo com a maneira como o adolescente lida com as pressões internas e externas. Associada a outras dificuldades pessoais e sociais, essa etapa da vida pode criar um ambiente estimulado para manifestações de violência e violência.

De uma perspectiva mais cultural, a adolescência é vista como uma construção sociocultural historicamente moldada, conforme discutido por Ferreira et al. (2007). Nesse contexto, as dimensões biopsicológicas, cronológicas e sociais representam a complexidade da adolescência, que precisa ser entendida considerando não somente os aspectos

biológicos, mas também os fatores sociais, históricos, psicológicos e psicológicos que moldam a vivência dos jovens.

Essa realidade ressalta a lacuna no sistema de saúde, que negligencia a necessidade dessa faixa populacional. Nos últimos anos, houve uma tentativa de assumir a responsabilidade pela saúde dos jovens, notadamente com a ratificação, pelo Brasil em 1990, da Convenção sobre os Direitos da Criança, estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989. Esse marco representou uma mudança paradigmática, inserindo crianças e jovens no âmbito normativo e enfatizando seu desenvolvimento e direitos como foco principal das políticas públicas, ocorreram em investimentos nunca antes visto nesse grupo demográfico.

Em 1990, entrou em vigor a Lei 8.069, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o propósito de estabelecer os direitos das crianças e dos adolescentes em consonância com sua fase de desenvolvimento. Esta legislação determina a importância

de proteger de forma abrangente esses indivíduos, abrangendo aspectos físicos, psicológicos e morais.

A proteção da saúde é enfatizada no Título II do ECA, que trata dos direitos fundamentais. O Capítulo I se concentra no direito à vida e à saúde, o qual é descrito no artigo 7º. Esse artigo assegura que tanto crianças quanto jovens têm o direito de serem protegidos para garantir uma vida saudável. Para isso, são implementadas políticas públicas sociais com o objetivo de promover um nascimento saudável e um desenvolvimento harmonioso em condições dignas (Brasil, 1990; Ferreira et al., 2007).

A partir do Encontro Mundial de Ministros da Juventude, ocorrido em Portugal em 1998, o Brasil adotou a faixa etária de 10 a 24 anos e estabeleceu a Agenda Nacional de Saúde do Adolescente. Posteriormente, em 2010, foram protegidos pelas Diretrizes Nacionais de Atenção Integral à Saúde do Adolescente e Jovens na Promoção, Proteção e Restauração da Saúde (Brasil, 2010), tendo como base a Diretriz Nacional de Atenção Integral à Saúde para os mesmos grupos (Brasil), 2010).

Essas diretrizes promovem uma abordagem sistêmica para atender às necessidades dos adolescentes e oferecem orientações aos gestores e profissionais de saúde para desenvolver estratégias colaborativas e interligadas. O objetivo é reduzir as vulnerabilidades desse grupo demográfico e trabalhar de forma integral e sustentável, promovendo liderança, participação e um espírito de serviço à comunidade.

Frente a um contexto que busca o desenvolvimento integral e o bem-estar holístico da população jovem, as Diretrizes Nacionais para a Cobertura Integral de Saúde de Adolescentes e Jovens têm como foco principal a promoção, proteção e recuperação da saúde. Estas diretrizes estabelecem temas essenciais para a prestação de cuidados de saúde direcionados aos adolescentes e jovens, visando capacitá-los a se tornarem indivíduos empoderados, socialmente responsáveis e colaborativos, assumindo um papel ativo em suas vidas e saúde.

Dois princípios fundamentais são respaldados por essas diretrizes. O primeiro é o fortalecimento da promoção

da saúde, que pode ser implementado dentro da estrutura oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo a abordagem da Estratégia Saúde da Família (ESF). O segundo princípio é a reorientação dos serviços de saúde, com o objetivo de aumentar a capacidade de proporcionar uma atenção integral à saúde dos adolescentes e jovens.

Santos e cols. (2012) destacam a possibilidade de superar a fragmentação nos cuidados de saúde, ilustrando isso através da abordagem da saúde no contexto familiar. Nesse sentido, as equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) desempenham um papel importante ao fiscalizar a saúde dos adolescentes, inserindo-os de maneira privilegiada nas práticas de promoção da saúde familiar.

O Programa Saúde na Escola (PSE) foi concebido com uma abordagem semelhante ao PSE, tendo como objetivo uma melhor integração da saúde dos jovens, com base na colaboração entre escolas e comunidades em uma perspectiva interdisciplinar. A implementação bem-sucedida exige várias parcerias entre políticas públicas, incluindo o programa Saúde nas Escolas, estabelecido

pelo Decreto nº 6.286 de 2007 no Brasil. Esse programa tem como meta contribuir para a formação abrangente dos alunos da educação básica pública, por meio da prevenção, promoção e atenção à saúde. Seus princípios fundamentais giram em torno do integral, da integração contínua entre as políticas de educação e saúde, envolvendo a comunidade escolar e as equipes de saúde da família e da educação básica, bem como do estabelecimento de responsabilidades entre as escolas

As leis em vigor no Brasil garantem que esses indivíduos sejam reconhecidos como titulares de direitos, com políticas públicas destinadas a promover seu pleno desenvolvimento. No campo da saúde, é assegurado o direito à igualdade e à universalidade no atendimento de suas necessidades. A recente aprovação da Política Nacional de Saúde do Adolescente e Jovem atribui à atenção básica, especialmente à Estratégia Saúde da Família (ESF), uma responsabilidade por abordagens holísticas de saúde para essa população.

Autores como Horta et al. (2009) enfatizam que

crianças e adolescentes bem cuidados hoje se tornam adultos saudáveis amanhã. Para alcançar esse objetivo, os profissionais de saúde devem se dedicar à prevenção de riscos e à promoção da saúde. No entanto, implemente essas medidas é exigente, já que essa faixa etária não utiliza os serviços de saúde da mesma forma que os adultos, e estratégias como a Saúde da Família frequentemente enfrentam obstáculos para envolver os jovens.

A iniciativa de incorporar a saúde no ambiente escolar não é recente; desde a década de 1950, várias abordagens foram adotadas, embora muitas delas tenham se concentrado no modelo biomédico centrado na doença. Entretanto, nas últimas décadas, as abordagens inovadoras permitiram a integração entre saúde e educação, resultaram em políticas públicas interdisciplinares que promoveram a colaboração entre estruturas escolares e de saúde, envolvendo esses locais em promotores ativos de saúde (BRASIL, 2012a).

Com o objetivo de promover essa integração, o Programa Saúde na Escola (PSE), criado em 5 de dezembro

de 2007 por meio do Decreto Presidencial nº 6.286, foi estabelecido como uma política interdisciplinar entre os Ministérios da Saúde e da Educação, com uma perspectiva de fornecer uma atenção integral (prevenção, promoção e atenção) à saúde de crianças, adolescentes e jovens na educação básica pública. Esse programa é implementado de maneira colaborativa pelas equipes de saúde e educação, englobando escolas e unidades básicas de saúde (BRASIL, 2007).

Este programa tem como principais metas a promoção da saúde e a disseminação de uma cultura de paz. Além disso, busque fortalecer a prevenção de problemas de saúde e estabelecer uma conexão entre a rede pública de saúde e a rede pública de educação básica. A intenção é ampliar o alcance e o impacto das ações junto aos alunos e suas famílias, confiantes para uma educação integral. Visa também contribuir para a construção de um sistema de assistência social que promova cidadania e direitos humanos, assim como enfrentar as vulnerabilidades na área da saúde que poderiam afetar o desenvolvimento pleno da

escola. Estimular a comunicação entre escolas e unidades de saúde, garantindo a troca de informações sobre a saúde dos alunos e fortalecendo a participação da comunidade nas políticas educacionais e de saúde em todos os níveis governamentais (BRASIL, 2007).

A presença de especialistas em psicologia como parte da equipe técnica nas escolas públicas tem sido objeto de pesquisa e extensão conduzidas pelo grupo Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação desde o ano 2000 (Dias & Guzzo, 2018; Moreira & Guzzo, 2017, 2016, 2015, 2014; SantAna & Guzzo, 2016). No entanto, os profissionais das escolas públicas ainda têm uma visão limitada, considerando a psicologia como uma disciplina exclusivamente ligada à saúde, o que os impede de reconhecer sua conexão com a esfera educacional. Apesar disso, eles reconhecem o valor da colaboração da psicologia com os professores.

Entretanto, é crucial debater o compromisso da psicologia escolar e educacional com a educação de todas as classes sociais. Nesse sentido, é fundamental disseminar

o conceito de educação que embasa o posicionamento defendido aqui, uma educação que seja rigorosa e profundamente democrática, acessível a todos e inflexível na defesa desse princípio. Esse conceito implica na democratização do conhecimento, que historicamente esteve nas mãos das classes dominantes em termos de produção e acesso. Para efetivar isso em qualquer área, é necessário garantir o domínio dos recursos essenciais para a aquisição do conhecimento, incluindo a alfabetização, a matemática e habilidades contemporâneas como informática e línguas estrangeiras.

Este entendimento de educação está alinhado com a implementação de uma política educacional pública que seja radicalmente comprometida com os interesses da população. Isso requer a garantia de acessibilidade total e condições igualitárias para todos os alunos, independentemente de suas circunstâncias. Cabe às escolas adaptar-se para fornecer condições educacionais eficazes. Essa abordagem traduz o princípio da educação inclusiva, que não se limita apenas aos alunos com deficiência, mas

abrange todos aqueles que estão excluídos da escola e de seus benefícios por diversas razões.

Para atingir esse propósito, é essencial direcionar os currículos em direção às metas mencionadas, superando os requisitos mínimos convencionais que muitas vezes são considerados uma abordagem paliativa ou secundária à educação, destinados a indivíduos socialmente aceitáveis. Isso exige uma atenção especial aos processos de avaliação, que historicamente têm sido usados de forma eficaz para excluir crianças de classes populares do acesso a uma educação de qualidade.

A psicologia, como um dos fundamentos do processo educacional, deve fomentar o reconhecimento do educador/professor como protagonista do ambiente educativo. Isso implica em reformulações substanciais nas políticas educacionais e na formação desses profissionais essenciais.

No contexto escolar, o trabalho do psicólogo deve ser embasado no domínio dos referenciais teóricos da psicologia que são pertinentes à educação, mediados por

um entendimento aprofundado das práticas pedagógicas e campos de conhecimento correlatos.

A verdadeira necessidade reside em abandonar a visão de professores e alunos como mero componentes em um sistema cujo foco é a transmissão de matérias como matemática, língua portuguesa e física. Em vez disso, é fundamental começar a enxergá-los como seres humanos com emoções e vulnerabilidades, capazes de influenciar consideravelmente sua realização pessoal e profissional na escola, assim como seu sucesso ao final do ano letivo.

> Tal entendimento justifica e justifica a preocupação em pensar e estimular o repensar das práticas pedagógicas instituídas como condição necessária para que essas práticas possam ser realizadas de forma mais ética, eficaz e eficiente, e cumpre a função de socialização. A importância da psicologia no processo de ensino-aprendizagem reside no reconhecimento de que a educação é um fenômeno realmente complexo e seu impacto no desenvolvimento humano obriga a globalidade e a diversidade das práticas educativas em sua área de atuação. consideram

> o ser humano imerso, pois a educação se desenvolve em múltiplos contextos nos quais as pessoas vivem e participam, definidos como ambientes educativos. (MINUTE PSICOLOGIA, 2020).

Mediante o exposto, destacamos a importância da compreensão nas práticas pedagógicas, o papel da psicologia no ensino e a necessidade de escolas educacionais que consideram a complexidade humana em diversos contextos, ressaltando o impacto da educação no desenvolvimento humano e enfatizando o papel vital da psicologia nesse processo.

Dessa forma, é essencial direcionar uma perspectiva humana para todas as atividades sociais, especialmente na área da educação, a fim de moldar indivíduos mais compassivos e habilitados a demonstrar empatia diante de crises globais, como a atual pandemia.

Ensino-aprendizagem no pós-pandemia

Frente a um cenário no qual o progresso do conhecimento e da aprendizagem depende exclusivamente da cibernética e da internet, devido ao isolamento social obrigatório, é possível afirmar que nos deparamos com uma oportunidade extraordinária graças à pandemia, que acelerou um processo preexistente de convergência entre tecnologia e educação (Casatti, 2020).

A autora acrescenta:

> Todas as iniciativas de ensino a distância implantadas durante a luta contra o Covid-19 podem ser sementes para a tão necessária transformação digital e cultural em sala de aula, usando práticas pedagógicas inovadoras, como ensino combinado e metodologias ativas com inteligência A educação reúne tecnologias que potencializam a capacidade de aprender dos alunos e a capacidade de inovar dos professores. (CASATTI, 2020).

Em síntese, Nogueira (2020) comenta que na era pós-pandemia devemos pesquisar com mais intensidade as redes educacionais cibernéticas porque:

> a experiência atual com a educação a distância mostra que a política educacional deve considerar o ensino semipresencial como modalidade oferecida por todas as escolas. "Agora foi a pandemia, mas pode haver eventos climáticos e outros motivos que devem resultar no fechamento da escola. Além disso, o aprendizado combinado expande as experiências de aprendizado dos jovens, aproximando a educação do modo de vida atual com infusão de tecnologia. A escola precisa ser um ambiente mais contemporâneo. [...] Os alunos também devem conectar-se para serem elegíveis para o aprendizado. Agora devemos ampliar e fortalecer essa mensagem no Brasil. (NOGUEIRA, 2020).

Atualmente, até mesmo a capacidade de acesso à Internet é requisito da quinta competência da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que diz respeito à utilização

de tecnologias digitais de informação e comunicação, como meio o senso crítico dos alunos e educar e inspirar os professores sobre as ferramentas de busca digital disponíveis e os perigos associados ao uso das redes sociais.

> O papel do professor: uma nova forma de trabalhar com a eclosão da pandemia e o estabelecimento do isolamento social no país, os professores tiveram que mudar repentinamente sua didática e seu método de ensino. Nessa nova perspectiva, os papéis de professores e alunos não são limitados geograficamente por carteiras, quadros-negros e carteiras; os professores também são assolados por dúvidas e reflexões sobre seu trabalho pedagógico (RODRIGUES, 2020).

A essa mudança abrupta de cenário, limitações emocionais e estruturais e acesso à internet devem ser levados em conta, como já neste artigo comentados que representam um grande obstáculo para esses profissionais. Bisol (2020) aborda essa perspectiva ao enfatizar a precariedade das condições de muitos professores brasileiros

diante da pandemia do COVID-19.

> Os professores também estão estressados. Alguns não tiveram a oportunidade de trabalhar em rede e agora são obrigados a usar o WhatsApp para manter o conteúdo da aula. São abandonados quando mais precisam se reinventar. (BISOL, 2020).

Mais do que nunca, toda a população mundial – principalmente alunos e responsáveis – constata que os professores estão repensando a forma como os conteúdos são apresentados e o tempo que isso pode levar (Rodrigues, 2020), durante e após a pandemia.

É cabe agora ao professor rever sua própria prática pedagógica, reposicionar-se no papel de professor facilitador e não de agente único conhecer e repensar as práticas de avaliação (Rodrigues, 2020).

Segundo Casatti (2020), essa constatação e a preocupação com a perspectiva dos professores, bem como sua prática docente sobre o uso de tecnologias essenciais à

educação, são de suma importância.

> Há algo que promete unir a humanidade diante do Covid-19: a constatação de que aprender é essencial para nossa sobrevivência. Além das evidências científicas que dão esperança para a busca de uma vacina ou tratamento eficaz contra a doença, a suspensão do ensino presencial na maioria dos países do mundo destacou a importância de espaços para construção do conhecimento. (CASATTI, 2020)

E além da essencialidade dos espaços de conhecimento, há a conquista dos professores na construção de um ensino inclusivo e igualitário, inicialmente durante a quarentena e posteriormente em todas as relações educativas. De acordo com Kesley (2020), é importante destacar o papel do professor como o elo entre os assuntos discutidos em sala de aula e o aluno, tornando-os os principais agentes de implementação. Ele também destaca que os desafios diários enfrentados pelas escolas públicas podem ser uma oportunidade para aprender.

Complementar e um dos motivos dessa preciosidade das instituições de ensino é o papel do professor que, além de todas as limitações estruturais e pedagógicas que o prejudicam, deve buscar uma nova forma de transmitir a conhecimento do tipo não pessoal. Conforme Casatti (2020), o atual contexto decorrente da pandemia acarreta em modificações na rotina, resultando em um menor tempo de aula e maior carga de atividades, correções e desgaste, além de estabelecer uma nova temporalidade que exige respeito.

Vários teóricos desta pesquisa afirmam que não só muda a aparência e as atribuições dos professores, mas também a forma como os próprios professores enfrentam sua tarefa docente, atribuindo a essa tarefa diferentes objetivos e ferramentas, que eles vão além das próprias disciplinas e do conselho. Segundo Oliveira (2020), é possível afirmar que a aprendizagem pode ocorrer em diferentes espaços, incluindo a sala de aula, mas é importante considerar estratégias para romper com a ideia de que a aprendizagem só ocorre nesse ambiente.

Nessa mesma perspectiva, Rodrigues (2020) aponta para a crescente importância de saber dominar as tecnologias de comunicação, principalmente quando ser professor.

> O objetivo principal da formação de professores para uso pedagógico [...] não pode se limitar à área instrumental dos recursos tecnológicos. No entanto, este domínio é indispensável como primeiro passo. É preciso aprender a usar as ferramentas antes de usá-las para fins educacionais. (RODRIGUES, 2020).

Kesley (2020) também aponta que o papel do educador vai muito além de ensinar disciplinas isoladas. Pelo contrário: a sua atuação deve estar no combate ao abandono escolar precoce, na garantia de uma aprendizagem crítica amiga, na percepção das peculiaridades individuais e na escolha da melhor forma de lidar com elas, na comunicação adequada com os pais e responsáveis, que são parte importante da trajetória de aprendizagem, estão entre as

muitas atribuições desses profissionais.

E tudo isso em um cenário desconstruído por uma crise pandêmica obriga os professores a alguns estão buscando novas formas de lidar com todos esses problemas essenciais, assim como muitos estão tentando superar as dúvidas e medos que naturalmente afligem as pessoas em uma crise de saúde de tais proporções.

Por fim, Nogueira (2020) enfatiza o quão fundamental é essa nova forma de pensar - e como programá-la nas escolas – hoje quando diz:

> Precisamos trazer a inovação para as escolas secundárias por meio de treinamento de professores. [...] Uma educação que vise uma educação transformadora que envolva a comunidade e os alunos com os aspectos sociais, econômicos da violência, toda essa complexidade que as disciplinas sozinhas não podem proporcionar. Formação que permite sair da lógica das notas, disciplinas e 50 minutos de curso. Treinamentos que usam os métodos necessários para empoderar as pessoas a desenvolverem suas estratégias e impulsionarem suas mu-

> danças, trazendo para a comunidade coisas que valem aprender para aquela comunidade, que ajudam a entender o que essa comunidade precisa e construir as soluções para isso. (NOGUEIRA. 2020)

Assim sendo, o treinamento de professores como uma forma de trazer inovação para as escolas secundárias é um passo crucial para alcançar uma educação transformadora e impactante. Ao envolver os educadores nesse processo, podemos ampliar suas habilidades e conhecimentos, capacitando-os a promover uma educação transformadora que envolva a comunidade e os alunos nos aspectos sociais e psicológicos relevantes.

Capítulo 2

MARCO METODOLÓGICO



No cenário sem precedentes da pandemia do COVID-19, a educação pública emergiu como um dos setores mais impactados pelas transformações abruptas que varreram o mundo. Este estudo tem como foco a análise aprofundada dos desafios e implicações que a pandemia impôs ao processo de ensino-aprendizagem no contexto da educação pública. O objetivo geral desta tese é lançar luz sobre a complexa interação entre a crise de saúde global e os sistemas educacionais públicos, examinando tanto as dificuldades enfrentadas quanto as diretrizes adotadas. Para alcançar tal propósito, delineamos objetivos específicos que englobam desde a investigação dos impactos da pandemia na educação pública até a proposição de estratégias concretas para aprimorar esse setor no cenário pós-pandêmico. Por meio da averiguação do impacto nos âmbitos educacionais, da descrição dos desafios vivenciados por professores e alunos, da avaliação das políticas públicas implementadas, da comparação de métodos de ensino a distância e da proposição de estratégias de melhoria, este estudo visa contribuir significativamente para a compreensão

abrangente dos desafios educacionais que moldaram uma era tumultuada.

Delineamento da pesquisa

O objetivo deste estudo consistiu em realizar uma análise abrangente dos desafios e das orientações relacionadas à pandemia do COVID-19 no contexto da educação pública. A pesquisa desenvolveu uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos. Quanto à sua natureza, a pesquisa foi tanto descritiva quanto exploratória, sendo conduzida em duas escolas de ensino médio localizadas no Município de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil.Parte superior do formulário

Bom Jesus da Lapa, situado no interior do estado da Bahia, nordeste do Brasil, é um município de destaque. Localizado a uma distância aproximada de 778 quilômetros a oeste da capital estadual, Salvador, e cerca de 675 milhas a leste da capital federal, Brasília, este abrange uma área de aproximadamente 4.115,524 km². Segundo dados do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo demográfico de 2022, a população atingiu a marca de 66.550 habitantes, consolidando-se como o trigésimo município mais populoso do estado e o principal da sua microrregião.

Com as primeiras incursões na região ainda no século XVI, a cidade de Bom Jesus da Lapa desenvolveu-se em torno de uma gruta que está situada em um dos morros que compõem o município. Após o artista plástico português Francisco de Mendonça Mar ter adotado o estilo de vida monástico na área, viajantes e peregrinos vieram a frequentar a fazenda Morro, que posteriormente deu origem ao município, para participar de procissões e encontrar refúgio. Uma notoriedade significativa da cidade está intrinsecamente ligada ao turismo religioso, uma vez que Bom Jesus da Lapa abriga uma das mais relevantes peregrinações do Brasil.

Localizada na transição entre os biomas do cerrado e a caatinga, sob um clima semiárido caracterizado por temperaturas elevadas, Bom Jesus da Lapa é

agraciada pelas águas do majestoso Rio São Francisco. A sede do município possui uma temperatura média anual de 25,4 graus centígrados. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de acordo com os dados de 2010, o município registra um índice 0,633, classificado como médio pela Organização das Nações Unidas (ONU). O município é atendido pelas rodovias federais BR-349 e BR-430, além das estaduais BA-160 e BA-161. Também conta com um aeroporto de porte regional.

Bom Jesus da Lapa, popularmente conhecida como a Capital Baiana da Fé, é o epicentro da segunda maior celebração religiosa católica do Brasil: a majestosa procissão ou romaria do Bom Jesus. Este grandioso evento ocorre durante o mês de agosto e atrai multidões, o que lhe conferiu o merecido título de "Capital Baiana da Fé". Além da renomada festa dedicada ao Bom Jesus, a cidade também abriga outra significativa celebração religiosa em honra a Nossa Senhora da Soledade, que é reverenciada no dia 15 de setembro.

As atividades econômicas da cidade são:

agricultura, comércio, turismo e pesca. Desde 2017, foi instalado em Bom Jesus da Lapa o primeiro projeto solar da Enel Green Power. O maior parque solar fotovoltaico da América Latina foi inaugurado na Bahia. Com capacidade instalada total de 158 MW, foram inauguradas oficialmente nesta quinta-feira (28), pela italiana Enel Green Power. A saber, o complexo possui duas usinas, sendo a de Bom Jesus da Lapa (80 MW) e Lapa (78 MW). Surpreendentemente, o empreendimento conta com mais de 500 mil painéis solares.

O fator "educação" do IDH no município atingiu em 2010 a marca de 0,633, ao passo que a taxa de alfabetização da população acima dos dez anos indicada pelo último censo demográfico do mesmo ano foi de 82,3% (81,3% para os homens e 83,4% para as mulheres). As taxas de conclusão dos ensinos fundamental (15 a 17 anos) e médio (18 a 24 anos) era de 39,8% e 35,1%, respectivamente, e o percentual de alfabetização da população entre 15 e 24 anos de 95,7%.

Em 2021, o IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) foi de 4,9 e do ensino

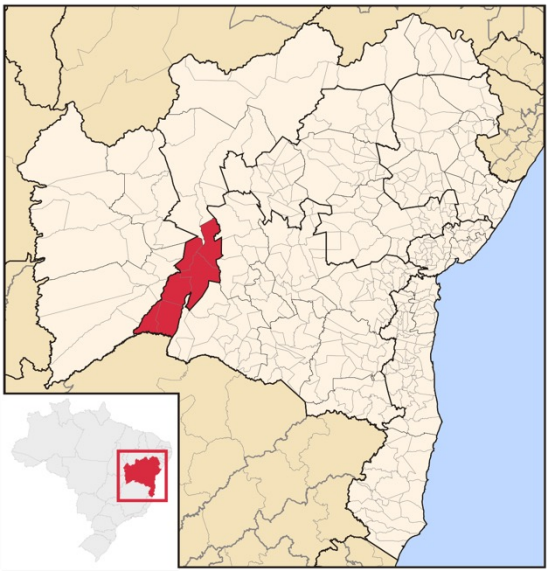
fundamental (Rede pública) final 4,6, matrículas do ensino fundamental 11. 051 e do ensino médio 5.268, número de docentes do ensino fundamental 504 e do ensino médio 202, número de estabelecimento de ensino fundamental 55 e ensino médio 9.

Bom Jesus da Lapa dispõe de alguns campi de universidades públicas, como Universidade do Estado da Bahia (UNEB); a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB); o Instituto Federal Baiano (IF Baiano). O município também dispõe de algumas universidades privadas de ensino à distância como a Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR), Universidade Aberta do Brasil, Universidade Paulista (UNIP), entre outras.

Com o propósito de averiguar os efeitos da pandemia do COVID-19 na educação pública; descrever os desafios enfrentados pelos professores e alunos da educação pública durante a pandemia; avaliar a evolução das políticas públicas implementadas para mitigar os impactos da pandemia na educação pública; comparar as abordagens de ensino à distância e as políticas públicas no acesso à internet

e equipamentos para o estudo remoto e propor estratégias para a melhoria da educação pública no contexto pós-pandemia do COVID-19, que a pesquisadora empreendeu este estudo. A decisão de abordar este tema foi amplamente motivada, em grande parte, pela experiência profissional da pesquisadora como professora da Rede Pública de Ensino, atuando com o componente curricular Matemática e suas Tecnologias no Ensino Médio nos colégios em voga, desde 2010. Isso a mantem profundamente inserida no contexto educacional e envolvida com os desafios e implicações da pandemia do COVID-19 no município de Bom Jesus da Lapa, Bahia – Brasil.

Figura 6 – Localização de Bom Jesus da Lapa (Bahia)



Fonte: Ficheiro: Bahia Micro BomJesusdaLapa.svg

1 - Participantes

- Professores
- Alunos
- Pais e responsáveis
- Gestores escolares
- Técnicos e Profissionais de Educação
- Autoridades Educacionais

2 - Unidade de Análise

- Estratégias de Ensino à Distância
- Impacto no aprendizado
- Desafios e barreiras
- Tomada de decisões
- Resiliência e inovação

Metodologia, método, período da pesquisa, objeto de estudo

A efetivação do ensino à distância e o uso de metodologias ativas têm se tornado temas cruciais na educação, especialmente à luz das transformações aceleradas ocorridas devido à pandemia do COVID-19. O ensino remoto refere-se à entrega de instrução e aprendizado por meio de dispositivos eletrônicos, como computadores, tablets e smartphones, utilizando recursos da internet. Esse modelo de ensino tem sido amplamente adotado para garantir a continuidade das atividades educacionais, especialmente

em situações de emergência, como a pandemia.

Apesar das vantagens da efetivação do ensino à distância, como: acessibilidade, flexibilidade, variedade de recursos digitais e globalização, essa modalidade de ensino também apresenta desafios, como a necessidade de infraestrutura de qualidade, acesso à internet para todos os alunos e a adaptação dos professores às novas tecnologias.

Atrelado ao modelo de ensino à distância é interessante a adoção de metodologias ativas. As metodologias ativas são abordagens pedagógicas que colocam o estudante no centro do processo de aprendizagem. Em vez de simplesmente receber informações passivamente, os alunos são incentivados a participar ativamente, questionar, colaborar e aplicar o conhecimento de maneira prática.

Ao analisar as contribuições de diversos acadêmicos ao longo da pesquisa sobre a eficácia do ensino remoto e o uso de metodologias ativas, torna-se evidente que essas são tendências cruciais na educação contemporânea. Além disso, como já discutido anteriormente, há um consenso crescente de que a integração desses dois

elementos pode proporcionar experiências de aprendizagem mais envolventes e eficazes. Isso não apenas beneficia os alunos, permitindo-lhes desenvolver habilidades essenciais para o século XXI, como pensamento crítico, resolução de problemas e colaboração, mas também traz vantagens significativas para os educadores e para o sistema educacional como um todo.

O trabalho de campo se propõe a realizar uma pesquisa entre os alunos, professores e gestores dos Colégios Estadual São Vicente de Paulo e Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, ambos pertencentes à rede pública o curso de Ensino Médio, no município de Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia, Brasil. O objetivo principal é analisar os desafios e diretrizes relacionados à pandemia do COVID-19 no contexto da educação pública.

Ao definir os objetivos desta pesquisa, buscou-se analisar de que forma a pandemia do COVID-19 afetou a educação pública. Isso incluiu a investigação dos desafios enfrentados por professores e alunos durante esse período, a avaliação das políticas públicas adotadas para atenuar os

impactos da pandemia na educação pública, a comparação entre métodos de ensino à distância e políticas de acesso à internet e equipamentos para o estudo remoto, bem como a proposição de estratégias para aprimorar a qualidade da educação pública no cenário pós-pandemia do COVID-19.

A metodologia empregada nesta pesquisa compreende uma explicação minuciosa, específica e rigorosa de todas as etapas da investigação. Isso incluiu a descrição dos métodos utilizados, dos materiais empregados, a definição da amostra ou universo de estudo, dos procedimentos de coleta de dados e da abordagem empregada para analisar os indicadores obtidos. Essa abordagem metodológica buscou fornecer uma compreensão abrangente de como a pesquisa foi realizada e como os resultados foram obtidos.

Portanto, a pesquisa conduzida com os alunos, professores e gestores das escolas supracitadas, mencionou riquezas em nossa compreensão dos desafios e implicações da pandemia do COVID-19 no contexto da educação pública. Isso foi possível ao comparar o que a teoria propõe com o que de fato acontece na prática.

Para entender o impacto direto da pandemia do COVID-19 no processo de ensino-aprendizagem da educação pública, foi conduzida uma pesquisa mista em dois colégios da Rede Pública de Ensino Médio na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia. Esta pesquisa buscou envolver um número representativo de alunos, professores e equipe gestora, com o objetivo de garantir a confiabilidade dos resultados.

O trabalho de campo para esta pesquisa, é feito pela aplicação de questionários e entrevistas, coletados por e-mail e WhatsApp, aconteceu em dois momentos distintos. O primeiro, teve início em 20 de junho e se estendeu a 20 de julho de 2021 e o segundo, ocorreu entre 15 de outubro a 15 de novembro mesmo ano. A análise dos dados coletados foi realizada logo após o término do trabalho de campo, com previsão de conclusão até dezembro de 2021. Durante esse período, a equipe de pesquisa esteve coletando informações planejadas e relevantes para o estudo, incluindo entrevistas, observações e análise de documentos. A análise minuciosa dos dados é fundamental para extrair insights significativos

e responder às questões de pesquisa de forma abrangente. Além disso, a equipe se compromete em garantir a precisão e a confiabilidade dos resultados, seguindo protocolos metodológicos específicos. Uma vez concluída a análise dos dados, os resultados serão compilados e organizados em um relatório final, que será apresentado para revisão e publicação, contribuindo assim para o avanço do conhecimento na área de estudo.

Estratégias metodológicas

A realização de uma investigação para analisar um acontecimento implica na busca por declarações observáveis que possam lançar luz sobre as causas subjacentes desse evento. O processo investigativo tem início quando surge a necessidade de esclarecer hipóteses e consiste na análise minuciosa dos sinais apresentados em um contexto ou situação específica. Mediante esta análise, surgem questões alusivas à compreensão dos possíveis significados que ofereçam a explicação mais viável para o desenvolvimento

da investigação em questão. Portanto, em essência, realizar uma pesquisa envolve a busca por respostas para questões preexistentes.

Nesta pesquisa em questão, optamos por realizar um estudo de natureza descritiva e exploratória. De acordo com as palavras de Gil (2019, p. 27), "as pesquisas exploratórias têm como objetivo principal desenvolver, elucidativo e conceitos e melhorias e ideias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses investigáveis para estudos subsequentes". Entre os diversos tipos de pesquisas disponíveis, estas se destacam pela sua notável flexibilidade no planejamento, frequentemente englobando atividades como revisões bibliográficas e análise documental, condução de entrevistas não estruturadas e a realização de estudos de caso.

A partir da análise da literatura apresentada por esses autores, podemos inferir que o método de investigação em questão se alinha perfeitamente com o trabalho em andamento. Isso ocorre porque as pesquisas descritivas não apenas seguem os parâmetros sugeridos, mas também

têm como objetivo estudar as características de um grupo específico. No contexto do estudo exploratório em foco, buscamos obter a percepção dos estudantes e professores por meio de entrevistas semiestruturadas. O objetivo era entender o impacto da pandemia do COVID-19 na educação pública e, assim, contribuir para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem.

As pesquisas exploratórias são conduzidas com o propósito de fornecer uma visão ampla e aproximada de um evento específico. Essas pesquisas são particularmente úteis quando o tópico escolhido é pouco explorado e torna-se necessário formular hipóteses específicas e desenvolver instrumentos de pesquisa adequados para ele.

Muitas vezes, as pesquisas exploratórias estabelecem o ponto de partida para uma investigação mais abrangente. Quando o tema em questão é amplamente abordado, torna-se necessário aprimorar sua explicação e delimitação, o que exige uma revisão da literatura, diálogo com outros autores e a aplicação de diversas estratégias. Esse processo culmina na formulação de um problema mais

nítido, que pode ser investigado por meio de métodos mais estruturados, como destacado por Gil (2019, p. 28).

> "As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados".

As pesquisas exploratórias são conduzidas com o propósito de fornecer uma visão ampla e aproximada de um evento específico. Essas pesquisas são particularmente úteis quando o tópico escolhido é pouco explorado e torna-se necessário formular hipóteses específicas e desenvolver instrumentos de pesquisa adequados para ele.

Conforme os objetivos previamente delineados, buscamos estabelecer uma linha de pesquisa que visa analisar os desafios e diretrizes da pandemia do COVID-19

na educação pública, bem como, descrever os desafios enfrentados pelos professores e alunos da educação pública durante essa crise. Tendo em vista que o problema desta pesquisa se refere a "Como a pandemia do COVID-19 impactou a educação pública, revelando desafios e implicações significativas e quais estratégias podem ser desenvolvidas para mitigar esses efeitos negativos?", apresentamos as seguintes hipóteses:

1. A pandemia do COVID-19 ampliou as desigualdades na educação pública, especialmente entre alunos de diferentes níveis socioeconômicos, revelando a necessidade de estratégias específicas de inclusão digital e apoio pedagógico para grupos vulneráveis.
2. A transição para o ensino remoto durante a pandemia do COVID-19 teve um impacto significativo na saúde mental e no bem-estar dos estudantes, levando à necessidade de estratégias de apoio emocional para eles, bem

como ao desenvolvimento profissional dos professores nas escolas públicas.

3. A pandemia do COVID-19 acelerou a adoção de tecnologias educacionais e modelos de ensino híbridos, desencadeando uma transformação profunda no sistema educacional público, e a pesquisa pode identificar as melhores práticas e estratégias para otimizar essa transformação e garantir uma educação de qualidade no pós-pandemia.

As estratégias metodológicas criadas para atender aos objetivos da pesquisa incluem averiguar o impacto da pandemia do COVID-19 na educação pública; descrever os desafios enfrentados pelos professores e alunos da educação pública durante a pandemia do COVID-19; avaliar a evolução das políticas públicas implementadas para mitigar os impactos da pandemia do COVID-19 na educação pública; comparar os métodos de ensino a distância e as políticas públicas no acesso à internet e equipamentos

para o estudo remoto; além de propor estratégias para a melhoria da educação pública no contexto pós-pandemia do COVID-19.

População, universo, amostra, amostragem, a natureza da pesquisa

A pesquisa teve como população os alunos, professores e equipe gestora do Colégio Estadual São Vicente de Paulo e Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, localizados à Av. Agnaldo Góes, S/N – Bairro São João – Bom Jesus da Lapa, BA - Brasil, 47.600-000. Os referidos colégios oferecem Ensino Médio nas modalidades de ensino Regular, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e PROEI (Programa de Ensino Integrado) e funcionam nos turnos matutino, vespertino e noturno.

A escolha do local para a pesquisa se deve ao fato da pesquisadora trabalhar como professora em uma das escolas envolvidas. Em 2021, ambas as instituições compartilharam o mesmo prédio antes de se fundirem no

ano seguinte, conforme o Programa de Reordenação da Rede Educacional do Estado da Bahia. A unificação das escolas ocorreu por razões políticas e, devido ao fato do Colégio Estadual São Vicente de Paulo ter sido o pioneiro na oferta do Ensino Médio no município de Bom Jesus da Lapa, o seu nome prevaleceu para endereço do novo colégio; ressaltando que ambas escolas são renomadas por prestarem um trabalho de excelência.

As duas escolas tinham matriculados juntas, 2080 (dois mil e oitenta) alunos no ano 2021, as mesmas têm como objetivo, oferecer uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva que prepare os alunos para o sucesso em todos os aspectos. Uma escola de médio porte e estrutura ampla com laboratório de informática insuficiente, salas de reuniões pequenas, sala de professores, secretaria, diretoria, salas de estudos, laboratório insuficiente, biblioteca, refeitório, um auditório amplo, salas de aula sem ventilação adequada e conexão com à internet insuficiente. A comunidade que ali estuda é formada em sua maioria por alunos carentes, que residem em bairros periféricos, assentamentos,

comunidades quilombolas, zona rural, provenientes de Distritos e oriundos de escolas públicas.

O primeiro passo para a pesquisa foi dado no dia 5 de maio de 2021, quando a pesquisadora apresentou a carta de solicitação de acolhimento para pesquisa de campo, às gestoras dos colégios em estudo, sendo esta de pronto concedida. Na ocasião, a diretora de um dos colégios se encontrava afastada por motivo de saúde, o que implicou na autorização dada pela sua substituta; uma das vice-diretoras.

Logo após a apresentação, delineou-se um plano de ação com o propósito de elucidar os detalhes do estudo, abordar a estrutura e os objetivos da pesquisa, estabelecer a dinâmica dos encontros, identificar o público-alvo, definir o cronograma para entrevistas e questionários, especificar as datas e prazos, além de esclarecer o procedimento para o preenchimento de documentos na Plataforma Anísio Teixeira. Durante esse processo, também foram destacadas as possíveis contribuições desta pesquisa para o mapeamento dos desafios e implicações enfrentados pelos estudantes e

professores no contexto da pandemia de COVID-19.

O objetivo principal deste estudo é estabelecer uma abordagem mais aprofundada da problemática discutida, com a intenção de torná-la mais explícita. O trabalho se caracteriza como uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, adotando a forma de uma revisão bibliográfica. Além disso, serão realizadas entrevistas com estudantes, professores e gestores, bem como a aplicação de questionários e a realização de entrevistas com secretários. Isso permitirá a obtenção de uma perspectiva comparativa que analisará a interação desses atores que desempenham papéis fundamentais no contexto do ensino-aprendizagem da escola pública.

Essa modalidade de pesquisa busca, primordialmente, traçar um retrato das características de determinadas populações, podendo também ser utilizada para identificar possíveis correlações entre variáveis. Dentre as pesquisas descritivas, destacam-se aquelas que têm como meta examinar as características de um grupo, como sua distribuição por idade, sexo, origem, nível

educacional, estado de saúde física e mental, entre outros fatores. Outros exemplos de pesquisas descritivas incluem aquelas que se dedicam a avaliar o grau de atendimento por parte de órgãos públicos em uma comunidade, bem como as condições de moradia de seus habitantes. Englobam-se nesse grupo as pesquisas que buscam levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população, com o objetivo de descobrir possíveis associações entre variáveis (GIL, 2010).

O propósito subjacente à pesquisa exploratória reside em adquirir conhecimento acerca de um tema que ainda é pouco explorado e compreendido, focando-se em desvendar as características de uma determinada amostra. Esta abordagem se baseia fortemente na revisão bibliográfica (GIL, 2019).

As pesquisas exploratórias geralmente marcam o início do processo de pesquisa e, frequentemente, precedem pesquisas explicativas. Elas se dedicam a descrever a situação em questão e a identificar as relações entre seus elementos. Apesar da margem de erro ser um fator relevante a considerar, não se pode subestimar a valiosa contribuição

da pesquisa exploratória, especialmente devido à sua aplicação prática (GIL, 2019).

A pesquisa adota uma abordagem mista que busca a integração de elementos quantitativos e qualitativos em um único estudo. A abordagem quantitativa é evidente na pesquisa devido à aplicação de questionários, tanto abertos quanto fechados, num total de 793 participantes, incluindo 751 alunos, 34 professores, 6 gestores e 2 secretárias. Vale ressaltar que 286 alunos optaram por não responder e desistiram da pesquisa, resultando em um conjunto de dados final com 471 participantes. Além disso, a pesquisa possui um componente qualitativo, visto que, dos 793 inicialmente selecionados para participar de entrevistas e questionários, apenas 286 escolheram não participaram das entrevistas semiestruturadas.

Esta abordagem de pesquisa desempenha um papel crucial, uma vez que possibilita a familiarização com fenômenos que podem ser relativamente desconhecidos, ao mesmo tempo em que oferece um ponto de partida para a coleta de informações destinadas a pesquisas mais

aprofundadas e específicas. Além disso, ela auxilia na identificação de possíveis problemas, conceitos ou variáveis que podem ser investigados em pesquisas futuras. O objetivo é fornecer uma compreensão abrangente do objeto de pesquisa, permitindo que as análises e conclusões conjuntas ofereçam uma visão completa. Dessa forma, busque aproveitar o melhor de cada abordagem para mitigar suas próprias limitações.

> [...] a complexidade dos nossos problemas de pesquisa requer respostas que estão além de simples números em um sentido quantitativo ou de palavras em um sentido qualitativo. Uma combinação das duas formas de dados proporciona a análise mais completa dos problemas (CRESWELL; CLARK, 2013, p. 34).

De acordo com Creswell e Clark (2013), o desenho de pesquisa ocorre erroneamente quando o pesquisador coleta dados quantitativos e qualitativos simultaneamente, atribuindo igual importância a ambos os métodos.

Posteriormente, esses dados são analisados de forma separada, e os resultados são posteriormente integrados com o propósito de obter uma interpretação abrangente. Essa interpretação envolve uma avaliação da convergência, divergência e complementaridade dos resultados, a fim de alcançar uma compreensão profunda e fornecer uma resposta eficaz ao problema em questão.

Segundo Sampieri, Collado e Lúcio (2013, p. 559-560):

> Na maioria dos estudos mistos realizamos uma revisão exaustiva e completa da literatura apropriada para a formulação do problema, da mesma forma que é feito com pesquisas quantitativas e qualitativas. É necessário incluir referências quantitativas, qualitativas e mistas.

Além da revisão abrangente da literatura e da construção de um alicerce teórico sólido, é imperativo compreender o aspecto da "teorização" no sentido de determinar se o estudo é fundamentado em uma perspectiva

teórica consolidada. Como ressalta Creswell (2010, p. 51), "A revisão da literatura afeta múltiplos papéis, compartilhando com o leitor os resultados de estudos anteriores estreitamente relacionados ao atual em andamento."

Critérios de inclusão

Os critérios de inclusão abrangem um grupo diversificado de participantes, compreendendo os seguintes indivíduos: alunos regularmente matriculados no ensino médio durante o ano de 2021, incluindo aqueles que frequentam as turmas da primeira à terceira série, seja no contexto do ensino médio regular, da Educação de Jovens e Adultos ou do Programa de Ensino Integral. Além disso, a seleção engloba os gestores, professores e duas secretárias de dois colégios pertencentes à Rede Pública de Ensino. Esses participantes podem estar envolvidos em suas atividades acadêmicas ou profissionais nos turnos matutino, vespertino ou noturno, refletindo a amplitude da comunidade escolar envolvida neste processo de pesquisa.

Critérios de exclusão

Os critérios de exclusão são diversos motivos que podem ter impossibilitado muitos alunos das escolas públicas de participarem da pesquisa, tais como: falta de acesso à internet e dispositivos adequados, muitos alunos em áreas rurais ou de baixa renda não têm acesso satisfatório à internet; recursos tecnológicos limitados e falta de conhecimento tecnológico, mesmo quando há dispositivos disponíveis, eles podem ser antigos ou não ter capacidade suficiente para manipular aplicativos e plataformas online; barreiras linguísticas e culturais; necessidades especiais; desigualdade socioeconômica; falta de suporte familiar; problemas de saúde mental, dentre outros.

Com a finalidade de identificar os fatores que podem criar disparidades significativas no acesso à educação e no desempenho acadêmico entre os alunos das escolas públicas durante o ensino remoto, as dificuldades, os desafios e as implicações da pandemia do COVID-19,

tem-se a necessidade de realizar uma análise abrangente e aprofundada. Essa análise deve considerar diversos elementos, como a disponibilidade de recursos tecnológicos e conexão à internet nas residências dos alunos, o nível socioeconômico das famílias, o suporte educacional oferecido pelos pais ou responsáveis, as condições de saúde mental dos estudantes, e a capacitação dos professores para o ensino remoto e pós-crise. Além disso, é fundamental examinar as políticas governamentais e as estratégias adotadas pelas escolas para mitigar as disparidades e garantir um ambiente de aprendizagem mais solidário e acolhedor.

O tema "Educação Pública no Contexto da Pandemia da COVID-19: desafios e implicações no ensino-aprendizagem" foi escolhido com base na experiência profissional da pesquisadora que atua como professora da rede pública de ensino e está profundamente envolvida nos processos educacionais, dedicando-se à formação integral dos seus alunos.

Critérios éticos da pesquisa

Esta pesquisa foi conduzida com a devida autorização das gestoras dos estabelecimentos de ensino participantes, obtida por meio de uma solicitação formal de permissão para realizar pesquisa de campo no âmbito de um programa de pós-graduação stricto sensu (doutorado). Essa solicitação foi encaminhada pelo Coordenador Acadêmico da Instituição responsável pelo programa de Doutorado em Ciências da Educação.

Os participantes das duas escolas que colaboraram com este estudo foram plenamente informados sobre a pesquisa, seus fundamentos e os princípios éticos que regem a pesquisa científica. Ao aderirem a esses princípios éticos, a pesquisadora não apenas garante a credibilidade de seu trabalho, mas também contribui para o avanço do conhecimento de forma ética e responsável. Portanto, a pesquisa realizada no ambiente de trabalho foi pautada por sólidos princípios éticos, visando assegurar a qualidade e a integridade do processo de investigação.

Todos os dados primários utilizados nesta pesquisa foram coletados e empregados estritamente para atender aos seus objetivos específicos. As informações coletadas foram apresentadas de maneira agregada, sem expor ou prejudicar de forma alguma as pessoas envolvidas, especialmente no que se refere à divulgação de nomes dos participantes. Cabe ressaltar que os dados estão sob a custódia da pesquisadora, com a garantia de sigilo e confidencialidade rigorosamente mantida.

A pesquisa quanto ao problema

A pesquisa apresenta uma abordagem de natureza qualitativa e quantitativa, representando dois métodos distintos de pesquisa utilizados em diversas disciplinas acadêmicas. A abordagem qualitativa concentra-se na compreensão profunda e contextual de fenômenos, por meio da coleta e análise de dados não numéricos, como entrevistas, observações e análise de conteúdo textual. De acordo com Sampieri, Collado e Lúcio (2013, p.

33), “o enfoque qualitativo utiliza a coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aprimorar perguntas de pesquisa no processo de interpretação”. Essa abordagem busca explorar significados, perspectivas e contextos, frequentemente resultando em descrições ricas e insights detalhados.

Por outro lado, a abordagem quantitativa baseia-se na coleta e análise de dados numéricos, com o objetivo de medir relações entre variáveis, estabelecer padrões e testar hipóteses de forma sistemática, empregando métodos estatísticos. Segundo Sampieri, Collado e Lúcio (2013, p. 30), “o enfoque quantitativo utiliza a coleta de dados para testar hipóteses na medição numérica e na análise estatística para estabelecer padrões e comprovar teorias”. Essas abordagens são frequentemente complementares, permitindo aos pesquisadores abordar questões de pesquisa de maneiras diferentes e enriquecer a compreensão de um fenômeno sob diferentes perspectivas.

A pesquisa quanto aos objetivos

A pesquisa, em relação aos seus objetivos, adota uma abordagem descritiva e exploratória. De acordo com Gil (2019), a pesquisa descritiva tem como finalidade analisar as características de uma população ou fenômeno específico, além de estabelecer relações entre variáveis. Para atingir esse propósito, são utilizadas técnicas de coleta de dados padronizadas, como questionários e observações, o que a caracteriza como uma pesquisa de levantamento. Por outro lado, a pesquisa exploratória é uma metodologia que frequentemente envolve revisão bibliográfica, entrevistas com indivíduos que possuem experiência prática relacionada ao problema em estudo e análise de exemplos que auxiliam na compreensão do tema.

A amostra consiste em 793 participantes, incluindo alunos, gestores, professores e secretárias de dois colégios de ensino médio da Rede de Ensino Público. Para a coleta de dados da amostra, a pesquisadora aplicará entrevistas e questionários por meio das plataformas Google Forms e

WhatsApp.

A pesquisa quanto aos procedimentos técnicos

Em relação aos métodos de coleta de dados, foram utilizados dois questionários online, enviados em dois momentos específicos aos alunos, por meio da plataforma Google Forms. O primeiro questionário consistia em 13 (treze) perguntas de resposta fechada, enquanto o segundo contava com 8 (oito) questões abertas semiestruturadas. Conforme a definição de Oliveira (2004), um questionário é uma "série ordenada de perguntas relacionadas a um tema central, respondidas sem a presença do entrevistador". Para os gestores e professores, também foram enviados dois questionários separadamente, utilizando a mesma plataforma Google Forms, cada um composto por 8 (oito) perguntas. Além disso, realizaram-se duas entrevistas via WhatsApp com as secretárias.

Técnica de coleta dos dados

A pesquisadora realizou entrevistas estruturadas pelo WhatsApp com as secretárias das duas escolas para obter o número de professores, alunos por turma, informações demográficas dos alunos, informações de contato e requisitos específicos da secretaria para o ano letivo de 2021. Dado que esta pesquisa se configura como um estudo qualitativo exploratório, com o uso de dados qualitativos e quantitativos, foram elaborados dois questionários online (Microsoft Forms) para serem aplicados a todos os alunos, professores, coordenadores e gestores dos dois colégios, cadastrados no e-mail @enova.educacao.ba.gov.br, conforme formatado pela SEC do Estado da Bahia, com o objetivo de compreender a percepção destes indivíduos em relação ao ensino-aprendizagem, no ensino remoto, imposto pela pandemia do Covid-19.

Em seguida, foi enviado um questionário online a 1.493 alunos, 34 professores, do ensino médio, com o objetivo de conhecer a sua opinião sobre o ensino remoto

em consequência da pandemia do Covid-19. Além dos questionários online enviados aos alunos, também foram enviados questionários a 1 (uma) diretora, 1 (uma) vice-diretora, 2 (duas) coordenadoras e 1 (um) articulador de área, contendo questionamentos acerca do ensino-aprendizagem no contexto da pandemia do COVID-19, seus desafios e implicações. A estrutura do modelo metodológico englobou a criação dos dados censitários, sua alocação, e a importância da realização de testes estatísticos para avaliar a validade dos resultados. No entanto, durante o processo, algumas respostas não foram devolvidas, preparando-se assim para o processo de amostragem de retenção.

Portanto, foram incluídos no estudo 751 alunos 1 diretora, 1 vice-diretora, 2 secretárias, 2 coordenadoras, 1 articulador de área e 34 professores de dois colégios públicos de Ensino Médio da periferia da cidade de Bom Jesus da Lapa, Oeste da Bahia, cadastrados no Google CIassroom para participar das aulas a distância, ou seja, Ensino Remoto. O quantitativo acima citado corresponde a 50,3% dos alunos matriculados e 36% dos ativados, 100%

dos gestores, 50% dos professores, 100% dos secretários, cadastrados na Plataforma Anísio Teixeira na conta do e-maiI "@enova.educacao.ba.gov.br". Os colégios são nomeados aqui como Escola X e Escola Y.

Para cadastrar os gestores e os professores no Google CIassroom, foi feito um apanhado nos grupos de WhatsApp dos colégios. Para cadastrar os alunos e aplicar o questionário, a pesquisadora teve a colaboração de alguns colegas que cederam os e-mails e contato no Google CIassroom, bem como em grupos de WhatsApp das turmas. A pesquisa de campo aconteceu em dois momentos específicos. O primeiro no período de 20 de junho a 20 julho de 2021 e o segundo entre 15 de outubro a 15 de novembro do mesmo ano, através da técnica denominada de autoaplicação. Os questionários direcionados aos alunos foram compostos por questões abertas e fechadas, onde foram abordadas o consentimento para participar da pesquisa; o perfil, características e situação pessoal, familiar, social e econômica dos alunos; trabalhos de alunos, estudo e estágios; sugestões de aprendizagem e situações

práticas; e o contexto do colégio no período da pandemia. Os segmentos de professores e gestores responderam questionários fechados, em que foram abordadas questões alusivas à prática laboral no contexto da pandemia.

Para desenvolver esta Tese elegemos e avaliamos dados do perfil e características dos estudantes. Paralelamente, foram gerados dados a partir dos relatórios e registros da vice-diretora da Escola X e da diretora da Escola Y, bem como, das coordenadoras pedagógicas das Escolas X e Y, a respeito do processo de execução e implantação do ensino remoto na Rede Estadual. Os dados foram submetidos à análise estatística e textual (MORAES, 2003).

Na escola X, foram matriculados 980 alunos no ano de 2021 e todos foram cadastrados na conta do e-maiI "@enova.educacao.ba.gov.br" do Google CIassroom. Destes, posteriormente na concretização do Conselho de Classe do primeiro trimestre do ano de 2021, apenas 558 (56,9%) participavam das aulas a distância, e 422 (43,1%) encontravam-se em situação de abandono ou apenas

estudavam por meio de roteiros e atividades impressas. Dos 558 alunos ativos no sistema, 322 responderam ao questionário, o que representa 32,9% dos matriculados e 57,7% dos ativados.

Na escoIa Y, em 2021 tinha 1.100 alunos matriculados. Todos os alunos matriculados também foram cadastrados na conta de e-maiI "@enova.educacao.ba.gov.br" do Google CIassroom. Entretanto, somente 935 (85%) alunos já tinham acessado a plataforma, comprovando que 165 (15%) nunca interagiram, não procuraram o colégio para pegar o material impresso e foram excluídos do processo educacional de 2021. Há também 220 alunos (20%) dos matriculados que não participaram das atividades regularmente, embora já tivessem acessado a conta institucional pelo menos uma vez e outros 165 (15%) alunos dos matriculados que nunca interagiram na plataforma, a soma representa um índice de 35% dos alunos desamparados.

Dessa forma, 715 (65%) dos alunos matriculados foram convidados a participar da pesquisa. Mas, apenas

429 responderam ao questionário, o que corresponde a 60% dos ativados e 39% dos alunos matriculados.

Os colégios, por direção da Secretaria de Educação, puseram um sistema de Busca Ativa dos alunos em desamparo na intenção de reverter essa situação, porém várias dificuldades foram achadas, desde a inconsistência de números de telefones informados nos cadastros dos colégios até o caso de os responsáveis não atenderem aos telefonemas por distintas razões.

Quando atendiam às ligações, os relatos apresentavam justificativas referentes à dificuldade de acesso, principalmente os alunos da zona rural, à carência de recursos e equipamentos apropriados, a empecilhos particulares, à carência de alguns alunos trabalharem para auxiliar as famílias no período da epidemia e à presença de familiares adoentados ou em luto em decorrência da Covid-19.

Após a obtenção dos dados, os mesmos foram processados utilizando o software Microsoft Excel 2019. Em seguida, um especialista em estatística fez a tabulação

e interpretação, resultando na apresentação dos resultados por meio de gráficos, tabelas, quadros e figuras.

Capítulo 3

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS



Os resultados e as discussões estão subdivididos em duas partes: a primeira aborda o processo de implementação e os desafios do ensino remoto em dois colégios da Rede Pública de Ensino do Estado da Bahia, enquanto a segunda se concentra na percepção dos estudantes e professores em relação aos desafios e às implicações do ensino remoto no contexto da pandemia do COVID-19.

Abordagem educacional diante da pandemia do COVID-19

Devido à pandemia de COVID-19, as escolas no Brasil se viram obrigadas a interromper as aulas presenciais como parte dos esforços para conter a propagação do vírus. Para continuar a oferecer educação, estados e municípios em todo o país implementaram uma variedade de medidas em diferentes redes e níveis de ensino.

No período que compreende os meses de fevereiro a maio de 2021, foi conduzida uma pesquisa intitulada "Resposta Educacional à Pandemia de COVID-19 no

Brasil" com o propósito de avaliar os impactos educacionais resultantes da pandemia durante o ano letivo de 2020. O objetivo principal dessa pesquisa foi identificar as ações pedagógicas e de saúde adotadas pelas escolas brasileiras durante o período de suspensão das aulas presenciais, bem como eventuais ajustes nos calendários escolares. O levantamento foi conduzido por meio de um questionário suplementar que foi preenchido através do Sistema Educacenso, durante a segunda fase do Censo Escolar de 2020 (Brasil. Inep, 2021a).

Pelo Decreto n.º 55.1183, de 16 de março de 2020, foi decidida a suspensão das atividades presenciais na rede estadual de ensino em razão da pandemia causada pelo Covid-19. No início, as escolas eram orientadas pelos departamentos regionais de educação a criar planos de trabalho, definindo atividades a serem trabalhadas com os alunos em turmas organizadas.

Os professores precisam propor atividades em conjunto e repassá-las aos alunos em suas salas de aula. É relevante salientar da transferência de responsabilidades

e a deficiência de lucidez dos artifícios, pois, nessas orientações, não foi informado como os colégios, diretores e docentes precisam proceder referente à transferência dessas tarefas para os alunos. Por isso, os colégios da Rede Estadual buscaram soluções para que seus alunos pudessem continuar aprendendo em casa. Várias ações desse modo têm sido realizadas, desde trabalhos de impressão para recolha pessoal ou entrega ao domicílio, à utilização de aplicações de mensagens como o WhatsApp e redes sociais como o Facebook, para comunicar e enviar trabalhos.

Nesse momento, cada escola adota estratégias fundamentadas em suas razões, nas características de sua comunidade escolar e no perfil de seus alunos, seguindo as orientações da entidade responsável. No entanto, de acordo com as decisões, os responsáveis legais dos alunos devem ser informados sobre as atividades planejadas, destacando a importância do cumprimento dessa exigência como parte do processo e cronograma escolar. Após dias de aulas presenciais serem suspensas, os alunos devem apresentar propostas de trabalhos aos tutores. Esse ato também ficou

condicionada à inscrição dos alunos existentes, cadastrados na plataforma GoogIe CIassroom na conta do e-maiI "@ enova.educacao.ba.gov.br.

No Estado da Bahia, apesar dos esforços somados para o andamento das aulas online no ano de 2020, o processo não foi possível por falta de infraestrutura e equipamentos dos colégios públicos.

A implantação do Ensino Remoto no Estado da Bahia

Em 16 de março de 2020, o governo do Estado da Bahia anunciou medidas para conter a propagação da COVID-19, incluindo a suspensão das aulas por 30 dias, conforme estabelecido pelo Decreto n.º 19.586, de 27 de março de 2020, e ratificado pelo Art. 9º.

Ficam suspensos, em todo território do Estado da Bahia, pelo período de 30 (trinta) dias, contados a partir de 17 de março de 2020: [...] II - as atividades letivas, nas unidades de ensino, públicas e particulares, a serem compensadas nos dias reservados para os recessos futuros;

[...]. (BAHIA, Decreto n.º 19.586, 2020).

Este decreto confirma o estado de emergência em toda a Bahia e estabelece medidas temporárias para garantir a saúde pública. Tanto os documentos estaduais quanto os federais inicialmente suspenderam as aulas por um curto período, renovando essa suspensão ao longo do ano. Apesar de algumas ações remotas, a rede estadual de ensino não considerou esses momentos como carga horária em 2020. Portanto, as atividades e a carga horária serão cumpridas no ano seguinte, seguindo o continuum curricular 2020/2021.

As resoluções, pareceres e leis do Conselho Estadual de Educação da Bahia foram elaborados em conformidade com as atribuições do conselho e alinhados às medidas temporárias para enfrentar a Emergência em Saúde Pública. Essas ações estão em consonância com a Lei Federal nº. 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, a Portaria do Ministério da Saúde nº. 188 de 3 de fevereiro de 2020, o Decreto Estadual nº. 19.549 de 18 de março de 2020 (que declara a situação de Emergência na Bahia) e o Decreto Estadual nº. 19.529 de 16 de março de 2020 (que trata da

suspensão das atividades letivas) (BAHIA, 2020a).

Após cerca de três meses de pandemia, o governo estadual está considerando a possibilidade de retorno às aulas presenciais, conforme estipulado no artigo 6º da Resolução CEE N.º 37, 2020.

Parágrafo único. No retorno das atividades presenciais, as redes e instituições escolares podem compor processos híbridos de computação do tempo a ser contabilizado nas oitocentas horas anuais, fazendo uso do horário destinado às atividades presenciais dentro da unidade escolar, acrescido daquele reservado para atividades remotas a serem cumpridas nos domicílios, no turno oposto, a partir dos encaminhamentos propostos pela escola. (BAHIA, 2020h, p. 3).

Contudo, o retorno às aulas não ocorreu devido à propagação da COVID-19, resultando em uma situação complexa nos calendários escolares na Bahia em 2020. A rede estadual optou por concluir o ano letivo no ano seguinte (2021), enquanto os 417 municípios, que abrangem 12.456 escolas, tiveram a opção de adiar as atividades para 2021,

mesmo para aqueles que implementaram o ensino remoto durante parte ou todo o ano letivo.

Em março de 2021, a página do site de educação da Bahia divulgou três protocolos para o ano letivo 2020-2021. O primeiro delineou um plano de retorno às aulas em três fases: Ensino Remoto, enfatizando a necessidade de envolver os alunos em atividades complementares; Ensino Híbrido, envolvendo a alternância diária das turmas entre a escola e casa; e Presencial Integral, mantendo os horários anteriores com foco contínuo na saúde e na observação rigorosa dos protocolos.

No dia 15 de março de 2021, teve início o ano letivo 2020/2021 na rede estadual de ensino da Bahia com uma aula magna transmitida ao vivo pelos canais da Educação Bahia no YouTube e na TVE, às 8h30. As aulas remotas foram iniciadas, utilizando os Cadernos de Apoio à Aprendizagem (para Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos - EJA), além da TV Educa Bahia como recurso de suporte. Para incentivar a participação dos alunos do Ensino Médio, foi lançada a

Bolsa Presença; programa de incentivo estudantil.

O Conselho Estadual de Educação (CEE) implementou o Regime Especial de Atividade Curricular durante a pandemia de COVID-19, permitindo a realização de aulas nos domicílios dos estudantes enquanto as atividades presenciais estavam suspensas. Apesar das intenções de garantir uma educação inclusiva e equitativa, a eficácia prática dessas medidas é questionada. Menezes (2021) argumenta que as atividades remotas foram insuficientes, deixando 844.045 crianças e adolescentes sem participação nas atividades escolares na Bahia em 2020 e um fator crucial para esse cenário é a falta de tecnologia e equipamentos nas instituições educacionais, conforme dados indicados pelo Censo Escolar de 2020. Essa realidade destaca desafios significativos no acesso à educação pública e gratuita durante a pandemia.

O Censo Escolar do Estado da Bahia passou por significativas transformações nos anos de 2019, 2020 e 2021, refletindo os desafios enfrentados durante os diferentes estágios da pandemia. Em 2019, antes da eclosão da crise

da COVID-19, o censo era caracterizado por uma coleta de dados presencial, abrangente e sólida, retratando a realidade educacional baiana de maneira precisa. Entretanto, em 2020, com a propagação do vírus, o censo teve que se adaptar às restrições da pandemia, resultando em atrasos e desafios na recolha de informações. Em 2021, durante o auge da pandemia, houve um esforço conjunto para aprimorar a coleta remota de dados, fazendo uma representação mais precisa da situação das escolas e dos alunos. Por fim, em 2022, no pós-crise, o censo escolar do Estado da Bahia começou a recuperar sua normalidade, com uma retomada de processos presenciais e digitais, permitindo uma análise mais completa das mudanças e desafios enfrentados pelo sistema educacional durante esses anos turbulentos.

Conforme o Censo Escolar em 2019, o Estado conta com 16.682 escolas de educação básica e com a colaboração ativa das equipes coordenadoras do censo nas 27 secretarias estaduais de educação na coordenação do processo nos respectivos territórios, foram registradas 3,5 milhões de matrículas, distribuídas em: 552.337 na Educação Infantil,

2 milhão no Ensino Fundamental, 544.868 no Ensino Médio, 339.632 na Educação de Jovens e Adultos, 145.427 na Educação Profissional e 99.439 na Educação Especial.

Ao avaliar a distribuição das matrículas por dependência administrativa, percebe-se uma maior dominância da rede municipal, que detém 60,7% das matrículas na educação básica. A rede privada tem uma participação de 16,5% do total de matrículas na educação básica.

Em 2020, o Censo Escolar passou por uma mudança significativa devido à pandemia do novo coronavírus. A data de referência para os dados informados, que normalmente era na última quarta-feira de maio, foi antecipada para 11 de março de 2020 (Brasil. Inep, 2020a), conforme estabelecido na Portaria nº 357/2020, antes da suspensão das atividades presenciais na maioria das escolas. Isso significa que as informações do Censo Escolar 2020 representam a situação das escolas imediatamente antes da pandemia. Portanto, qualquer análise desses dados deve ser feita com cautela, pois não reflete o impacto da pandemia nos indicadores

educacionais, e não é planejada para receber atualizações de estatísticas à pandemia.

O Estado conta, em 2020, com 16.361 escolas de Educação Básica, distribuídas em 27 Coordenadorias Regionais de Educação. Desse total, a rede municipal é responsável por 76,1% das escolas, seguida da rede privada, com 17,0%, perfazendo um total de 3,4 milhões de matrículas, atingindo: 541.476 na Educação Infantil, 1,9 milhão no Ensino Fundamental, 557.441 no Ensino Médio, 326.712 na Educação de Jovens e Adultos, 160.307 na Educação Profissional e 102.286 na Educação Especial.

De acordo com o Censo Escolar de 2021 o Estado da Bahia conta com 16.239 escolas de Educação Básica. Desse total, a rede municipal é responsável por 75,9% das escolas, seguida da rede privada, com 17,2%. No período, foram registradas 3,5 milhões de matrículas, 86.886 a menos em comparação com o ano de 2017, o que corresponde a uma redução de 2,4% no total de matrículas. As matrículas estão compreendidas em: 510.126 no Ensino Infantil, 1,9milhão no Ensino fundamental, 635.569 Ensino Médio, 365.626

Educação de Jovens e Adultos, na Educação Profissional e 110.365 na Educação Especial.

De acordo com os dados referentes ao percentual de escolas de ensino médio por dependência administrativa entre 2019 e 2021, compilados pela Deed/Inep com base no Censo Escolar da Educação Básica do Estado da Bahia, é possível observar uma disparidade na disponibilidade de recursos tecnológicos entre as escolas de ensino médio e fundamental. Em contrapartida, as escolas da rede privada superam as escolas de ensino médio. O número total de escolas é indicado pela letra "n" junto ao nome de cada rede.

Quadro 1 – Disponibilidade de recursos tecnológicos nas escolas de ensino médio.

Recursos	Anos	Dependência Administrativa							
		Federal		Estadual		Municipal		Privada	
Lousa digital	2019	n = 33	48,5%	n = 392	9,5%	n = 27	0,0%	n = 480	18,1%
	2020	n = 34	55%	n= 1001	5,1%	n = 27	0,0%	n = 493	19,1%
	2021	n = 29	69,0%	n= 1054	4,5%	n = 26	3,8%	n = 524	3,8%
Projetor multimídia	2019		87,9%		53,4%		85,2%		92,3%
	2020		94,1%		46,4%		96,3%		93,1%
	2021		100,0%		44,6%		100,0%		94,1%
Computador de mesa para alunos	2019		87,9%		26,8%		33,3%		70,2%
	2020		97,1%		16,4%		55,6%		76,1%
	2021		96,6%		14,0%		53,8%		78,1%
Computador portátil para alunos	2019		30,3%		25,6%		25,9%		54,4%
	2020		35,3%		15,0%		25,9%		57,4%
	2021		34,5%		14,0%		53,8%		78,1%
Tablet para alunos	2019		15,2%		4,4%		3,7%		34,0%
	2020		26,5%		1,8%		0,0%		33,5%
	2021		44,8%		1,6%		0,0%		33,4%

Internet	2019		100,0%		95,8%		74,1%		99,0%
	2020		100,0%		95,5		88,9%		99,0%
	2021		100,0%		96,3		100,0		99,4%
Internet para alunos	2019		100,0%		15,4%		33,3%		59,8%
	2020		100,0%		12,2%		37,0%		62,7%
	2021		100,0%		21,4%		46,2%		65,6%
Internet para uso administrativo	2019		97,0%		95,6%		74,1%		92,5%
	2020		100,0%		95,3%		88,9%		93,5%
	2021		100,0%		96,1%		96,2%		94,1%
Internet para ensino e aprendizagem	2019		84,8%		11,8%		40,7%		74,8%
	2020		91,2%		9,5%		51,9%		76,1
	2021		96,6%		14,0%		57,7%		80,2

Fonte: Elaborado por DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica e adaptado pela autora.

Essa discrepância demonstra que as instituições de ensino privado investem mais em recursos tecnológicos para seus estudantes em comparação com as escolas da rede estadual. Esses dados indicam a importância de considerar a disponibilidade de tecnologia nas escolas como um fator relevante para o desenvolvimento educacional dos alunos e destacam a necessidade de buscar equidade no acesso a recursos tecnológicos nas escolas públicas, garantindo que todos os estudantes tenham oportunidades iguais de aprendizagem.

Em relação às condições de infraestrutura e equipamentos das escolas baianas foram apresentados apenas os dados de 2019. Compilados pela Deed/Inep com base no Censo Escolar da Educação Básica do Estado da Bahia:

Quadro 2 – Condições da infraestrutura e equipamentos das escolas de ensino médio.

Recursos	Dependência Administrativa – 2019			
	Federal (n = 33)	Estadual (n = 392)	Municipal (n = 27)	Privada (n = 480)
Biblioteca ou sala de leitura	100,0%	76,6%	63,0%	95,8%
Banheiro PCD	97,0%	51,6%	29,9%	74,0%
Laboratório de ciências	87,9%	31,6%	3,7%	61,7%
Conjunto de materiais científicos	75,8%	19,6%	14,8%	45,4%
Pátio	87,9%	25,7%	85,2%	91,5%
Quadra de esportes	90,9%	64,3%	48,1%	82,1%
Sala multiuso	21,2%	2,3%	7,4%	15,2%
Jogos educativos	54,5%	85,0%	81,5%	72,3%

Fonte: Elaborado por DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica e adaptado pela autora.

A partir dos dados apresentados no quadro anterior, também é possível observar uma disparidade entre as escolas de ensino médio e fundamental, dentro das redes de ensino, principalmente, em relação às escolas da rede federal.

Os dados do Censo Escolar destacam a necessidade de melhorias na infraestrutura escolar para garantir o efetivo uso das tecnologias digitais na educação pública. Sem ambientes propícios à aprendizagem, as políticas relacionadas às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, a formação dos professores e o planejamento pedagógico se tornam inviáveis. Além disso, a distribuição equitativa de recursos tecnológicos nas instituições é crucial para que a comunidade escolar se aproprie gradualmente desses recursos.

A análise dos dados do Censo Escolar (2019-2020) sobre a disponibilidade de computadores para estudantes na Bahia revela contradições evidentes. Em 2019, apenas 34% dos estudantes tinham acesso a dispositivos, totalizando 273.725, abaixo da média nacional. No entanto, em 2020,

a quantidade de dispositivos suficiente para atender a todas as matrículas na educação básica seria 747.852. O excesso de 60.834 dispositivos declarados em 2020 levanta questionamentos sobre sua utilidade, especialmente nas 235 escolas sem energia elétrica e nas 6.83944 escolas sem acesso à internet, onde a funcionalidade desses aparelhos é limitada.

De acordo com as estatísticas do lnstituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (lNEP, 2020), a taxa de evasão inclui o percentual de estudantes do total de matrículas que, em determinado ano/série, deixam de ir ao colégio no período do ano letivo. Na Rede Estadual de Ensino da Bahia, essa taxa, considerando da 1ª à 3ª série do ensino médio, foi de 7,9% em 2017, 7,5% em 2018 e 5,09% em 2019 (lNEP, 2020).

Tais características admitem dizer que a pandemia foi uma oportunidade para descobrir o que LavaI (2019, p. 146) chama de novas fronteiras do e-Iearning: "A globalização da educação online parece abrir um enorme mercado para as empresas. produtos educacionais". Ao

mesmo tempo, somando variáveis contextuais apresentadas no contexto da infraestrutura da Rede Estadual, fica comprovada a desigualdade educacional entre redes públicas e privadas e escolas (MÉDICl; TATTOO; LEÃO, 2020), o que invisibiliza a tecnologia e as ferramentas digitais. como ferramenta democrática para alcançar o direito à educação (PALUMBO; TOLEDO, 2020).

O aprendizado no ensino remoto durante a pandemia do covid-19 na percepção dos alunos

A partir de julho de 2021, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo governo do Estado da Bahia, todas as interações entre alunos e professores, bem como todas as atividades escolares, passaram a ser conduzidas exclusivamente através do Google Classroom. Nesse novo cenário, os alunos agora têm a possibilidade de encontrar suas tarefas, esclarecer dúvidas e preencher fichas de avaliação diretamente na plataforma. Além disso, as aulas em tempo real são transmitidas via Google Meet.

No entanto, a Escola X, logo nos primeiros dias do início das aulas remotas, optou por disponibilizar as atividades através do aplicativo de mensagens WhatsApp. Essa escolha se baseou no amplo uso desse aplicativo tanto por parte dos alunos quanto dos professores. A impressão de materiais didáticos e atividades de aula foi reservada exclusivamente para os alunos que não tinham acesso ao sistema de mensagens ou que não dispunham de outro meio para receber essas informações

Por outro lado, os docentes da Escola Y, transferiram as tarefas previstas durante o estudo presencial para os alunos realizarem em casa, que incluíam trabalhos de investigação, lista de testes e sugestões de leitura e resolução de tarefas em livros didáticos e videoaulas. Após 15 dias de trabalhos de casa, a escola preparou a sua aplicação, que define e-mail, @aluno.enova.educacao.ba.gov.br, WhatsApp e Facebook como forma de comunicação entre a escola e os educandos em abril. Devido ao amplo número de educandos que convivem na escola e ao risco de contágio do coronavírus, a equipe gestora da escola Y preferiu por

não fornecer trabalhos impressos no primeiro semestre.

Discorremos a seguir os dados apurados a partir da pesquisa realizada em dois colégios do ensino médio, denominados como Colégios X e Y. Dos 980 alunos matriculados no Colégio X em 2021, apenas 322 responderam aos questionamentos, o equivalente a 32,9% dos matriculados e 57,7% dos ativados. Por outro lado, no Colégio Y, no mesmo ano, dos 1.100 alunos matriculados, 429 responderam ao questionário, o que corresponde a 60% dos ativados e 39% dos alunos matriculados.

Respostas fornecidas pelos alunos nos questionários

Os resultados deste estudo foram baseados nas respostas de 729 alunos que participaram, sendo apresentados por meio de gráficos, tabelas, quadros e figuras. As informações coletadas foram categorizadas em quatro variáveis distintas: a) aspectos demográficos e socioeconômicos dos alunos; b) acesso à tecnologia e infraestrutura; c) engajamento, motivação e saúde mental e; d) metodologia, desafios e implicações no ensino remoto.

Variável 1 - Aspectos demográficos e socioeconômicos dos alunos

Tabela 2 – Perfil dos alunos

Dados	Total		Escolas			
			X		Y	
	Frequências	%	Frequências	%	Frequências	%
Feminino	449	59,8	208	64,6	241	56,2
Masculino	302	40,2	107	35,4	195	43,8
1° ano	298	39,8	118	36,6	180	42
2° ano	230	30,6	108	33,5	122	28,4
3° ano	223	29,6	96	29,8	127	29,6
Matutino	625	83,2	280	87	345	80,42
Vespertino	99	13,2	31	9,6	68	15,85
Noturno	27	3,6	11	3,4	16	3,73
13 a 15 anos	220	29,3	85	26,4	135	31,5
16 a 18 anos	485	64,6	220	68,3	265	61,8
19 a 21 anos	30	4	11	3,4	19	4,4
Mais de 21 anos	16	2,1	6	1,9	10	2,3
Total	751	100%	322	100%	429	100%

Fonte: Tabela produzida pela autora com base em dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

Os dados referentes às características demográficas dos alunos estão destacados na Tabela 2, que realiza uma análise comparativa entre os colégios. A maioria dos estudantes é do sexo feminino (59,8%), distribuídos nos três anos do Ensino Médio, frequentando o período da manhã (83,2%) e apresentando uma faixa etária de 16 a 18 anos (64,6%). Observa-se que 25,3% dos alunos têm idade superior à média esperada para o respectivo nível de ensino. O maior contingente de alunos está matriculado no turno matutino, com 83,2% dos estudantes no 1º ano. Desses, 93,9% encontram-se dentro da faixa etária adequada para o curso, enquanto apenas 6,1% apresentam distorção série/idade. Contrariando o exposto no Anuário Brasileiro da Educação Básica (2020) que apresenta dados relevantes acerca da distorção idade-série. Em 2020, a taxa de distorção idade-série na rede pública de educação atinge 22,7% das matrículas nos anos finais do ensino fundamental e 26,2% nas matrículas do ensino médio.

Tabela 3 – Local de origem e locomoção

Zonas	Total		Escolas			
	Frequências	%	X		Y	
			Frequências	%	Frequências	%
Urbana	631	89,35	257	79,81	374	87,18
Rural	120	10,65	65	20,19	55	12,82
Total	751	100	322	100	429	100

Fonte: Tabela produzida pela autora com base em dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

Ao realizar um levantamento sobre a localidade de origem dos alunos, constatou-se que 10,65% dos estudantes residem na zona rural. Dentro desse percentual, 20,19% são matriculados na Escola X, enquanto 12,82% frequentam a Escola Y, conforme apresentado na Tabela 3.

No ano de 2021 o ensino foi ministrado no modelo remoto e híbrido. No período de estudo híbrido, ao serem questionados "Como era feito o deslocamento até à escola em que estuda", a maioria dos alunos da Escola X destacou a caminhada como meio de deslocamento, representando mais de 48%, devido à localização desta na área residencial. A segunda maior porcentagem corresponde ao transporte escolar, sendo utilizado principalmente pelos alunos provenientes da zona rural e bairros mais distantes, tanto da Escola X quanto da Escola Y, como seu principal meio de deslocamento até as instituições de ensino. Além disso, destaca-se que, até o ano anterior à pesquisa, a Escola Y tinha como endereço o centro da cidade, o que influenciou a preferência por essa forma de transporte, conforme evidenciado pelos percentuais de 29,5% e 30,3%, respectivamente, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 – Como é feito o deslocamento até à escola em que estuda.

Meios de deslocamento até a escola	Total		Escolas			
	Frequências	%	X		Y	
			Frequências	%	Frequências	%
Caminhada	267	35,6	155	48,13	112	26,1
Transporte Escolar	225	30	95	29,5	130	30,3
Veículo particular	89	11,9	14	4,35	75	17,5
Motocicleta	98	13	15	4,66	83	19,3
Bicicleta	52	6,9	41	12,74	11	2,6
Outros	20	2,6	2	0,62	18	4,2
Total	751	100	322	100	429	100

Fonte: Tabela produzida pela autora com base em dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

No contexto do ensino remoto, os alunos demandavam suporte e acompanhamento pedagógico em casa. Ao analisarmos o nível educacional dos pais e mães dos estudantes, observamos uma predominância de Ensino Fundamental incompleto. Apesar de poucas disparidades nos perfis educacionais entre as escolas, uma distinção relevante é evidenciada pelo índice de analfabetismo, sendo maior entre as mães dos alunos da escola X em comparação com a escola Y, conforme Tabela 5.

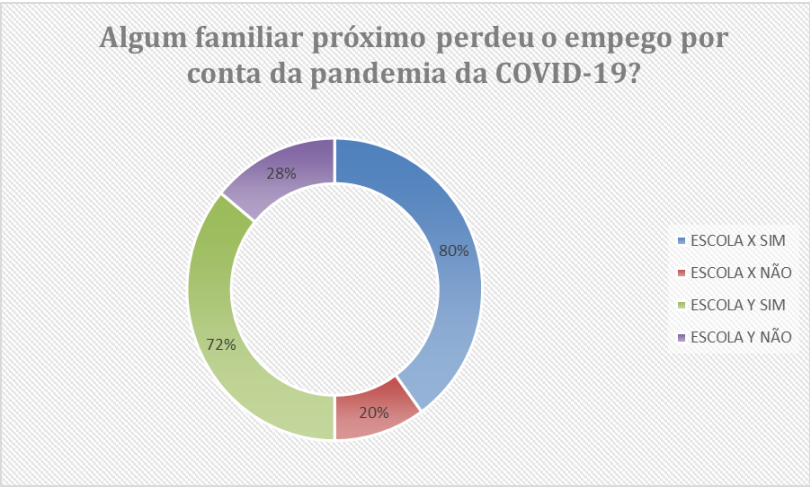
Tabela 5 - Grau de escolaridade dos pais ou responsáveis

Nível de escolaridade/Ensino	Total		Escolas			
	Mãe	Pai	X		Y	
			Mãe	Pai	Mãe	Pai
Analfabeto	43	51	14	43	29	8
Fundamental incompleto	110	148	42	85	68	63
Fundamental completo	13	20	5	9	8	11
Médio incompleto	31	32	11	10	20	22
Médio completo	53	68	15	25	38	43
Superior incompleto	31	33	10	14	21	19
Superior completo	42	28	10	12	32	16
Pós-Graduação	20	28	4	13	16	15
Total	751	100%	322	100%	429	100%

Fonte: Tabela produzida pela autora com base em dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

Devido à localização das escolas em pesquisa, situadas em uma cidade turística, onde uma parcela significativa da força de trabalho é composta por profissionais autônomos, várias famílias viram-se privadas de suas fontes de renda durante a pandemia. Assim, Percentuais expressivos, como 80% dos alunos da Escala X e 72% dos estudantes da Escola Y, afirmaram que alguém próximo, que compartilha a mesma residência, perdeu seus empregos, conforme o Gráfico 7.

Gráfico 7 - Desemprego familiar durante a pandemia.



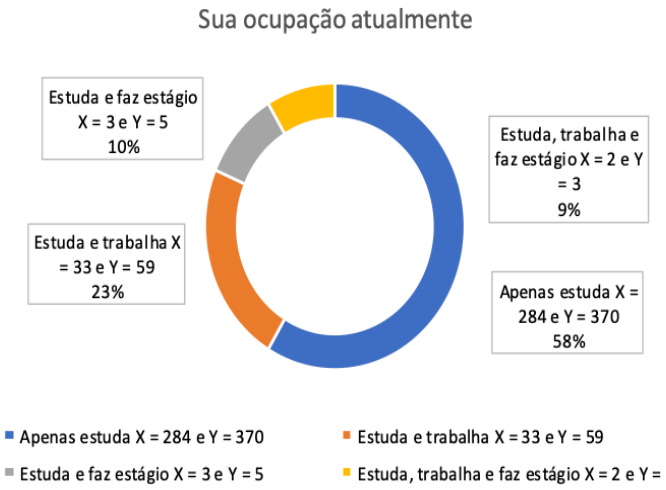
Fonte: Gráfico produzido pela autora com base em dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

A análise da escolaridade e renda mensal das famílias apresentadas nesta pesquisa está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento dos filhos/alunos. A instabilidade financeira, agravada pela falta de educação dos responsáveis, pode resultar em um acompanhamento escolar por parte das famílias que se torna "inexistente

ou precário", impactando diretamente no desempenho acadêmico dos estudantes (GOMES, 2018). O entendimento da relação entre a instituição familiar e a escola tem início a partir da avaliação das características sociais das famílias.

Diversos fatores adicionais complicam o cenário dos estudos durante a pandemia, incluindo a obrigatoriedade dos alunos de conciliarem os estudos com o trabalho devido as consequências da perda de emprego por parte de familiares. Com a perda do emprego de alguns familiares, muitos alunos tiveram que conciliar trabalho, estudo em alguns casos, estágio durante a pandemia para ajudar no sustento em casa. Os dados estão expressos no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Situação ocupacional do estudante em 2021.



Fonte: Gráfico produzido pela autora com base em dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

Analisando os resultados a situação ocupacional acima, verificamos que 58% dos alunos apenas estudam, 23% estudam e trabalham, 10% estudam e fazem estágios e apenas 9% estudam, trabalham e fazem estágios.

A análise destes dados sugere a importância de oferecer suporte adicional aos alunos que enfrentam desafios

significativos, seja por meio de assistência financeira, orientação acadêmica ou recursos de desenvolvimento de habilidades. Uma vez que a sobrecarga de trabalho pode impactar o desempenho acadêmico, resultando em possíveis dificuldades em manter o foco nos estudos.

Variável 2 - Acesso à Tecnologia e Infraestrutura

A implementação do ensino remoto exigiu a utilização de recursos tecnológicos e acesso à internet pelos alunos, a fim de fornecer orientação eficaz em seus estudos. Os dados apresentados na Tabela 5 revelam que em 68,97% dos casos, o acesso à internet é realizado por meio de Wi-Fi, predominantemente em ambiente residencial. Essa constatação é consistente entre os estudantes de ambas as escolas, diminuindo uma tendência generalizada.

Tabela 6 – Principal meio de acesso à Internet

Rede de acesso	Total		Escolas			
	Frequências	%	X		Y	
			Frequências	%	Frequências	%
Wi-Fi (própria)	518	68,97	218	67,8	300	69,93
Wi-Fi (emprestada)	168	22,37	78	24,22	90	20,98
Dados móveis	58	7,72	23	7,14	35	8,16
Outros	7	0,94	3	0,93	4	0,93
Total	751	-	322	-	429	-

Fonte: Tabela produzida pela autora com base em dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

Os alunos predominantemente recorrem ao celular (90,68%) como principal dispositivo para acessar as aulas remotas. Destaca-se que a opção mais recomendada é utilizar um computador pessoal, proporcionando uma acessibilidade aprimorada, conforme indicado na Tabela 7.

Tabela 7 – Dispositivos que utiliza para acessar as aulas remotas.

Aparelhos de acesso às atividades das aulas remotas	Total		Escolas			
	Frequências	%	X		Y	
			Frequências	%	Frequências	%
Celular	681	90,68	293	91	388	90,44
Computador pessoal	25	3,33	11	3,42	14	3,26
Notebook	41	5,46	17	5,28	24	5,6
Tablet	4	0,53	1	0,3	3	0,7
Outros	0	0,0	0	0	0	0
Total	751	100	322		429	-

Fonte: Tabela produzida pela autora com base em dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

Como evidenciado na Tabela 8, em 92,14% das situações, os estudantes são proprietários dos principais equipamentos para acessar as aulas. Por outro lado, há uma proporção de 7,86% que dependem de empréstimos ou compartilhamento desses dispositivos para o mesmo fim, esse índice aumenta para 8,08% ao considerarmos exclusivamente a escola X e diminui para 7,7 em relação à escola Y.

Tabela 8 – Condição da posse dos dispositivos utilizados na conexão para o estudo remoto

Condição de posse dos equipamentos	Total		Escolas			
	Frequências	%	X		Y	
			Frequências	%	Frequências	%
Meu	692	92,14	296	91,92	396	92,3
Algum familiar	34	4,53	16	4,97	18	4,2
Amigo ou colega	15	2,0	7	2,17	8	1,87
Colégio	6	0,8	2	0,63	4	0,93
Outros	4	0,53	1	0,31	3	0,7
Total	751	100	322	100	429	100

Fonte: Tabela produzida pela autora com base em dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

Os dados apontam para as desigualdades educacionais, uma vez que no guia destinado ao retorno das atividades escolares, foi sugerido o emprego de recursos digitais no processo de ensino, abrangendo a criação de atividades online tanto síncronas quanto assíncronas, a incorporação de dispositivos móveis, a utilização de chat e a integração de aplicativos como Google Classroom e WhatsApp (BAHIA, 2021b). Contudo, o documento não abordou as políticas públicas ou os investimentos planejados pela administração estadual para abordar as disparidades sociais que impedem muitos de terem acesso efetivo a uma educação de qualidade, principalmente ao tange a questões de infraestrutura.

Ainda sobre a precarização da infraestrutura é importante mencionar que alguns alunos da pesquisa, podem não ter como principal meio de acesso às aulas os smartphones. Alguns podem ter dispositivos mais modernos e eficientes, enquanto outros podem estar utilizando modelos mais antigos com desempenho inferior. Muitos estudantes podem enfrentar dificuldades devido à falta de acesso a redes de alta velocidade e estabilidade.

Tabela 9 – Qualidade do acesso à Internet: pontuação

Qualidade do acesso à Internet (valor)	Total		Escolas			
	Frequências	%	X		Y	
			Frequências	%	Frequências	%
1	120	15,98	67	20,8	53	12,35
2	89	11,85	42	13,04	47	10,96
3	125	16,65	55	17,08	70	16,31
4	237	31,56	91	28,26	146	34,04
5	180	23,96	67	20,8	113	26,34
Média	-	3,36	-	3,15	3,51	-
Total	751	100	322	100	429	100

Fonte: Tabela produzida pela autora com base em dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

Informamos que a maior parte dos estudantes possui acesso à internet, contudo, em sua maioria, trata-se de uma conexão de baixa qualidade, insuficiente para participar das aulas online, baixar arquivos ou reproduzir os vídeos das aulas gravadas. De acordo com Espíndola e Mafra Pereira (ESPÍNDOLA; PEREIRA, 2022), há uma considerável parcela de estudantes no Brasil que ainda não dispõe de acesso à internet ou não possui os dispositivos digitais necessários para acompanhar as aulas por meio das plataformas online.

Para muitos estudantes, essa experiência representou a primeira vez em que participaram de aulas na modalidade remota. Uma das questões levantadas tinha como objetivo avaliar a estabilidade da conexão durante o ensino remoto. Dado que grande parte dos alunos das duas escolas dependia de redes de conexão fornecidas por terceiros, constatou-se que 31,03% deles às vezes enfrentavam problemas de conexão, enquanto apenas 60,05% afirmaram ter tranquilidade constante com a conexão, conforme indicado na Tabela.

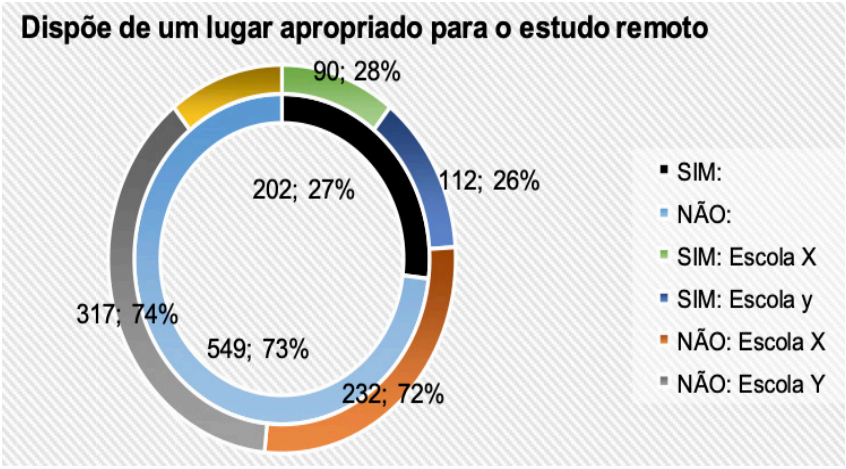
Tabela 10 - Tem conexão tranquila no ensino remoto

Tranquilidade na conexão no ensino remoto	Total		Escolas			
	Frequências	%	X		Y	
			Frequências	%	Frequências	%
Sempre	451	60,05	210	65,22	241	56,18
Às vezes	233	31,03	102	31,68	131	30,53
Nunca	67	8,92	10	3,1	57	13,29
Total	-	100	322	100	-	100

Fonte: Tabela produzida pela autora com base em dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

Uma consideração relevante é a disponibilidade de um ambiente adequado para os estudantes acompanharem as aulas, conforme indicado na Gráfico 9, em termos gerais, apenas 27% dos participantes afirmaram possuir tal espaço.

Gráfico 9 – Dispõe de um lugar apropriado para o estudo remoto



Fonte: Gráfico produzido pela autora com base em dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

Essa constatação ressalta a importância de

se abordar questões relacionadas à infraestrutura e ao suporte necessário para a educação remota. Um percentual significativamente baixo, dispõe de um ambiente propício para acompanhar as aulas de forma eficaz. Isso sugere a existência de desafios que vão além do âmbito pedagógico, exigindo uma análise mais aprofundada sobre as disparidades de acesso e condições de estudo entre os estudantes.

Variável 3 - Engajamento, Motivação e Saúde Mental

Em relação ao engajamento e situações práticas no contexto da pandemia, foi questionado aos alunos se consideravam importante estudar durante esse período desafiador. De acordo com as respostas apresentadas na Tabela 11, observa-se que 96% dos participantes afirmaram que sim, destacando a relevância atribuída ao estudo mesmo em meio à pandemia.

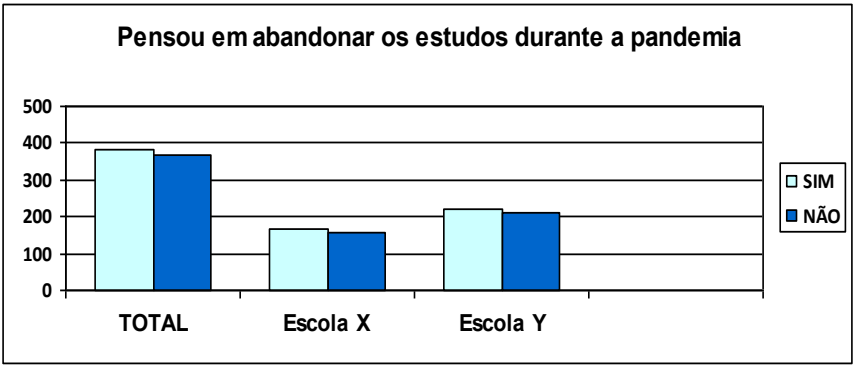
Tabela 11 – Considera importante estudar durante a pandemia.

É importante estudar Durante a pandemia?	Total		Escolas			
	Frequências	%	X		Y	
			Frequências	%	Frequências	%
Sim	721	96	310	96,57	411	95,80
Não	30	4	12	3,43	18	4,20
Total	751	100	322	100	429	100

Fonte: Tabela produzida pela autora com base em dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

Observamos, também, que o distanciamento físico dos alunos em relação à escola, juntamente com a adoção de uma forma virtual de aprendizado, resultou em um aumento nas taxas de abandono. Uma pequena maioria dos estudantes mencionou a possibilidade de desistir de seus estudos nesse novo formato, igual a 51%, equivalente a pouco mais que a metade dos estudantes, conforme Gráfico 10.

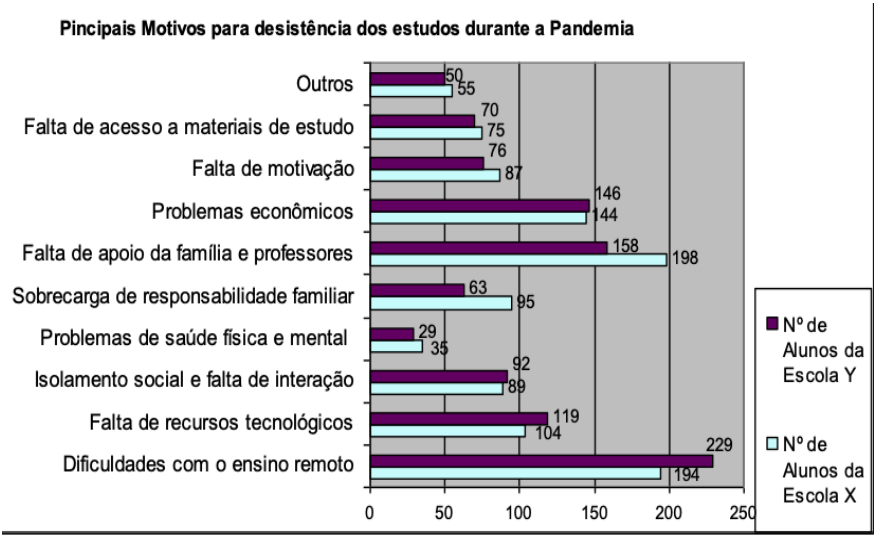
Gráfico 10 – Pensou em abandonar os estudos durante a pandemia



Fonte: Gráfico produzido pela autora com base em dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

No Gráfico 11, são exibidas as proporções totais referentes às respostas da questão aberta sobre os motivos do abandono escolar. Essas respostas foram analisadas e agrupadas por afinidades. Destaca-se as menções relacionadas ao aprendizado, ao ensino, a falta de recursos tecnológicos, a falta de motivação e o desamparo familiar. Essas percepções também configuram como a motivação e os maiores desafios enfrentados pelos alunos na educação a distância durante a pandemia.

Gráfico 11 - Motivos da possível desistência dos alunos desafios na pandemia.



Fonte: Gráfico produzido pela autora com base em dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

Em relação ao futuro educacional dos alunos, ao serem questionados sobre as perspectivas futuras, as respostas apontam tanto expectativas otimistas, quanto pessimistas. É importante notar que as respostas dos alunos podem variar mediante suas experiências pessoais, aspirações e circunstâncias individuais.

Durante a pandemia, muitos alunos foram forçados a adotar o ensino online. Esse período pode ter influenciado alguns estudantes a reconhecerem os benefícios da educação online, como flexibilidade de horários e acesso a recursos digitais. Por outro lado, a transição para o ensino remoto também trouxe desafios, como a falta de interação presencial e a dificuldade de manter altos níveis de engajamento. Alunos podem ter preocupações sobre a qualidade da educação e a eficácia do aprendizado online em comparação com a experiência presencial.

A pandemia trouxe à tona questões relacionadas à saúde mental. Alunos podem estar mais conscientes da importância do suporte emocional e recursos de bem-estar mental no ambiente educacional. Enfim, a experiência da pandemia pode ter aumentado a demanda dos alunos por maior flexibilidade nas opções educacionais, incluindo modelos híbridos que combinem aprendizado presencial e online.

No Quadro 3, estão algumas respostas significativas que os alunos das escolas X e Y deram a respeito.

Quadro 3 – Perspectivas dos alunos sobre o futuro educacional após os desafios enfrentados durante a pandemia.

Perspectivas	Variáveis	Relatos dos alunos
Otimistas	Valorização da Educação	"A pandemia me fez perceber a importância da educação. Quero aproveitar ao máximo as oportunidades de aprendizado, que eu tiver." "Os desafios me fizeram repensar meu futuro. Agora estou mais aberto a explorar diferentes áreas e descobrir onde posso contribuir melhor para a sociedade."
	Adaptação às Mudanças	"Aprendi a me adaptar a situações difíceis durante a pandemia. Pretendo levar essa experiência para minha vida estudantil."
	Foco na Recuperação	"Apesar dos desafios, estou determinado a recuperar e compensar o tempo perdido, concentrando-me nos estudos para garantir uma boa base educacional." "Percebi a necessidade de mais apoio para superar obstáculos e estou disposto a buscar reforço, participar de grupos de estudo e aproveitar recursos disponíveis para melhorar meu desempenho."
	Autocuidado	"A pandemia afetou minha saúde mental, agora valorizo o equilíbrio entre estudos e bem-estar. Quero garantir que meu futuro educacional leve em conta minha saúde mental." "Estudar é bom! VIVER com Saúde, Respeito, Esperança e Paz é MELHOR!"
	Preparação para Exames e Vestibulares	"Apesar dos desafios, tenho metas claras. Vou me preparar para o ENEM, buscando oportunidades de bolsas de estudo para facilitar meu acesso ao ensino superior." "Para compensar o tempo perdido, pretendo me envolver em atividades extracurriculares, Cursos de nivelamento e projetos sociais."

Pessimistas	Desmotivação e Desinteresse	“A pandemia acabou com minha motivação. Perdi o interesse nos estudos.” “Não vejo sentido em me esforçar tanto, considerando tudo o que já enfrentei.”
	Acesso Limitado à Educação Online	“Nem todos têm acesso à internet ou dispositivos adequados. Como vou competir com os outros que tiveram melhores condições?” “Aprendi muito pouco durante as aulas online. Não consigo acompanhar o conteúdo como antes.”
	Problemas Familiares e Financeiros	“Minha família enfrentou muitos problemas financeiros durante a pandemia. A educação não é minha prioridade agora.” “Tive que trabalhar para ajudar em casa. Estudar ficou em segundo plano.”
	Dificuldades com a Saúde Mental	“A solidão durante a pandemia afetou minha saúde mental. Não sei se consigo lidar com o estresse acadêmico.” “A ansiedade e o estresse tornaram os estudos quase impossíveis para mim.” “Já estou tão para trás que parece impossível recuperar o tempo perdido.”
	Falta de Perspectiva Futura	“Vejo um futuro incerto nos estudos, pois as oportunidades diminuíram com a falta de aulas presenciais; acumulei muitas dúvidas.” “Não consigo imaginar uma educação de qualidade diante das incertezas financeiras. Tenho que trabalhar para ajudar no sustento de casa.” “Tenho receios sobre o retorno presencial à escola pós-pandemia, temendo não conseguir acompanhar os estudos e recuperar o conhecimento atrasado. “A incerteza sobre o que vem pela frente me impede de fazer planos com os estudos.”

Fonte: Quadro produzido pela autora com base em dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

Variável 4 - Metodologia, Desafios e Implicações no Ensino Remoto.

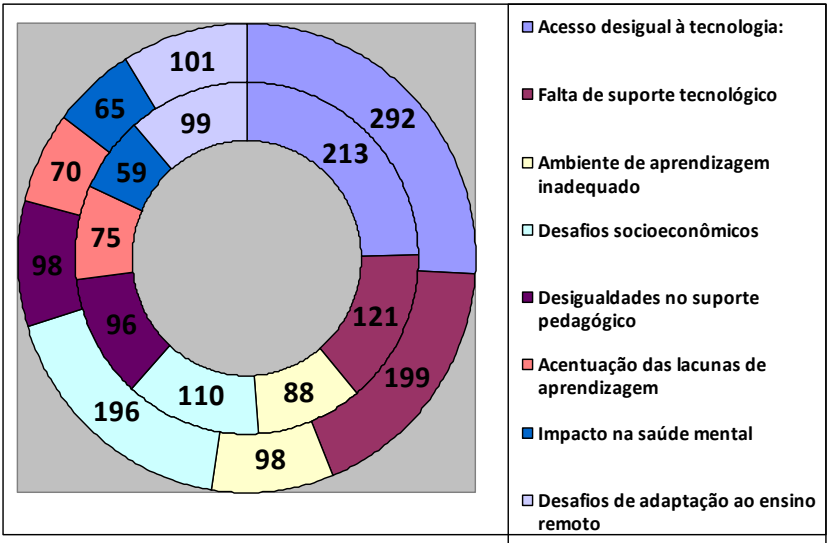
Durante a pandemia, as desigualdades educacionais se tornaram ainda mais evidentes, especialmente para os alunos de escolas públicas. A crise sanitária agiu como um catalisador, intensificando disparidades já existentes e expondo vulnerabilidades no sistema educacional. Nesse contexto, a implementação de metodologias inovadoras torna-se essencial para mitigar tais disparidades, proporcionando oportunidades igualitárias de aprendizado.

Contudo, é importante reconhecer os desafios intrínsecos ao ensino remoto, tais como a falta de acesso a dispositivos eletrônicos e à internet em determinadas comunidades. Além dos desafios tecnológicos, as implicações emocionais e sociais no ensino remoto também merecem atenção. O isolamento social, a falta de interação presencial e as dificuldades de adaptação a uma nova modalidade de ensino podem impactar significativamente o bem-estar dos alunos. Portanto, a abordagem metodológica

deve considerar não apenas o aspecto acadêmico, mas também o emocional e social, promovendo um ambiente virtual saudável e estimulante.

Ao conduzir o questionamento acerca das desigualdades educacionais evidenciados durante a pandemia, os alunos das Escolas X e Y, abordaram os principais pontos como sinalizadores dessas desigualdades: o acesso desigual a recursos tecnológicos, a falta de suporte adequado e a disparidade socioeconômica. Além desses pontos, outros foram apontados, veja o Gráfico 12.

Gráfico 12 – Desigualdades educacionais evidenciadas na pandemia: desafios



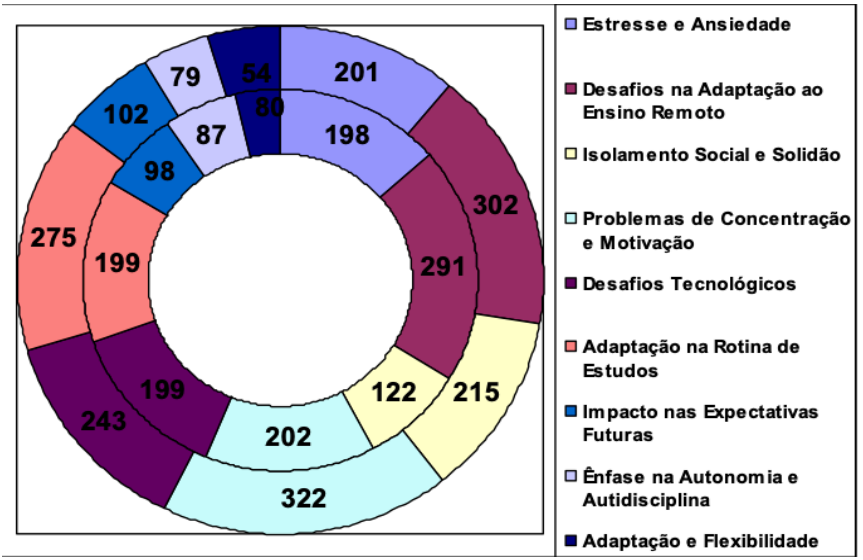
Fonte: Quadro produzido pela autora com base em dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

Este cenário evidencia a necessidade urgente de abordar questões estruturais, buscar soluções inclusivas, destacar a necessidade de maior investimento em infraestrutura educacional, apoio tecnológico e igualdade de oportunidades para garantir que todos os estudantes possam

acessar uma educação de qualidade, independentemente de suas origens socioeconômicas.

Durante a pandemia, muitos estudantes vivenciaram alterações significativas em seus comportamentos, influenciadas pelos desafios e modificações nas condições de vida e aprendizado. Vale ressaltar que essas mudanças podem variar amplamente entre diferentes indivíduos e contextos. No Gráfico 13, estão destacadas algumas alterações de comportamento apontadas pelos estudantes durante a pandemia.

Gráfico 13 - Mudanças no comportamento dos estudantes durante a pandemia.



Fonte: Gráfico produzido pela autora com base em dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

Para sanar as consequências causadas pela pandemia à educação pública, é necessário adotar estratégias flexíveis e inovadoras. Ao solicitar sugestões dos alunos de ambas as escolas para atenuar as consequências, o resultado foi praticamente unânime nas respostas. Para

apresentá-las, agrupamos por segmentos: Inclusão Digital, Aulas Híbridas, Reforço Escolar, Avaliação Formativa e Igualdade e Inclusão, no Quadro 4.

Quadro 4 – Medidas, estratégias e políticas educacionais a serem adotadas para sanar os impactos provocados pela pandemia na educação pública.

Segmentos	Opiniões mais recorrentes entre as Escolas X e Y
Inclusão Digital	Fornecer dispositivos e acesso à internet para os alunos
	Treinamento para uso de tecnologia para todos da escola
	Laboratório de informática eficiente nas escolas públicas.
Aulas Híbridas	Combinação de aulas presenciais e online
	Plataformas de ensino virtual: Redes Sociais Educacionais
	Instrução entre Pares: Atividades em grupo, aprendizagem colaborativa e troca de conhecimento entre os alunos.
Reforço Escolar	Tutorias e apoio individualizado: Monitoria entre Alunos
	Recursos online para revisão de conteúdo: Instrução entre Pares
	Grupos de Estudo e Aulas de Reforço Interdisciplinares.
Avaliação Formativa	Feedback contínuo e formativo para orientar e melhorar o desempenho dos alunos.
	Uso de tecnologia para avaliação
	Avaliação entre pares e Autoavaliação.
Inclusão e igualdade	Programas para reduzir desigualdades
	Iniciativas para inclusão de todos os alunos
	Suporte emocional; profissional de saúde mental nas escolas.

Fonte: Quadro produzido pela autora com base em dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

Diante do cenário apresentado, o acesso e a interação entre alunos e professores, juntamente com as restrições impostas pela falta de recursos no contexto mencionado, destacam, conforme apontado por Santos (2020), a exposição das desigualdades. Isso evidencia a disparidade entre as classes sociais, revelando a educação como um agravante das já existentes grandes desigualdades e oportunidades, o que exige mais dos nossos educadores, conforme observado por Paludo (2020).

Nesse contexto, conforme exposto por Reis (2020, p. 2) confirma-se que:

> a discussão acerca da educação em contextos de pandemia não pode ignorar esses cenários de desigualdades socioeconômicas e raciais. Tampouco a cultura de privilégios- de raça, classe, território- que opera em benefício de alguns grupos e impede transformações estruturais, coletivas e democráticas, revertam a lógica de desumanização e de (des) vantagens em curso no país, seja revestida pelos contornos da meritocracia, seja na desconsideração da Interseccionalidade como

ferramenta imprescindível de análise das desigualdades sociais.

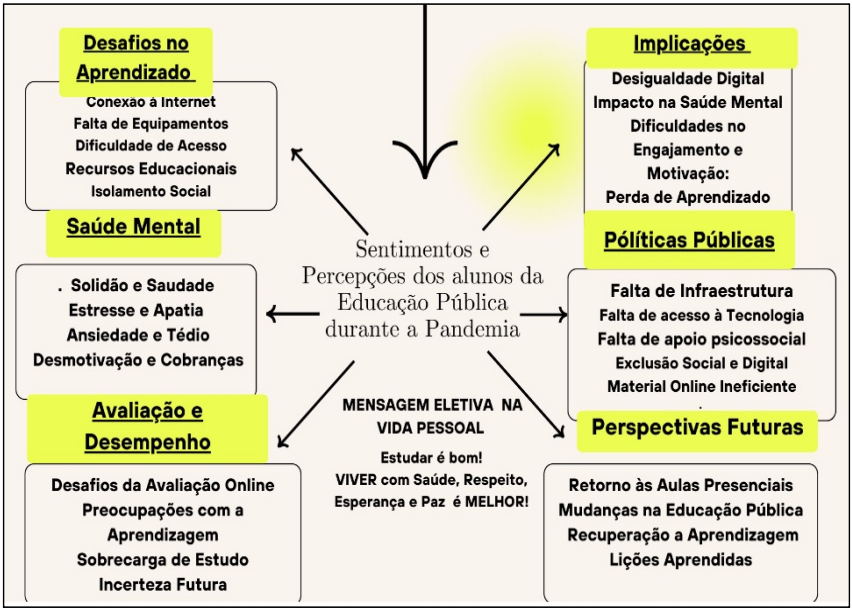
A análise destaca a importância de considerar as desigualdades socioeconômicas e raciais ao discutir a educação em tempos de pandemia. A afirmação ressalta que não se pode negligenciar os diferentes cenários em que os indivíduos estão inseridos, levando em conta fatores como raça, classe social e território.

A discussão proposta sugere que a abordagem da educação em tempos de pandemia deve ir além da superfície, considerando as raízes das desigualdades e reconhecendo a importância da Interseccionalidade para uma compreensão mais completa e justa dos desafios enfrentados pela sociedade.

A partir das respostas, elaboramos um Mapa Mental que revela a complexidade e a diversidade dos sentimentos e percepções dos alunos participantes da pesquisa. Os diferentes nós e conexões destacam a amplitude das experiências vivenciadas, desde os desafios emocionais até as estratégias de adaptação e persistência.

A análise dos dados reflete a importância de abordagens holísticas para compreender as necessidades emocionais dos alunos, destacando áreas de apoio que vão além do campo educacional. Em meio à adversidade, emergem nuances de solidariedade, compreensão e determinação, apontando para a resistência inerente à comunidade escolar. Este mapeamento aberto de sentimentos oferece insights valiosos para orientar políticas e práticas educacionais futuras, destacando a necessidade de um enfoque humanizado na promoção do bem-estar e no fortalecimento do sistema educacional durante períodos desafiadores.

Figura 7 – Mapa Mental: “Percepções e Sentimentos dos alunos durante a pandemia do COVID-19”.



Fonte: Figura elaborada pela autora com base na análise de dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

O ensino remoto durante a pandemia do covid-19 na percepção dos professores

Os desafios mais emergentes do ensino remoto

redefiniram a dinâmica de interação entre professores e alunos, exigindo uma rápida adaptação na organização e mediação da prática pedagógica. Segundo relatos das coordenadoras da Escola X e da Escola Y indicam que, inicialmente, todos os envolvidos enfrentaram desafios ao tentar se ajustar às novas demandas e requisitos, encontrando limitações em suas possibilidades de intervenção. Essas dificuldades emergiram como obstáculos a serem superados na redefinição de suas abordagens pedagógicas. Na percepção da coordenadora X;

> "Inicialmente foi muito difícil porque não sabia como proceder. Era tudo tão novo e incerto que fiquei paralisada. Senti muito perdida e por isso, pedir três meses de licença prêmio. Durante a licença comecei a assistir e ler muitos conteúdos relacionados ao tema e lives da Secretaria de Educação de orientação da Rede de como proceder. Mesmo assim foi muito difícil. A SEC não deu nenhum direcionamento consistente. Ao mesmo tempo que não considerou o ano letivo, exigia dos professores atividades de manutenção de vínculos dos alunos com a

> escola. Era tudo muito estressante, pais reclamavam, estudantes, professores, todos perdidos, sem um direcionamento. Quando a situação foi se acomodando a comunicação foi melhorando através dos grupos de WhatsApp, e-mails e reuniões virtuais para compartilhamento de ideias e planejamento. Realizávamos reuniões de A.C virtualmente e na medida do possível, ia contribuindo com os professores e sendo apoio no que eles precisassem".

Já na percepção da coordenadora Y,

> "Diante das limitações que a pandemia nos impôs, fazer uso das tecnologias foi sem dúvida, um dos grandes desafios. Orientar os professores à distância não foi um trabalho fácil. Mas, com disciplina e boa vontade conseguimos alcançar muitos dos nossos objetivos."

Enquanto, na visão da professora "R" da Escola X,

> "A chegada do COVID -19 trouxe um turbilhão de mudanças na nossa

> prática de ensino. As dificuldades com as ferramentas tecnológicas, aulas online para pessoas sem instrumentos tecnológicos, internet de má qualidade tanto para os discentes como para os docentes, o medo de buscar ajuda física e adquirir o vírus, foram momentos desesperadores".

Na visão do professor J da Escola Y,

> "Com a pandemia o Ensino Público sofreu uma queda no nível de aprendizado, visto que para o professor foi o momento mais complexo do seu trabalho, as metodologias foram modificadas, os materiais de apoio não eram os ideais e os alunos, cada um com sua individualidade não eram ajudados como deveriam. Tivemos que aprender a usar novas ferramentas, fazer algumas adaptações de materiais e avaliações, porém o maior desafio foi lidar com as tecnologias".

Os depoimentos descrevem uma jornada desafiadora, marcada por incertezas e falta de orientação

inicial, mas também destaca a importância da busca ativa por informações, adaptação às circunstâncias e a colaboração para superar as dificuldades no ambiente educacional. Mencionar a formação e orientação por meio das TICs suscita a importância da promoção efetiva da integração das Tecnologias da Informação e Comunicação no ambiente educacional. Isso requer um comprometimento institucional que se manifesta na oferta de formação qualificada aos professores, bem como na garantia de acesso a recursos midiáticos atualizados e em quantidade suficiente para atender às demandas dos alunos.

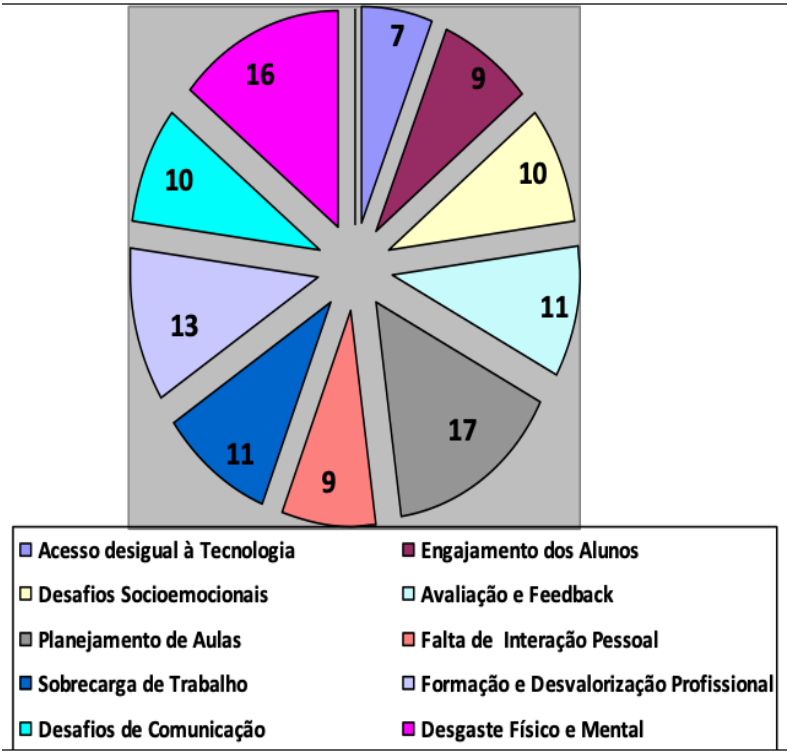
> Para tanto, é preciso que se ofereça aos professores formação adequada para o uso das tecnologias da informação e comunicação e que seja assegurada a provisão de recursos midiáticos atualizados e em número suficiente para os alunos. (BRASIL, 2010b, p. 10).

Propõe-se a integração das tecnologias digitais na prática educativa, sendo fundamental que os profissionais da

educação possuam conhecimento sobre essas ferramentas. A Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, estabelecida pelo Decreto Nº 6.755 em 2009, busca atualizar teoricamente os educadores, incluindo o uso de tecnologias de comunicação e informação. Contudo, quase duas décadas após sua criação, a implementação dessa proposta não abrangeu todos os profissionais atuantes no magistério.

Dessa forma, no contexto do ensino remoto é importante analisar as práticas educacionais dos professores. Isso inclui a investigação das abordagens, recursos e estratégias utilizados para facilitar o ensino e aprendizagem, especialmente após a transição para o formato online devido ao distanciamento social. O gráfico 14 apresenta os principais desafios mencionados por 34 professores entrevistados nas Escolas X e Y durante o ensino remoto.

Gráfico 14 - Principais desafios dos professores no Ensino Remoto



Fonte: Gráfico produzido pela autora com base em dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

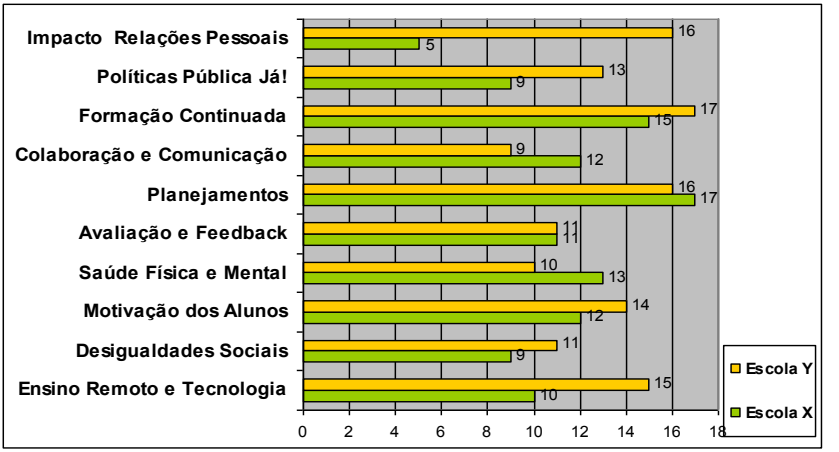
Dentre os desafios mencionados pelos professores,

destaca-se o Planejamento de Aulas com 100%, devido a carência de conhecimento e habilidade no uso de ferramentas e recursos tecnológicos, seguido do Desgaste Físico e Mental, com 94,1%, o que revela a intensidade do impacto emocional e físico associado à transição abrupta para o ensino remoto. A Formação e a Desvalorização Profissional, apontadas por 76,5% dos educadores, sinalizam a necessidade urgente de investimentos em capacitação docente e o reconhecimento da importância do papel do professor nesse novo contexto. A Sobrecarga de Trabalho e os Desafios relacionados à Avaliação e Feedback, assinalados por 64,7%, destacam a pressão adicional sobre os docentes para manterem altos padrões de qualidade no ensino à distância. Por fim, os Desafios Socioemocionais e de Comunicação, mencionados por 58,8%, apontam para a importância de abordagens holísticas que levem em consideração o bem-estar emocional dos alunos e promovam uma comunicação eficaz em ambientes virtuais, desafiando os professores a desenvolverem habilidades além do aspecto puramente acadêmico. Esses dados refletem não

apenas os obstáculos enfrentados pelos educadores, mas também destacam a necessidade premente de suporte e investimentos para garantir um ambiente educacional eficaz e sustentável nesse novo cenário.

A pandemia do COVID-19 impôs desafios significativos ao setor educacional global, impactando de maneira abrangente a dinâmica da educação pública. Nesse sentido, o Gráfico 15, apresenta as implicações da pandemia na visão dos professores, destacando as mudanças, obstáculos e adaptações enfrentados por esses profissionais no contexto educacional. Ao analisar as percepções dos professores, podemos compreender melhor como a crise sanitária alterou as práticas pedagógicas, as interações aluno-professor e as estratégias de ensino, fornecendo insights essenciais para o desenvolvimento de políticas educacionais consistentes no pós-pandemia.

Gráfico 15 – Impactos da pandemia no ensino: perspectivas dos professores.



Fonte: Gráfico produzido pela autora com base em dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

Ao analisarmos as opiniões expressas pelos professores no Gráfico 15, fica claro que a fragilidade do serviço de internet em concordância com as exigências educacionais, a ausência de interações presenciais nos ambientes escolares e o consequente isolamento social, torna-se evidente que professores e alunos enfrentam

situações competitivas nesse processo. Os educadores enfrentam uma sobrecarga de trabalho, muitas vezes operando em uma estrutura de qualidade deficiente, enquanto os alunos, incapazes de exercer plenamente seu direito à educação remota, muitas vezes devido à falta de recursos digitais, prejudicados com a baixa qualidade da conexão. Isso resulta em estresse emocional, sentimento de impotência e autorresponsabilidade para ambas as partes envolvidas.

No contexto deste acontecimento, Cipriano (2019, p. 3) discute que:

> Podemos deduzir, neste sentido, que o docente está inserido na escola como agente direto e indireto na construção política e social na escola enquanto seu constituinte e portanto não pode ser dispensado de usufruir do seu direito a saúde, seja ela física e mental no seu ambiente de trabalho, uma vez que essa política pública visa aprimorar a qualidade de vida daqueles que constituem a escola, comprovamos que a saúde mental dos professores dentro e fora das instituições de en-

> sino está perpassando por grandes dificuldades, sejam elas originadas por conta das altas cargas de estresse e problemas que passam diariamente [...].

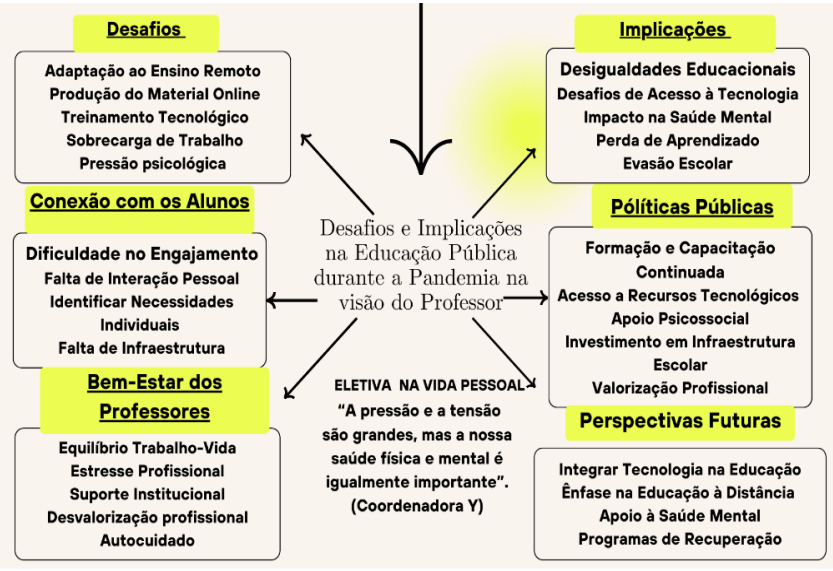
Quando se trata da saúde física e mental dos professores, é evidente que diversos elementos prejudiciais exercem uma influência significativa, afetando suas vidas e comprometendo seu bem-estar. Os dados apresentados corroboram a presença de diversos fatores que contribuem para o adoecimento experimentado no quotidiano dos educadores.

Com base nas respostas obtidas, foi desenvolvido um Mapa Mental que evidencia a complexidade e a diversidade dos sentimentos e percepções dos professores participantes da pesquisa. Os diversos entraves e conexões ressaltam a extensão das experiências vivenciadas, desde os obstáculos emocionais até as estratégias adotadas para se adaptar e persistir.

Esse mapeamento aberto de sentimentos proporciona insights valiosos que podem orientar futuras

políticas e práticas educacionais, enfatizando a importância de uma abordagem humanizada na promoção do bem-estar e no fortalecimento do sistema educacional em períodos desafiadores.

Figura 8 – Mapa Mental: “Desafios e Implicações da Pandemia na Educação Pública na visão dos professores.”



Fonte: Figura elaborada pela autora com base na análise de dados compilados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Com base no exposto, retoma-se a importante questão dos efeitos da pandemia de Covid-19 na educação. Certamente, a área educacional foi uma das mais afetadas pelas fragilidades e erros decorrentes da implementação de políticas públicas equitativas, inclusivas e pluralistas. Dessa forma, isso é evidenciado pelas dificuldades dos gestores educacionais em proporcionar melhores condições de acesso à tecnologia para todos os alunos, planejar junto aos educadores, um ensino pós-pandemia com propósito a cooperar com os setores produtivos e fomentar os avanços na cidadania e na democracia.

Nessa perspectiva, o reconhecimento dos retratos da quarentena na educação, inseridas ao procedimento de "novo normal", atribui desafios múltiplos aos governantes em superar obstáculos em período de precários recursos, corrigir as falhas na condução de novos meios de ensinar dos docentes e suprir lacunas nos ensinos-aprendizagem dos alunos em todas as modalidades da educação.

Além disso, a instituição de aulas presenciais e a adoção de aulas remotas como estratégia de distanciamento

social para reduzir os efeitos da epidemia evidenciaram e potencializaram as desigualdades sociais e educacionais historicamente existentes no meio educacional brasileiro. Os princípios da justiça curricular são rejeitados pela ausência de políticas públicas nos diferentes níveis de governo, onde são apresentadas as variáveis que interferem na produção da desigualdade nas escolas.

O governo federal, constituinte pelo MEC, e os governos estaduais, concebidos pelas Secretarias da Educação, situaram diretrizes e normativas de modo vertical, autoritário e escasso, autorizando e regulando o ensino a distância intercedido por tecnologias digitais. Entretanto, isso ocorreu sem contrapartidas e responsabilidades pelas condições do cumprimento desse ensino, segundo situa o Regime de Colaboração previsto constitucionalmente.

Exemplo disso foi a adoção, pelos governos, da estratégia de privatização, sem consultar os atores envolvidos, quando, durante o processo, firmou parceria com o Google para disponibilização de plataforma de ensino a distância nas modalidades remoto e híbrido com

atividades síncronas e assíncronas, desconsiderando o material das condições escolares e da comunidade escolar.

Deve-se notar que os fatores mais importantes que afetam negativamente o trabalho escolar dos alunos estão relacionados às condições socioeconômicas, à infraestrutura das escolas e às condições e métodos de trabalho docente, que são avaliados pelos maiores índices de abandono da escola e a intenção de terminar a escola; dificuldades dos alunos em conciliar estudo com trabalho ou estágio; condições educacionais e sociais relacionadas à situação familiar, seja pela escola ou pelo desemprego causado pela pandemia; má formação de professores; e as condições críticas de locais, acesso à Internet e recursos para participação efetiva nas aulas a distância.

As variáveis e fatores contextuais apresentados no mapa mostram um grande aumento da desigualdade, portanto, fatores negativos na sociedade que permitem a persistência de uma educação corrupta revelada pela realidade da escola de jovens de escolas públicas em tempos de ensino e pandemia. Isso significa a luta pela democracia

na educação pública, com uma distribuição igualitária urgente, controlada e orientada pela justiça das escolas, das condições e recursos a ela destinados.

A pandemia do COVID-19 está causando uma interrupção sem precedentes na educação pública em todo o mundo. A necessidade de distanciamento social e o fechamento de escolas levou a uma transição rápida para o ensino remoto, o que apresentou grandes desafios para professores, alunos e gestores escolares. Esta tese de doutorado buscou analisar os desafios e projetos da pandemia do COVID-19 na educação pública, identificando boas práticas e propondo recomendações para o fortalecimento da educação pública diante de crises sanitárias e emergências globais.

Ao longo deste trabalho, foi possível constatar que a pandemia do COVID-19 provocou mudanças significativas na educação pública. As escolas foram obrigadas a adaptar suas práticas pedagógicas e estruturas organizacionais para o ensino remoto, o que impactou o modelo de ensino e aprendizagem e as políticas educacionais. Os professores

enfrentam desafios prolongados, como a adaptação de conteúdos e metodologias, a conexão com os alunos e o atendimento às necessidades especiais dos alunos. Além disso, a pandemia teve um impacto negativo na aprendizagem e no desempenho acadêmico dos alunos da educação pública.

No entanto, a pandemia também apresentou oportunidades para a inovação e o fortalecimento da educação pública. Através do ensino remoto, foi possível explorar novas formas de ensino e aprendizagem e utilizar recursos tecnológicos que antes não estavam disponíveis. O governo implementou programas de apoio financeiro, treinamento de professores e fornecimento de equipamentos tecnológicos para auxiliar as escolas no processo de adaptação ao ensino remoto, ainda que de forma acanhada e aquém do desejável.

Com base nas lições aprendidas durante a pandemia do COVID-19, propomos algumas recomendações para o fortalecimento da educação pública no contexto pós-pandemia. É essencial investir em infraestrutura

tecnológica para garantir a conectividade e acessibilidade a todos os alunos. Os professores precisam de apoio e treinamento contínuo para lidar com o ensino remoto e com as necessidades especiais dos alunos. Nesse sentido, a Sala de Aula Invertida pode ser uma estratégia eficaz para melhorar a qualidade do ensino e promover a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem. No entanto, é preciso um planejamento cuidadoso, uma abordagem pedagógica bem estruturada e um trabalho conjunto entre professores, alunos e instituições educacionais para garantir seu sucesso. Assim sendo, a estratégia da Sala de Aula Invertida pode ser considerada como parte de um conjunto de soluções para enfrentar os desafios da educação pública no contexto pós-pandemia.

Com o objetivo de se posicionar como pesquisa moderna, foram trazidos à discussão os autores que conseguem manter a uniformidade em seus estudos, com ideias que podem romper a questão do tempo e se manterem atuais por muito tempo, para que no futuro possa ser uma inspiração para novos pesquisadores que queiram

usar esta pesquisa como um referencial teórico em suas novas pesquisas e sua maneira de fazer as coisas. A busca por esses trabalhos será feita por meio de bases de dados universitárias, sites especializados na publicação de artigos científicos e trabalhos já publicados que atendam ao tema aqui proposto.

Fica claro, portanto, a relevância de se fazer um estudo minucioso acerca desta temática, que em meios acadêmicos, ainda é pouco desenvolvida, em comparação ao tamanho de sua contribuição para a ciência como um todo. Partindo dessa premissa, é esperado, ao fim da apresentação, que o trabalho consiga desenvolver o debate e responder as questões aqui desenvolvidas com o auxílio de periódicos da área, com o objetivo de sanar quaisquer dúvidas que o leitor possa ter acerca do tema.

Por fim, é preterido, também, que o trabalho se coloque na mesa de especialistas da área, podendo servir como inspiração para novos estudiosos que queiram trazer uma nova abordagem e que possa usar este estudo como referência teórica. Ademais, é importante ressaltar que a

pandemia do COVID-19 expôs as desigualdades sociais e educacionais existentes na sociedade. Portanto, é necessário promover uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade para todos os alunos, garantindo o acesso igualitário à educação e respeito às diferenças individuais. Somente assim podemos fortalecer a educação pública e preparar nossos alunos para enfrentar os desafios do futuro.

RECOMENDAÇÕES

A adaptação a esta nova realidade não foi um processo fácil e adequado, pelo menos em determinados níveis de ensino, mas foi o possível face aos acontecimentos. Mantém-se a urgência da continuidade das atividades docentes para manter as intervenções de ensino voltadas para os objetos do conhecimento e os instrumentos de memorização e controle, tanto na prática dos gestores da educação pública quanto nas instituições privadas de ensino.

Para além do que foi exposto neste trabalho, é muito cedo para avaliar todos os impactos, obstáculos e

avanços na educação devido às medidas tomadas durante esta pandemia, mas certamente, muito se tem aprendido na comunidade escolar, no sentido de novas ideias educativas, em todos os níveis de ensino. É necessário repensar o conceito de aprendizagem, o ato de ensinar, o currículo e as aulas do próprio processo educativo; é preciso promover a prática do ensino online aliado ao ensino presencial no ensino fundamental e médio, a fim de promover uma educação transformadora, libertadora, inclusiva e de qualidade.

Enfim, levando em consideração que a pandemia do COVID-19 trouxe muitos desafios para a educação pública, mas também revelou oportunidades para aprimorar a forma como a educação é entregue, algumas recomendações podem ser feitas:

- Implementar um sistema de recuperação e nivelamento escolar;
- Investir na valorização dos professores;
- Investir em tecnologia e infraestrutura na

escola pública;

- Priorizar a saúde mental e o bem-estar dos alunos e professores;
- Equidade na educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



AGÊNClA BRASlL. Orçamento de 2020 prevê aIta de R$ 24,2 bi em renúncias fiscais. DisponíveI em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/orcamento-de-2020-preve-alta-de-r-242-bi-em-renuncias-fiscais. Aceso em: 07 maio 2022.

ALBQUERQUE, Leila Cunha de; GONTIJO, Cleyton Hércules. A complexidade da formação do professor de matemática e suas implicações para a prática docente. 2013.

ALI, W. Online and Remote Learning in Higher Education Institutes: A Necessity in light of COVID-19 Pandemic. In: Higher Education, v. 10, n. 3, 2020.

ALVES, l. "Educação a distância: definições e história no BrasiI e no mundo". Revista BrasiIeira de Aprendizagem Aberta e a Distância. RJ: UFR J, v.10, 2011.

ANTUNE S, r. (2001). Reestruturação produtiva e transformações no mundo do trabaIho numa ordem neoIiberal. ln Dourado, L. F., & Paro, V. H. (orgs.). Políticas púbicas & educação básica (pp. s./p.). SP.

ANDRADE, Cíntia, Cristiane. O ensino da matemática para o cotidiano. Disponível em:http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4286/1/MD_EDUMTE_2014_2_17.pdf. Acesso em: 23 maio 2023.

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ALVES, Luana Leal. A Importância da Matemática nos Anos Iniciais. Disponível em> https://wp.ufpel.edu.br/geemai/files/2017/11/A-IMPORT%c3%82NCIA-DA-MATEM%c3%81TICA-NOS-ANOS-INICIAS.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.

ARAÚJO, Helena; LUÍS, Marco Garapa Rafael. Elementos de Euclides Livros VII e IX.Disponível:http://members.netmadeira.com/rafaelluis/documentos/euclides7e9.pdf. Acesso em: 22 maio 2022.

ARRUDA, Eucídio Pimenta. Implementação das tecnologias digitais nos currículos das escolas de Educação Básica dos países membros da OCDE. In: SIQUEIRA, Ivan Claudio Pereira (org.). Subsídios à elaboração da BNCC: estudos sobre temas estratégicos da parceria CNE e Unesco. São Paulo: Moderna, 2018. Disponível em: https://fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/10_SubsidiosBNCC.pdf. Acesso em: 11 maio 2022.

ARENS, A. K.; MORIN, A. J. S. Relations between teachers' emotional exhaustion and students' educational outcomes. In: Journal of Educational Psychology, v. 108, n. 6, p. 800, 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DOMICILIAR - ANED. Entenda sobre Educação Domiciliar. 2020.

AUDINO, j. A qualidade da educação na relação entre o lDEB e a gestão educacional: efeitos, limites e possibilidades. 2020.

BARBOSA, c. A aprendizagem mediada por TlC: interação e cognição em visão. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, SP, v. 1 1, p. 83-100, set. 2012.

BAHIA. Decreto Nº 19.549 de 18 de março de 2020. Declara Situação de Emergência em todo o território baiano, afetado por Doença Infecciosa Viral - COBRADE 1.5.1.1.0, conforme a Instrução Normativa do Ministério da Integração Nacional nº 02, de 20 de dezembro de 2016, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e dá outras providências. Diário Oficial Estadual. Estado da Bahia. Palácio do Governo do Estado da Bahia, em 18 de março de 2020a. Disponível em:. Acesso em: 19 maio. 2022

BAHIA. Decreto N.º 19.586, de 27 de março de 2020b. Ratifica declaração de Situação de Emergência em todo o território baiano, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, 155 e regulamenta, no Estado da Bahia, as

medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Bahia: Casa Civil, [2020]. Disponível em:. Acesso em: 11 abril. 2023.

BAHIA, Resolução CEE-BA Nº 37. Conselho Estadual de Educação da Bahia - CEE, Secretaria da Educação do Estado da Bahia - SEC. Salvador, 18 de maio de 2020h. Disponível em:. Acesso em: 16 nov. 2022.

BARUFI, M.C.B.A construção/negociação de significados no curso universitário inicial de Cálculo Diferencial e Integral.2018. 185f.Tese (Doutorado em Educação) -Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2018.

BENEVlDES, m. (2007, 11 e 12 de dezembro). O direito humano à educação. Conferência na sessão de abertura do Seminário sobre O Direito Humano à Educação e seus novos desafios. USP – SP.

BERG, J; BLUM VESTENA, C; COSTA-LOB0, C. Criatividade e Autonomia em Tempo de Pandemia: Ensaio Teórico a partir da Pedagogia SociaI. Revista lnternacional de Educación para la Justicia SociaI, v.9, n. 3, 2020.

BERLlOZ, J. ln: LE G0FF, J; SCHMlTT, J. (coord.). Dicionário Temático do Ociden te MedievaI. Bauru – SP:

EDUS C; SP: lmprensa OficiaI do Estado, 2002.

BERGMANN, J.; SAMS, A. Flip Your Classroom: Reach Every Student in Every Class Every Day.1. ed. Colorado: ISTE and ASCD, 2016.239p.

BORDENAVE, J. E. D. O que é comunicação. São Paulo: Brasiliense, 1982. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2009/cd/trabalhos/1552009182855.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

BOTTENTUlT Jr; COUTO, F. A utilização das TecnoIogias de Informação e Comunicação no Ensi no FundamentaI ll: um estudo com estudantes e tutores de um colégio em São Luís – MA. Revista Educação OnIine, v. 6, n.2 mai/ago. 2012.

BRASlL. Base NacionaI Comum CurricuIar. Brasília: ME C, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. Básica do Conselho Nacional de Educação, no 04/98.

_____. Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no 15/98.

_____. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no 11/2000.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2020.

_____ . Medida provisória nº 936, de 1º de abril de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/. Acesso em: 15 jun. 2022.

_____. Melhores práticas em escolas de Ensino Médio no Brasil. Brasília: Inep, 2010.

_____. PISA 2000. Relatório Nacional. Brasília: MEC/ Inep, 2001.

_____. Saeb 2001: novas perspectivas. Matrizes de Referência do Saeb – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Brasília: MEC/Inep, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria 345, de 19 de

março de 2020. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-345-2020_390992.html. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resposta nacional e internacional de enfrentamento ao novo coronavírus. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://coronavirus.saude.gov.br/resposta-brasileira-a-emergencia. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro03.pdf. Acesso em: 02 de fevereiro de 2022.

BRASlL. Portaria Normativa nº 2.117, de 06 dezembro de 2019.

BRITO, Isadora Eufrásio de; SILVA, Patrícia Costa dos Santos da. Sala de Aula Invertida: Uma Ferramenta no Ensino-Aprendizagem em Enfermagem. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/aula-invertida. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASlL. lnstituto NacionaI de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (lNEP). ReIatório BrasiI no Programa lnternacional de AvaIiação de Estudantes (PlSA).

BrasíIia: lNEP, 2018.

BRASlL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. EstabeIece diretrizes e bases da educação nacionaI. Diário OficiaI da União, BrasíIia, DF, 23 dez. 1996. DisponíveI em: http://www.pIanalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394. Acesso em: 11 abr. 2022.

BRASlL. Decreto n. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96). Diário OficiaI da União, BrasíIia, 1998.

BRASlL. lnstituto NacionaI de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (lNEP). Censo EscoIar 2020. Brasília: lNEP, 2020ª.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021.

BRASlL. Ministério da Educação. ConseIho NacionaI de Educação. Câmara de Educação Básica. ResoIução nº 3, de 21 de novembro de 2018. AtuaIiza as Diretrizes CurricuIares Nacionais para o Ensino Médio. Diário OficiaI da União: seção 1, Brasília, 2018.

BRASlL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro.

Portar ia nº 343, de 17 de março de 2020a.

BRASlL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 5 de 28 de abriI de 2020b. DisponíveI em: http://portaI.mec.gov.br/. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASlL. lnstituto NacionaI de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (lNEP). Índice de DesenvoIvimento da Educação Básica (lDEB). BrasíIia: lNEP, 2020b.

BRASlL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 345, de 19 de marçde 2020. Portaria nº 345, de 19 de março de 2020, que aItera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. Diário OficiaI da União: seção 1, BrasíIia, DF, 2020b.

BRASlL. Ministério da Educação. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020c. DisponíveI em: http://www.in.gov.br/. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASlL. Ministério da Educação. ConseIho NacionaI de Educação. Nota de EscIarecimento. Diário OficiaI da União, BrasíIia, DF, 18 mar. 2020c. DisponíveI em: http://consed.org.br/media/download/5e78b3190caee.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASlL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020. DecIara Emergência em Saúde PúbIica de importância NacionaI (ESPlN) em decorrência da lnfecção Humana peIo novo Coronavírus (2019-nCOV). Diário OficiaI da União: seção 1, BrasíIia, DF, 04 fev. 2020d.

BRASlL. Ministério da Educação. Portaria nº 356, de 20 de março de 2020e. DisponíveI em: https://www.legisweb.com.br/. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASlL. Medida Provisória nº 934, de 1 de abriI de 2020. DisponíveI em: http://www.pIanalto.gov.br/. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASlL. Ministério da Saúde. Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. DisponíveI em: http://www.in.gov.br/. Acesso em: 16 ago. 2022.

BROWN, Theod0re m.; CUETO, Marcos; FEE, EIizabeth. A transição de saúde púbIica 'internacionaI' para 'gIobaI' e a organização MundiaI da Saúde. História, Ciência, Saúde: Manguinhos, RJ, 2OO6.

CARDOSO, C., FERREIRA, V., & BARB0SA, F. (2020). (Des)iguaIdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das

alternativas de ensino remoto. Revista Com Censo, 7(3), 38-46.

CARVALHO, R. (2009). Gestão escoIar autônoma e compartilhada: gerencialismo ou democratização? Goiânia: Editora UFG.

CARVALHO, R. (2013). Gestão e participação universitária no século XXl. Curitiba/PR: Editora CRV. https://doi.org/10.24824/978858042624.3

CARVALHO, R. (20l6). Esfera públIica, democracia e participação nas instituições sociais. ln OIiveira, A. M.., & Freire, J. S. E. CARVALHO, R., & CARVALH0, D. (2019) InfIuências neoconservadoras para a poIítica/gestão da educação e o trabaIho docente. ln lV Anais do Seminário Rede Mapa. PaImas/TO.

CASTAMA N, O; RODRlGUES, R. Educação Distância na crise COVlD - 19: um reIato de experiência. Research, Societ y and DeveIopment, Vargem Grande PauIista, SP, 2020.

CARTWRlGH, F.; BlDDISS, m. Grandes pestes de la História. Buen os Aires: EI Ateneo, 2005.

CHRISTENSEN, C. M.; HORN, M. B.; STAKER, H.

Ensino híbrido: uma inovação disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos. [S. l: s. n], 2013. Disponível em: https://www.christenseninstitute.org/publications/ensino-hibrido/. Acesso em: 21 set. 2022.

COSTA, Nielce Meneguelo Lobo da; PRADO, Maria Elisabette Brisola Brito. A Integração das Tecnologias Digitais ao Ensino de Matemática: desafio constante no cotidiano escolar do professor. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/1392/918. Acesso em: 12 jun. 2022.

COSTA, A. A educação à distância no BrasiI: concepções, histórico e bases legais. Revista EIetrônica do Centro Universitário do Rio SF, PauIo Afonso, n. 12, p. 59-74,2017. DisponíveI em: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2017/12/aeducacaoadistanciano_brasilconcepcoeshistoricoebaseslegais.pdf. A cesso em: 29 maio 2022.

COSTA, A; SCHWAR CZ, l. 1890-1914: No tempo das certezas. SP: Companhia das Letras, 2000.

COUTO, E.; COUTO, E.; CRUZ, I. #fiqueemcasa: educação na pandemia da COVID19. In: Interfaces Científicas, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 200-217, 2020. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8777. Acesso

em: 30 jun. 2022.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. Pesquisa de Métodos Mistos. 2a Ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 288p. (Série Métodos de Pesquisa).

CUNHA, A. L. Interação verbal em fóruns de discussão: a língua escrita em atividades colaborativas. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/415200753049PM.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

CURY, J. (2008) A educação básica como direito. Cadernos de Pesquisa, 38(134), 293-3O3.

DANTAS, Adriana Doroteu et al. Uma avaliação do modelo sala de aula invertida no ensino superior. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 4., 2015, Maceió, Anais... Porto Alegre, 2015. p. 512-521.

DELUMEAU, J. História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada. SP: Companhia das Letras, 1993.

DIAS, E.; PINTO, F. C. F. A Educação e a Covid-19. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 28, n. 108, p. 545-554, jul./set. 2020. » https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801080001

DIAS, E.; PINTO, F. A Educação e a Covid-19. In: Ensaio: Aval.Pol.Públ.Educ., Rio de Janeiro, v. 28, n.108, jul./set. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0104-40362019002801080001. Acesso em: 13 mai. 2022.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. A Educação e a Covid-19. Ensaio: aval.pol. públ.Educ. vol.28 no.108 Rio de Janeiro Jul./Set. 2020.

DUSSEL, Inês; CARUSO, Marcelo. A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2003.

EBERHARDT, Ilva Fátima Neves; COUTINHO, Carina V. Scheneider. Dificuldades de Aprendizagem em Matemática nas Séries Iniciais: Diagnóstico e Intervenções. Disponível em: http://www2.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_013/artigos/artigos_vivencias_13/n13_08.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

ENTENDA como o coronavírus está afetando a educação ao redor do mundo: reIatorio da Unesc o registrou aproximadamente 300 miIhões de alunos afetados pela pandemia do novo coronavírus, em 22 países. Empresa BrasiI de Comunicação, BrasíIia, DF, 19 mar. 2020. Disponível em: https://radios.ebc.com.br/revista-brasil/2020/03/impactos-educacionais-por-causa-do-covid19. Acesso em:

1 abr. 2022.

FlLHO, A., ANTUNES, M., & C0UTO, M. (2020). AIguns apontamentos para uma crítica da educação a distância (EaD) na educação brasIleira em tempos de pandemia. Rev. Tamoios, 1, 16-31.

FLAC H, S. (2011). Direito à educação e obrigatoriedade escolar no Brasil: entre a previsão legal e a realidade. Revista HISTEDB R On-line, 43, 285-3O3.

FONSECA, V. lmportância das emoções na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. Rev. Psicopedagogia, v.33, n. 102, p.36 5-38 4, 2016.

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2012

FRIGOTTO, G. (2017). EscoIa “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. RJ: UERJ, LPP.
FRANÇA, N. Endemia, epidemia e pandemia. In: lnfoEscoIa: navegando e aprendendo. c2OO6-2020. DisponíveI em: http://www.infoescoIa.com/doencas/endemia-epidemia-epandemia/. Acesso em: 13 abr. 2022.

FREIRE, P., Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREITAS NETO, Fernando Fonseca de. “A precariedade do teletrabalho no contexto da era informacional”. International Journal of Development Research, vol. 10, n. 5, 2020. Apud: JUNIOR, et al. ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE COVID-19: APLICAÇÕES E DIFICULDADES DE ACESSO NOS ESTADOS DO PIAUÍ E MARANHÃO. BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA) ano II, vol. 3, n. 9, Boa Vista, 2020.

FRElRE, P., Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. RJ. Paz e Terra, 1987.

FULTON, K. Upside down and inside out: Flip Your Classroom to Improve Student Learning.Learning & Leading with Technology, v. 39, n. 8, p. 12-17, 2016. Disponível em: http://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ982840.pdf . Acesso em: 20 mai. 2022.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 2, p. 3-11, 2000. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf Acesso em: 16 mai. 2022.

GERMANO, F. Bombou na quarentena: pois o Zoom é um desastre de privacidade para você. UOL. 2 de abriI de 2020. DisponíveI em http://twixar.me/rC1m . Acesso em: 1 jun.

2022.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GINWRIGHT, S. The future of healing: Shifting from trauma informed care to healing centered engagement. Occasional Paper, v. 25, 2018.

GODOI, M. et al. O ensino remoto durante a pandemia de covid-19: desafios, aprendizagens e expectativas dos professores universitários de Educação Física. Research, Society and Development, v. 9, n. 10, p. e4309108734-e4309108734, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/WINDOWS/Downloads/8734-Article-122656-1-10-20201003%20(2).pdf. Acesso em: 16 mai. 2022.

GROLNlCK, W.; SLOWlACZEC, M. Parents involvement in children's schooling: A multidimensional conceptualization and motivational model. Child Development, v.65, n.1, p.23 7- 25 2, 199 4.

GUATTARl, F. O Capitalismo Mundial lntegrado e a Revolução Molecular. ln: ROLNlK, Suely (org.). Revolução Molecular. Pulsações políticas do desejo. Brasiliense, SP, 2013a.

GUATTARl, F. RevoIução MoIecular: puIsações poIíticas do desejo. SP, SP: Editora BrasiIiense, 2013b.

HAN, B.-C. Sociedade do cansaço. Petrópolis: Vozes, 2017.

HENRIQUE, T. COVID-19 e a Internet (ou estou em isolamento social físico). In: Humanas e Sociais, v. 8, n. 3, p. 5-8, 2020. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/8713/3937. Acesso em: 18 jun. 2022.

HONÓRIO, H. L. G. (2016) "Sala de Aula Invertida: uma abordagem colaborativa na aprendizagem de matemática". PPGEM/UFJF. Juiz de Fora.

HONÓRIO, Hugo Luiz Gonzaga; SCORTEGAGNA, Liamara. Sala de aula invertida na prática: implementação e avaliação no ensino de matemática. Disponível em: https://br.search.yahoo.com/

HORN, M.B, STAKER, H.; Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar aeducação [recurso eletrônico] [tradução: Maria Cristina Gularte Monteiro; revisãotécnica: Adolfo Tanzi Neto, Lilian Bacich]. – Porto Alegre: Penso, 2015.

lBGE - lnstituto BrasiIeiro de Ge0grafia e Estatísticas.

"Pesquisa NacionaI por Amostragem DomiciIiar (PNAD)". PortaI EIetrônico do lBGE [2020a].

lBGE - lnstituto BrasiIeiro de Geografia e Estatísticas. "lndicadores Sociais Mínimos (lSM)". PortaI EIetrônico do lBGE [2020b].

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). PaineI EducacionaI. BrasíIia, 2020. DisponíveI em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inepdata/painel-ducacionaI. Acesso em: 20 nov. 2022.

JOAQUIM, N. (2009). Direito educacionaI brasiIeiro: história, teoria e prática. RJ: Livre Expressão.

JUNIOR, et al. ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE COVID-19: APLICAÇÕES E DIFICULDADES DE ACESSO NOS ESTADOS DO PIAUÍ E MARANHÃO. BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA) ano II, vol. 3, n. 9, Boa Vista, 2020.

KENSKI, v. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LAVAL, C. O colégio não é uma empresa: o neoIiberalismo em ataque ao ensino púbIico. 1. ed. SP: Boitempo, 2019.

LAGARES, R., SlLVEIRA, l., & LEMOS, P. (2019). Gestão democrática em pIanos de educação no Tocantins: fios de uma mesma trama?! ln Nardi, E. L., Cardozo, M. J. P. (orgs.). Democracia e gestão da educação em perspectiva.

LEITE, C.; Passos M. O. A.; Torres P. L. and Alcântara P. R. A. (2015) "Aprendizagem colaborativa na educação a distância on-line". [s.l: s.n.]. ABED.

LESKlN, P. lnstagram Live usage jumped 70% Iast month. A psychoIogist says it's because 'peopIe are not design ed to be isoIated.' 16 de abriI de 2020. DisponíveI na URL: http://twixar.me/y31m. Acesso em: 26 maio 2022.

LEVY, P. CibercuItura. RJ: Editora 34, 1999.

LÉVY, P. CibercuItura. SP: Edit0ra 34, 2009.

LlTTO, F., Educação a distância e a USP. JornaI da USP, v. 18, p. 639, 2003.

LOPES, R; FURK0TTER, M. Formação iniciaI de tutores em momentos de TDlC: um ponto em aberto. Educ. rev., BH, v. 3 2, n. 4, p. 26 9-29 6, dez. 2016.

LOBO. S. (2020). PoIíticas para educação sob o Governo

BoIsonaro e seus impactos sobre a formação de tutores.

MAIA, B. R.; DIAS, P. C. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. Estudos de Psicologia (Campinas), Campinas, v. 37, e200067, 2020.

MASCARO, A. (2015). A crítica do Estado e do direito: o modo de poIítica e a forma jurídica. In Netto, J. P. (Org.). Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora (pp. 11-29).

MARQUES, Ronualdo. "A ressignificação da educação e o processo de ensino e aprendizagem no contexto de pandemia do COVID-19". Boletim de Conjuntura (BOCA), vol. 3, n. 7, 2020. Apud: JUNIOR, et al. ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE COVID-19: APLICAÇÕES E DIFICULDADES DE ACESSO NOS ESTADOS DO PIAUÍ E MARANHÃO. BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA) ano II, vol. 3, n. 9, Boa Vista, 2020.

MARTINS, José Geovânio Buenos Aires et al. "Métodos de aprendizagem, tecnologias educacionais e o desenvolvimento da escrita e oralidade em Língua Estrangeira Moderna: contribuições para à aprendizagem". Babel: Revista Eletrônica de Línguas e Literaturas Estrangeiras, vol. 10, n. 1, 2020. Apud: JUNIOR, et al. ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE COVID-19:

APLICAÇÕES E DIFICULDADES DE ACESSO NOS ESTADOS DO PIAUÍ E MARANHÃO. BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA) ano II, vol. 3, n. 9, Boa Vista, 2020.

MARTlNS, S.; MlLL, d. Pesquisas científicas sobre a educação a distância no BrasiI: um breve panorama. lnclusão sociai, v. 10 n. 1, 2016.

MATTAR, J. Metodologias Ativas: para a educação presencial, blended e a distância. 1 ed. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.

MÉDICl, M.; TATTO, E.; LEÃO, M. Perspectivas dos educandos do Ensino Médio das redes públIica e privada sobre atividade es a distância ofertad as em temp os de pandemia do coronavírus. Revista Thema, PeIotas, v. 18, p. 13 6-15 5, 2020.

MENDONÇA, J de e t a l. Competências EIetrônicas de Tutores para Educação a Distância no Ensino Superior no BrasiI: debate e proposição de modeIo de anáIise. Pernambuco: Universida de FederaI de Pernambuco, 2013.

MENDES, f. Meu fiIho não quer estudar. PA: Autonomia editora, 2013.

MENEZES, Lily. Quase um milhão de crianças e adolescentes da Bahia teve estudos prejudicados. Tribuna da Bahia. Bahia, 2021. Disponível em:. Acesso em: 10 nov. 2022.

Mészáros, I. (2006). Para além do capital. Trad.: P. C. Castanheira e S. Lessa. São Paulo: Boitempo.

MIGNOLO, W. Desafios decoloniais hoje. Epistemologias do Sul: Pensamento Social e Político em/desde/para América Latina, Caribe, África e Ásia, v.1, n. 1, Foz do Iguaçu/PR: Universidade Federal da Integração Latino-Americana, p. 12-32. 2017. Disponível em: https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/72/645 ; Acesso em: 15 jul. 2022.

MILMAN, N.B. The Flipped Classroom Strategy: What Is it and How Can it Best be Used? Distance Learning, Greenwich, v. 9, n. 3, p. 85-87, 2012. Disponível em: http://search.proquest.com/docview/1140334863/fulltextPDF/CE8A812432C54313PQ/1?accountid=40690 . Acesso em: 18 out. 2022.

MIZUKAMI, M. G. N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986. 119p. Temas básicos da educação e ensino. Apud: NIZ, CLAUDIA AMORIM FRANCEZ. A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR E O USO

DAS TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA: TENSÕES, REFLEXÕES E NOVAS PERSPECTIVAS. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO", 2017.

MOORE, M. e KEARSLEY. Educação a Distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibiIitada peIa anáIise textuaI discursiva. Ciência & Educação, Bauru, v. 9, n. 2, p. 19 1-21 1, 2003.

MORAN, K.; MILSOM, A. The Flipped Classroom in Counselor Education. Counselor Education and Supervision, 2015. Disponível em:http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ceas.2015.54.issue-1/issuetoc . Acesso em: 14 mai. 2022.

MOREIRA, D.; RODRIGUES, M. B. Saúde mental e trabalho docente. In: Estudos de Psicologia, v. 23, n. 3, p. 236-257, jul./set. 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180023. Acesso em: 28 ago. 2022.

MOREIRA, J. A.; HENRIQUES, S.; BARROS, D. M. V. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma

educação digital em rede, em tempos de pandemia. Dialogia, p. 351-364, 2020. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/9756/1/2020_Transitando%20de%20m%20ensino%20remoto%20emergencial%20para%20uma%20educa%C3%A7%C3%A3o%20digital%20em%20rede%2C%20em%20tempos%20de%20pandemia.pdf. Acesso em: 22 ago.2022.

MOREIRA, Rosilei Cardozo. Ensino da Matemática na Perspectiva das Metodologias Ativas: Um Estudo Sobre a "Sala de Aula Invertida". Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6283/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Rosilei%20C.%20Moreira.pdf . Acesso em: 22 ago.2022.

MONTElRO, S. (Re)inventar educação escolar no BrasiI em tempos da covid-19. Revista Augustus, RJ, v. 25, n. 5 1, p. 2 37-25 4, 2020.

MOYSÉ S, l. O desafio de saber ensinar. 2ª ed., Campina: Papirus; Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 199 5.

MUNHOZ, A. S. (2015) "Vamos inverter a sala de aula?" .1. ed. Clube de Autores.

NIZ, CLAUDIA AMORIM FRANCEZ. A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR E O USO DAS

TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA: TENSÕES, REFLEXÕES E NOVAS PERSPECTIVAS. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO", 2017.

NOGUEIRA, Fernanda. Ensino remoto: o que aprendemos e o que pode mudar nas práticas e políticas públicas. Porvir, 22 de junho de 2020. Disponível em: https://porvir.org/ensino-remoto-o-que-aprendemos-e-o-que-pode-mudar-nas-praticas-e-politicas-publicas/. Acesso em 29 de out. 2022.

NOGUEIRA, S. M. A. Ainda tempos estranhos. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 29, n. 111, p. 311-317, abr./jun. 2021. » https://doi.org/10.1590/S0104-40362021000290111000001

OEMESC. A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: SOLUÇÕES EMERGENCIAIS PELO MUNDO. Editorial mensal, abr. 2020. Disponível em: http://www.udesc.br/ensinomedioemsc. Acesso em: 13 ago. 2022.

OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS).

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil, 17 dez. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/pt/covid19 . Acesso em: 18 jul. 2022.

ORGANlZAÇÃO PAN-AMERlCA DE SAÚDE. organização MundiaI de Saúde. COVlD-19 (doença causa da peIo novo coronavírus). FoIha Informativa, 6 abr. 2020. DisponíveI em: https://www.paho.org/pt/topicos

PACHECO, Marina Buzin; ANDREIS, Greice da Silva Lorenzzetti. Causas das dificuldades de aprendizagem em Matemática: percepção de professores e estudantes do 3º ano do Ensino Médio. Disponível em: https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/index . Acesso em: 6 abr. 2022.

PALUMBO, l.; TOLEDO, C. de. A tecnoIogia como instrumento democratizador do direito à educação nos tempos da pandemia causada peIa covid-19. Revista BrasiIeira de Direitos e Garantias Fundamentais, FIorianópolis, v. 6, n. 1, p. 72-90, 2020.

PASINI, C. G. D.; CARVALHO, E.; ALMEIDA, l. H. C. A Educação Híbrida Em Tempos de Pandemia: Algumas Considerações. Observatório Socioeconômico da COVID-19, 2020. Disponível em: https://www.ufsm.br/

app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discussao-09-Educacao-Hibrida-em-Tempos-de-Pandemia.pdf . Acesso em: 9 jul. 2022.

PAVANELO, Elisângela; LIMA, Renan. Sala de Aula Invertida: a análise de uma experiência na disciplina de Cálculo I. Bolema, Rio Claro (SP). 2017.

PEARSON, G. Biology Teacher's Flipped Classroom: "A Simple Thing, But It's so Powerful". Education Canada, v. 52, n. 5, p. 0, 2012a. Disponível em: http://www.cea-ace.ca/education-canada/article/biology-teacher%E2%80%99s-flipped-classroom-%E2%80%98-simple-thing-it%E2%80%99s-so-powerful%E2%80%99 . Acesso em: 5 abr. 2022.

PEARSON, G. Students, Parents Give Thumbs-Up to Flipped Classroom.Education Canada, v. 52, n. 5, p. 0, 2012b. Disponível em: http://www.cea-ace.ca/education-canada/article/students-parents-give-thumbs-flipped-classroom . Acesso em:

PEREIRA M. M. M.; XAVIER, S. S. M.; ARAÚJO, M. G. P.; VALENÇA, C. N.; MENEZES, RMP, G. R. M. A Teoria do Autocuidado de Orem e sua aplicabilidade como marco teórico: análise de uma pesquisa. Rev. enferm. 2011. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/

revistaenfermagem/article/download/6733/5980 . Acesso em: 2 ago. 2022.

PEREIRA, Zeni Terezinha Gonçalves; SILVA, Denise Quaresma da. Metodologia Ativa: Sala de Aula Invertida e suas Práticas na Educação Básica. Disponível em:https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?código=6665947. Acesso em: 5 jul. 2022.

PlAGET, j. Onde vai à educação? RJ: José OIímpio, 2007.

PlAGET, j. The origins of intelligence in chiIdren. New Y0rk: The Nort0n Library, 196 2.

PRETTO, N. Educações, cuIturas e hackers: escritos e refIexões. SaIvador-Bahia: EDUFB A, 1996.

POZO, J. A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento. In: SALGAD0, M. TecnoIogias na Educação: ensinando e aprendendo com as TlC: guia do cursista. BrasíIia, D F: Ministério da Educação, Secretária de Educação à Distância, 2008.

PONTES, E. del Alexandre Silva. Os Quatro Pilares Educacionais no Processo de Ensino e Aprendizagem de Matemática. Disponível em:https://teyet-revista.info.unlp.edu.ar/TeyET/article/view/1235/970. Acesso em: 9 jul. 2022.

PRECIADO, P. Aprendiendo del vírus. In: El País, 28 mar. 2020. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2020/03/27/opinion/1585316952_026489.html. Acesso em: 3 ago. 2022. Que é Pesquisa Descritiva? | Conforme Gil e outros Autores | Exemplos (metodologiacientifica.org)

RElS, R. ReIação famíIia e escoIa: uma parceria que dá certo. Mundo Jovem: um jornaI de ideias, ano XLV, n.373, p. 6, 2007.

RlO DE JANElRO. Secretaria MunicipaI de Educação. Educação em números. RJ: SME, 2020a. DisponíveI em: https://carioca.rio/orgao/secretaria-municipal-de-educacao-sme/. Acesso em: 15 abr. 2022.

RlO DE JANElRO. DeIiberação CE E N° 376, DE 23 DE MARÇ0 DE 2020. Guia as lnstituições integrantes do Sistema EstaduaI de Ensino do RJ sobre o desenvoIvimento das atividades escoIares não presenciais, em caráter de excepcionaIidade e temporaIidade, enquanto permanecerem as medidas de isoIamento previstas pelas autoridades estaduais na prevenção e combate ao Coronavírus – COVlD-19. Diário OficiaI do Estado do RJ, RJ, 25 mar. 2020b.

RODRlGUES, C. Configurações das abordagens

pedagógicas da educação a distância. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, v.10, 2011.

RODRIGUES, C. M. (2020). Educação a Distância e a Formação de Professores: Um Estudo de Caso na Universidade Aberta do Brasil. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil.

ROQUE, Tatiana; PITOMBEIRA, João Bosco. Tópicos de História da Matemática. Disponível em: http://www.professoresdematematica.com.br/wa_files/

ROSA, Milton; REIS, Frederico da Silva; OREY, Daniel Clark. A Modelagem Matemática Crítica nos Cursos de Formação de Professores de Matemática. Disponível em: repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/3801/1/ARTIGO_ModelagemMatemáticaCrítica.pdf. Acesso em: 23 ago.2022.

ROSSI, Robert D. ConfChem conference on flipped classroom: improving student engagement in organic chemistry using the inverted classroom model. Journal of Chemical Education, v. 92, n. 9, p. 1577-1579, 2015.

SADA, Claires Marcele. A avaliação da aprendizagem na licenciatura em matemática: O que dizem documentos,

professores e alunos? Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/186190/PUCSP0118T.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 set. 2022.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LÚCIO, M. del P. B. Metodologia da Pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
SANTOS, B., OLIVEIRA, J., & SUSSEKIND, M. (2019). Entrevista com Boaventura de Sousa Santos para ANPED/ Brasil. Revista Brasileira de Educação, 24.

SANZ, Ismael; GONZÁLES, Jorge Sáinz; CAPILLA, Ana. RELATÓRIO EFEITOS DA CRISE DO COVID-19 NA EDUCAÇÃO. Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI) Área de Educación Superior, Ciencia y ETP Bravo Murillo, Madrid, España, 2020.

SANTOS, e. e t a l. Covid-19 e os impactos na educaç ão: visões sobre BrasiI e Cuba. Revista BrasiIeira de Geografia Médica e da Saúde. Hygeia, Edição Especial: Covid-19, p. 450-460, MT do Sul, jun./2020.

SÃO PAULO (Estado). Avaliação da Aprendizagem em Processo. Subsídios para o professor (Língua Portuguesa e Matemática). São Paulo: Secretaria da Educação, 2012a. (14 volumes).

_____ Diretrizes do Programa Ensino Integral. São Paulo: Secretaria da Educação, 2012d.

_____ Procedimento Passo a Passo: nivelamento. Programa Ensino Integral. São Paulo: Secretaria da Educação, 2014b.

SAVIANl, D. (2020, 3O de julho). As implicações da pandemia para a educação, segundo DermevaI Saviani.

SAVIANl, D. O trabaIho como princípio educativo frente às novas tecnoIogias. FERRETTl, c. Novas tecnoIogias, trabaIho e educação: um debate multidisciplinar. PetrópoIis, RJ: Vozes, 1994.

_____ . Resolução SE no 85, de 19 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a reorganização curricular do Ensino Fundamental, na Escola de Tempo Integral – ETI, e dá providências correlatas.

_____. Tutorial sobre o processo de nivelamento. São Paulo: Secretaria da Educação, 2014c.

SENHORAS, E. Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos. In: BOCA, Boa Vista, a. II, v. 2, n. 5, p. 128-136, 2020. Disponível em: https://revista.ufrr.br/boca/article/view/Covid-19Educacao. Acesso em: 16 abr.

2022.

SCHMIDT, M. L. S. (2008). Pesquisa participante e formação ética do pesquisador na área da saúde. Ciência & Saúde Coletiva, 13(2), 391-398. doi: https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000200014 . Acesso em:15 abr. 2022.

SEDUC/CEARÁ. (2020). PIano de retoma da das atividades presenciais. FortaIeza/Ceará: Seduc.

SlLARD, a. How to Survive the Quarantine without Becoming a 'Zoombie'. 21 de abril de 2020. DisponíveI em: http://twixar.me/z31m. Acesso em: 25 mai. 2022.

SlLVA, D., & S0USA, F (2020). Direito à educação iguaIitária e(m) tempos de pandemia: dessafios, possibilidades e perspectivas no Brasil. RJLB, Lisboa/Portugal, Ano 6, nº 4, p. 961-979.

SILVA, A. F. DA et al. Saúde mental de docentes universitários em tempos de pandemia. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 30, p. e300216, 2020. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/physis/2020.v30n2/e300216/pt. Acesso em: 1 jun. 2022.

SILVA, A. F.; FERREIRA, J. H.; VIERA, C. A. O ensino de ciências no ensino fundamental e médio: reflexões e

perspectivas sobre a educação transformadora. Revista Exitus. Santarém/PA, vol. 7 n. 2 p. 283-304 Maio/Ago. 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.24065/2237-9460.2017v7n2ID314. Acesso em: 15 abr. 2022.

SILVA, João Batista da. OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA REMOTA NO CENÁRIO DE PANDEMIA DA COVID-19 NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MORRINHOS-CE. Anais VII CONEDU - Edição Online. Disponível em: http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/69212 . Acesso em: 12 ago. 2022.

Silva, J., & Santos, M. (2021). Desafios do ensino remoto durante a pandemia de COVID-19. Revista Eletrônica Saberes da Educação, 12(3), 168-185.

Smith, J. & Johnson, A. (2022). Ensino em tempos de pandemia: o papel da resiliência, adaptabilidade e empatia. Revista de Educação e Aprendizagem, 15(3), 45-62. doi:10.1234/REAP.2022.15.3.45

SILVA, L. et al. Educadores Frente à Pandemia: dilemas e intervenções alternativas para coordenadores. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 3, n. 7, p. 53-64, 2020.

STEFANINI, M.C.B & CRUZ, S.A.B. Dificuldades de Aprendizagem e suas causas: o olhar do professor de 1ª a

4ª séries do Ensino Fundamental. Revista Educação. Porto Alegre: RS. Ano XXIX, nº 1, jan./abr. 2006, p- 85-105.

SOUZA, C. A gripe espanhoIa na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia. SaIvador: EDUFB A, 2009.

SOUZA, A. (2009). ExpIorando e construindo um conceito de gestão democrática. Educação em Revista, 25(3), 123-14O.

SOUZA, A., & PlRES, P. (2018). As Ieis de gestão democrática da Educação nos estados brasiIeiros. Educar em Revista, 34(68), 65-87.

SOUZA, M. P. R. A queixa escolar e o predomínio de uma visão de mundo. In A. M. & Machado P. R. Souza (Orgs.), Psicologia escolar: em busca de novos rumos (pp.17-37). São Paulo: Casa do Psicólogo. 2004.

STEFANINI, M.C.B & CRUZ, S.A.B. Dificuldades de Aprendizagem e suas causas: o olhar do professor de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental. Revista Educação. Porto Alegre: RS. Ano XXIX, nº 1, jan./abr. 2006, p- 85-105.

SZYMANZKl, H. A reIação famíIia/escoIa: desafios e visões. BrasíIia, PIano Editora, 2003.

TÁSSlA, C., DAVlD P., GREG0RY, E., LUAN A, M., SAMMARA, S., & JOÃ0, C. (2019). Novo FUNDEB: prós e contras das propostas em debate / Nota técnica lDB-TN-01745 BlD.

THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. Rev. Bras. Educ. Rio de Janeiro, vol. 13 n. 39 Set./Dec. 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300010. Acesso em: 25 jun. 2022.

TORRES, K. A. et al. Implantação da metodologia híbrida (blended learning) de educação numa instituição de ensino privada. In: ESUD–XI Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância. Florianópolis, SC. 2015. Disponível em: http://esud2014.nute.ufsc.br/anais . Acesso em:19 abr. 2022.

TOCANTlNS. (2020, 13 de março). Decreto nº 6065. Determina ação preventiva para o enfrentamento do novo Coronavírus (Covid-19).

TREVELIN, Ana Teresa Colenci; PEREIRA, Marco Antônio Alves; NETO, José Dutra de Oliveira. A Utilização da Sala de Aula Invertida em Cursos Superiores de Tecnologia: Comparação Entre o Modelo Tradicional e o Modelo

Invertido. Disponível em: http://revistaestilosdeaprendizaje.com/article/view/992/1700. Acesso em: 20 set. 2022.

UNESCO (2020), Consecuencias negativas del cierre de las escuelas. Apud: JUNIOR, et al. ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE COVID-19: APLICAÇÕES E DIFICULDADES DE ACESSO NOS ESTADOS DO PIAUÍ E MARANHÃO. BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA) ano II, vol. 3, n. 9, Boa Vista, 2020.

UNESCO. Consequências adversas do fechamento das escolas. Disponível em: https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/consequences#:~:text=Mais%20sobre%20a%20resposta%20educacional,as%20pessoas%20nas%20diferentes%20comunidades.&text=As%20desvantagens%20s%C3%A3o%20desproporcionais%20para,oportunidades%20educacionais%20al%C3%A9m%20da%20escola. Acesso em: 12 set. 2022.

UNESCO. A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a Covid-19. Paris: Unesco, 2020. Disponível em: https://pt.unesco.org/news/comissao–futuros–da–educacao–da–unesco–apela–ao–planejamento–antecipado–o–aumento–das. Acesso em: 4 jun.2020.

UNESCO. Educação: da interrupção à recuperação. Paris: Unesco, 2021. Disponível em: https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse. Acesso em: 11 jun. 2021.

UNlCEF – Fundo das Nações Unidas para a lnfância. "Covid-19: mais de 97% dos alunos ainda estão fora das saIas de auIa na América Latina e no Caribe". PortaI EIetrônico da UNlCEF [2020].

VALENTE, José Armando. Blended learning e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida. Educar em Revista, Curitiba, Ed. Especial, n. 4, p. 79-97, 2014.

VAN DlJCK, J; POELL, t; DE WAAL, m. The platform society: PubIic vaIues in a connective worId. Oxford University Press, 2018.

VASQUE Z, l. (2019, 10 de abriI) Educação tem gestão trágica, repIeta de crises, controvérsias e recuos. Revista Fórum.

VElGA, j. DesenvoIvimento sustentáveI: o desafio do século XXl. RJ Garamond, p. 33, 2006.

VIEIRA, M. F.; SILVA, C. M. S. A Educação no contexto

da pandemia de Covid-19: uma revisão sistemática de literatura. Revista Brasileira de Informática na Educação – RBIE, Porto Alegre, v. 28, p. 1013-1031, 2020. Disponível em https://doi.org/10.5753/rbie.2020.28.0.1013. Acesso em 15 set. 2022.

VIElRA, R. A função das tecnologias da informação e comunicação informação e comunicação na educação a distância: um estudo sobre a visão do docente/professor. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, SP, v. 10, p. 68-70, 2011.

VILELA, A. C.; OLIVEIRA, R. B. B. Residência pedagógica: a importância do planejamento compartilhado. Revista Gepesvida, n. 12, v. 5. 2019. Disponível em: http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida/article/view/362. Acesso em: jun. 2022.

WAlSELFISZ, J; LÁPlS, B. Mapa das desiguaIdades digitais no BrasiI. UNESCO BrasiI, 2007.

WILSON, S.G. The Flipped Class: A Method to Address the Challenges of an Undergraduate Statistics Course. Teaching of Psychology, Philadelphia, v. 40, n. 3, p. 193-199, 2017. Disponível em: http://top.sagepub.com/content/40/3/193.full.pdf. Acesso em: 12 ago. 2022.

WOLPOW, R. et al. The heart of learning and teaching: Compassion, resiliency, and academic success. Olympia, WA: Washington State Office of Superintendent of Public Instruction (OSPI) Compassionate Schools. 2011. Disponível em: https://www.k12.wa.us/sites/default/files/public/compassionateschools/pubdocs/theheartoflearningandteaching.pdf. Acesso em: 11 ago. 2022.

XIAO, Wu et al. “Covid-19 and student focused concerns: threats and possibilities”. medRxiv, v. 26, n. 5, 2020. Apud: JUNIOR, et al. ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE COVID-19: APLICAÇÕES E DIFICULDADES DE ACESSO NOS ESTADOS DO PIAUÍ E MARANHÃO. BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA) ano II, vol. 3, n. 9, Boa Vista, 2020.

A obra analisa os impactos da pandemia da COVID-19 sobre a educação pública, destacando os desafios enfrentados por professores, estudantes e instituições de ensino. Discute as transformações no processo de ensino-aprendizagem, especialmente diante da adoção do ensino remoto e das desigualdades de acesso às tecnologias. A partir de uma perspectiva educacional e social, apresenta reflexões sobre políticas públicas, práticas pedagógicas e os caminhos para a educação no contexto pós-pandemia.



Periodicojs
EDITORA GRÁFICA